

Gabriella Lenza Crema

**A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO MÉDICI (1969-1974)
PARA OS PAÍSES SUL-AMERICANOS SOB A INFLUÊNCIA DA
ESQUERDA**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Relações
Internacionais da Universidade Federal
de Santa Catarina para a obtenção do
título de Mestre em Relações
Internacionais
Orientador: Prof. Dr. Daniel Ricardo
Castelan

Florianópolis
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Crema, Gabriella Lenza

A política externa do governo Médici (1969-1974)
para os países sul-americanos sob a influência da
esquerda. / Gabriella Lenza Crema ; orientador,
Daniel Ricardo Castelan, 2019.

221 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de
Pós-Graduação em Relações Internacionais,
Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Brasil. 3. América
do Sul. 4. Política Externa. 5. Expansionismo
econômico. I. Castelan, Daniel Ricardo. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de
Pós-Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

GABRIELLA LENZA CREMA

**A Política Externa do Governo Médici (1969-1974) para os países
sul-americanos sob a influência da esquerda**

Esta Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de “Mestre em Relações Internacionais” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais.

Florianópolis, 29 de março de 2019.



Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques
Coordenador do Curso

Banca Examinadora

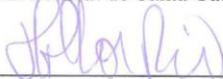


Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelan
Orientador

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)



Prof. Dr. Lucas Pereira Rezende
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)



Prof. Dr. Haroldo Ramanzini Jr.
Universidade Federal de Uberlândia (UFU) (Videoconferência)

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques
Coordenador

Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais
Port. 1184/2017/GR

Este trabalho é dedicado aos meus colegas de classe e aos meus queridos pais.

AGRADECIMENTOS

Todo este trabalho, assim como a superação de todos desafios que surgiram durante os 2 anos de mestrado não teriam sido possíveis sem o incondicional apoio emocional e financeiro de meus pais. É por este motivo que os agradeço infinitamente, assim como a meu companheiro, Matheus, que tem sido o Norte de toda minha trajetória. Seu amor, seus ensinamentos e sua presença, de modo geral, foram, sem dúvidas, as grandes fontes de inspiração e tranquilidade necessárias para que eu seguisse pesquisando e escrevendo. Agradeço similarmente aos meus colegas de turma do PPGRI, que me aconselharam e me proveram de momentos incríveis, imprescindíveis para que eu pudesse chegar ao fim desta etapa.

Agradeço fortemente também ao meu querido orientador, Professor Daniel, pela confiança, pelo compromisso com minha pesquisa, pela paciência e por todos os conselhos. Tudo isso não só permitiu que eu avançasse na minha escrita, mas também que eu conhecesse meu potencial enquanto pesquisadora e mantivesse o foco mesmo diante de inúmeras adversidades.

Ainda, agradeço ao Prof. Haroldo Ramanzini, a quem devo o despertar de meu interesse pela pesquisa acadêmica e muito aprendizado, bem como parte do rumo que tomou este trabalho, em função das contribuições com as quais me agraciou durante o exame de qualificação.

Também agradeço à CAPES pelo financiamento de minha pesquisa, e à Coordenação, à Secretária e aos professores do PPGRI, que sempre foram muito solícitos quando os necessitei.

Finalmente, não poderia deixar de prestar agradecimentos a todos aqueles que resistiram e dedicaram suas vidas por nossos direitos de expressão, liberdade e justiça social. É justamente pela luta dessas pessoas que decidi pesquisar a ditadura militar.

*Você que inventou a tristeza
Ora, tenha a fineza
De desinventar
Você vai pagar e é dobrado
Cada lágrima rolada
Nesse meu penar*

*Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia*

***Apesar de Você*, Chico Buarque**

RESUMO

Esta pesquisa objetivou compreender por que motivos o governo militar de Emílio Médici (1969-1974), estabeleceu acordos e iniciativas de cooperação com os vizinhos regionais do Brasil em que se manifestavam tendências de esquerda, ao mesmo tempo em que empregou um implacável combate ao comunismo no território nacional e uma postura de inflexível oposição a qualquer movimento subversivo na América do Sul. A fim de cumprir este objetivo, buscou-se promover um diálogo da literatura de política externa e política econômica da ditadura militar, e da bibliografia referente à política doméstica e ao pensamento militar do período, com dados retirados de centenas de documentos recentemente desclassificados pela CIA. Neste exercício, buscou-se investigar de que maneiras o comportamento externo brasileiro durante aquele governo pode ser explicado por duas grandes interpretações que aparecem na literatura. A primeira dessas interpretações associa os empreendimentos diplomáticos da gestão Médici à consecução de objetivos econômicos ligados ao Projeto Brasil Potência e à aceleração da acumulação de capital do país. Já a segunda perspectiva atribui aquela política externa à conjuntura internacional da Guerra Fria, destacando a relevância das relações do Brasil com os EUA e a influência da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Analisado tais interpretações, assim como os interesses brasileiros específicos naqueles países sul-americanos sob a influência da esquerda, constatou-se que a política externa de Médici, e, sobretudo sua política regional, foram utilizadas como mecanismos para a obtenção de recursos energéticos e matérias-primas, e como instrumentos em prol da conquista de mercados para o escoamento da produção manufatureira do país, e, portanto, da obtenção de reservas internacionais. Tais elementos haviam sido identificados como imprescindíveis à expansão econômica nacional demandada pelo ufanista projeto de desenvolvimento em curso, concebido no âmago do pensamento militar que deu base ao golpe de 1964. Logo, a aparente contradição que motivou essa pesquisa é explicada na medida em que a divergência de ideologia não era suficiente para se sobrepor aos expressivos ganhos que as negociações e acordos com os países sul-americanos sob a influência da esquerda propiciariam ao Brasil em termos de seu agressivo expansionismo econômico e geopolítico.

Palavras-chave: Brasil, América do Sul, política externa, expansionismo econômico.

ABSTRACT

This research aimed to understand for what reasons the military government of Emílio Médici (1969-1974), established agreements and initiatives of cooperation with the regional neighbors of Brazil in which left tendencies were manifested, while at the same time employing a relentless fight against communism in the national territory and a position of inflexible opposition to any subversive movement in South America. In order to fulfill this objective, we sought to promote a dialogue of the literature of foreign policy and economic policy of the military dictatorship, and the bibliography referring to domestic politics and military thinking of the period, with data taken from hundreds of documents recently declassified by the CIA. In this exercise, it was sought to investigate how the Brazilian external behavior during that government can be explained by two great interpretations that appear in the literature. The first of these interpretations associates the diplomatic undertakings of the Médici administration with the achievement of economic objectives related to the “Projeto Brasil Potência” and the acceleration of the capital accumulation of the country. The second perspective attributes this foreign policy to the international conjuncture of the Cold War, highlighting the relevance of Brazil's relations with the US and the influence of the National Security Doctrine (DSN). Analyzing these interpretations, as well as the specific Brazilian interests in those South American countries under the influence of the left, it was verified that the foreign policy of Médici, and especially its regional policy, were used as mechanisms to obtain energy resources and raw materials and as instruments for the conquest of markets for the flow of the country's manufacturing production, and thus for obtaining international reserves. These elements had been identified as indispensable to the national economic expansion demanded by the current development project, which was conceived at the heart of the military thinking that gave rise to the coup of 1964. Thus the apparent contradiction that motivated this research is explained insofar as the divergence of ideology was not enough to override the significant gains that the negotiations and agreements with the South American countries under the influence of the left would propitiate to Brazil in terms of its aggressive economic and geopolitical expansionism.

Keywords: Brazil, South America, foreign policy, economic expansionism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O processo de expansão das relações internacionais do Brasil no governo Médici e o projeto de desenvolvimento dos militares	194
--	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - As principais características do I PND e do Programa de Metas e Base para Ação do Governo.....	65
Quadro 2 - Síntese dos marcos de colaboração estabelecidas entre o governo Médici e os países sul-americanos sob a influência da esquerda.....	151

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-5 Ato Institucional número 5
ARENA Aliança Renovadora Nacional
BNH Banco Nacional da Habitação
CACEX Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil
CAN Correio Aéreo Nacional
CIA Agência Central de Inteligência
CIBRABOL Câmara Brasileira de Integração de Empresas Privadas da Bolívia
CIEX Centro de Informações do Exterior do Itamaraty
CODIS Centros de Operação de Defesa Interna
CPC Centro Popular de Cultura
CPDOC-FGV Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas.
DI Diretório de Inteligência
DOIs Departamentos de Operações Internas
DOPS-SP Serviço Secreto da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo
DOPS/RS Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul
DSI Divisão de Segurança e Informações
DSN Doutrina de Segurança Nacional
EME Estado-Maior do III Exército
ESG Escola Superior de Guerra
EsNI Escola Nacional de Informações
FAB Força Aérea Brasileira
FEB Força Expedicionária Brasileira
MD Ministério da Defesa
MDB Movimento Democrático Brasileiro
MF Ministério da Fazenda
MRE Ministério das Relações Exteriores
OEA Organização dos Estados Americanos
ONDA – Sociedade Anônima Nacional de Ônibus
ONU Organização das Nações Unidas
SENAI Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial)
SG/CSN Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional
SNI Serviço Nacional de Inteligência
TNP Tratado de Não Proliferação Nuclear
UNE União Nacional dos Estudante

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	23
2	A ESTRATÉGIA INTERNACIONAL DO GOVERNO MÉDICI E SEUS GRANDES DETERMINANTES.....	37
2.1	DIRETRIZES E PRINCIPAIS MARCOS DAS RELAÇÕES EXTERNAS BRASILEIRAS NO PERÍODO.....	37
2.2	OS GRANDES DETERMINANTES DA ESTRATÉGIA INTERNACIONAL BRASILEIRA.....	60
2.2.1	A estratégia econômica e de desenvolvimento – o Projeto Brasil Potência.....	60
2.2.2	O Brasil no conflito Leste-Oeste.....	84
2.2.2.1	As relações Brasil-EUA.....	84
2.2.2.2	A política doméstica - Doutrina de Segurança Nacional e o Terrorismo de Estado.....	98
3	POLÍTICAS INCONGRUENTES OU EMPREGO DE DIFERENTES ABORDAGENS EM PROL DE UM MESMO OBJETIVO: AS RELAÇÕES DO BRASIL COM OS PAÍSES SUL-AMERICANOS DA ESQUERDA NO GOVERNO MÉDICI.....	115
3.1	AS RELAÇÕES COM AS NAÇÕES SUL-AMERICANAS DE ESQUERDA: REPRESSÃO E/OU COOPERAÇÃO?.....	115
3.1.1	A ingerência brasileira no Cone Sul: participação em golpes de Estado e estabelecimento de contatos repressivos internacionais.....	115
3.1.2	As visitas oficiais, o comércio e os acordos e tratados estabelecidos entre Brasil e os países sul-americanos governados pela esquerda.....	135
3.2	OS DETERMINANTES DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E SEUS VIZINHOS SUL-AMERICANOS SOB A INFLUÊNCIA DA ESQUERDA.....	152
4	CONCLUSÃO.....	187
	REFERÊNCIAS.....	197

1 INTRODUÇÃO

O golpe de Estado no Brasil em 1964 consagrou a inserção da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)¹, concebida no âmbito da Escola Superior de Guerra (ESG), dentro do sistema político e social brasileiro. As premissas dessa doutrina, inspirada na doutrina de segurança nacional norte-americana para a América Latina durante a Segunda Guerra Mundial, e, sobretudo, no pensamento geopolítico e militar brasileiro, giravam em torno do compromisso com a ideologia do bloco capitalista ocidental no contexto da Guerra Fria, bem como da associação entre segurança nacional e desenvolvimento econômico. Com isso, o regime iniciado em 1964 reorganizou o aparato estatal brasileiro, articulando um arrojado sistema de repressão a fim de exterminar movimentos subversivos no âmbito doméstico, isto é, opositores ao regime vigente e defensores de pressupostos comunistas (PINHEIRO, 2004).

O combate a tendências subversivas conheceu seu ápice no governo Médici (1969-1974), quando, amparados pela legalidade de instrumentos como o Ato Institucional nº 5 (AI-5)², a tortura e o extermínio de comunistas e contestadores do regime se exacerbaram dentro do território nacional brasileiro (GASPARI, 2002). Não obstante, os inimigos “subversivos” da ditadura brasileira que buscaram exílio em países do Cone Sul, assim como os governos sul-americanos que lhes abrigaram ou que flertaram com ideais considerados comunistas, igualmente se tornaram motivos de preocupação da gestão Médici (FERNANDES, 2010).

Com efeito, registrou-se o envolvimento do terceiro governo subsequente ao golpe de 1964 com os movimentos de deposição de Juan José Torres (1970-1971), presidente boliviano ligado à esquerda, e de Salvador Allende (1970-1973), que articulava a introdução do socialismo pela via democrática e constitucional no Chile. Em ambos os casos, o governo brasileiro destinou apoio logístico, militar e de inteligência à consecução dos golpes, e, subsequentemente, reconheceu

¹Maiores detalhes sobre a DSN serão apresentados na subseção 2.2.2.2

²Ato Institucional nº 5 foi decretado em 13 de dezembro de 1968 pelo General Costa e Silva (1967-1969), e dava autoridade ao Presidente da República, sem apreciação judicial, a retirar direitos civis, suspender a garantia do habeas-corpus, cassar mandatos parlamentares, intervir em estados e municípios, decretar recesso no Congresso e confiscar bens considerados ilícitos (ARAÚJO, 2018).

e assistiu prontamente os setores golpistas que tomaram posse dos governos chileno e boliviano (MONIZ BANDEIRA, 1993). Além disso, a ditadura de Médici igualmente participou da conspiração contra o sucesso do Frente Amplio (partidos de esquerda e centro-esquerda) nas eleições uruguaias de 1971, tendo até organizado uma operação logística conhecida como “Operação Trinta Horas”, que visava a ocupação do Uruguai caso os setores de esquerda fossem eleitos. Ao mesmo tempo, observou-se também a atuação da ditadura Médici no sentido de isolar e enfraquecer a gestão presidencial do nacionalista Velasco Alvarado no Peru. Ainda, Médici fortaleceu agências de controle e monitoramento de exilados e intensificou um processo de exportação de técnicas repressivas para seu entorno regional, sobretudo para aquelas ditaduras anticomunistas implantadas com seu auxílio (FERNANDES, 2010).

Em contrapartida, simultaneamente naquele período, acordos de cooperação foram firmados pela gestão Médici com estas mesmas nações sul-americanas sob a influência da esquerda política, as quais estava buscando desestabilizar, e, ainda, o volume do intercâmbio comercial brasileiro com todas elas se ampliou. Além disso, até mesmo oferta de crédito, por parte brasileira, foi fornecida a alguns desses países. Estes foram os casos da Assinatura da Declaração Conjunta Brasil-Uruguai em 1970; da criação da Comissão Mista Brasil – Uruguai em 1970; da criação da Comissão Mista Brasil-Bolívia de Cooperação Econômica e Técnica em 1971; da assinatura da Declaração Conjunta Brasil-Peru em 1971; da criação da Comissão Mista Brasil-Peru em 1971; da articulação pelo Itamaraty do projeto de estruturação do mercado de valores peruano; da negociação do Convênio sobre Transporte Fluvial com o Uruguai em 1973; da inauguração da Comissão Mista Brasil – Uruguai em 1970; do fornecimento de um crédito de 10 milhões de dólares à Bolívia do progressista Juan José Torres e ao Peru do nacionalista Velasco Alvarado entre 1970 e 1971; e da Reunião de Consulta Aeronáutica entre Brasil e o Chile de Allende, em 1971, país para o qual o governo Médici ainda forneceu um crédito de 30 milhões de dólares; além de várias outras, como será visto na subseção 3.1.2 (MARTINS, 1975; VIZENTINI, 1998).

A articulação destes acordos e empreendimentos colaborativos pela gestão Médici parece destoar do panorama geral de combate ao comunismo que executava no território nacional, bem como da oposição que fazia sua gestão a qualquer movimento subversivo na América do Sul. Tendo em vista essa aparente contradição, indaga-se os motivos que levaram o governo Médici a estabelecer tais iniciativas de colaboração com seus vizinhos sob a influência da esquerda, ainda que dentro de

uma conjuntura de oposição e contenção a movimentos subversivos. Logo, o objetivo primordial desta pesquisa é compreender por que razões, durante a ditadura de Médici, o Brasil se engajou em iniciativas de cooperação com seus vizinhos regionais em que se manifestavam tendências de esquerda apesar de ter buscado os desestabilizar.

Tendo em vista este propósito central, objetivos específicos foram elencados como forma de traçar estratégias para que a pergunta aqui levantada pudesse ser respondida adequadamente. São eles:

- Delinear as diretrizes de política externa do governo e os principais marcos das relações externas do país no período;
- Identificar quais foram os elementos que exerceram maior impacto sob as iniciativas de política externa empreendidas durante o governo Médici;
- Detalhar as atividades contenciosas executadas pelo governo Médici contra os países sul-americanos ligados à esquerda;
- Expor as iniciativas, marcos e eventos em que houve colaboração da gestão Médici com os governos nacionalistas/socialistas sul-americanos;
- Desvendar os principais determinantes das relações entre Brasil e os países sul-americanos que estavam sob a influência da esquerda no período.

A fim de cumprir estes objetivos, além desta introdução, a dissertação foi dividida em dois capítulos, cada um deles com duas seções. O primeiro deles, em sua seção inicial, teve como fim identificar as diretrizes traçadas para a política externa e as grandes iniciativas encampadas diplomaticamente durante o governo em questão. Uma vez que o desenvolvimento desta seção se fez a partir de um amplo estudo da literatura disponível sobre a diplomacia de Médici, foi identificado a existência de duas interpretações para explicar os posicionamentos internacionais do Brasil durante aquela gestão. Primeiramente, constatou-se que análises contidas em obras como Martins (1975), Vizentini (1998), Souto (2010), Cervo e Bueno (2002) revelam a importância que teve o plano de aceleração do desenvolvimento nacional articulado pelo regime militar na consecução da política externa de Médici. O olhar desta interpretação, em específico, indica que o comportamento internacional do país se sujeitou às necessidades impostas pelas diretrizes de planejamento econômico, em particular aos objetivos do “Projeto Brasil Potência”³, os quais refletiam uma lógica de

³O “Projeto Brasil Potência” estava inserido na estratégia econômica do período e objetivava, acima de tudo, elevar o país da posição de nona para oitava

exploração de mercados e busca por acesso a matérias-primas, recursos energéticos e bens de capital, aspectos centrais na promoção do desenvolvimento econômico. Essa interpretação, em particular, apresenta argumentos que colaboram para a pertinência da hipótese desse trabalho, isto é, a de que o Brasil teve uma abordagem bastante flexível com os países vizinhos acometidos por tendências nacionalistas/progressistas devido a seus objetivos de estratégia econômica e política externa. Isto é, o governo Médici continuou a estabelecer relações profícuas com tais nações sul-americanas pois essas serviam a propósitos comerciais importantes de sua estratégia econômica, que era fortemente delineada para fomento das exportações. Ao mesmo tempo, isso teria ocorrido já que a orientação de conduta externa adotada forçava o país a buscar desfrutar dos benefícios particulares que um relacionamento bilateral com qualquer tipo de governo oferecesse.

Por outro lado, conclusões derivadas de Gonçalves e Miyamoto (1998); Fernandes (2010); Gehre (2012) e Miyamoto (2013) afastam-se, de certo modo, da lógica contida na hipótese da pesquisa. Isso porque tais obras chamam atenção para a o enorme impacto que a conjuntura da Guerra Fria teve sobre o desenho da política externa de Médici. Nesse sentido, de acordo com tal interpretação, a posição brasileira no embate entre bloco ocidental e comunista teria alterado fundamentalmente os rumos das relações externas do país.

Tendo conhecimento da existência dessas duas interpretações, e visando testar a hipótese levantada na pesquisa, a qual possui um vínculo significativo com a primeira interpretação, a segunda seção do segundo capítulo objetivou detectar se e de que maneiras tais interpretações são capazes de justificar o desenho da política externa do governo em questão, e da dinâmica de suas relações externas, especificamente. Diante disso, tal seção foi dividida em outras duas, sendo a primeira delas responsável por apresentar as diretrizes, motivações e implicações internacionais do projeto de desenvolvimento econômico do período, enfatizando, por conseguinte, o conteúdo do Projeto Brasil Potência e dos documentos que o formalizaram, isto é, o I PND (I Plano Nacional de Desenvolvimento) e o Plano de Metas e Bases para a Ação do Governo, assim como as características da estratégia econômica empregada pelo Ministério da Fazenda para os

economia do mundo ocidental, conduzindo, assim, o Brasil ao rol das grandes potências internacionais. Tal projeto será melhor trabalhado na subseção 2.2.1.

viabilizarem na prática, isto é, aquelas do modelo agrícola-exportador⁴. Havendo detectado a relação entre busca pelo desenvolvimento econômico nacional e condução da política externa na subseção 2.2.1, coube à subseção seguinte a tarefa de verificar os efeitos da circunstância de embate político e ideológico mundial no estabelecimento das relações do Brasil no globo. Logo, a subseção 2.2.2 tratou do tipo de relacionamento que o país manteve com os Estados Unidos, examinando as expectativas comportamentais colocadas pelos norte-americanos ao governo brasileiro em termos de combate ao comunismo, assim como a abordagem do Brasil frente a tais expectativas. Finalmente, esta subseção buscou também compreender os objetivos da Doutrina de Segurança Nacional e de que modo a gestão Médici os incorporou, salientando assim a interação entre a doutrina, sua absorção e a aplicação de um autoritarismo anticomunista para além das fronteiras nacionais.

Feito isso, o próximo passo foi expor os principais marcos das relações entre o Brasil durante o governo Médici e seus vizinhos que estiveram sob a influência da esquerda no período, com o propósito de desenvolver detalhadamente a aparente contradição que motivou essa pesquisa. Para tanto, a primeira seção do terceiro capítulo – também dividido em duas partes-, buscou apresentar todo o papel intervencionista brasileiro na América do Sul, expondo a participação do governo Médici nos golpes contra Allende e Torres e nos movimentos de desestabilização de Alvarado no Peru e enfraquecimento do Frente Ampla no Uruguai. Por outro lado, também esta subseção tratou de revelar quais foram as iniciativas de cooperação encampadas pelo governo brasileiro com seus vizinhos sob a influência da esquerda, narrando, portanto, episódios como visitas oficiais, estabelecimentos de acordos de comércio e concessão de linhas de crédito. Por fim, na sequência, a última seção do terceiro capítulo visou apresentar todos os elementos que esclarecem a ocorrência da contradição motivadora desta pesquisa. Isso foi feito à luz das conclusões obtidas no trabalho de identificação da pertinência das duas grandes interpretações da literatura para a explicação dos determinantes da política externa de Médici.

⁴Segundo José Pedro Macarini (2005), o modelo agrícola-exportador se tornou a “quintessência do projeto Brasil Grande Potência”. Tratava-se de uma estratégia econômica, concebida por Delfim Netto, Ministro da Fazenda de Médici, voltada para alavancar as exportações do país e desenvolver, particularmente, o setor agrícola nacional (MACARINI, 2005). Mais detalhes serão vistos na subseção 2.2.1.

Durante todo esse exercício, alguns conceitos teóricos importantes estiveram presentes. O primeiro deles é o conceito de “esquerda”, parte da maniqueísta divisão esquerda-direita. Esses termos - “esquerda” e “direita” - foram cunhados durante a Revolução Francesa de 1789 e no subsequente império Napoleônico e faziam referência a configuração da Assembleia Nacional, na qual partidários a favor da monarquia sentavam-se à direita do rei e simpatizantes da revolução colocavam-se à esquerda (KNAPP; WRIGHT, 2006). Para Bobbio (2011), essa divisão ideológica, que permeou fortemente toda a Guerra Fria, baseia-se fundamentalmente em perspectivas divergentes acerca dos conceitos de igualdade e liberdade. Assim, a principal dissemelhança entre a visão da direita e da esquerda, é que, enquanto a primeira, respectivamente, crê que a desigualdade é intrínseca à sociedade, pontuando assim maior valor na liberdade, a segunda enxerga as desigualdades como produtos de determinadas construções sociais, de modo que podem ser sucumbidas através da atuação estatal. Embora dentro da política existam os mais diversos interesses, de modo geral, governos ou grupo de indivíduos que cultuam a necessidade por alguma reforma social ou revolução socialista acabam sendo inseridos no conceito de esquerda, assim, movimentos de natureza socialista ou nacionalista geralmente são associados ao conceito de esquerda (BOBBIO, 2011). Este foram os casos dos governos de Torres, Allende e Alvarado, bem como do Frente Ampla uruguaio, cujas crenças e posicionamentos não só passavam pela busca por reforma social, como flertavam com os ideais revolucionários do principal partidário do socialismo soviético na América Latina, isto é, Cuba.

Outro conceito vital para esta análise é o de subimperialismo, concebido por Ruy Mauro Marini, militante e intelectual, que, durante os anos 1960 fez parte do grupo de estudiosos latino-americanos que repensaram o marxismo a partir de uma perspectiva de subdesenvolvimento da América Latina. Esta perspectiva gerou a “Dialética da Dependência” (1973), uma explicação das particularidades históricas existente na dependência que sofrem as economias subdesenvolvidas frente ao centro capitalista desenvolvido (STÉDILE; TRASPADINI, 2005). Em “*La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*” (1977), apoiado nas elaborações da teoria marxista do imperialismo, Marini criou o conceito de subimperialismo para explicar o fenômeno que emergiu nas décadas de 60 e 70, durante uma conjuntura de nova divisão internacional do trabalho e de ascensão de centros econômicos e políticos medianos de acumulação. Tais subcentros, como o Brasil, apesar de não transcenderem suas

dependências do centro desenvolvido, realizaram práticas imperialistas contra economias mais frágeis. Isto é, tais economias absorveram produtos manufaturados do centro mediano, uma vez que este não foi capaz de gerar um mercado consumidor interno passível de incorporar tal produção (LUCE, 2011). Uma vez que Marini (1977) situou a interação que o Brasil estabeleceu com a América Latina dentro da esfera do subimperialismo, o conceito será útil na pesquisa para descobrir os interesses brasileiros em seus vizinhos sob a influência da esquerda.

Um conceito igualmente significativo para este trabalho é o de grande potência. Segundo Cox (2007), partindo da Revolução Francesa, o célebre filósofo Antonio Gramsci conceituou “grandes potências” como aquelas nações que usufruem liberdade suficiente para tornar suas políticas externas respostas a demandas internas, bem como penetrar e intervir no ambiente interno dos países menos poderosos. Nesta categoria, os países ainda seriam detentores de condições como vultuosas extensão territorial, população, força econômica, poder militar e paz interna, e, sobretudo, capacidade de refletir sua influência para além das fronteiras nacionais (COX, 2007). De certo modo, o desejo pela conquista desses critérios esteve implícito no Projeto Brasil Potência, cujo conteúdo pode ter tido impacto na articulação da política externa do governo Médici.

Também ligado ao Projeto Brasil Potência, e, portanto, conceito similarmente relevante neste trabalho é o de geopolítica, o qual Urán (1978, p. 180) define como: “a ciência que estuda a influência dos fatores geográficos na vida e na evolução dos Estados, com a finalidade de tirar conclusões de caráter político (...)”. Ainda segundo a autora, “o objetivo da geopolítica são as lutas dos centros de poder pela dominação do espaço geográfico, e os centros de poder são os Estados” (URÁN, 1878, p. 180). Em outras palavras, a geopolítica é a luta por poder, por conquista de espaço. No entanto, durante a Guerra Fria, o conceito passou a se ocupar menos com a expansão territorial e mais com questões securitárias, particularmente em relação à defesa dos valores ocidentais. Foi justamente nesses sentidos que, em sua clássica obra⁵ de 1967, o general Golbery do Couto e Silva empregou o conceito para designar a posição do Brasil na América do Sul. Além disso, de acordo com Golbery (1978, p. 173), “uma vez que qualquer geopolítica nacional deveria objetivar a sobrevivência do Estado como entidade

⁵SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1967.

internacional dotada de um poder soberano (...)”, a geopolítica brasileira teria de se encarregar “(...) da elaboração de uma estratégia que promovesse tanto a afirmação do país no plano internacional, como a articulação de uma cooperação profícua com os mais distintos países de globo” (GOLBERY, 1978, p. 173). Esse conceito de Golbery para a geopolítica viria a ser fundamental para a vertente brasileira da Doutrina de Segurança Nacional, a qual, por sua vez, teve a mais abrangente incorporação na gestão do Estado brasileiro durante o governo Médici, como será visto mais à frente.

Uma vez apresentados tais conceitos, cabe apontar que esta pesquisa se insere no marco teórico dos estudos em política externa. Em relação ao conceito de política externa, especificamente, Russel (1990) compreende tal esfera como um âmbito particular de ação política do governo, o qual se reflete externamente por meio de uma variedade de atores e instituições governamentais e não governamentais. Russel (1990) elenca que três áreas analiticamente separáveis estão englobadas na política externa, quais sejam: político-diplomática, militar-estratégica e econômica.

Todas essas áreas estiveram, de alguma maneira, inseridas no esforço de pesquisa e análise aqui empreendido. Esse esforço, por sua vez, foi efetuado por meio de uma metodologia de pesquisa de ordem qualitativa com uso de fontes primárias e secundárias. Efetivamente, foi realizado um estudo de argumentos da literatura disponível acerca do regime militar (fontes secundárias) com subsequente confirmação da pertinência dos mesmos pelos dados e informações contidos em documentos desclassificados pela CIA (fontes primárias). Aqui, portanto, reside um ponto emblemático desta pesquisa. A fim de desenvolver um diagnóstico rigoroso e abrangente das questões que permeiam a pergunta de pesquisa, centenas de documentos da CIA datados das décadas de 1960 e 1970 e desclassificados a partir do ano 2000 (disponíveis, portanto, em um horizonte de tempo relativamente curto) foram averiguados e cuidadosamente examinados. A análise desses documentos foi executada buscando promover um diálogo de seus conteúdos com a (escassa) literatura sobre o tema, e de derivar, quando possível, as percepções norte-americanas sobre as iniciativas internacionais do Brasil. A importância desse esforço não só emana do fato de que se trata de uma documentação relativamente recente, e, portanto, ainda pouco investigada, como também de que, devido à dificuldade de acesso aos documentos brasileiros sobre a ditadura militar, já que a maior parte ainda se encontra sob sigilo não obstante à promulgação da lei que criou a Comissão da Verdade em 18 de

novembro de 2011, “as fontes norte-americanas (...) proporcionam uma via de acesso possível ao conhecimento da função desempenhada pelo Brasil em relação a seus vizinhos durante o regime militar” (SILVA, 2010, p. 180).

Essa documentação, disponibilizada pelo Programa *Crest 25 – Year Program Archive*⁶ e pela Plataforma *Opening the Archive*⁷, inclui telegramas enviados da embaixada norte-americana no Brasil para o Departamento de Estado e documentação produzida pelo Diretório de Inteligência (DI) da CIA, órgão que fornecia análises de inteligência sobre uma gama completa de questões de segurança nacional e política externa para o Presidente e formuladores sênior de políticas dos Estados Unidos, assim como para membros selecionados do governo daquele país. Os documentos do DI, em particular, abarcam boletins semanais e relatórios diários que relatavam os principais acontecimentos mundiais ao governo norte-americano, assim como longos memorandos a respeito da realidade política, econômica e social em países específicos. Ressalta-se que a maior parte deles continha comentários gerais dos redatores, os quais refletiam suas visões a respeito das questões apresentadas e objetivavam nortear a formulação das políticas norte-americanas.

Ademais da documentação desclassificada pela CIA, nossa pesquisa também se pautou no conteúdo obtido na Biblioteca Digital⁸ da Presidência da República, particularmente em sua seção correspondente ao governo Médici. Nela foram analisados discursos, publicações oficiais do ex-presidente e mensagens que enviou ao Congresso a fim de derivar as visões e intenções oficiais do ex-presidente em termos de política, economia, relações exteriores, segurança, desenvolvimento, e, sobretudo, sobre o relacionamento vislumbrado do Brasil com os países sul-americanos.

Ainda, o volume I do relatório da Comissão Nacional da Verdade⁹ também teve contribuição ímpar para esta pesquisa, sobretudo

⁶Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/collection/crest-25-year-program-archive>>.

⁷Plataforma organizada pelas Universidade Brown e Universidade Estadual de Maringá, disponível no site da Biblioteca da Universidade Brown, em <<https://library.brown.edu/create/openingthearchives/en/>>.

⁸Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/>>.

⁹Relatório do acervo da Comissão Nacional da Verdade, criada em 2012 para apurar violações dos direitos humanos durante a ditadura. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>

para a primeira seção do terceiro capítulo, uma vez que nele não só existem documentos que descrevem de que forma o Brasil participou da coordenação repressiva internacional no Cone Sul, como há uma série de relatórios denominados “A repressão além-fronteiras – A participação do Itamaraty” que detalham como trabalhava o Itamaraty para fortalecer o aparato anti-subversivo transnacional.

Outra fonte de extrema relevância para esta pesquisa foi a transcrição da entrevista de Gibson Barbosa ao CPDOC, gentilmente cedida pela pesquisadora, historiadora e professora Cíntia Vieira Souto¹⁰ – que, não somente disponibilizou a entrevista, como também o livro autobiográfico de Barbosa, igualmente vital para o desenvolvimento dessa pesquisa, assim como a própria obra de Cíntia. A entrevista, em particular, realizada entre março e julho de 1989 pelos pesquisadores Letícia Pinheiro, Zairo Cheibub e Alexandra de Mello Silva, cuja transcrição possui duas mil laudas que não foram editadas e não se encontram à disposição do público, oferece um longo relato da história brasileira a partir dos anos 30 até o último posto de Barbosa no Itamaraty. Desde modo, a entrevista expõe a experiência profissional do ex-ministro durante todo o tempo que foi membro da instituição, e, por consequência, as motivações, os desafios, os litígios e os sentimentos que estiveram por trás da articulação do posicionamento brasileiro na esfera externa em diversas ocasiões. Deste modo, esta fonte foi imprescindível para que fosse possível aqui indicar com maior precisão quais elementos eram considerados por Barbosa na formulação da política externa do país e narrar questões diplomáticas centrais na configuração das relações do Brasil com os demais países do globo, e, sobretudo, com seus vizinhos.

Acredita-se que a utilização dessas fontes primárias singulares tem uma importância considerável, que vai além de permitir a obtenção de uma resposta para a pergunta de pesquisa e testar a hipótese levantada. Isso porque, devido à dificuldade de acesso aos documentos e a insuficiente responsabilização das violações cometidas pelos militares, a ditadura militar no Brasil foi sondada com rasa profundidade anteriormente. Diante disso, os dados revelados pelas fontes primárias aqui utilizadas poderão ser úteis para ampliar a quantidade de informações disponíveis a respeito do período, algo bastante relevante,

¹⁰Em seu livro “A diplomacia do interesse nacional: a política externa do Governo Médici”, Cíntia Vieira Souto realiza um estudo da política externa daquele governo partindo de informações colhidas no Arquivo do Itamaraty, na entrevista concedida por Gibson Barbosa ao CPDOC e em outros documentos.

já que, como apontado por Barbosa (2007), o resgate de memórias permite que a sociedade redefina e transforme seus valores e ações.

Nesse sentido, cumpre explicar tanto a escolha do tema em questão como as dimensões em que se manifestam outros méritos dessa pesquisa, principalmente para o campo de estudos das Relações Internacionais, da História e da Ciência Política. Primeiramente, em termos do recorte temporal, a importância da análise do regime militar emana do fato de que, em decorrência do peculiar plano de desenvolvimento econômico da época, lado-a-lado a um drástico rompimento das alianças de classe e dos consensos ideológicos preexistentes, trata-se de um período histórico distinto no Brasil (SADER, 2004). Similarmente, a peculiaridade daquele momento se acentua tendo em vista que, ao contrário de todas as intervenções que os militares realizaram a partir de 1945, o golpe de 1964 não marcou uma rápida passagem das Forças Armadas na gestão da política brasileira (SKIDMORE, 1978). Pelo contrário, o golpe deu origem a uma era autoritária que se estendeu por duas décadas e que, segundo Skidmore (1978), deve ser analisada a fim de que se compreenda a democracia na Nova República.

Com efeito, a opção pela investigação do governo Médici entre os cinco militares que estiveram no poder durante os 21 anos de ditadura se justifica tanto por tal gestão coincidir com o momento de avanço da esquerda no subcontinente, quanto por compreender também a fase de maior repressão da ditadura militar. Trata-se do período denominado por Gaspari (2002) como a “Ditadura Escancarada” e “Os anos de Chumbo”, no qual, segundo Skidmore (1978, p. 11), “o estado de segurança nacional foi conhecido em sua forma mais pura”. Por certo, Skidmore (1978) expõe que no decorrer dos anos em que Médici esteve no poder, a subversão foi tratada com guerra, de sorte que guerrilhas foram liquidadas e setores de inteligência dos serviços armados obtiveram ampla liberdade para realizar prisões e investigações de opositores comunistas.

Frente a isso, desvendar novos dados e noções acerca do mandato presidencial de Médici tem relevância na medida que permitirá alargar o escasso acervo de informações pertinentes ao governo militar que, simultaneamente, foi o de maior repressão, e é aquele sobre o qual existe a menor quantidade de informações disponíveis. Por certo, embora o “milagre¹¹ econômico” brasileiro, sentido durante a gestão Médici, seja

¹¹Souto (2010, p.26-27) afirma que tal fenômeno se caracterizou por “uma política de desenvolvimento acelerado, com expansão do mercado interno,

figura recorrente na historiografia do país, o detalhamento deste governo, e em especial o de sua política externa, manifesta-se de forma rasa¹² na bibliografia disponível. Skidmore (1978) justifica tal circunstância:

“Aqueles anos (os do governo Médici) repugnaram a muitos estudiosos, tanto por causa da indesculpável repressão governamental quanto pelos seus êxitos superficiais (conquista do campeonato mundial de futebol de 1970, 11% de crescimento econômico etc.). ” (SKIDMORE, 1978, p.11).

Já em relação ao insuficiente tratamento dado às relações exteriores de Médici, Souto (2013) alega que:

“Depois da “correção de rumos” de Castelo Branco e da “resposta” independente de Costa e Silva, as realizações diplomáticas do período Médici ficaram “sufocadas” pelo discurso do “pragmatismo responsável” de Geisel. Aqueles quatro anos, dolorosamente “tranquilos” do ponto de vista da política interna, pareciam ter sido pouco interessantes em relação à política externa” (SOUTO, 2013, p.12).

À vista disso e considerando que a pesquisa se propõe a levantar maiores esclarecimentos acerca da gestão Médici, ela terá uma contribuição bibliográfica significativa uma vez que poderá auxiliar inclusive na compreensão das várias contradições que permearam a condução das relações externas deste governo. Afinal, como mostra Souto (2010), a diplomacia do período negou a divisão estanque entre mundo desenvolvido e subdesenvolvido, mas, ao mesmo tempo, rejeitou

modernização do sistema de crédito, estabelecimento de uma nova política de exportação, aliada a fatores conjunturais favoráveis, como maciça entrada de capital estrangeiro; fortalecimento do setor estatal, nas áreas relegadas pelo capital privado, em razão da baixa rentabilidade, e o apoio à indústria nacional. ” Mais detalhes sobre esse fenômeno serão fornecidos na subseção 2.2.1.

¹²Com efeito, constatado a baixa disponibilidade de obras contemporâneas expressivamente relevantes sobre o governo Médici, este projeto, e em particular sua seção de revisão de literatura, foram essencialmente baseados em fontes clássicas sobre a ditadura militar.

o conceito de “Terceiro Mundo”. Similarmente, tratava-se de um governo de orientação ideológica autoritária e conservadora e que reconhecia claramente laços do Brasil com os Estados Unidos, mas que realizou ações indesejáveis do ponto de vista da potência norte-americana, como a ampliação do limite da soberania brasileira para 200 milhas náuticas (SOUTO, 2010). E, acima de tudo, refere-se a um período que, enquanto o AI-5 e a repressão que respaldava vigoraram robustamente no plano interno, iniciativas externas muitas vezes não refletiram o autoritarismo do regime – elemento que se manifesta no paradoxo central a ser compreendido por este trabalho e que, conforme será observado, trata-se de uma *aparente* contradição e não precisamente da ocorrência de uma postura internacional incongruente e/ou incoerente da diplomacia do governo em questão.

2 A ESTRATÉGIA INTERNACIONAL DO GOVERNO MÉDICI E SEUS GRANDES DETERMINANTES

2.1 DIRETRIZES E PRINCIPAIS MARCOS DAS RELAÇÕES EXTERNAS BRASILEIRAS NO PERÍODO

Durante um discurso¹³ proferido em razão do dia do diplomata, em 20 de abril de 1970, no Palácio do Itamaraty, o ex-presidente Médici afirmou: “A meta essencial de meu governo pode resumir-se numa palavra: desenvolvimento” (BRASIL, 1970, p. 29). Essa meta e seus condicionantes foram enunciados reiteradamente nos discursos do ex-presidente, sobretudo nas declarações a respeito da política externa, a exemplo de seu pronunciamento¹⁴ durante uma Aula Inaugural na Escola Superior de Guerra (ESG)¹⁵, em 1970. Na ocasião, o ex-presidente anunciou:

“É certo que todo esforço do Brasil no trato com as outras nações será sempre no sentido do imperativo do desenvolvimento nacional. É certo que a formulação e a execução de toda a nossa política externa, desde a mais alta formulação governamental na Praça dos Três Poderes, até a ação silenciosa de um distante funcionário consular em um confim do mundo, serão sempre voltadas para o bem de nosso povo.” (BRASIL, 1970, p. 70-71).

Esse enfoque no logro do desenvolvimento econômico estabelecido pelo governo Médici, e, mais especificamente, por sua política externa, foi logo percebido nos EUA como uma investida brasileira na conquista de maior projeção internacional. Um memorando¹⁶ da Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA, na sigla em inglês), redigido dois anos após aquele discurso de Médici,

¹³BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **Diplomacia para o desenvolvimento**, Brasília, 20 de abril. 1970.

¹⁴BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **Central Intelligence Bulletin**. Rio de Janeiro, 10 de março. 1970. 25p.

¹⁵Detalhes sobre a ESG serão vistos na subsecção 2.2.2.2.

¹⁶DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum: Brazil Widens its Horizons**. 1972.

assinhalava que os objetivos centrais da política externa daquele governo brasileiro eram a proteção da integridade nacional do país de qualquer tipo de dominação ou influência externa, a obtenção de maior preponderância nas questões hemisféricas e o reconhecimento da importância do país no cenário mundial (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1972).

Nesse sentido, são acertadas as interpretações da literatura disponível que definem a diplomacia do período como uma “escalada rumo ao status de grande potência”, como é o caso de Gonçalves e Miyamoto (1998). Segundo esses autores, tratando-se de um governo que, diante de uma crise político-ideológica resultante da gestão presidencial anterior, fomentou a união entre os militares, Médici usufruiu de legitimidade suficiente para buscar o objetivo de longo prazo da diplomacia brasileira de desenvolver o país no sentido de levá-lo ao *rol* das grandes potências. Gonçalves e Miyamoto (1998) alegam ainda que a delimitação desse objetivo, a qual esteve atrelada ao “Projeto Brasil Potência¹⁷”, era também consequência do próprio desempenho econômico do período. Para os autores,

“Evidentemente a empreitada do projeto "Brasil potência" só pode ser vislumbrada como algo palpável na medida em que a tecnoburocracia, firmemente plantada nesse período, garantia que os 11,2% de crescimento do PIB, registrados em 1968, manter-seiam como índice padrão de crescimento da economia do país. ” (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1998, p. 224).

Tal avaliação de Gonçalves e Miyamoto (1998) igualmente encontra respaldo na documentação disponibilizada pela CIA. De acordo com um relatório especial¹⁸ de 1971, a habilidade brasileira em adotar uma conduta mais autonomista no cenário internacional se desenvolvia a medida que seu crescimento econômico se ampliava e que alargava também a participação do país nas trocas de reservas internacionais (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1972). Embora o documento não apresente uma justificativa para este fato, Blumenhagen (2016) ajuda a compreendê-lo ao argumentar que, conforme o crescimento econômico se acelerava, fazia-se

¹⁷O “Projeto Brasil Potência será definido e explicado na subseção 2.2.1.

¹⁸DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Weekly Summary Special Report: Brazil Under Médici.** 1971.

imprescindível a obtenção de maiores quantidades de capitais para os investimentos necessários. Assim, a atuação externa brasileira se desenrolava de forma mais proativa visando a captação de recursos financeiros externos.

De qualquer modo, tendo delimitada a meta central do governo, isto é, o desenvolvimento nacional, Gibson Barbosa, chanceler de Médiçi e articulador primordial de sua política externa, ao discursar no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em 10 de julho de 1970, deixou claro que o logro de tal meta seria perseguido distante daquilo que considerava como “a mitologia associada à questão do desenvolvimento”. Para Gibson Barbosa essa mitologia envolvia certas falácias, isto é, o subdesenvolvimento autogênito, o subdesenvolvimento paternalístico e o subdesenvolvimento gradualístico (SOUTO, 2010). O ex-ministro assim caracterizava tais falácias:

“A falácia do subdesenvolvimento autogênito toma como ponto de partida a ideia de que o mundo em desenvolvimento é uma unidade que existe em seu próprio interior, e que apenas coexiste especialmente com o mundo desenvolvido, sem que se verifique entre os dois qualquer inter-relação [...] A falácia paternalística acredita que o desenvolvimento pode ser alcançado através dos laços especiais que ligam certos países desenvolvidos a certos países em desenvolvimento [...] A falácia gradualística, finalmente, tem como coisa adquirida que o desenvolvimento é um processo de longo prazo, e que o melhor que se pode desejar é um aumento progressivo da receita, durante um período razoavelmente longo [...]” (BARBOSA, 1970, p. 240)¹⁹.

Ao negar a incorporação do conteúdo destas falácias à estratégia de atuação internacional do país, Barbosa declarava que a diplomacia da época rejeitava a ideia de que o subdesenvolvimento era produto de acidente histórico e de determinismo geográfico, como pontua Del Vecchio (2014), e de que existia uma estanque divisão internacional do trabalho na qual a clivagem entre mundo desenvolvido e em desenvolvimento jamais seria sucumbida, conforme anuncia Martins

¹⁹Documentos de Política Externa (DPE), 1970, v. IV, p. 240.

(1975). Nesse sentido, Souto (2010) explica que, primeiramente, ao rechaçar a ideia de subdesenvolvimento autogênito, acreditava-se que, através de uma ampla estratégia, o subdesenvolvimento brasileiro poderia e deveria ser superado. Em segundo lugar, na defesa desta tipologia particular de desenvolvimento, que condenava também o subdesenvolvimento paternalístico, o ex-ministro vetava a articulação de alinhamentos automáticos, já que os anseios brasileiros haviam se tornado globais (SOUTO, 2010). Finalmente, repudiando o desenvolvimento gradualístico, Gibson Barbosa expunha a possibilidade de que o status de país desenvolvido pudesse ser obtido em um curto espaço de tempo (DEL VECCHIO, 2014)

De acordo com Martins (1975) e Vizentini (1998), a rejeição a essas três falácias, que reflete as principais diretrizes da política externa do período, dava base para o desenvolvimento de uma espécie de “oportunismo” nas relações exteriores brasileiras. Tal “oportunismo” significa o desfrute de todo tipo de desequilíbrio e anomia presente na interação Norte-Sul, e de qualquer oportunidade para mobilidade ascendente do país sem que isso fosse fonte de controvérsia com outras nações (MARTINS, 1975; VIZENTINI, 1998).

Ressalta-se que essa estratégia foi possível já que, internacionalmente, observava-se um movimento de gradual desmantelamento dos elos do mundo capitalista e do subsistema socialista com seus satélites. Efetivamente, o sistema internacional parecia se reorganizar multipolarmente, dado que uma crise financeira abalava a proeminência mundial dos Estados Unidos e novos polos de poderio econômico emergiam, como é o caso do Japão e de países europeus (SOUTO, 2010). Essa nova configuração da estrutura de poder global fornecia, conforme salienta Martins (1975, p. 90) “o aspecto positivo de tornar a dependência brasileira mais difusa do que o seria no interior de um esquema rigidamente bipolar”, uma vez que novas fontes de comércio, investimento e ajuda eram obtidas.

Diante disso, como alega Vizentini (1998), a diplomacia de Médici não vislumbrou sucumbir as relações de poder existentes, tendo, na realidade, buscado posicionar o país no sistema centro-periferia de forma mais compatível ao seu progressivo desenvolvimento. Como defendia Gibson Barbosa, “supunha-se que nada precisava de fato ser mudado no sistema internacional, a não ser a posição que nele o Brasil ocupava” (BARBOSA *apud* PINHEIRO, 2004, p. 42). Não era desejado, conseqüentemente, o rompimento ou a promoção de contendas com os países desenvolvidos. Ideais emancipatórios ou revolucionários não só não foram incorporados, como foram, na

realidade, descartados. Esta lógica pode ser compreendida na definição que Martins (1975, p. 84) realiza sobre a diplomacia do interesse nacional – como ficou conhecida a política externa de Médici:

“A diplomacia do exclusivo interesse nacional baseava-se na convicção de que, desde que os recursos materiais e humanos continuassem a crescer a uma taxa elevada e estável, tornar-se-ia possível para o país livrar-se das desvantagens inerentes à condição de área periférica sem que, para tanto, lhe fosse exigido anular as relações assimétricas de dominação e exploração que, inevitavelmente, se estabelecem entre as diferentes unidades do sistema. ” (MARTINS, 1975, p. 84).

Ao mesmo tempo, não se emcapava uma recusa em defender o mundo em desenvolvimento e regras mais justas para a convivência dos distintos países no cenário global. Pelo contrário, as divergentes condições impostas aos diferentes países do mundo pelas regras de convivência internacionais eram identificadas e condenadas, como afirmou Médici, no discurso²⁰ feito no dia do diplomata, em 1970, - redigido pelo próprio Gibson Barbosa -, conforme pode ser visto a seguir:

“O nosso país se recusa a crer que a história se desenrole necessariamente em benefício de uns e em prejuízo de outros (...). É indispensável (...) a mudança das regras do comércio internacional, que secularmente têm favorecido os países desenvolvidos, e, bem assim, a alteração do mecanismo de distribuição mundial do progresso científico e tecnológico. Não admitimos que a grande revolução científica e tecnológica de nosso tempo se faça (...) em benefício quase exclusivo dos países mais desenvolvidos (...) por essa razão, o Brasil quer ter mãos livres em todos os setores da pesquisa científica e da aplicação pacífica das novas e ilimitadas fontes de energia. E se recusa a comprometer o seu futuro, obrigando-se por

²⁰BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **Diplomacia para o desenvolvimento**. Brasília.20 de abril de 1970.

esquemas internacionais em que lhe são negados direitos e prerrogativas, que se pretende constituam privilégio de alguns. ” (BRASIL, 1970, p. 27-30).

A comprovação da execução prática dessa retórica também aparece na documentação disponibilizada pela CIA. Um relatório especial²¹ realizado quase um ano após o discurso de Médici destaca que o projeto de nação invocado pela diplomacia daquele governo brasileiro refletia sobre os problemas do bloco de países menos desenvolvidos do globo em contraposição aos ganhos corriqueiros das nações desenvolvidas (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1971). Já um memorando²², redigido dois anos após o referido discurso, revela que, para Gibson Barbosa, a bipolarização da Guerra Fria teria sido substituída por uma segmentação entre países detentores de poder militar, científico e econômico, e nações condenadas à distância do progresso do poder. Diante disso, o memorando mostra que a CIA acreditava que o ex-ministro brasileiro, entre outras coisas, buscava evidenciar o dever das nações desenvolvidas de extinguir tal divisão dentro de um panorama de segurança econômica internacional, mediante completo desarmamento e erradicação do subdesenvolvimento. Especificamente, o memorando mostra que, conforme a visão da CIA, a política externa brasileira do período demandava uma distribuição mais equitativa do progresso científico e tecnológico e repelia tentativas individuais de restauração de zonas de influência e imposição de visões políticas. O documento revela também que, na visão da CIA, diante dos impressionantes recursos do Brasil e de sua experiência compartilhada com outros países em desenvolvimento, o governo brasileiro acreditava caber ao país o dever de dar voz às necessidades daquelas nações ainda em vias de se desenvolver (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1972).

As informações desse documento não só confirmam análises como as de Martins (1975), para o qual o Brasil também se opôs a estagnação da estratificação econômica internacional, como também de Del Vecchio (2014) e de Silva (1995), que haviam identificado aquele compromisso brasileiro com as demandas do mundo em

²¹DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Weekly Summary Special Report: Brazil Under Médici.** 1971.

²²DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum: Brazil Widens its Horizons.** 1972.

desenvolvimento. Contudo, Del Vecchio (2014) e Silva (1995) defenderam ainda que esse compromisso teria levado os diplomatas brasileiros da época a se engajarem em uma tendência autonomista contra o que o Embaixador brasileiro em Washington, Araújo Castro, denominou de “congelamento de poder²³” (DEL VECCHIO, 2014). Especificamente, para Silva (1995), o ex-embaixador mostrava uma preocupação com a permanência da *détente*, e, por conseguinte, com o *status quo* estabelecido após a Segunda Guerra Mundial. Assim, conforme pontua Del Vecchio (2014), o congelamento de poder estaria relacionado à política de contenção da Guerra Fria, de modo que, através de certos mecanismos legais, como o Tratado de Não-Proliferação (1968), as grandes potências internacionais institucionalizavam a dominação do poder militar, político, econômico, científico e tecnológico mundial.

Essa percepção de Silva (1995) e de Del Vecchio (2014) a respeito da repulsa do governo brasileiro ao congelamento de poder, sobretudo por meio do Tratado de Não-Proliferação, pautou-se, entre outras coisas, na retórica empregada por Gibson Barbosa para expor, em 1972, as cinco funções que atribuía à política externa e no próprio discurso de Araújo Castro aos estagiários do Curso Superior de Guerra da ESG, em 1971, tendo sido confirmada mais tarde no livro autobiográfico²⁴ de Barbosa.

Primeiramente, quanto às funções da política externa, Gibson Barbosa, assinalou que ela deveria:

“(…) a) provocar mudança nas regras da convivência internacional e na cristalização do poder; b) usar o poder nacional decorrente do crescimento em favor dos povos que aspiram ao progresso; c) auxiliar a implantação da nova ordem econômica internacional, até mesmo como requisito da paz, que não resulta da manutenção do *status quo* e do equilíbrio do poder; d) manter ativa solidariedade com os povos em via de desenvolvimento; e) ampliar em extensão e profundidade o universalismo da ação externa.”

²³Detalhes em: CASTRO, Araújo. **O congelamento de poder mundial**. Revista Brasileira de Estudos Políticos, n. 33, p. 7-30, jan. 1972.

²⁴BARBOSA, Mario Gibson. **Na diplomacia, o traço todo da vida**. Rio de Janeiro: Record, 1992.

Já em seu livro autobiográfico, mais especificamente dentro da tendência de contraposição ao congelamento de poder, expresso principalmente no Tratado de Proliferação Nuclear, o ex-ministro salientou que:

“O tratado criava duas classes de países: os que possuíam a bomba e os que não a possuíam (...) Tratava-se, por conseguinte, de um instrumento internacional discriminatório, leonino, iníquo, destinado a congelar o poder atômico. Seria um ato de total insânia, que nem precisava ser comentada” (BARBOSA, 2002, p. 216-217).

De modo semelhante, Araújo Castro, em específico, acreditava que o tratado legitimava e dava respaldo para a perpetuação da desigualdade entre as nações, uma vez que estabelecia duas diferentes categorias de países: as nações fortes, adultas e responsáveis, e as nações fracas, não-adultas e não-responsáveis (CASTRO, 1971).

As implicações práticas do conteúdo desses discursos, os quais inspiraram as análises literárias mencionadas, haviam sido percebido inclusive pela CIA. Um dos memorandos²⁵ disponibilizados pela agência, redigido em 1972, afirmava categoricamente que não era de interesse do Brasil sua participação em iniciativas internacionais como o Tratado de Proliferação Nuclear, já que “(...) as administrações brasileiras pós-1964 têm defendido que o tratado impõe restrições aos países não-nucleares de forma a perpetuar os privilégios do clube nuclear” (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1972, p. 7).

Não obstante, se o governo brasileiro entendia que mecanismos de congelamento de poder como o Tratado de Proliferação Nuclear deveriam ser combatidos, o mesmo não poderia ser dito da estrutura econômica capitalista internacional, como foi visto anteriormente. Assim, como aponta Martins (1975), um posicionamento aparentemente paradoxal se tornou exequível, já que, se por um lado o Brasil seguiu estimando desígnios de integração regional, defendendo mudanças no comércio internacional e apoiando plataformas de oposição a subjugação dos países em desenvolvimento pelas grandes potências mundiais, por outro lado, acreditando que o fenômeno da exploração imperialista seria um instrumento natural do capitalismo global, o país seguiu explicitando sua convicção no capitalismo ocidental, na

²⁵DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum**: Brazil Widens its Horizons. 1972.

democracia e na importância do capital estrangeiro (MARTINS, 1975).

Em suma, a política externa de Médici seguia as dimensões da “cooperação antagônica”, conceito articulado na literatura por Mello (1997), que diz respeito a uma estratégia diplomática em que não se observava nem uma integração axiomática ao grupo de países não-alinhados²⁶, nem uma rejeição à inserção no bloco capitalista ocidental. Nesse sentido, segundo Gobo (2004), enquanto na esfera ideológica o país se aproximava do mundo capitalista ocidental, no âmbito econômico, o pluralismo nas relações exteriores recebia prioridade como forma de obtenção do reconhecimento da posição distinta brasileira no globo. Sem abandonar o reconhecimento da identidade e compromisso brasileiros com o mundo em desenvolvimento, buscava-se romper a visão do país como membro do bloco terceiro mundista, e apresentá-lo como uma potência média emergente apta a conquistar uma posição ainda mais imponente no cenário mundial (GOBO, 2004).

Segundo Martins (1975), essa conduta e concepção dualistas tinham raízes na interpretação da diplomacia do período de que inúmeros obstáculos estruturais permeavam a trajetória do desenvolvimento. Concomitantemente, como destaca Gonçalves e Miyamoto (1998), entendia-se que manifestações a favor de um sistema internacional baseado no equilíbrio de poder, atrapalhavam as ambições de países em desenvolvimento como o Brasil, detentores de maiores capacidades e que buscavam se aproximar das nações desenvolvidas. Como aponta Souto (2014, p.102): “Associar-se intimamente a países cujas potencialidades em termos de recursos, riqueza e poder eram muito mais limitadas que as brasileiras, poderia redundar em uma homogeneização que atrapalharia a interlocução do Brasil com as grandes potências”. Na entrevista concedida ao CPDOC, Gibson Barbosa deixa isso claro, principalmente ao apresentar os motivos de rejeitar o pertencimento ao Terceiro Mundo. De acordo com ele, tratava-se de uma divisão simplista, que, a despeito da característica comum compartilhada por seus membros, isto é, o subdesenvolvimento, não expressava as realidades políticas, naturais e sociais desses países.

²⁶Com o objetivo de equacionar problemas como desarmamento, integridade nacional e bipolaridade no contexto da Guerra Fria, em setembro de 1961, 28 países do chamado “Terceiro Mundo” se reuniram em Belgrado, capital da então Iugoslávia. A discussão em Belgrado originou a formação de um bloco de países que vislumbrava a consolidação de autonomia nacional de forma pacífica e não alinhada a nenhum dos dois polos de conflito do embate ideológico da época (VIGEVANI, 1990).

À vista disso, o governo Médici foi marcado pelo abandono de ambições generalistas como a “defesa dos direitos econômicos e sociais dos povos subdesenvolvidos”, mas também de outras como a “preservação da civilização cristã-ocidental” e o “pan-americanismo” (DEL VECCHIO, 2014). Houve, dessa forma, uma rejeição - implícita na própria rejeição das três falácias do desenvolvimento-, tanto do multilateralismo reivindicatório, empregado antes por Costa e Silva (1967-1969), quanto de opções que caracterizassem alinhamentos automáticos, as quais foram selecionadas por Castelo Branco (1964-1967). Com isto, acreditava-se ser possível resolver duas questões antes tidas como excludentes, isto é, a superação do subdesenvolvimento e a proteção dos mecanismos da acumulação capitalista global (MARTINS, 1975; SOUTO, 2010).

Deste modo, a política externa do governo Médici “não só foi mais atuante - em ações concretas, para além da retórica e das bravatas-que seus antecessores” (PONCE, 2015, p. 91), como também, segundo Martins (1975), percebia o Brasil sob perspectivas distintas das observadas nas administrações militares anteriores. Para Del Vecchio (2014) e Ferreira (2001), tratava-se de uma abordagem diplomática que, exceto o anticomunismo, extinguiu conteúdos doutrinários das dimensões políticas e que, frente às crescentes potencialidades da nação e sua individualidade histórica, admitia uma “via separada” rumo ao desenvolvimento.

Na articulação dessa abordagem diplomática, uma diferenciação entre a Política Externa Brasileira e a Política Internacional do País foi elaborada e apresentada pelo Embaixador Araújo Castro nas declarações concedidas à Escola Superior de Guerra (ESG) em 1971²⁷. A primeira delas, respectivamente, refletia a tradicional conduta brasileira nas relações internacionais e seus princípios gerais, como igualdade entre as nações, solução pacífica de conflitos, autodeterminação dos povos, relação amistosa com países americanos, e outros (SOUTO, 2010). Já a Política Internacional dizia respeito às normas de conduta do país na comunidade internacional de nações, de modo que os princípios gerais seriam adaptados de acordo com as circunstâncias reais do período tendo em vista a busca por projeção do poder nacional (VIZENTINI, 1998).

Essa diferenciação esteve presente em todas as diretrizes traçadas para a atuação internacional do período, e suas premissas já haviam sido

²⁷CASTRO, Araújo. **Organização e notas de Rodrigo Amado**, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 212.

expostas, implicitamente, nas palavras²⁸ de Médici durante a Aula inaugural proferida na ESG no ano anterior. No discurso prestado, o ex-presidente declarava que, junto a outros membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Organização das Nações Unidas (ONU), objetivava-se garantir a paz e a conciliação entre as civilizações, mas também colaborar com uma distribuição mais equitativa dos frutos dos avanços científicos e tecnológicos e com a garantia de um imperativo social entre os Estados, de modo que caberia, portanto, um esforço de sensibilização do mundo desenvolvido sobre a problemática da aceleração dos desníveis socioeconômicos no cenário global (BRASIL, 1970).

Nesse sentido, Médici e sua diplomacia visavam, em suma, a construção de um espaço para o Brasil entre as potências hegemônicas do hemisfério ocidental e o Terceiro mundo, como revela Del Vecchio (2014). Com efeito, a atuação externa brasileira refletia a nação como “potência ouvida no concerto dos fortes e respeitada naquele dos fracos²⁹”.

Entretanto, Gonçalves e Miyamoto (1998) argumentaram que essa estratégia não foi recebida positivamente, de forma geral, no cenário internacional, argumento cuja veracidade é comprovada pelo governo norte-americano em um memorando³⁰ da CIA, de 1972. Segundo o documento, os EUA perceberam que o próprio Médici entendia que a participação cada vez mais incisiva do país internacionalmente produziria conflitos de interesses (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1972). Contudo, discursos proferidos pelo ex-presidente mostram que ele e Gibson Barbosa interpretavam a emergência de tais conflitos como consequência natural do processo de desenvolvimento do país, como fica claro no referido discurso realizado no dia do diplomata em 1970:

“À medida que o Brasil cresce — e, mercê de Deus, somos testemunhas cotidianas desse crescimento — tendem a manifestar-se conflitos de interesse no plano internacional. Devemos receber isso com tranqüila naturalidade, sem

²⁸BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **Central Intelligence Bulletin**. Rio de Janeiro, 10 de março. 1970. 25p.

²⁹FERREIRA, Olvieiros. S. Política externa a serviço de uma ideia messiânica. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 31 mar. 1974, p. 3.

³⁰DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum: Brazil Widens its Horizons**. 1972.

espanto ou alarme, como um sinal mesmo de nossa expansão, de alteração das nossas estruturas econômicas e da tomada de consciência do que representamos no concerto das nações [...] devemos exigir, com singeleza, mas sem hesitação, o reconhecimento e o respeito às novas dimensões de nossos interesses” (BRASIL, 1970, p. 27).

De qualquer modo, segundo Gonçalves e Miyamoto (1998), na América do Sul, por exemplo, afloraram os julgamentos de que o Brasil estaria buscando consolidar na região pressupostos imperialistas contidos nas teorias geopolíticas de estrategistas militares brasileiros da ESG, como Golbery de Couto e Silva. Para os autores, isso resultou do expansionismo regional brasileiro, impulsionado pela necessidade de ocupação efetiva do território nacional demandada pelo objetivo de desenvolvimento nacional, e materializado em projetos de colonização e aproveitamento econômico dos recursos existentes nas bacias Amazônica e do Prata, como as construções da rodovia Transamazônica e da hidrelétrica de Itaipu (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1998).

Nesse sentido, segundo Ponce (2015), o descontentamento dos vizinhos regionais com as investidas brasileiras era tão evidente que, na segunda “Mensagem³¹ ao Congresso Nacional, enviada em 1972, Médici tratou de se retratar perante à América do Sul. Na mensagem, que continha a menor das referências à política externa entre todas as outras mensagens enviadas no período, a recusa à hegemonia é feita pela primeira vez em documentos oficiais do regime militar, denotando o claro “mal-estar causado pelos movimentos brasileiros entre os vizinhos continentais” (PONCE, 2015, p. 99).

A autenticidade dessas observações de Ponce (2015) e de Gonçalves e Miyamoto (1998) é atestada na documentação disponibilizada pela CIA em estudo. Um memorando³² da agência redigido em 1972 apontava que as acusações sul-americanas contra o poderio brasileiro estavam tão afloradas que diversos representantes do governo tiveram de insistir publicamente que o objetivo do Brasil não era o exercício da liderança continental, mas sim da influência adequada a seu tamanho e progresso (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE,

³¹BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, 1973. 104 p.

³²DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum: Brazil Widens its Horizons**. 1972.

1972). Ainda, um documento³³ da agência norte-americana redigido em 1975, contendo uma avaliação geral dos governos militares brasileiros até aquela data, apontava que o próprio sucesso econômico brasileiro do período e seus extensos território e população incitavam a ideia de um “destino manifesto” do país na região. Diante disso, segundo o documento, o receio do poder do Brasil na região era notório, tendo provocado reações defensivas de Argentina, Peru e Venezuela, e manifestações contrárias à imagem do Brasil como porta-voz latino-americano por parte das nações da região (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1975).

Ainda, este último documento referido aponta que, no que diz respeito a outros países em desenvolvimento, a orientação política brasileira também era alvo de desconfianças e cada passo que o Brasil dava rumo a suas ambições de desenvolvimento, menos seus interesses coincidiam com os do Terceiro Mundo. À vista disso, nas palavras do documento em questão, a nação vivia um dilema, já que, por outro lado, compactuava com o mundo em desenvolvimento na medida em que se empenhava para garantir concessões econômicas dos Estados industrializados e advogava por melhor distribuição da riqueza mundial (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1975).

Por conseguinte, quanto aos países desenvolvidos, e, em especial, os Estados Unidos, a estratégia externa do país também gerou alguns atritos. Nesse sentido, é correto o entendimento de Gonçalves e Miyamoto (1998, p. 228) de que “[...] o nacionalismo dos militares brasileiros, ao buscar patamares mais elevados de desenvolvimento e independência, tendia a deslocar o padrão de relacionamento entre Brasil e Estados Unidos para bases mais realistas e competitivas.”

Entretanto, para Martins (1975), embora diante de todos os aspectos de conflito em potencial, a diplomacia brasileira soube trabalhar para obter até mesmo cooperação da potência norte-americana em inúmeras questões, como nucleares e comerciais, como será visto com maior profundidade na subseção 2.2.2.1. Similarmente, as relações entre Brasil e o restante da América do Sul não podem ser resumidas a estiramentos, uma vez que, como mostra Vizentini (1998), inúmeras iniciativas e acordos de cooperação foram estabelecidos regionalmente.

Aliás, para Souto (2010), a capacidade da diplomacia brasileira em atenuar os efeitos nocivos de sua estratégia com os vínculos internacionais do país pode ser explicada devido a priorização que foi

³³CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **National Intelligence Estimate: The Outlook for Brazil**, 11 de julho, 1975.

conferida ao bilateralismo. Isso porque, para a autora, esse tipo de método permitia que o país se relacionasse com outras nações sem arriscar posições radicais e acusações ideológicas.

Essa interpretação da literatura sobre o foco colocado na diplomacia bilateral pode ser verificada com o depoimento de Barbosa ao CPDOC. Na entrevista, ao ser questionado sobre suas crenças na diplomacia multilateral, Barbosa confessou que acreditava que a utilização do bilateralismo era imprescindível, já que a obtenção de êxitos pela atuação multilateral era muito restrita e a longo prazo.

Aliás, essa abordagem de Barbosa havia sido percebida nos EUA já nos primeiros anos do governo Médici. Um telegrama³⁴ enviado da Embaixada norte-americana ao Secretário de Estado em Washington, alegava que, visando o logro de seus objetivos, o Brasil passou a fazer uso extensivo de uma diplomacia bilateral. Tal diplomacia se apoiava nas habilidades e competências de Gibson Barbosa dentro das negociações internacionais e, ao mesmo tempo, estabelecia uma extensa agenda de trocas de visitas entre as contrapartes do país (EMBAIXADA EM BRASÍLIA, 1971).

A literatura sobre o tema, no entanto, não exclui a existência de esforços multilaterais. Vizentini (1998), por exemplo, chama atenção para o fato de que a diplomacia do governo Médici desenvolveu uma divisão de trabalho entre estratégia multilateral e bilateral, de modo que, enquanto a defesa de interesses materiais brasileiros ocorria bilateralmente, problemáticas pertinentes à ordem política econômica mundial faziam-se multilateralmente (VIZENTINI, 1998).

Porém, Souto (2010) assinala que, embora questões relativas a metas sistêmicas, como reivindicações econômicas e obtenção de informações, aparecessem no plano multilateral, essa esfera foi dominada pela retórica, a exemplo da crítica às estruturas de comércio internacional; do repúdio às tentativas de congelamento do poder mundial; da defesa de livre acesso à tecnologia e da necessidade de luta conjunta contra o subdesenvolvimento. Na mesma medida, o multilateral também era designado para o tratamento de relações com países cujos vínculos com o Brasil ainda não haviam sido sedimentados, como com as repúblicas centro-americanas e da África subsaariana. Já no que diz respeito aos relacionamentos consolidados do país, como os Estados latino-americanos e europeus, os Estados Unidos, e o Japão,

³⁴EMBAIXADA EM BRASÍLIA [Telegrama] 28 de abr., 1971, Brasília [para] Secretaria de Estado dos EUA, Washington. 3p. Brazil Emphasizes Personal Diplomacy.

estes eram tratados individualmente, em bases bilaterais (SOUTO, 2010).

O bilateralismo era assim, conforme indica Souto (2001, p. 52), “a outra face do pragmatismo”, uma vez que, partindo do objetivo de transformar o Brasil em uma potência emergente, permitia a reafirmação de vínculos internacionais, reforçando assim, a presença do país no cenário global e suas possibilidades de irradiação diplomática. Com isso, a diplomacia do interesse nacional ajudou a sedimentar o que Lessa (1998) denomina de “sistema contemporâneo de relações bilaterais da política externa brasileira”, isto é, “o estabelecimento de relações pacíficas e instrumentalizáveis com países em todos os continentes” (LESSA, 1998, p. 30), incluindo aqueles do bloco socialista (BLUMENHAGEN, 2016).

Nesse sentido, convém mencionar um fragmento da aula inaugural³⁵ de Médici proferida na ESG. Na ocasião, o ex-presidente afirmava que, uma vez que o interesse nacional guiaria todo o comportamento externo brasileiro, os círculos concêntricos das relações internacionais do país seriam definidos a partir do reconhecimento da identidade do país enquanto Estado latino-americano, participante da América, do Hemisfério Ocidental, da civilização cristã, da democracia, da comunidade de povos de língua portuguesa e do mundo subdesenvolvido.

Assim sendo, primeiramente, no que diz respeito as relações brasileiras com a América Latina, Vizentini (1998) afirma que houve um fortalecimento das relações com os vizinhos, objetivando promover melhor inserção internacional com baixo custo e acelerar o desenvolvimento, mediante a absorção externa da produção brasileira que estava sendo gerada com as novas infraestruturas do país, como será visto na subseção 2.1.2. Por outro lado, conforme pontua Souto (2001, p. 56), essa aproximação, não só “obedecia à lógica de integração com países de menor desenvolvimento relativo, com vistas ao estabelecimento de uma espécie de dependência”, como também visava a primazia brasileira na Bacia do Prata, em contraposição à Argentina.

Cabe apontar, entretanto, que a cooperação com os países latino-americanos não significava admitir um pertencimento do Brasil exclusivamente à América Latina, “embora nossa condição de latino-americano não desapareça (...) nossa dimensão se projeta em sentido oceânico” (PONCE, 2005, p. 97-98). Diante disso, invocava-se a

³⁵BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **Central Intelligence Bulletin**. Rio de Janeiro, 10 de março. 1970. 25p.

solidariedade interamericana e uma segurança política hemisférica, como é possível compreender através da “Mensagem³⁶ ao Congresso Nacional”, enviada em 1971:

“Condicionado pela sua posição de país atlântico, americano e em vias de desenvolvimento, mantém-se o Brasil dentro de suas matrizes tradicionais de política externa, tendo por objetivos principais a manutenção da integridade de seu espaço geográfico, a preservação de sua segurança e a busca de acelerado desenvolvimento econômico, cultural e social (...) Traduzem-se esses objetivos em ação continuada em favor da organização da paz e da convivência harmoniosa dos povos, da solidariedade interamericana, da segurança política hemisférica e da implantação de um sistema de cooperação que conduza à segurança econômica coletiva.” (BRASIL, 1974, p. 67).

Essa alegação reafirmava a ideia de Brasil enquanto potência média, que demandava a manutenção de relações cordiais e vantajosas com os outros países do hemisfério, em particular, os EUA. Por outro lado, alternativas no mundo desenvolvido à tradicional parceria com a potência norte-americana também foram buscadas, como foi o caso do Japão. Um dos relatórios³⁷ semanais da CIA realizado em maio de 1973 revela que os brasileiros viam o Japão como “um promissor mercado em expansão e como fonte de capital, de tecnologia industrial e de *know-how* em negócios - campos em que a influência norte-americana antes predominava” (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1973, p. 6 – tradução nossa³⁸).

Nesse sentido, como aponta Vizentini (1998), avanços marcaram também as relações brasileiras com países como a Alemanha Federal, com quem o Brasil negociou aspectos nucleares e de transferência de

³⁶BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, 1971. 132 p.

³⁷CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Economic Intelligence Weekly**. 17 de maio de 1973.

³⁸Texto original: “Brazilians (...) see Japan as a growing Market and source of capital, industrial technology (including nuclear energy expertise), and business know-how – fields where US influence long has predominated.” (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1973, p. 6)

tecnologia; e a Itália, com a qual também se discutiu a questão nuclear e acordos de cooperação técnica foram estabelecidos. Aliás, esse olhar de Vizontini (1998) pode ser respaldado por uma publicação³⁹ de 1973 do The National Survey, articulado pela CIA e pela Agência de Inteligência de Defesa dos EUA (DIA). Afinal, segundo a publicação, os interesses brasileiros na Europa Ocidental centravam-se na obtenção de investimentos e cooperação científica e tecnológica, bem como na proteção das exportações brasileiras contra barreiras tarifárias (NATIONAL INTELLIGENCE SURVEY, 1973).

Considerando o escopo da análise deste trabalho em termos de relacionamento do Brasil com nações de esquerda, cabe destacar que a mencionada busca por alternativas aos EUA também impulsionou o fortalecimento de vínculos com nações do mundo socialista como China, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e Alemanha Oriental, os quais foram conduzidos tendo por base a prioridade que o governo Médici colocou sobre a expansão das exportações brasileiras e a importância de relações bilaterais. Desse modo, segundo Blumenhagen (2016), conquanto o anticomunismo do regime e o desengajamento do país com as nações do Terceiro Mundo interagem como fatores de distanciamento ao bloco soviético, as demandas para a superação do subdesenvolvimento e o pragmatismo diplomático brasileiro se impunham como instrumentos de acercamento (BLUMENHAGEN, 2016).

O próprio Médici assume, na mensagem⁴⁰ enviada ao Congresso Nacional em 1974, que, em relação aos países da Europa Oriental, sua diplomacia buscou principalmente “expandir e diversificar o intercâmbio econômico-comercial com os mercados socialistas, dentro da política de fortalecimento de nosso comércio exterior”. Tendo isso em vista, o ex-presidente afirmou que esforços foram colocados para “promover esclarecimento mais amplo do empresariado nacional, não só a respeito das possibilidades de colocação de seus produtos na área socialista, como também sobre a oferta daqueles países” (BRASIL, 1974, p. 191).

Esse esforço de fomentar relações promissoras com a porção socialista do globo de modo a incrementar o intercâmbio comercial

³⁹NATIONAL INTELLIGENCE SURVEY. Agência Central de Inteligência dos EUA e Agência de Inteligência de Defesa dos EUA. **Government and Politics**: Brazil. Abril de 1973.

⁴⁰BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, 1974. 262 p.

havia sido observado de perto pelos EUA na época, como é possível concluir pela documentação da CIA aqui em análise, o que, aliás, atesta para a autenticidade da mencionada interpretação de Blumenhagen (2016) e de outras referências literárias sobre o assunto. Efetivamente, um relatório⁴¹ semanal da agência, datado em 23 de agosto de 1974, mostra que a CIA compreendia que, em que pese a repulsão do governo brasileiro a qualquer esforço do bloco comunista para ampliar laços culturais com o Brasil, a administração Médici deixava de lado qualquer questão ideológica que pudesse comprometer a expansão do intercâmbio comercial com os socialistas (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1974). Nesse sentido, um memorando⁴² da agência revela que em troca da abertura do comércio do bloco soviético ao Brasil, era possível que o país até mesmo aceitasse suas ofertas de equipamentos e ajuda técnica para projetos de desenvolvimento econômico (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1972).

Ademais, um telegrama⁴³ da embaixada brasileira destinado ao Departamento de Estado narra eventos que ilustram a importância que essa possibilidade de obter acesso aos mercados socialistas teve na definição das relações do Brasil com a URSS. O telegrama conta que Médici vetou o pedido do embaixador soviético a respeito de uma visita de Delfim Netto à URSS, pois considerava aceitar o pedido como uma atitude amigável que poderia provocar tensões com os EUA. Mas, por outro lado, visitas no nível ministerial eram muito bem-vindas por viabilizarem o estabelecimento de acordos comerciais e econômicos favoráveis ao Brasil. Com efeito, visitas de negócios (entre Brasil e URSS) no nível ministerial eram vistas como parte da “tendência da política externa brasileira em direção ao aumento de sua liberdade de ação e a uma defesa mais vigorosa de seus interesses econômicos” (EMBAIXADA EM BRASÍLIA, 1970, p. 1, tradução nossa⁴⁴).

⁴¹DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Weekly Summary Special Report:** Brazil's Changing Foreign Policy. 1974.

⁴²DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum:** Brazil Widens its Horizons. 1972.

⁴³EMBAIXADA EM BRASÍLIA [Telegrama] 28 de set., 1970, Brasília [para] Departamento de Estado dos EUA, Washington. 1p. Note on Brazil-Soviet Relations.

⁴⁴Texto original: “(...) business visits of this nature would be in tune with the general trend of Brazil's foreign policy towards increasing freedom of action and a more vigorous defense of its economic interests (AMEMBASSY BRASILIA, 1970, p. 1)

Já um dos relatórios⁴⁵ semanais da CIA de 1974, mostra que essa mesma tendência parece ter conduzido também a aproximação com a China Comunista, já que segundo o documento, “o Brasil estava primordialmente preocupado em explorar o largo mercado chinês e (...) em qualquer caso, o comércio iria favorecer os brasileiros”. Diante disso, de acordo com o relatório, o Brasil empenhou inúmeros esforços para estimular o comércio com aquele país, tendo obtido uma balança comercial a seu favor durante todo o período, visto que exportou açúcar, algodão e café em quantidades expressivas, e importou apenas pequenas quantidades de produtos químicos (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1974, p. 20, tradução nossa⁴⁶).

Por certo, como propõe o já referido relatório⁴⁷ da CIA de 23 de agosto de 1974, a agência norte-americana percebeu que, diferentemente das gestões presidenciais anteriores, uma onda de atividade diplomática e comercial se desenvolveu entre o Brasil e países alinhados à URSS (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1974). Por certo, além do expressivo comércio com a China Comunista e com a URSS, em 1971, diversas missões comerciais dos países do Leste Europeu visitaram o Brasil e, em 1973, relações foram estabelecidas com a República Democrática Alemã (SOUTO, 2010). Ademais, o relato de Gibson Barbosa ao CPDOC revela que, em 1973, o ex-ministro propôs o estabelecimento de relações com a República Popular da China, proposta que foi barrada pelo Conselho de Segurança Nacional. Ainda, um dado surpreendente é revelado em um memorando da CIA de fevereiro de 1974. O memorando⁴⁸ conta que de 1972 para 1973 o comércio da URSS com a América Latina apresentou um aumento de 25%, e a responsabilidade sobre esse aumento foi o comércio com o Brasil, marcado por significativa expansão das compras de açúcar brasileiro pela URSS (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1974).

⁴⁵CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Weekly Review**. 1974.

⁴⁶Texto original: “Brazil is chiefly concerned with exploiting the large Chinese market (...) in any case, trade will undoubtedly strongly favor Brazilians (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1974, p. 20)

⁴⁷DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Weekly Summary Special Report: Brazil’s Changing Foreign Policy**. 1974.

⁴⁸CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Memorandum: Soviet Trade with Latin America**. Fevereiro, 1974.

Contudo, a percepção da CIA sobre a motivação dessa onda, conforme pode ser concluído a partir daquele relatório⁴⁹, era a de que não se tratavam apenas de aspectos econômicos. Na prática, a agência entendia que o sucesso em extinguir os movimentos subversivos internos estimulou a confiança do governo brasileiro em sua capacidade de barrar a influência comunista. Mas, em particular, na visão norte-americana, essa nova abordagem do Brasil perante o bloco soviético servia para que o país reafirmasse sua independência nos assuntos internacionais e seu desejo em emergir como nação de interesses globais e particulares (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1974).

De acordo com Gonçalves e Miyamoto (1998), motivações similares provocaram mudanças também nas relações com o continente africano, que, a partir de interesses econômicos e estratégicos que se interligavam, recebeu atenção importante da política externa brasileira no período (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1998). As relações com a África, entretanto, esbarravam em uma divisão entre oficiais do governo brasileiro que defendiam um alinhamento com a Comunidade Luso-Brasileira (em particular, Delfim Netto) e aqueles que, junto à Gibson Barbosa, advogavam por um rompimento da posição ambígua do Itamaraty em relação ao colonialismo português. Contudo, ao longo de 1972, iniciativas como o rompimento do bloqueio internacional da Petrobrás à recém-nacionalizada Iraq Petroleum Company, demonstravam que a cooperação econômica e a expansão comercial do Brasil no continente africano passavam a ser consideradas estratégias mais auspiciosas do que a tradicional amizade com Portugal (CARVALHO, 2010).

A percepção da literatura disponível de que o Brasil teria optado por maior acercamento ao continente africano é confirmada pela entrevista de Barbosa ao CPDOC, mas também pela documentação da CIA em análise. Primeiramente, na entrevista, o ex-ministro assume a preferência pela opção africana e afirma que buscou impedir tanto o fornecimento de materiais bélicos a Portugal como a ocorrência de uma exposição de carros de combate portugueses no Brasil, a fim de que tais situações não gerassem atritos com a África. Quanto à documentação

⁴⁹DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Weekly Summary Special Report: Brazil's Changing Foreign Policy.** 1974.

referida, um telegrama⁵⁰ enviado em 1972 da embaixada brasileira ao Departamento de Estado dos EUA assegura que, a despeito das concepções de Delfim sobre as relações afro-brasileiras, a ofensiva diplomática do país em relação ao continente africano esteve primada por Gibson Barbosa a partir das visitas que realizou a oito nações da África negra em junho de 1972 (EMBAIXADA EM BRASÍLIA, 1972). Já um dos relatórios⁵¹ semanais da CIA de 1974, revela que a CIA percebeu que o governo brasileiro vislumbrava nos países africanos um potencial destino para os produtos brasileiros, mas também uma possibilidade de apoio em questões como a ampliação do mar territorial brasileiro e o acesso a insumos importantes, como o petróleo, bem como uma forma de promover reajustes nos preços de mercadorias de exportação comuns. Diante disso, segundo o referido relatório, a administração Médici havia percebido que os benefícios da aproximação com a África seriam superiores aos prejuízos de uma distensão com Portugal (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1974).

Ainda em relação ao plano extra-hemisférico, objetivou-se uma aproximação com os países do Oriente Médio que implicou a ruptura da tradicional política de equidistância e a adoção um relacionamento baseado no realismo e pragmatismo (BREDA DOS SANTOS, 2000). Essa nova abordagem pode ser compreendida já que o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil demandava crescentes remessas de petróleo. Como revela um relatório⁵² semanal da CIA de 1973, o consumo daquele insumo subiu mais de 20% entre 1970 e 1973, entretanto, a produção doméstica se estagnou (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1973). Ao mesmo tempo, a quantidade exorbitante de importações gerou, por outro lado, um descontrole na dívida externa brasileira, o que fazia necessário também o escoamento da produção nacional, de modo a obter divisas internacionais que criassem superávits comerciais, o que tornava atrativo a ampliação de contatos em todas as partes do mundo (BLUMENHAGEN, 2016).

⁵⁰EMBAIXADA EM BRASÍLIA [Telegrama] mar., 1972, Brasília [para] Secretaria de Estado dos EUA, Washington. 2p. Dispute Between Foreign and Finance Ministries. 1972.

⁵¹DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Weekly Summary Special Report: Brazil's Changing Foreign Policy.** 1974.

⁵²DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Economic Intelligence Weekly.** Maio, 1973.

Motivado por tais fatores, além de Gibson Barbosa ter realizado uma expressiva agenda de visitas aos países da região, nas quais tratou de discutir a questão árabe (VIZENTINI, 1998), o governo brasileiro promoveu a instalação de embaixadas no Iraque, Kuwait, Arábia Saudita e Líbia, (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1998); enviou seu primeiro embaixador para a Líbia e demonstrou rompimento de sua “equidistância pró-Israel” em favor dos árabes no conflito árabe-israelense, como expõe um dos relatórios⁵³ semanais da CIA de 1974 e um documento⁵⁴ realizado em 1975. Ademais, o Brasil adotou uma postura inovativa e agressiva como forma de obter acesso ao petróleo da região, tendo até mesmo negociado o fornecimento de commodities, manufaturas e tecnologia em troca do provimento de quantidades fixas de petróleo (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1974).

Em suma, como pontua Vizentini (1999), a execução da política externa do governo Médici se deu no sentido de: 1) promover a exportação de produtos primários de colocação cada vez mais difícil no mercado mundial, o que tornava relevante a manutenção de vínculos com a Europa de modo geral, com a China Popular e com o Japão; 2) obter mercados para serviços e produtos manufaturados devido a industrialização recente, de modo que laços com a América Latina, África, Oriente Médio e Ásia eram imprescindíveis; 3) gerar importação de capital, tecnologia e máquinas, o que fomentava relações positivas com o norte capitalista, particularmente, com os polos emergentes europeu e japonês, mas também com o Campo Soviético; 4) captar remessas contínuas de petróleo, de sorte que, aproximar-se do oriente médio era fundamental (VIZENTINI, 1998).

Diante disso, nota-se que durante o governo Médici ocorre uma busca por ampliação dos contatos mundiais do país que respondia a um esforço de submeter a conduta internacional brasileira à promoção do desenvolvimento econômico, assim como havia sido apontado na hipótese desta pesquisa. Por certo, análises sobre o tema, como a de Vizentini (1998), além de Martins (1975), Souto (2010), Blumenhagen (2016), Cervo e Bueno (2002), e, como será visto em breve, Marini (1973), sinalizam que o objetivo de expansão econômica, fundamento da articulação do “Projeto Brasil Potência” teve uma influência

⁵³DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Weekly Summary Special Report: Brazil's Changing Foreign Policy.** 1974.

⁵⁴CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **National Intelligence Estimate: The Outlook for Brazil,** 11 de julho, 1975.

incontestável na forma como foi traçada a estratégia internacional do Brasil durante a gestão Médici, tendo lhe conferido um significativo pragmatismo. De fato, como pontuam Cervo e Bueno (2002, p. 415) os governos militares “(...) mantiveram no Brasil, com senso de oportunidade, o propósito de utilizar o setor externo para auxiliar o crescimento econômico”. À vista disso, faz-se imprescindível investigar a lógica subjacente à estratégia econômica empregada durante o governo Médici que, conforme pode ser derivado das obras bibliográficas mencionadas, demandava da política externa a máxima de expansão dos mercados, a qual, por sua vez, pode ter tido implicações diretas sobre a conduta brasileira com os países sul-americanos sob a influência da esquerda. Tal exercício analítico será concebido na subseção seguinte.

Todavia, como foi visto, a política externa do governo Médici por vezes pareceu se mostrar contraditória. Nesse sentido, segundo Vizentini (1998), se por um lado a diplomacia do período se exibiu desenvolvimentista e nacionalista, por outro lado possuía uma face repressiva e pró-americana. Assim, há de se considerar que, em contraposição ao entendimento de que as relações exteriores do país se resultaram de motivações exclusivamente pragmáticas e em prol da realização de interesses econômicos, muitas das ações empreendidas na esfera externa parecem obedecer também a um apoio incondicional ao ocidentalismo e ao alinhamento automático com o governo norte-americano dentro da conjuntura do conflito leste-oeste, como sugere Gonçalves e Miyamoto (1998); Fernandes (2010) e Gehre (2012) e Miyamoto (2013).

Como aponta Gehre (2012), as preocupações geopolíticas, a “paranoia” da Guerra Fria e a doutrina de segurança nacional (DSN) gerada no âmbito da ESG influenciaram o pensamento militar brasileiro, produziram uma “esquizofrenia tridimensional entre a ideologia, o discurso e a ação, todos relacionados aos meios para a consecução da política externa brasileira” (GEHRE, 2012, p. 113). Dentro dessa lógica, para Miyamoto (2014), nações consideradas como ameaças à soberania nacional (isto é, aquelas que não compactuavam com as ideias do mundo ocidental, liderado pelos EUA) foram vítimas de uma política de neutralização por parte do governo brasileiro, de sorte que o anticomunismo aplicado no plano interno teria igualmente pautado o comportamento externo durante tal gestão. Diante de tais argumentos, é importante também investigar se e de que modos a conjuntura do conflito Leste-Oeste e o posicionamento brasileiro na mesma afetaram a conduta internacional do país, algo que também será executado na próxima subseção.

2.2 OS GRANDES DETERMINANTES DA ESTRATÉGIA INTERNACIONAL BRASILEIRA

Como foi visto, para explicar as diretrizes traçadas e as iniciativas encampadas diplomaticamente, duas grandes interpretações aparecem na literatura disponível sobre a política externa de Médici e do regime militar de forma geral. Enquanto a primeira delas associa os empreendimentos diplomáticos da gestão Barbosa à consecução de objetivos econômicos ligados ao Projeto Brasil Potência, a segunda interpretação atribui o comportamento externo do país à conjuntura internacional da Guerra Fria, destacando a relevância das relações do Brasil com os EUA e a influência da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Diante disso, objetiva-se com esta seção, identificar de que maneiras os elementos sugeridos por essas duas interpretações definiram e impactaram as relações externas do país, e, particularmente, as relações do Brasil com seus vizinhos sob a influência da esquerda.

2.2.1 A estratégia econômica e de desenvolvimento – o Projeto Brasil Potência

Um dos aspectos que influenciaram a articulação da política econômica do governo Médici merece destaque, trata-se do “Projeto Brasil Potência”, que objetivava, essencialmente, elevar o país da posição de nona para oitava economia do mundo ocidental, estabelecendo, assim, a entrada do Brasil no rol das grandes potências internacionais (GREMAUD; PIRES, 2010).

As grandes diretrizes deste projeto, idealizado desde as primeiras semanas do governo Médici, foram apresentadas como Plano de Governo no Programa de Metas e Base para o período 1970-1973, lançado em setembro de 1970 e elaborado pelo ministro do Planejamento Reis Velloso, que mais tarde foi complementado pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) (SOUTO, 2010).

O Programa de Metas e Base, que possuía um tom bastante retórico, estabeleceu finalidades específicas a serem cumpridas no médio prazo, isto é, durante o mandato presidencial em curso, e no longo prazo a título de projeto nacional (REZENDE, 2011). Esse projeto nacional tinha como objetivo-síntese o ingresso do Brasil no mundo desenvolvido até o final do século, de modo que, assim como em todos os aspectos do governo Médici, a preocupação com desenvolvimento é central no documento. De fato, o programa

reconhecia que ao contrário do que havia sido realizado durante a gestão Goulart (1961-1964), um caminho rumo ao desenvolvimento estava sendo traçado desde a chegada dos militares ao poder em 1964. Neste caminho, o primeiro governo teria garantido “a salvação nacional” e o segundo obtido a “retomada do progresso em bases estáveis”. Por conseguinte, cabia ao terceiro governo “consagrar a proeza do regime no plano do desenvolvimento econômico” (MENEZES, 2007, p. 67).

Tendo isso em vista, o plano propôs uma estratégia global para alterar o tradicional modelo de promoção do desenvolvimento brasileiro baseado no setor industrial e na substituição de importações, incitando assim, a consolidação de equilíbrio entre indústria e agricultura e a articulação de adequado arcabouço tecnológico, educacional e de infraestrutura no país (REZENDE, 2011).

Dentro dessa estratégia e, orientado pelo alcance do objetivo-síntese do programa, quatro áreas prioritárias de trabalho foram elencadas: a) educação, saúde e saneamento; b) agricultura e abastecimento; c) desenvolvimento científico e tecnológico; d) fortalecimento do poder de competição da indústria nacional (ALMEIDA, 2006). Outrossim, mais especificamente, o programa propôs algumas metas econômicas “que deveriam lançar as bases para imprimir autossustentação ao processo de desenvolvimento” (REZENDE, 2011, p. 225), quais sejam:

“(…) a) assegurar uma taxa de crescimento entre 7 e 9% ao ano, evoluindo para 10% ao fim do período; b) expansão crescente do emprego, da ordem de 2,8 a 3,3% até 1973; c) inflação decrescente, em nível não superior a 10% em 1973; d) elevação do investimento, da média de 15 a 16%, para mais de 18% até 1975 (...) O plano previa ainda a expansão, considerada necessária, da receita das exportações pelo menos à taxa média de 7 a 10% ao ano, de maneira a evitar o aumento rápido do endividamento externo e problemas futuros de balanço de pagamentos” (ALMEIDA, 2006, p. 177).

Tais metas são apontadas à luz dos diagnósticos que o programa apresenta a respeito das principais barreiras ao desenvolvimento brasileiro e das linhas de ação a serem perseguidas a partir das conquistas dos governos militares anteriores. Por certo, o programa identificou a distribuição desequilibrada do progresso tecnológico e

científico mundial como obstáculo central para o ingresso do Brasil no mundo desenvolvido e reconheceu a necessidade de melhoria da distribuição de renda do país como forma de esclarecer a “autenticidade e a viabilidade econômico-política do processo de expansão” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1970, p. 6). Esses diagnósticos igualmente impulsionaram a articulação de três grandes objetivos, quais sejam: a modernização do núcleo mais desenvolvido da sociedade; o desfrute ótimo dos recursos humanos e o aproveitamento pleno da dimensão continental do Brasil (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1970).

Em prol do logro desses objetivos, o programa assinalou algumas tarefas a serem cumpridas, isto é, a promoção do equilíbrio entre setor privado e público; a criação de condições adequadas para o funcionamento apropriado dos setores público e privado; o desenvolvimento da produção de recursos minerais prioritários, o desenvolvimento da empresa nacional; a impugnação de barreiras à competição internacional brasileira; a promoção de melhor qualidade na educação; o desenvolvimento industrial; o ingresso do país na era nuclear; a retomada do dinamismo do setor agrícola; e o “crescimento integrado” do país, isto é, aquele que possibilitasse a integração do território nacional, principalmente no que diz respeito à Amazônia e o Nordeste (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1970).

Outras tarefas específicas foram designadas a setores distintos individuais do governo, aos quais foram imputados também objetivos intermediários ao grande objetivo de crescimento e desenvolvimento econômico. Considerando a análise aqui em execução, porém, cabe apontar somente aqueles objetivos e responsabilidades incorporados à estratégia de atuação internacional do governo. Nesse sentido, o programa ambicionava a expansão do valor das exportações em nível proporcional ao crescimento da economia; a promoção, o disciplinamento e orientação do influxo de investimentos estrangeiros, públicos e privados; uma elevação na velocidade da incorporação de tecnologia externa; uma maior participação da bandeira brasileira no transporte de seu comércio; e uma vigorosa contenção dos dispêndios nos itens “serviços” e na conta de “invisíveis” do balanço de pagamentos. Em sintonia com tais objetivos, o programa sugeria a execução de atividades pelo Itamaraty, que, em sua maioria, refletiam a preocupação do governo com a distribuição desigual do progresso científico e tecnológico mundial, quais sejam: trabalhar pela reforma das regras do comércio internacional, para que países como o Brasil pudessem usufruir de suas benesses; coordenar a cooperação externa

(bilateral e multilateralmente) de forma que ela servisse à função de aceleração do desenvolvimento brasileiro; e se esforçar para que a obtenção de informações tecnológicas e científicas atendessem aos planos nacionais (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1970).

A sensibilidade do governo em relação à revolução tecnológica aparece novamente no I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) (1972-1974), para o qual, “a revolução tecnológica (...) repercute profundamente sobre o desenvolvimento industrial e o comércio internacional, passando crescimento econômico a ser cada vez mais determinado pelo progresso tecnológico” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1970, p. 53). Diante disso, ficaram previstos no plano investimentos em pesquisa nas áreas de energia elétrica, tecnologia nuclear, petróleo, comunicações, siderurgia, pesquisa mineral e pesquisa espacial (ARAÚJO, 2018), mas, sobretudo, a articulação de planejamento para captação rápida e estruturada de tecnologia e ciência. Ainda, o I PND foi inovador ao tratar da elaboração de grandes projetos para expansão das indústrias siderúrgica, petroquímica e de eletricidade, assim como na articulação de programas de mineração, comunicações e infraestrutura (como os megaprojetos referente à construção da ponte Rio-Niterói, da rodovia Transamazônica, entre outras) (ALMEIDA, 2006).

De modo mais geral, como pontua Campos (1974, p. 69), o I PND se tratava da articulação de uma forma de “organizar o Estado e moldar as instituições para, no espaço de uma geração, transformar o Brasil em nação desenvolvida” (CAMPOS, 1974). Além disso, pretendia-se “duplicar, até 1980, a renda per capita do Brasil (em comparação com 1969) e elevar a economia, em 1974, às dimensões resultantes de um crescimento anual do Produto Interno Bruto entre 8 e 10%” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1971, p. 15).

Nos EUA, de acordo com uma publicação⁵⁵ de 1973 do *The National Survey*, articulado pela CIA e pela DIA, o plano foi visto como uma forma de aumentar também a eficiência das empresas pública e privada do país, ampliar a incorporação dos recursos materiais e humanos do Nordeste e da Amazônia na economia nacional e melhorar a posição brasileira na economia mundial mediante o aumento de seu comércio internacional (NATIONAL INTELLIGENCE SURVEY, 1973).

⁵⁵NATIONAL INTELLIGENCE SURVEY. Agência Central de Inteligência dos EUA e Agência de Inteligência de Defesa dos EUA. **Government and Politics: Brazil**. Abril de 1973.

Tendo em vista todos esses propósitos, o plano identificou tarefas a serem realizadas e definiu um padrão de desenvolvimento econômico a ser buscado. Em relação ao primeiro aspecto, isto é, às tarefas a serem executadas, ficaram estabelecidas a elevação do emprego a taxas superiores às de crescimento da população, a criação de mercado interno e a ampliação do investimento bruto do governo na economia. Já no que diz respeito ao segundo aspecto, o plano assinalou que o desenvolvimento deveria se estruturar sobre “transformação social; estabilidade política; segurança nacional, interna e externa; e ampla disseminação dos resultados do progresso econômico”. Além disso, ficou declarado a importância da concepção de uma estratégia de integração nacional que promovesse o crescimento de áreas mais atrasadas do país, como o Nordeste e a Amazônia, visando o desenvolvimento acelerado da totalidade do território brasileiro (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1971).

Alinhado à atribuição dessas tarefas e à seleção deste modelo para promoção do desenvolvimento, objetivos a serem buscados pela estratégia econômica externa também foram estabelecidos. Tais objetivos - os mais relevantes para nossa análise tendo em vista a direta relação entre eles e as iniciativas de política externa encampadas -, foram assim definidos:

“Ampliação das importações para atender as necessidades, principalmente, de bens de capital e de matérias-primas industriais; expansão da receita total de exportações a taxas superiores a 10% ao ano, com aumento das de manufaturas a taxas anuais acima de 20% (...) para que o país financie a maior parcela possível das importações necessárias (...) e para permitir a expansão de mercado capaz de possibilitar altas taxas de crescimento da produção interna, na indústria e em produtos agrícolas não tradicionais; limitação do hiato de recursos reais, no balanço de pagamentos, ao nível anual de US\$ 200 a US\$ 300 milhões, para evitar o excessivo endividamento externo; e manutenção de nível adequado de reservas externas.” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1971, p. 34-37).

Para alcançar tais objetivos foram listados 4 campos de atuação:

1) promoção de uma política de exportações caracterizada por câmbio

flexível, sistema de incentivos fiscais, simplificação burocrática, financiamento e regulamentação do regime de entrepostos aduaneiros e industriais; 2) manutenção de uma postura contrária às tendências neoprotecionistas em países desenvolvidos; 3) condução de uma dívida externa que permitisse absorver o suplemento de poupança externa reservado para incentivar o crescimento nacional, bem como realizar o giro da dívida existente na época; 4) prática de uma política de absorção de tecnologia que estimulasse a aceleração e a orientação da transferência de tecnologia e, concomitantemente, impulsionasse avanço da tecnologia brasileira própria (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1971).

Também em relação à estratégia econômica externa, o plano delegou ao Itamaraty e à política externa daquele governo, de modo geral, a tarefa de suplementar a poupança interna do país através das oportunidades oferecidas pelo intercâmbio internacional e pela oferta da poupança externa, as quais também deveriam ser utilizadas como mecanismos para acelerar o processo de modernização do Brasil. Porém, acima de tudo, o plano designava à diplomacia de Médici a função e demarcar a solidariedade brasileira em relação ao mundo em desenvolvimento, sua fidelidade com as instituições interamericanas e seu compromisso com a consolidação de mecanismos para robustecer a cooperação comercial, financeira, técnica e cultural com a América Latina (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1971).

Todas essas informações acerca dos dois planos, assim como outros detalhes relacionados, podem ser melhor compreendidas por meio do quadro explicativo abaixo.

Quadro 1 - As principais características do I PND e do Programa de Metas e Base para Ação do Governo

	Programa de Metas e Base para Ação do Governo	Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND)
Objetivos centrais	a) manutenção de taxa de crescimento econômico entre 7 e 9% ao ano, evoluindo para 10% ao fim do período; b) expansão crescente do emprego, de 2,8 a	a) duplicar, até 1980, a renda per capita do Brasil (em comparação com 1969); b) manter o crescimento anual do Produto Interno Bruto entre 8 e 10%.

	<p>3,3% até 1973;</p> <p>c) inflação decrescente, em nível não superior a 10% em 1973;</p> <p>d) elevação do investimento, da média de 15 a 16%, para mais de 18% até 1975</p> <p>e) expansão das exportações pelo menos à taxa média de 7 a 10% ao ano</p>	<p>a) indústrias siderúrgica, petroquímica e de eletricidade,</p> <p>b) mineração;</p> <p>c) comunicações e infraestrutura.</p>
Principais áreas de atuação	<p>a) educação, saúde esaneamento;</p> <p>b) agricultura e abastecimento;</p> <p>c) desenvolvimento científico e tecnológico;</p> <p>d) fortalecimento do poder de competição da indústria nacional</p>	
Tarefas/Orientações Gerais	<p>a) promoção do equilíbrio entre setor privado e público;</p> <p>b) criação de condições adequadas para o funcionamento apropriado dos setores público e privado;</p> <p>c) desenvolvimento da empresa nacional e da produção de recursos minerais prioritários,</p>	<p>a) estabelecimento de transformação social; estabilidade política; segurança nacional, interna e externa; e ampla disseminação dos resultados do progresso econômico;</p> <p>b) articulação de uma estratégia de integração nacional que promovesse o crescimento de áreas mais atrasadas do país;</p> <p>c) elevação do emprego a taxas superiores às de crescimento da população;</p>

	<p>b) impugnação de barreiras à competição internacional brasileira;</p> <p>c) promoção de melhor qualidade na educação;</p> <p>d) desenvolvimento industrial;</p> <p>e) ingresso do país na era nuclear;</p> <p>f) retomada do dinamismo do setor agrícola;</p> <p>g) “crescimento integrado” (integração do território nacional).</p>	<p>d) criação de mercado interno;</p> <p>e) ampliação do investimento bruto do governo na economia.</p>
<p>Objetivos para o setor externo</p>	<p>a) expansão do valor das exportações a ritmo anual que corresponda às necessidades da economia;</p> <p>b) promoção, disciplinamento e orientação do influxo de investimentos estrangeiros, públicos e privados;</p> <p>c) aceleração do processo de transferência e incorporação da tecnologia;</p> <p>d) maior participação da bandeira brasileira no transporte de seu comércio e</p>	<p>a) ampliação das importações, principalmente, <i>de bens de capital e de matérias-primas industriais</i>;</p> <p>b) expansão da receita total de exportações a taxas superiores a 10% ao ano, com aumento das de manufaturas a taxas anuais acima de 20%;</p> <p>b) limitação do hiato de recursos reais, no balanço de pagamentos, ao nível anual de US\$ 200 a US\$ 300 milhões;</p> <p>c) manutenção de nível adequado de reservas externas.</p>

	<p>contenção substancial de dispêndios nos itens "serviços" e na conta de "invisíveis" do balanço de pagamentos.</p>	
<p>Tarefas a serem cumpridas pela política externa</p>	<p>a) trabalhar pela reforma das regras do comércio internacional;</p> <p>b) promover coordenação com países de estágio semelhante de desenvolvimento;</p> <p>c) manter ativo diálogo bilateral com as nações que compõem o mundo industrializado;</p> <p>d) coordenar a cooperação externa (bilateral e multilateralmente) <i>de forma que ela servisse à função de aceleração do desenvolvimento brasileiro;</i></p> <p>e) trabalhar pela melhoria das condições de acesso de produtos brasileiros no mercado internacional;</p> <p>f) captar oportunidades de exportação;</p>	<p>a) valer-se das oportunidades oferecidas pelo intercâmbio internacional, assim como pela oferta da poupança externa, com o fim de suplementar a poupança interna.</p> <p>b) utilizar esses recursos supracitados a fim acelerar o processo de modernização do país;</p> <p>c) buscar alavancar as exportações e diversificar a pauta exportadora;</p> <p>d) absorver conhecimento a partir das experiências de outras nações;</p> <p>e) instituir novos processos para intensificar a cooperação comercial, financeira, técnica e cultural com todos os países da América Latina.</p>

	<p>g) trabalhar para que a obtenção de informações tecnológicas e científicas atendam aos planos nacionais;</p> <p>h) programar e executar, no plano externo, <i>atividades vinculadas diretamente ao desenvolvimento do País.</i></p>	
--	--	--

Fonte: elaborado pela autora (2019).

Tendo em vista este quadro e os dados apresentados anteriormente, nota-se que, uma vez definido o objetivo central do governo como a busca por altas taxas de crescimento do PIB a fim de garantir o desenvolvimento nacional, além da tarefa de buscar absorver mais rapidamente o progresso científico internacional, a principal responsabilidade imputada ao setor externo e à política externa foi a de impulsionar o comércio exterior brasileiro. Esse impulso seria necessário para assegurar a obtenção de reservas internacionais, matérias-primas e bens de capital necessários ao fomento da industrialização brasileira e, por conseguinte, do processo de desenvolvimento econômico do país, em última instância. Mais especificamente, os planos vislumbraram uma estratégia de atuação externa que fosse capaz de elevar drasticamente as exportações brasileiras e a abrangência da produção nacional internacionalmente. Isso porque essas elevações tornariam possível sustentar o nível de importações que o processo de desenvolvimento acelerado demandava, tanto em termos de obtenção de bens de capital imprescindíveis para a industrialização, como em termos de controle do desequilíbrio no balanço de pagamentos gerado pela intensiva captação daqueles recursos. É justamente neste sentido que ambos os planos mencionam a importância de se estreitar laços com países em desenvolvimento, classificação de Estados em que nações sul-americanas se adequam. Tais informações têm um peso significativo para a análise aqui em execução pois sinalizam que uma aproximação do governo brasileiro às nações sul-americanas ligadas à esquerda era necessária na medida em que esses países pudessem contribuir com a meta da ditadura de Médici

de alargar vertiginosamente o comércio exterior do país, sobretudo as exportações. Esse argumento, por sua vez, denota a pertinência daquela interpretação da literatura que condiciona o desenho da política externa de Médici aos objetivos de desenvolvimento econômico.

Todavia, cabe apontar que, conquanto Médici faz referência ao cumprimento das Metas e Bases e dos objetivos do I PND em vários momentos de todas as mensagens⁵⁶ anuais que submeteu ao Congresso Nacional, Macarini (2005) alerta para os riscos de uma análise da estratégia econômica do governo que se baseie exclusivamente nos planos articulados, uma vez que eles não foram exatamente o guia da política econômica.

Na realidade, houve uma espécie de disputa interna entre Planejamento e Fazenda desenrolada durante a gestão Médici que culminou na escolha da “opção delfiniana” em detrimento da alternativa oferecida pelo Ministro do Planejamento Reis Velloso, articulador dos planos (MACARINI, 2005), de sorte que a “tarefa de liderar o processo de coordenação das decisões de política econômica” naquele governo foi transferida para o Ministério da Fazenda (REZENDE, 2011, p. 184). Tal ministério, encabeçado por Delfim Netto, deixou estabelecido em 1970 três metas econômicas para aquela gestão: (1) inflação abaixo de 20%; (2) acrescentar pelo menos US\$100 milhões às reservas estrangeiras; (3) 8-9 % de crescimento do PIB (SKIDMORE, 1998).

Além disso, Delfim também definiu uma série de objetivos para o comércio exterior, cujo conteúdo não só se assemelha ao dos objetivos do I PND e do Programa de Metas e Base, como, sobretudo, diz muito a respeito da questão levantada neste trabalho, visto que reflete a importância da obtenção e preservação de uma diversidade de contatos econômicos internacionais, justamente os argumentos daquela interpretação da literatura que dá ênfase à importância de objetivos econômicos dentro da diplomacia do período. Nesse sentido, especificamente, como aponta Souto (2010), o Ministério da Fazenda objetivou no comércio exterior o aumento da competitividade dos

⁵⁶BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, 1972. 104 p.

BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, 1971. 132 p.

BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, 1974. 262 p.

BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, 1970. 84p.

produtos brasileiros em geral; a diversificação das exportações, sobretudo de manufaturados, e a diversificação e expansão dos mercados externos. Aliás, o aumento dos contatos comerciais brasileiros era um objetivo tão primordial que já em seu discurso⁵⁷ de posse Médici afirmava “(...) creio que se pode tornar mais intenso o surto de comercialização de nossos produtos e buscar o comprador na extensão toda do mapa do mundo” (BRASIL, 1969, p. 35).

À vista disso, e considerando outros objetivos gerais de política econômica, bem como a disponibilidade existente de capital oriunda da grande captação de recursos estrangeiros no período, uma nova opção estratégica para o desenvolvimento foi articulada: o modelo agrícola-exportador. Tal modelo baseava na ideia de que em prol do crescimento almejado, seria necessário um esforço direcionado ao aumento da produção agrícola e das exportações (MACARINI, 2015), tal e qual se sobrevém de um excerto extraído da mensagem⁵⁸ de Médici dirigida ao Congresso Nacional em março de 1974:

“Equacionados os problemas quantitativos da formação de capital, cumpria buscar, para os investimentos, modos mais racionais e eficientes de emprego, com o objetivo de se utilizarem, sob rendimento máximo, as vocações naturais da economia brasileira, estimulando-se o aproveitamento dos fatores de produção mais abundantes, assim como de todo o potencial da capacidade industrial instalada. Conduziu essa orientação ao apoio, largo e decidido, dos projetos de expansão agrícola, industrial e de exportações.” (BRASIL, 1974, p. 68).

Segundo Marineli (2017), cuja obra analisa o pensamento delfiniano, a lógica contida no modelo tem base na compreensão de Delfim de que 3 seriam os elementos limitadores do desenvolvimento econômico: disponibilidade de mão de obra, capacidade de poupança e capacidade para importar, isto é, a de mobilização da sociedade para o setor exportador. Para ele, os dois primeiros elementos não seriam problema para o Brasil, já que investimentos no setor educacional

⁵⁷BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **Mundo sem fronteiras** - Discurso de posse Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1969. 11 p.

⁵⁸BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **Central Intelligence Bulletin** Brasília, 1 de março. 1974. 25p.

permitiriam obter a porção de trabalhadores compatível com o acréscimo do PIB e o governo seria capaz de gerar o nível de poupança que sustentasse a expansão econômica pretendida. A questão da capacidade para importar, no entanto, era problemática no Brasil, pois havia um déficit que não podia ser coberto com a redução das importações, dado que isto geraria problemas para o volume de investimentos, e, portanto, para a dimensão do crescimento (MARINELI, 2017).

Por certo, a experiência de desenvolvimento econômico brasileiro deixava evidente que as importações cresciam conforme crescia o PIB do país (ARAÚJO, 2018), afinal, como aponta Skidmore (1978), a política de substituição de importações gerou uma estrutura industrial fortemente dependente de importações. Desse modo, para Delfim, a grande solução seria a dilatação (e, sobretudo, diversificação da pauta) das exportações como forma de compensar as reservas internacionais escoadas. Ao mesmo tempo, o aumento das exportações também se fazia necessário pois, de acordo com Delfim, o mercado interno do país não seria capaz de sustentar a estratégia de desenvolvimento pretendida. Por conseguinte, e considerando que, de acordo diretrizes da “Revolução de 64”, a ampliação do mercado interno através de reformas distributivas era inconcebível, o setor externo deveria então absorver parte da demanda agregada nacional (ARAÚJO, 2018).

Por sua vez, o setor agrícola foi escolhido pois, diante dessa conveniência do acréscimo das exportações, somente ele garantiria o nível de exportações almejados, já que possuía abundante disponibilidade de recursos ociosos e uma certa capacidade empresarial substantiva, enquanto possibilidades de incremento das exportações industriais eram baixas (MACARINI, 2005). Logo, a melhoria na posição do país no mercado internacional de produtos primários era vista como imprescindível para a obtenção das divisas necessárias para o crescimento pretendido (MARINELI, 2017).

Em seu pronunciamento⁵⁹ durante uma Aula Inaugural na ESG em 1970, Médici preconiza as noções que permitiram a articulação do modelo agrícola-exportador:

“Desde os anos de 50, nosso esforço desenvolvimentista vem sendo predominantemente industrial, de forma

⁵⁹BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **Central Intelligence Bulletin**. Rio de Janeiro, 10 de março. 1970. 25p.

desequilibrada em relação ao setor agrícola (...). Dessa forma, nossa política de desenvolvimento, considerado o campo econômico, visará ao incremento substancial da produção agrícola e ao aumento das exportações, o que certamente haverá de motivar rápida ampliação do mercado interno e induzirá a própria expansão do setor industrial. Buscaremos, assim, alcançar o crescimento mais equilibrado, ampliar e distribuir melhor a renda nacional, bem como fortalecer o mercado interno, de tal forma a poder absorver, em plenitude, os frutos de nosso surto industrial. Por outro lado, esperamos incrementar ainda mais as nossas exportações a fim de fortalecer a capacidade de importar os equipamentos indispensáveis à implantação de uma tecnologia atualizada e de afastar os desequilíbrios externos já experimentados, trazendo ao país todas as vantagens da integração com uma economia mundial extremamente dinâmica. ” (BRASIL, 1970, p. 67).

Por conseguinte, o fundamento do modelo agrícola-exportador nada mais era do que a necessidade de ampliar as exportações afim de compensar o déficit produzido pela expansão das importações – a qual era imprescindível para a obtenção dos motores do desenvolvimento: tecnologia e bens de capital. Foi justamente nesse sentido que os incentivos para a importação se dilataram, sobretudo com a introdução, em 1970, dos Decretos-Leis n. 1.136 e n. 1.137, Decreto n. 67.707 e Portaria GB-334, que determinavam a isenção do imposto de importação, do IPI e do ICM, quando da importação de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, acessórios e ferramentas, sem similar nacional, assim como de partes complementares à produção nacional (MACARINI, 2015).

Diante disso, com o intuito de equilibrar a dilatação das importações gerada, buscou-se estimular as exportações através de uma série de medidas, como assinala Médici na mensagem⁶⁰ remetida ao Congresso Nacional em março de 1974. O ex-presidente afirma que o estímulo às exportações foi buscado prioritariamente através da política de câmbio flexível (desvalorizações pequenas com oscilações também

⁶⁰BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **Central Intelligence Bulletin** Brasília, 1 de março. 1974. 25p.

reduzidas) e mediante simplificação burocrática; incentivos fiscais, facilidades de crédito para a produção exportável e para a exportação propriamente dita; programas de estímulo à instalação e expansão do parque industrial voltado para a exportação; criação da Companhia Brasileira de Entrepostos e Comércio; regulamentação das *trading companies* e instalação de agências do Banco do Brasil nas praças mundiais (BRASIL, 1974, p. 71).

Já como forma de aperfeiçoar a produção agrícola, especificamente, buscou-se promover a expansão da mecanização e do uso de insumos modernos no ramo. Para tanto, foram concedidos inúmeros incentivos e isenções à produção de adubos, fertilizantes, tratores e demais máquinas agrícolas, bem como generosa disponibilidade de crédito, a juros favorecidos (MACARINI, 2005). Nesse sentido, na mensagem remetida ao Congresso Nacional em março de 1974⁶¹, Médici afirma que a redução de impostos para o setor se fez evidente na sensível rebaixa do Imposto de Circulação de Mercadorias, na virtual eliminação do Imposto de Renda pelo período de dez anos, na robusta assistência financeira do Banco do Brasil e de bancos privados à agricultura e na elevação dos repasses do Banco Central ao setor privado para as atividades agropecuárias e agroindustriais (BRASIL, 1974, p.8).

No mais, a implementação desse modelo agrícola-exportar foi acompanhada da definição de uma política macroeconômica amplamente expansionista, cuja política fiscal se apoiou nas desonerações fiscais com expansão do gasto público (ARAÚJO, 2018). Aliás, devido a implementação de instrumentos como a dilatação dos prazos de recolhimento dos impostos, a instituição dos fundos PIS/PASEP e a redução das alíquotas de IPI e ICM indiretos, houve uma larga disponibilidade de crédito, e, simultaneamente, também foram criadas condições para a ampliação da demanda por crédito (MACARINI, 2015).

A execução dessa política macroeconômica e das iniciativas que compunham o modelo agrícola-exportador, na visão da CIA⁶², produziram resultados intrigantemente satisfatórios (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1975). De fato, houve a ampliação da arrecadação, um aumento de 126%, das exportações totais brasileiras entre 1970 e 1973, e a manutenção do auge cíclico do setor agrícola,

⁶¹BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, 1974. 262 p.

⁶²CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **National Intelligence Estimate: The Outlook for Brazil**. 11 de julho, 1975.

que, em 1971, cresceu 11,4% (SKIDMORE, 1998). Ademais, registrou-se um aumento de participação do país no total das transações mundiais de bens; maior diversificação dos mercados externos, que contou com a participação significativa de países em desenvolvimento (SOUTO, 2010); maior participação dos produtos manufaturados nas exportações brasileiras; e diversificação da pauta exportadora, antes fortemente dependente do café, com incremento de produtos como carne e algodão (MARINELI, 2017).

Esses resultados indicavam que as metas apontadas inicialmente por Delfim estavam sendo alcançadas no decorrer do governo Médici. Entre 1971-73, o crescimento econômico esteve perto de 12,5%, e a obtenção de reservas internacionais ficou garantida mediante o aperfeiçoamento do comércio exterior tal como antes descrito. Quanto à contenção da inflação, especificamente, embora tenha sido verificada em larga parte do período, o processo inflacionário demonstrou significativa ascensão em 1973 (SOUTO, 2010).

De qualquer modo, o logro das metas indicadas por Delfim fez parte do paradigmático “milagre econômico brasileiro”. Empregava-se a nomenclatura sagrada, a exemplo da que foi utilizada para denominar uma conjuntura de excelente expansão econômica na Alemanha, pois o fenômeno desafiava os modelos acadêmicos que advogavam pela existência de um dilema na política econômica entre equilíbrio interno e externo: por determinado período, desfizeram-se a relação direta entre crescimento e inflação e a relação inversa entre crescimento e saldo no balanço de pagamentos (MARINELI, 2017).

Por certo, entre 1968-1973, impressionava a expansão econômica concomitantemente à existência de superávits no balanço de pagamentos (US\$ 1,1 bilhão em média anual) e taxas de inflação declinantes (de 45,4% para 19,1%) e relativamente baixas para os padrões brasileiros. Ademais, a relação dívida externa líquida/exportações do país se reduziu de 2,0 para 1,4 (VELOSO; VILLELA; GIAMBIAGI, 2008).

O governo norte-americano, inclusive, acompanhava de perto a alarmante prosperidade econômica brasileira. Um relatório⁶³ da CIA de julho de 1975, por exemplo, trazia dados detalhados da conjuntura brasileira, tendo chamado atenção para o fato de que as taxas de crescimento econômico no Brasil durante aquele período (1968-1973), atingiram cerca de 10% ao ano. O documento vai além e descreve que o virtuoso crescimento econômico brasileiro foi marcado ainda por um

⁶³CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **National Intelligence Estimate:** The Outlook for Brazil. 11 de julho, 1975.

fortalecimento do setor industrial, que teria crescido 150% de 1965 a 1973, sendo que as indústrias automobilística e química teriam sido as maiores responsáveis por este processo. Além disso, de acordo com o documento, uma considerável expansão das exportações foi observada, tendo o montante mais que dobrado no mesmo período (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1975).

Embora o documento não mencione, segundo a literatura disponível sobre o tema, sobretudo Souto (2010), essa expansão das exportações foi acompanhada por uma modificação da pauta de produtos, como antes mencionado, com destaque para a venda de manufaturas. Souto (2010), especificamente, conta também que o consumo interno, particularmente da classe média, ampliou-se substancialmente devido a uma elevação da remuneração de técnicos e profissionais de nível superior. Esse alargamento do consumo fortaleceu a posição das empresas multinacionais que produziam automóveis, material elétrico, borracha, tabaco, produtos farmacêuticos, químicos e mecânicos (SOUTO, 2010). Paralelamente, o progresso das empresas nacionais igualmente foi evidenciado, principalmente no que diz respeito às indústrias responsáveis por infraestrutura, energia e bens de capital. Por outro lado, o capital privado nacional também se fortificou, em particular no tocante à produção de insumos e bens de consumo popular. Fortaleceu-se assim “tripé do capitalismo brasileiro”, isto é, a divisão de trabalho entre Estado, multinacionais e grande capital local (VIZENTINI, 1998).

É importante evidenciar, contudo, que, embora o memorando⁶⁴ da CIA redigido em 1974 mostre que a agência acreditava que os motivos por trás de todo esse fenômeno foram as medidas tomadas por Médici (particularmente as que incentivavam às exportações e modernização do setor agrícola, assim como aquelas que promoveram a reversão das políticas fiscal e monetária contracionistas utilizadas até 1967) (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1975), de acordo com a literatura especializada sobre o tema, as bases do milagre foram originadas a partir de outros três grupos de fatores.

Primeiramente, reformas econômicas, em particular as reformas fiscais/tributárias e financeira⁶⁵, articuladas entre 1964 e 1967,

⁶⁴CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **National Intelligence Estimate:** The Outlook for Brazil. 11 de julho, 1975.

⁶⁵Para maiores informações acerca das reformas realizadas de 1964 a 1967 ver: HERMANN, Jennifer. Reformas, Endividamento Externo e o “Milagre”

possibilitaram a recuperação da capacidade de investimento do país e o acesso a novas formas de financiamento pelo setor externo (GREMAUD; PIRES, 2010). A importância desse programa de austeridade para o boom econômico do Brasil é reconhecida inclusive em um boletim⁶⁶ da CIA de janeiro de 1970, que defende que tal programa permitiu a melhora na posição de troca do país internacionalmente (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1970).

Em segundo lugar, existia uma considerável capacidade ociosa no país, decorrente da crise econômica de 1962-1966. Por fim, crescimento econômico global com ampla liquidez, disponibilidade de recursos e boas condições nos mercados financeiros internacionais em termos de taxas e prazos caracterizavam a conjuntura internacional. Com isso, a demanda por exportações brasileiras foi elevada, assim como a quantidade de investimento estrangeiro captado pelo país (FAUSTO, 1994). Deste modo, com a ajuda de uma política cambial que facilitava as remessas de lucros e dividendos, de uma política de incentivo à exportação, da própria retomada do crescimento, da existência de um programa de investimentos públicos e de uma política industrial favorável (MARINELI, 2017), tornou-se possível o controle do saldo do balanço de pagamentos ainda que diante do vigoroso crescimento (HERMANN, 2011). Desse modo, com uma cifra de U\$ 6 bilhões, o Brasil conseguiu se tornar o sétimo maior detentor de reservas internacionais do mundo em 1973, segundo o documento⁶⁷ da CIA de julho de 1975.

Não obstante, na perspectiva da CIA, conforme é possível concluir por aquele boletim da agência de janeiro de 1970, o milagre brasileiro também não teria sido possível sem os esforços dos governos militares de 1964 a 1969 para impor estabilidade política e garantir a continuidade da política econômica (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1970).

De fato, como elenca Hermann (2011), as facetas do regime autoritário facilitavam a implementação das políticas pretendidas. Aliás, o autoritarismo foi exacerbadamente usado como escudo contramanifestações de oposição ao regime, já que a via escolhida para

Econômico (1964-1973). In: GIAMBIAGI, Fábio et al. **Economia Brasileira Contemporânea**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Cap. 3. p. 49-72.

⁶⁶DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Central Intelligence Agency. **Central Intelligence Bulletin**. 14 de janeiro de 1970.

⁶⁷CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **National Intelligence Estimate: The Outlook for Brazil**, 11 de julho, 1975.

o desenvolvimento foi a acentuação do capitalismo brasileiro, o que incomodava inúmeros setores progressistas brasileiros. Delfim, em particular, entendia que o compromisso da política econômica deveria ser com a acumulação de capital, uma vez que só ela permitiria um processo contínuo de incrementação da produtividade (MARINELLI, 2017). Em consequência, conquanto a economia vivia prosperidade, a desenfreada busca por acumulação de capital gerou uma profunda concentração de renda. Enquanto a classe de administradores e publicitários viu seu salário maximizado, os trabalhadores de baixa qualificação tiveram compressão em sua remuneração e piora das condições de trabalho (FAUSTO, 1994).

Com isso, enquanto os setores progressistas se preocuparam e lutaram pelo fim do regime em função de todo seu custo social, segundo Gaspari (2002), a elite do país e a classe média conservadora, manifestaram apoio ao governo, uma vez que ele havia promovido a elevação de seus salários e o aumento do número de postos de trabalho do país (GASPARI, 2002). Por conseguinte, de acordo com Skidmore (1978), surgiu durante o governo Médici uma “aliança tecnocrata-militar”, na qual os tecnocratas brasileiros eram aquiescentes ao autoritarismo do regime, legitimando-o, já que ele parecia promover coerência na articulação da estratégia econômica nacional (de modo que ficava garantido amplo acesso desses tecnocratas aos privilégios da prosperidade econômica) (SKIMORE, 1978).

Aliás, essa lógica também foi identificada pela CIA, como expõe um documento⁶⁸ da agência datado de 1975, no qual foi realizada uma análise geral do regime brasileiro até aquele ano. De acordo com o documento, a população apoiava o regime baseada “em interesses econômicos pragmáticos, de modo que a perda de liberdade e influência política era aceita como preço do desenvolvimento e prosperidade econômica” (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1975, p.11, tradução nossa⁶⁹). Ademais, uma pesquisa⁷⁰ da agência realizada

⁶⁸CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **National Intelligence Estimate: The Outlook for Brazil**, 11 de julho, 1975.

⁶⁹Texto original: “much of this support is based on pragmatic economic interests, i.e, a loss of political freedom and influence has been accepted as the price of economic development and prosperity” (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1975, p.11).

⁷⁰DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Research Study: The Political Implications of Modernization - The Brazilian Case**. 1975.

também naquele ano, assinala que o poder político de tecnocratas e servidores públicos foi ampliado pelos militares como barganha pela guarida da legitimidade militar em casos em que ela estivesse sujeita a algum tipo de ameaça (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1975). Nesse sentido, anos antes, em 1971, a agência havia redigido um memorando⁷¹ que assinalava que “enquanto oficiais militares de prestígio e importantes grupos econômicos, como os industrialistas de São Paulo, confiassem que a administração estava totalmente no controle da economia (...) o apoio ao governo continuaria sólido” (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1972, p. 5, tradução nossa⁷²). No ano seguinte, a CIA ainda articulou outro memorando⁷³ que afirmava que uma vez que a indústria foi o setor mais beneficiado com as políticas econômicas do governo brasileiro, os maiores entusiastas do regime eram os empresários brasileiros, os quais mantinham laços próximos com os militares e Delfim (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1973).

Nesta perspectiva, durante uma concedida em 1997, Roberto Campos, ministro de Estado e Planejamento de Castelo Branco, troca em miúdos a relação direta, existente no período, entre sucesso econômico e legitimidade para governar: “os militares não tinham legitimação eleitoral, não tinham legitimação carismática, mas tinham legitimidade operacional. Pelo desempenho⁷⁴”. Fica claro que o movimento de promoção de um Brasil Grande, materializado em iniciativas dentro e fora do território nacional, “se prestou a atestar a eficiência do regime, tornando-se uma moeda de uso corrente a custear a legitimidade do governo, que buscava assim garantir aceitação da população” (MENEZES, 2007, p. 71).

⁷¹DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum**: Brazil: The Politics of Economic Priorities. Junho, 1972.

⁷²Texto original: “as long as senior military officers and important economic groups, such as the São Paulo industrialists, have confidence that the administration is fully in control of the economy and is following sound policies, support of the government will probably remain solid.” (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1972, p. 5, tradução nossa)

⁷³CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY; INTELLIGENCE ORGANIZATIONS OF THE DEPARTMENTS OF STATE AND DEFENSE. **National Intelligence Estimate**: The New Course in Brazil. Janeiro, 1972.

⁷⁴A entrevista foi cedida a Ronaldo de Costa Couto e pode ser acessa em COUTO, Ronaldo Costa. **Memória viva do regime militar**: Brasil: 1964-1985, p. 41

A explicação para esse fato também foi identificada pela CIA. Como esclarece um de seus memorandos⁷⁵ de 1972, qualquer problema na economia seria explorado pela oposição ao regime, danificando sua reputação, e, assim, comprometendo sua sobrevivência (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1972). Aliás, segundo outro documento⁷⁶ da agência, este de 1975, os militares entendiam que uma redução do crescimento econômico “levantaria questões sobre a capacidade única do regime de cumprir seu papel autoproclamado e sobre a legitimidade da reivindicação militar do poder” (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1975, p.11).

Sobrevém dessas informações a imprescindibilidade da prosperidade econômica para a manutenção dos militares do poder, isto é, o fato de que sucesso econômico e estabilidade do regime estavam intimamente associados. Por certo, existia um movimento que se retroalimentava: a prosperidade na economia suscitava legitimidade e assim, permanência dos militares no governo - os quais davam continuidade àquelas políticas que estimularam a expansão da economia, e, que por sua vez, haviam sido aplicadas para cumprimento do projeto de nação vislumbrado com golpe de 1964.

Como foi visto, entre as políticas de estímulo ao crescimento, constava-se a necessidade de expansão dos mercados externos, sobretudo em termos de elevação das exportações brasileiras, devido a essencialidade da promoção da capacidade de importar. Somente a partir de uma larga capacidade de importar seria possível a obtenção de reservas internacionais, e, por conseguinte, tecnologia e bens de capital (máquinas e equipamentos) que dessem seguimento ao desenvolvimento econômico. Aliás, dados⁷⁷ do IPEA dão indícios dos altos esforços empregados para aprimorar a capacidade de importar, já que o índice no período praticamente dobrou, tendo saído de 6,4⁷⁸ em 1968 para 12,1 em 1974.

⁷⁵CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY; INTELLIGENCE ORGANIZATIONS OF THE DEPARTMENTS OF STATE AND DEFENSE. **National Intelligence Estimate: The New Course in Brazil.** Janeiro, 1972.

⁷⁶CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **National Intelligence Estimate: The Outlook for Brazil,** 11 de julho, 1975.

⁷⁷IPEADATA. **Capacidade de importar** (média 2006 = 100). 2018. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 02/05/2018.

⁷⁸Capacidade de importar - Razão entre os índices de preço das exportações e os índices de preço das importações (termos de troca) multiplicado pelos índices de quantum das exportações. Esses números têm como base o ano de 2006, quando a capacidade de importar do país atingiu o índice 100.

Portanto, deriva-se destes excertos que, sendo fundamental a capacidade de importar para a prosperidade econômica, e essa última por sua vez, crucial à legitimidade do governo, a necessidade de expansão dos mercados brasileiros – pilar da melhoria da capacidade importadora - se sobrepunha a fatores de ordem ideológica e política. Aliás, este argumento esteve presente nas próprias concepções delfinianas, já que, segundo o ex-ministro, “todas as economias são determinadas por algumas relações físicas fundamentais que não podem ser superadas por nenhum truque ideológico” (NETTO, 1971, p. 03). Por conseguinte, a relevância que foi conferida pelo ex-ministro à capacidade de importar dentro da estratégia econômica adotada, e, por consequência, dentro do Projeto Brasil potência, é um ponto bastante sensível para a apreensão da estratégia internacional utilizada pelo Brasil, inclusive no que diz respeito a sua postura na América do Sul.

Nesse sentido, e considerando que para Delfim Netto (1968, p.13) “a elevação do nível de produção, de emprego e de salários reais internos estaria intimamente associada ao sucesso de uma política agressiva de *comércio exterior*” (grifo nosso), é possível argumentar que a política externa teve de ser utilizada como um dos instrumentos⁷⁹ de consecução da política econômica. Essa utilização se deu, sobretudo, em prol da questão da expansão dos mercados, necessária para aprimorar a capacidade importadora brasileira, e, portanto, suprir a demanda por reservas internacionais, bens de capital e tecnologia fundamentais ao avanço no processo de industrialização. Em outras palavras, ao executar a tarefa de avolumar os contatos internacionais brasileiros, a política externa, guiada pelo pragmatismo, colaborava com a operacionalização da estratégia econômica escolhida para o logro do “Brasil Potência” - particularmente o modelo agrícola exportador-, largamente dependente do acesso brasileiro a novos mercados. Com efeito, na adoção desse pragmatismo declarado a favor da estratégia econômica para o desenvolvimento, pouco cabia distinguir as nações por suas ideologias e formas de governo. Essa lógica se fez evidente na aproximação do país

⁷⁹O próprio governo norte-americano reconhece a congruência entre o modelo econômico adotado e a estratégia encabeçada na política externa do país. Um documento da CIA de 1975 aponta que a prioridade dada ao impulsionamento das exportações de manufaturados e commodities, por exemplo, era compatível com inúmeros objetivos governamentais já que “minimizava o sentido de vulnerabilidade imediata do país a pressões externas” In: DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Central Intelligence Agency. **Research Study: The Political Implications of Modernization: The Brazilian Case.** Setembro, 1975.

ao bloco socialista e aparenta permear a motivação subjacente à abordagem brasileira com as nações sul-americanas que apresentavam tendências nacionalistas/socialistas, já que, segundo Schilling:

“A associação dos interesses militares (essencialmente políticos) e dos monopólios (essencialmente econômicos) explica a situação interna e a atual ação diplomática brasileira na América Latina: busca de novos mercados e tentativas de controle político-ideológico sobre os povos vizinhos” (SCHILLING, 1978, p. 132).

Um documento⁸⁰ da CIA parece atestar a autenticidade esta linha de argumentação ao afirmar que, ao contrário da atuação brasileira precedente, e do comportamento tradicional brasileiro, a partir de 1971, Médici e seu Ministério das Relações Exteriores iniciaram uma campanha de fortalecimento da presença do Brasil na América Latina e principalmente de expansão das exportações brasileiras (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1972). Ora, somente entre 1968 e 1970 as exportações de manufaturas para a América do Sul subiram de 182 milhões de dólares para 284 milhões (MARINI, 1973) e notou-se um mesmo movimento de crescimento das exportações de produtos industriais para a ALALC, da qual faziam parte todos os países sul-americanos sob a influência da esquerda (VIZENTINI, 1998).

Fica claro que, sob a lógica da necessidade de aprimorar a capacidade de importar do país, Estados em desenvolvimento e subdesenvolvidos, como os próprios sul-americanos de esquerda, serviam como mercados de captação das exportações brasileiras, ou melhor dizendo, tornavam-se destinos para o escoamento da produção manufatureira do Brasil. Esse processo, aliás, foi interpretado por Marini (1977) sob a óptica do “subimperialismo”. Segundo este autor, o Brasil, centro mediano de acumulação, exerceu um subimperialismo na América do Sul na medida que países como Bolívia, Paraguai e Uruguai estiveram sob a influência imediata do capitalismo brasileiro (MARINI, 1977). Efetivamente, Marini (1977) entendia que o setor externo, particularmente no que diz respeito às economias periféricas, era fundamental na promoção da acumulação de capital dos centros medianos pois fornecia uma válvula de escape para a relação entre consumo e produção internos. Trocando em miúdos, as economias

⁸⁰DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum**: Brazil Widens its Horizons. 1972.

periféricas, sobretudo da América do Sul, serviam à necessidade de promoção da capacidade de importar brasileira, visto que absorviam a produção interna do país que não havia encontrado demanda interna e lhe forneciam reservas internacionais a serem utilizadas para a compra de bens de capital e maquinário.

Contudo, segundo Marini (1977), o subimperialismo que teria operado o Brasil na década de 1970 não só era voltado para o aumento das exportações de manufaturados brasileiros e conquista de mercados consumidores em seu entorno regional, mas buscava também fonte de matérias-primas e de energia, de modo que “a divisão regional do trabalho servia a uma realização do capital-mercadoria das indústrias do capitalismo brasileiro” (LUCE, 2011, p.197). Especificamente, a busca por matérias-primas e energia serviam a uma necessidade de minimizar custos do capital constante, promovendo assim a elevação das taxas de lucro e impedindo a possibilidade de quedas tendenciais, naturais do processo de acumulação capitalista (LUCE, 2011).

Nesse sentido, o próprio Delfim Netto assumiu, em um artigo⁸¹ publicado em 2009 com o professor e pesquisador Akihiro Ikeda, que o desenvolvimento econômico só pode ser alcançado mediante vasta disponibilidade de energia e recursos. Com isso, um país que não dispõe de energia e recursos suficientes para suprir sua força de trabalho e alavancar o funcionamento de seu maquinário, seria obrigado a obtê-los no mercado internacional (NETTO; IKEDA, 2009), - tarefa que implica a atuação e os esforços da diplomacia do país.

Diante deste aspecto e de tudo que foi relatado anteriormente, fica evidente a relevância da estratégia econômica empregada e de seus efeitos na configuração da política externa do país, e, particularmente, no tratamento que o Brasil conferiu a seus vizinhos em que a esquerda política apresentava uma projeção significativa, seja no sentido de aprimorar a capacidade importadora nacional, seja para servir também como instrumento de obtenção de matéria-prima e energia. Assim, foi possível observar a pertinência daquela interpretação da literatura com ênfase na relação causal existente no governo Médici entre objetivos econômicos e política externa, e, por conseguinte, foram identificados aspectos que evidenciam a adequação da hipótese da pesquisa como resposta à pergunta aqui em questão. Isto posto, caberá então à próxima subseção deste trabalho avaliar se também a interpretação da literatura

⁸¹NETTO, Antonio Delfim; IKEDA, Akihiro. Estratégias de Desenvolvimento. In: SICSU, João; CASTELAR, Armando. **Sociedade e Economia: Estratégias de Crescimento e Desenvolvimento**. Ipea: Brasília, 2009, p.33-44.

que visa explicar a política externa em questão tomando por base a conjuntura da Guerra Fria é tão ou mais apropriada para justificar as ações empreendidas externamente pelo país.

2.2.2 O Brasil no conflito Leste-Oeste

2.2.2.1 As relações Brasil-EUA

O enfoque diplomático realista e pragmático dirigido ao interesse nacional, que, como foi visto, considerava contraproducentes teorizações e posições extremas, e, portanto, sugeria sua eliminação da conduta internacional do país, também permeou as relações do Brasil com os EUA (SOUTO, 2010). Nesse sentido, a contestação dos laços permanentes existentes entre os dois países era inconcebível, mas, ao mesmo tempo, o alinhamento automático com a potência do norte era visto como “pesado ônus sobre nossa política externa, havendo criado profundas raízes de convicção em significativos segmentos de formação de nosso poder nacional”. (BARBOZA, 2002, p. 283). Na prática, segundo Souto (2010), a diplomacia do período julgava que uma aproximação com os EUA a nível de alinhamento indicaria uma aquiescência integral dos interesses norte-americanos, provocaria uma tensão adicional com os vizinhos sul-americanos e não resultaria em vantagens comerciais consideráveis ao Brasil (SOUTO, 2010).

Nesse sentido, para Martins (1975), no que diz respeito aos EUA, o governo Médici optou por empregar um posicionamento de não concordar como forma de provar lealdade a princípios partilhados, nem de discordar para exibir independência. Efetivamente, buscou-se tratar o relacionamento com a potência norte-americana de uma maneira mais natural, isto é, sem a consecução de um alinhamento automático ou a utilização de um perfil de contestação radical (MARTINS, 1975). Assim, conquanto ficasse claro a importância de não se promover desavenças desnecessárias, a postura brasileira frente aos EUA se pautava na tentativa afirmar autonomia do país no cenário internacional (PONCE, 2009).

Esse comportamento “pragmático” foi logo percebido nos EUA por meio da CIA. Segundo um memorando⁸² da agência de 1972, o Brasil via como dispensável uma maior aproximação à potência do norte porque a prosperidade econômica do país registrada naquele período

⁸²DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum**: Brazil Widens its Horizons. 1972.

reduziu a dependência brasileira da assistência norte-americana. Contudo, de acordo o memorando, a necessidade de manter um relacionamento auspicioso entre as duas nações também se fazia presente nas ambições brasileiras dado que a manutenção do sucesso econômico nacional demandava captação permanente de capital e tecnologia estrangeiros, insumos que os EUA eram o principal fornecedor do Brasil. Assim, em suma, entendia-se nos EUA que a administração Médici almejava relações de intensa cooperação política com os norte-americanos, e simultaneamente, a promoção de uma interação entre os dois países que assegurasse fielmente os interesses econômicos brasileiros (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1972).

Foi justamente visando consolidar tal estratégia que, em 1971, no primeiro encontro de Médici com o presidente norte-americano Richard Nixon, o representante brasileiro afirmou⁸³ que, embora a posição do Brasil e dos EUA não iriam coincidir em todas as problemáticas globais, esforços seriam feitos para compatibilizar as políticas dos dois países em um sentido de fraternidade e amizade.

Com isso, de acordo com a literatura sobre o tema, por um lado, uma série de entendimentos bilaterais foram consolidados como os relacionados à pesca de camarão, energia nuclear e comércio, e inúmeros acordos foram firmados, como o de Cooperação Científica Bilateral, de outubro de 1971, o de Assistência Militar, de fevereiro de 1972, e o de Cooperação relativo aos Usos Cívicos da Energia Atômica, de julho de 1972 (VIZENTINI, 1998). Além disso, intensa cooperação foi observada entre os órgãos da comunidade de informações do país e a CIA no que diz respeito ao “compartilhamento de informações sobre a penetração comunista no entorno regional” (CRUZ, 2009, p. 139).

Por outro lado, discordâncias a respeito de temas como desarmamento, controle da natalidade e comércio internacional se mantiveram, e outras problemáticas emergiram como a questão do mar territorial, a preservação do meio-ambiente, a crise financeira, e o protecionismo norte-americano (MARTINS, 1975). Ademais, operações encobertas de serviços secretos estrangeiros em território nacional, como era o caso da CIA, geravam a fúria da Inteligência Brasileira (CRUZ, 2009). Ainda, a “propaganda do milagre alimentava uma pretensão de paridade nas relações com os EUA”, que gerava indisposição norte-americana frente ao Brasil (VIZENTINI, 1998, p. 147). Aliás, a política desenvolvimentista e de incentivo à exportação de

⁸³BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **Diálogo Fraternal**. Washington, dezembro de 1971.

manufaturados muitas vezes implicou competição das duas nações em vários mercados (SILVA, 2003, p. 57).

Por certo, a existência dessas dificuldades nas relações entre os dois países, bem como o reconhecimento delas pelos EUA são atestados na documentação da CIA em análise, sobretudo em dois memorandos redigidos em 1972, um de janeiro e outro de maio. O primeiro⁸⁴ conta que a abordagem brasileira em relação aos investimentos estrangeiros era problemática pois encorajava esses investimentos nos setores dependentes de tecnologia estrangeira, ao passo que estabelecia certo percentual de participação brasileira em setores mais sensíveis da economia (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY; INTELLIGENCE ORGANIZATIONS OF THE DEPARTMENTS OF STATE AND DEFENSE, 1972). Já o segundo⁸⁵ aponta que a exploração científica do oceano brasileiro pelos EUA era vista de forma negativa, assim como a sugestão norte-americana sobre a aplicação de políticas públicas no Brasil para conter o crescimento populacional. Ademais, esperava-se que desentendimentos também permaneceriam na questão de fornecimento de aparato militar pelos EUA ao vizinho sul-americano (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1972).

Nesse sentido, Souto (2010) disserta sobre questões específicas que provocaram descontentamento norte-americano frente a conduta brasileira, quais sejam: as críticas brasileiras sobre as regras do comércio mundial, estruturadas sob a alegação de que tais regras favoreciam o mundo desenvolvido; a recusa em assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, baseada na ideia de que se tratava de um instrumento que favorecia o congelamento de poder mundial; e finalmente, a declaração da expansão do mar territorial brasileiro para 200 milhas⁸⁶, articulada como forma de reafirmação da grandeza e soberania nacionais⁸⁷ (SOUTO, 2010).

⁸⁴CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY; INTELLIGENCE ORGANIZATIONS OF THE DEPARTMENTS OF STATE AND DEFENSE. **National Intelligence Estimate**: The New Course in Brazil. Janeiro, 1972.

⁸⁵DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum**: Brazil Widens its Horizons. 1972.

⁸⁶Através do Decreto-Lei nº 1098, em 25 de março de 1970, é declarado a ampliação do mar territorial brasileiro para 200 milhas marítimas.

⁸⁷Um estudo da CIA denominado “Law of the Sea Country Study: Brazil”, desenvolvido em 1974, argumenta que a verdadeira razão para a ampliação do mar territorial brasileiro teria sido a descoberta de petróleo na plataforma continental do país. Com a ampliação, buscava-se assegurar os recursos da plataforma em prol de necessidades futuras da população brasileira, que passava

Um telegrama⁸⁸ da Embaixada norte-americana no Brasil, de 1971, reflete justamente uma apreciação apreensiva e intimidante dos EUA no que diz respeito a algumas destas questões. O documento revela que, embora o Brasil seja cauteloso em sua “ofensiva diplomática”, isto é, na materialização de suas ambições centrais (alcance de maior influência hemisférica e do status de grande potência), “os diplomatas brasileiros atacaram problemáticas, como a expansão do mar territorial, as quais invocam um cordão de resposta no continente e podem ser tentados a arriscar sua sorte. O equilíbrio não seria fácil de ser obtido” (DEPARTMENT OF STATE – BUREAU OF INTER-AMERICAN AFFAIRS, 1971, p. 6, tradução nossa⁸⁹).

Contudo, Del Vecchio (2014) argumenta que as questões antes elencadas não produziram uma tensão substantiva na relação entre os dois países. Dísparmente ao tom observado no telegrama antes referenciado, o autor afirma, por exemplo, que a expansão do mar territorial do Brasil não foi vista como um assunto fortemente relevante pelos EUA, que, inclusive, prontamente reconheceu o direito brasileiro (DEL VECCHIO, 2014).⁹⁰

Embora o último telegrama mencionado tenha apontado o oposto, outros documentos da CIA atestam a pertinência da análise de Del Vecchio (2014). De acordo com outro telegrama⁹¹ da embaixada norte-

por constante crescimento. É possível acessar o documento na íntegra através do link: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79-01054A000100170001-2.pdf>

⁸⁸EMBAIXADA EM BRASÍLIA [Telegrama] 14 de jun., 1971, Brasília [para] Departamento de Estado dos EUA, Washington. 6p. Brazil’s Diplomatic Campaign.

⁸⁹Texto original: “on this issue as well as their campaign against U.S. protectionism, they have struck on issues which invoke a responsive cord in the Continent, and they may be tempted to push their luck. The balance will not be easy to maintain” (DEPARTMENT OF STATE – BUREAU OF INTER-AMERICAN AFFAIRS, 1971, p. 6

⁹⁰Vizentini (1998, p. 148) pontua, contudo, que no caso da ampliação do mar territorial, uma represália norte-americana não era possível visto que a iniciativa “se deu fora do campo sensível de reação automática dos EUA e frustrou qualquer possibilidade de retaliações, na medida em que não recorreu a instrumentos desafidores da ordem mundial vigente”.

⁹¹EMBAIXADA NO RIO DE JANEIRO [Telegrama] 9 de dez. 1969, Rio de Janeiro. [para] Departamento de Estado dos EUA, Washington. 9p. Assessment of Character and Attitudes of Medici Government Assessment of Character and Attitudes of Medici Government.

americana no Brasil enviado ao Departamento de Estado em dezembro de 1969, Médici possuía um conhecido apreço pela potência do norte, e teria constituído seu governo com homens que compartilhavam desse apreço. Assim, acreditava-se nos EUA que as sugestões norte-americanas a respeito da definição das relações entre os dois países seriam acatadas pelo Brasil mesmo em casos em que o governo brasileiro fosse coibido a adotar medidas fortemente nacionalistas, como, por exemplo, para dispersar a oposição. O telegrama reconheceu inclusive que, diferentemente do que ocorreu no governo Costa e Silva, durante a gestão Médici seria muito mais fácil o fornecimento de ajuda em prol do bom desempenho econômico brasileiro (EMBAIXADA NO RIO DE JANEIRO, 1969). Mais tarde, em 1970, o embaixador norte-americano confidencia⁹² ao governo dos EUA que seu encontro com os ministros do Planejamento e da Fazenda brasileiros mostrou o notório interesse do Brasil em trabalhar conjuntamente para promover relações de forte proximidade entre os dois países. Assim, para o embaixador, ficava claro que conquanto problemas econômicos pudessem emergir no diálogo bilateral, estes seriam ínfimos diante dos potenciais benefícios mútuos de comércio, ajuda e investimento (EMBAIXADA NO RIO DE JANEIRO, 1970).

Nesse sentido, uma das correspondências⁹³ emitidas da embaixada brasileira em 1971 para o Departamento de Estado, aponta que nem mesmo a busca por maior projeção internacional brasileira e o sucesso econômico do país foram encarados de maneira fortemente litigiosa pela embaixada norte-americana. Isso porque, no telegrama, o embaixador norte-americano assegura que o objetivo brasileiro não era o de substituir a posição da potência do norte nas Américas, mas de somente fortalecer sua influência no continente e sobretudo na OEA – fórum em que o prestígio brasileiro estava em baixa ((EMBAIXADA EM BRASÍLIA, 1971). Essas afirmações inclusive corroboram com a interpretação de Spektor (2009) de que as abordagens que apontam o crescimento brasileiro como fonte de atritos com os EUA por meio da

⁹²EMBAIXADA NO RIO DE JANEIRO [Telegrama] 3 de dez., 1970, Rio de Janeiro. [para] Departamento de Estado dos EUA, Washington. 2p Conversations with Ministers of Finance and Planning.

⁹³EMBAIXADA EM BRASÍLIA [Telegrama] 14 de jun., 1971, Brasília [para] Departamento de Estado dos EUA, Washington. 6p. Brazil's Diplomatic Campaign.

denominação “rivalidade emergente⁹⁴”, não são capazes de exprimir as reais dinâmicas que permearam o diálogo entre as duas nações.

Ora, se por um lado a ascensão brasileira pudesse incomodar, por outro, sua prosperidade econômica e a obtenção de maior relevância no cenário internacional serviam como exemplos de aplicação fértil do capitalismo e de efetivo controle da esquerda (SOUTO, 2010). Para os EUA, isso era fundamental visto que “as ditaduras não comunistas ainda garantiam o lucro e a livre circulação dos capitais estrangeiros (MONIZ BANDEIRA, 1993, p. 207-208)”. Mas, em especial, nos marcos da disputa da Guerra Fria, a existência de um aliado hemisférico no combate ao comunismo era vital, dado que várias nações sul-americanas demonstravam proximidade com tendências de esquerda e Richard Nixon colocava em andamento uma política de *delegação*⁹⁵ de tarefas em termos de segurança com as potências médias aliadas (VIZENTINI, 1998).

Aqui entra o aspecto central das relações entre os dois países para a análise do comportamento brasileiro frente aos países sul-americanos sob a influência da esquerda. Na prática, conforme revela Spektor⁹⁶ (2009), Nixon e seu assessor da Segurança Nacional, Henry Kissinger, almejavam repartir os custos da preservação da ordem internacional tencionada pelos EUA. Para isso, delegaram aos aliados norte-americanos, sobretudo às potências médias como o Brasil, o Irã e a África do Sul, a tarefa de conter o avanço comunista em suas regiões (SPEKTOR, 2009).

⁹⁴Para os teóricos da “rivalidade emergente”, a evolução do desenvolvimento brasileiro seria barrada pelos EUA na medida em que o crescimento do Brasil pudesse ameaçar, de alguma maneira, a hegemonia norte-americana no continente (SPEKTOR, 2009).

⁹⁵A delegação significava que a gestão da Guerra Fria pelos EUA seria feita agora por intermédio de grandes países em desenvolvimento que disfrutavam de certa influência em suas regiões. Não implicava, entretanto, a rejeição dos “mecanismos de controle hegemônico, mas uma tentativa de adaptar (e reafirmar) o poder americano no Terceiro Mundo a partir de novos instrumentos e um novo vocabulário diplomático.” (SPEKTOR, 2009, p. 23)

⁹⁶Em “Kissinger e o Brasil”, Spektor (2009) descreve as relações entre Brasil e Estados Unidos durante todo o período em que Kissinger foi assessor de Segurança Nacional, para isso, utiliza de uma extensa documentação obtida em bibliotecas norte-americanas, no Arquivo do Itamaraty e no arquivo do CPDOC, sobretudo em uma coleção que contém inúmeras correspondências trocadas entre Kissinger e Azeredo da Silveira (ministro das relações Exteriores no Brasil durante o governo que de Ernesto Geisel, sucessor de Médici).

Todavia, por pertencerem ao mesmo continente, o esforço anticomunista designado ao Brasil pelos EUA era ainda maior, de modo que, para os norte-americanos, era imprescindível manter relações amigáveis com a nação brasileira (PONCE, 2009). Segundo Ponce (2009), isso inclusive explica porque problemáticas como a questão do mar territorial não despertaram maior indisposição norte-americana em relação ao Brasil. Como bem pontua Fico (2008, p. 241), “a maioria das disputas que aconteceram durante o governo Médici (...) diziam respeito a questões que não punham em risco a decisão estratégica dos EUA de manter o Brasil como aliado contra problemas no continente (...)”. Afinal, dependia a própria “segurança interna dos EUA” do desempenho brasileiro em relação à contenção do comunismo no hemisfério, conforme pode ser visto no trecho a seguir do Relatório de Estratégia e Análise do País da embaixada norte-americana:

“O mais importante interesse norte-americano no Brasil é a segurança dos EUA, através da cooperação do Brasil como um aliado hemisférico contra contingências como: uma ameaça intracontinental, uma séria deterioração da situação chilena (por exemplo, caso o Chile adote o estilo cubano de política de “exportação da revolução”) ou a formação de um pacto Andino que poderia tornar-se antiamericano; ou numa hipótese mais remota de ameaça extracontinental, como a penetração soviética no Atlântico Sul [...] A manutenção do Brasil como um potencial aliado hemisférico poderá se constituir enquanto elemento crítico para os interesses [de segurança] dos EUA” (COUNTRY ANALYSIS AND STRATEGY PAPER *apud* HARMER, 2011, p. 99, tradução nossa⁹⁷).

⁹⁷Texto original: “The most important American interest in Brazil is US security, through Brazil's cooperation as a hemispheric ally against contingencies such as: an intracontinental threat, a serious deterioration of the Chilean situation (for example, if Chile adopts the Cuban style of policy of "exporting the revolution") or the formation of an Andean pact that could become anti-American; or in a more remote hypothesis of extracontinental threat, such as Soviet penetration in the South Atlantic ... The maintenance of Brazil as a potential hemispheric ally could be a critical element for US [security] interests (COUNTRY ANALYSIS AND STRATEGY PAPER *apud* HARMER, 2011, p. 99)

Por certo, Kissinger - uma figura central no delineamento das relações norte-americanas com o Brasil, considerava a nação sul-americana como uma “fonte útil de apoio e legitimidade para promover a ordem na América do Sul e projetar a influência dos Estados Unidos no continente” (SPEKTOR, 2009, p. 35). Para os EUA, a existência de um aliado anticomunista no subcontinente era vital, visto que sua hegemonia regional estava em crise e o comunismo marxista se assentava na região sobretudo pelas mãos de Salvador Allende no Chile, algo que colocava em risco a autoridade dos EUA na América do Sul (SPEKTOR, 2009).

Nesse sentido, nem o receio de que o apoio à ditadura brasileira danificasse a imagem dos EUA⁹⁸ - devido às inúmeras denúncias de violações dos direitos humanos no Brasil -, foi suficiente para impedir a busca por uma parceria mais estreita (FICO, 2008). Na realidade, “o pragmatismo dos setores financeiros e econômicos norte-americanos se conjugou com o realismo político de Kissinger e Nixon” (FICO, 2008, p. 209), de modo que, “o violento combate aos movimentos de esquerda e às guerrilhas urbana e rural promovido pela ditadura acabou produzindo um espírito de solidariedade entre Brasília e Washington” em termos de manutenção da segurança hemisférica (VIZENTINI, 2013, p. 72).

Este espírito de solidariedade estimulou até uma aparente afinidade entre Nixon e Médici, que pode ser observada em várias correspondências do embaixador norte-americano no Brasil. Em uma⁹⁹ delas, datada de outubro de 1972, o embaixador afirma: “Médici pediu que eu dissesse ao Presidente Nixon que ele sente as mais calorosas “saudades” em relação à sua passagem em Washington e que eu enviasse suas mais amáveis considerações pessoais” (EMBAIXADA EM BRASÍLIA, 1972, p. 1, tradução nossa¹⁰⁰). No mesmo mês, um

⁹⁸Na entrevista concedida ao CPDOC, Gibson Barbosa conta que sentia uma forte pressão dos EUA para o retorno da democracia no Brasil, sobretudo de senadores e ministros, bem como da população e da imprensa norte-americana.

⁹⁹EMBAIXADA EM BRASÍLIA [Telegrama] 1 de out., 1972, Brasília [para] Secretaria de Estado dos EUA, Washington 1p. Presidential Correspondence - Letter to Medici.

¹⁰⁰Texto original: “Medici asked me to tell President Nixon that he felt warmest saudades concerning his visit in Washington and to convey his kindest personal regards.” (EMBAIXADA EM BRASÍLIA, 1972, p. 1)

telegrama¹⁰¹ do embaixador alega que Médici não possuía nenhum interesse em manter relações pessoais com outros Chefes de Estado, somente com Nixon, pelo qual sentia profundos respeito e admiração (EMBAIXADA EM BRASÍLIA, 1972). Ainda naquele ano, em dezembro, outro telegrama¹⁰² evidencia o regozijo de Nixon para com Médici: “Ele (Nixon) criou uma grande consideração por Médici quando de sua visita a Washington no ano passado e considera de grande importância para o hemisfério as nossas relações com o Brasil” (BUREAU OF INTER-AMERICAN AFFAIRS, 1972, p. 1, tradução nossa¹⁰³).

Por certo, na viagem mencionada, isto é, durante a visita do presidente brasileiro aos EUA em 1971, Nixon propôs a Médici uma colaboração estreita e de caráter extraoficial entre os presidentes para tratamento de questões de segurança no subcontinente sul-americano. A resposta de Médici foi positiva, tanto que designou o chefe de sua Assessoria Especial, Coronel Manso Netto, e não Gibson Barboza, para encabeçar o diálogo com a potência norte-americana acerca da segurança hemisférica (PONCE, 2009). Com efeito, aquela visita teria decretado a necessidade de cooperação mútua entre os dois países no sentido de promoção da vigilância contra a subversão externa, sobretudo dentro do hemisfério.

A propósito, no documento¹⁰⁴ que relata a visita em questão, fica evidente a ocorrência de uma troca de informações entre Médici e Nixon a respeito do socialismo castrista cubano, da proeminência do Frente Ampla - coligação de partidos de esquerda -, nas eleições uruguaias e a respeito de outros Estados sul-americanos acometidos por movimentos de caráter revolucionário-comunista. Mas, sem dúvidas, o conteúdo

¹⁰¹EMBAIXADA EM BRASÍLIA [Telegrama] out., 1972, Brasília [para] Secretaria de Estado dos EUA, Washington. 2p. Presidential President Medici's Desire That President Nixon Visit Brazil.

¹⁰²WHITE HOUSE [Telegrama] 30 de nov., 1972, Mr. Vallimarescu [para], Brasília. 1p. President Médici's Invitation to President Nixon. Disponível em: <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:375671/>>. Acesso em: 10/04/2018

¹⁰³Texto original: “He raised a great deal of consideration for Medici during his visit to Washington last year and considers our relations with Brazil of great importance to the hemisphere.” (BUREAU OF INTER-AMERICAN AFFAIRS, 1972, p. 1).

¹⁰⁴KISSINGER, Henry [Telegrama] 9 dez. 1971, Washington. 7p. [para] Richard Nixon, Washington. Meeting with President Emilio Garrastazu Medici of Brazil.

mais revelador do documento trata da articulação de um conluio entre os dois presidentes para deposição de Salvador Allende do poder chileno. Segundo o documento, durante a reunião, Nixon não só pediu a Médici que se mobilizasse contra a situação chilena, como que o contatasse caso fosse necessária alguma ajuda financeira em prol do esforço de depor Allende.

De fato, inicialmente, como já foi sinalizado, o governo norte-americano almejava, acima de tudo, que Médici se posicionasse como súdito norte-americano em termos de manutenção da segurança do continente. Isso é confirmado por dois dos memorandos da CIA analisados, ambos de 1972, um de janeiro e outro de maio. O primeiro deles¹⁰⁵ assume que em que pese um aumento do nacionalismo e da autonomia internacional do Brasil que poderiam dificultar a resolução de certas questões entre os dois países, a nação sul-americana seguiria como forte aliada dos EUA durante o governo Médici, sobretudo no que diz respeito ao combate ao comunismo (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY; INTELLIGENCE ORGANIZATIONS OF THE DEPARTMENTS OF STATE AND DEFENSE, 1972). O segundo¹⁰⁶ segue esta mesma linha de interpretação e garante que Médici reconhecia que os dois países compartilhavam de muitos interesses políticos, em particular no que diz respeito à contenção da subversão no hemisfério, de sorte que o regime brasileiro ofereceria apoio aos EUA como o “líder do mundo livre” (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1972).

Por seu turno, Médici dava indícios palpáveis de seu interesse na colaboração com os EUA em prol da contenção do comunismo. Isso fica evidente em algumas correspondências trocadas entre os dois presidentes, como na carta¹⁰⁷ enviada por Médici a Nixon em 27 de abril de 1972, em que lamenta a existência de movimentos marxistas na Bolívia e no Uruguai.

Todavia, segundo Fico (2008), essas correspondências, assim como as outras trocadas entre Médici e Nixon, tinham efeito meramente simbólico, dado que, na realidade, os interesses de Brasil e EUA em

¹⁰⁵CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY; INTELLIGENCE ORGANIZATIONS OF THE DEPARTMENTS OF STATE AND DEFENSE. **National Intelligence Estimate:** The New Course in Brazil. Janeiro, 1972.

¹⁰⁶DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum:** Brazil Widens its Horizons. 1972.

¹⁰⁷MÉDICI, Emílio. [Carta] 27, abril de 1972, Brasília [para] NIXON, Richard. Washington. 4f.

estreitar os laços entre os dois países eram incompatíveis. Especificamente, conforme pontua Harmer (2012), “não havia acordo sobre quem deveria fazer o que, no Chile ou em qualquer outro lugar da América Latina”, pois de um lado, Médici almejava garantias reais de assistência econômica por parte dos EUA e de outro lado, Nixon desejava a incorporação da *delegação* pelo Brasil (HARMER, 2012).

Aliás, de acordo com Spektor (2009), a própria visita de Médici foi vista de modos distintos pelos governos norte-americano e brasileiro. Enquanto Kissinger pretendia consolidar uma parceria de coordenação política anticomunista, o Brasil não tinha interesse em dividir os esforços com a nação mais importante do mundo. Na verdade, para o governo brasileiro, a visita oferecia a oportunidade de fomentar a credibilidade do presidente dentro das Forças Armadas e da própria população do país, já que se tratava de um encontro com Nixon – o homem mais influente do mundo. Mas, principalmente, ao visitar a Casa Branca, Médici almejava alavancar a projeção internacional do país, a partir de um reconhecimento norte-americano sobre a ascensão brasileira (SPEKTOR, 2009).

Nesse sentido, conquanto ficasse claro o engajamento brasileiro contra regimes sul-americanos minimamente influenciados pela ideologia comunista, as reais pretensões brasileiras ao colaborar com a manutenção da segurança hemisférica eram de natureza muito mais individualista e pragmática do que o esperado pelo governo norte-americano. Na realidade, a própria noção de *delegação* era vista de maneira negativa pelos brasileiros, próxima a uma concepção de neocolonialismo. Deste modo, para Médici, em que pese o caráter inerte da ambição mútua dos dois países em derrotar movimentos marxistas-comunistas, esse esforço não deveria implicar a coordenação de políticas pontuais, consulta ou alinhamento, tanto que a vaga oferecida ao Brasil pelos EUA na Comissão para Controle e Supervisão do Vietnã foi recusada. Com efeito, apesar da convivência do Brasil com a luta anticomunista norte-americana, o país aderiu a este combate regional ao comunismo “caso a caso e sempre com base no interesse nacional” (SPEKTOR, 2009, p. 49).

Essa interpretação de Spektor (2009) e Fico (2008) é confirmada pela análise de um documento¹⁰⁸ da CIA de 1975. No documento fica evidente que o próprio governo dos EUA percebeu que, embora a inclinação ideológica do regime no Brasil e seus laços tradicionais com

¹⁰⁸CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **National Intelligence Estimate:** The Outlook for Brazil, 11 de julho, 1975.

os EUA conferiam ao país uma orientação pró-Occidente, a rivalidade Leste-Oeste exerceu pouca influência nas deliberações brasileiras a nível internacional, tanto que o governo "estaria cada vez mais empenhado em negociar (...) em uma base pragmática com regimes marxistas" (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1975, p. 10). Aliás, segundo o próprio ex-ministro brasileiro, "a supersimplificação maniqueísta (da Guerra Fria) ofuscava a visão de uma política mais condizente com a realidade" (BARBOSA, 2002, p. 281).

Diante disso, é possível apontar que todo o engajamento brasileiro em prol da "segurança hemisférica" foi muito mais um resultado das diretrizes desenvolvimentistas da "diplomacia do interesse nacional", tanto que, como aponta Moniz Bandeira (1993), Médici ratificou a rejeição às "fronteiras ideológicas". O conceito de fronteiras ideológicas, muito defendido por Castelo Branco, expressava que, diante da separação existente entre os países pró-comunistas e pró-capitalistas, as fronteiras territoriais poderiam ser desconsideradas como forma de defesa aos valores da civilização ocidental democrática e cristã (PINHEIRO, 2013). Logo, ao rejeitar tal conceito, evidenciava-se a exclusividade da soberania e do interesse nacional na consecução da política externa brasileira.

De fato, ao contrário do que se passou durante a presidência de Castelo Branco, cuja política externa refletiu uma interdependência econômica, política e militar aos EUA (FERNANDES, 2010), não houve, como foi visto, o emprego de uma política servil aos objetivos externos do governo norte-americano na administração Médici. Na realidade, de acordo com Gibson Barbosa em seu livro autobiográfico, um abandono completo da ideia de interdependência se fazia necessário, isto é, da ideia (que também predominou no governo Castello Branco) de que preservar a independência nacional em um momento de radical bipolarização mundial pressupunha certa interdependência. Afinal, para o ex-ministro,

"(...) O contrário de independência não é interdependência e sim a dependência. A realidade é que só pode existir entre iguais, como Brasil-Argentina, Grã-Bretanha-França etc., ou pelo menos entre potências de valor comparável, ainda que não iguais. Não sei como pode haver interdependência entre o Brasil e os Estados Unidos (...) É o mesmo que falar de interdependência entre a sardinha e o tubarão" (BARBOSA, 2002, p. 228).

Frente a isso, segundo o ex-ministro, a mudança nas relações com os EUA teve de ser elencada como o primeiro dos aspectos centrais de sua concepção a respeito da política externa do país. Especificamente, essa modificação deveria ser feita na medida que as relações dos dois países fossem mais compatíveis aos interesses do governo brasileiro (BARBOSA, 2002). Assim, o ex-ministro e sua equipe buscaram mostrar ao governo norte-americano “que os tempos do alinhamento automático, os da nossa intervenção na República Dominicana, eram coisa do passado”, o que não significava, contudo, “qualquer desejo de antagonizar, mas tão somente o de afirmação própria” (BARBOSA, 2002, p. 287).

De fato, para Barbosa, em uma circunstância de conflagração mundial, em que existiam dois polos em batalha física, o país acabava sendo forçado a *coincidir* seu posicionamento com aquela nação (no caso, os EUA) que se situava no mesmo polo do Brasil (grifo nosso). Todavia, em situações de “paz”, isso deveria ser modificado, de maneira que os interesses nacionais se sobrepusessem a todo o resto (BARBOSA, 2002). Logo, conforme o ex-ministro revela na entrevista ao CPDOC, ele não acreditava caber ao Brasil a tarefa de endossar o combate ao comunismo no continente simplesmente por ser essa a vontade norte-americana.

Essa mudança foi observada inclusive pela potência do norte, conforme é possível concluir através de alguns documentos da CIA. Em um memorando¹⁰⁹ da CIA de 1972, por exemplo, afirma-se que os oficiais das Forças Armadas que compunham a gestão Médici não desfrutavam da afeição especial pelos EUA que possuía Castelo Branco, o qual, aliás, serviu junto ao Exército norte-americano durante a Segunda Guerra Mundial (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY; INTELLIGENCE ORGANIZATIONS OF THE DEPARTMENTS OF STATE AND DEFENSE, 1972). Nesse sentido, um telegrama¹¹⁰ de 1970 do embaixador norte-americano afirmava que “mesmo que os vários problemas bilaterais específicos desaparecessem, seria difícil ver

¹⁰⁹CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY; INTELLIGENCE ORGANIZATIONS OF THE DEPARTMENTS OF STATE AND DEFENSE. **National Intelligence Estimate: The New Course in Brazil.** Janeiro, 1972.

¹¹⁰FICO, Carlos. **O Grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 *apud* Telegrama da embaixada no Rio para o Departamento de Estado, 18 de setembro de 1970, RG59, 1970-1973, caixa 2129.

um retorno dos dias calmos de 1964-1966 quando a política brasileira considerava inevitavelmente os interesses dos EUA” (FICO, 2008 *apud* THE DEPARTMENT OF STATE, 1970). Ainda, um memorando¹¹¹ da CIA de 1975, revela que o próprio governo dos EUA passou a entender que, na busca pelos interesses nacionais do país, a política externa brasileira seria cada vez mais distante da política externa norte-americana, até porque “um tratamento conspicuamente solícito por Washington complicaria as relações do Brasil com seus vizinhos” (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1975).

As informações contidas nesses documentos atestam a veracidade da interpretação de Moniz Bandeira (1993, p. 228), que pontua que,

“Salvo o breve interregno do Governo de Castelo Branco, seu objetivo (do governo brasileiro), entretanto, não era servir como vassalo, instrumento da política de poder dos Estados Unidos, em troca de prioridade nos programas de ajuda e assistência econômica e militar. O que o Brasil pretendia, efetivamente, era superar o status de poder regional e atingir o patamar de grande potência, de acordo com o destino que julgava manifesto em suas dimensões territoriais, demográficas, econômicas e geopolíticas.”

À vista disso, fica claro que o comportamento externo brasileiro durante o governo Médici se fez de modo não-subalterno aos EUA. Por conseguinte, as expectativas anticomunistas norte-americanas frente ao Brasil dentro da lógica da Guerra Fria, pouco podem ter impactado o tipo de relação estabelecido entre o governo Médici e as nações sul-americanas. Logo, parece ser plausível argumentar que as iniciativas brasileiras empreendidas para as nações de esquerda da região foram muito mais o resultado do pragmatismo diplomático empregado a serviço do plano econômico articulado visando o desenvolvimento econômico, assim como constatado na subseção anterior – algo que reforça a validade da hipótese dessa pesquisa. Deste modo, percebida a restrita influência da política norte-americana sobre o comportamento do Brasil em seus arredores, resta examinar se o mesmo pode ser dito em relação à política interna do país, baseada na Doutrina de Segurança Nacional, exercício empreendido na subseção seguinte.

¹¹¹CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **National Intelligence Estimate:** The Outlook for Brazil, 11 de julho, 1975.

2.2.2.2 A política doméstica - Doutrina de Segurança Nacional e o Terrorismo de Estado

A partir da bipolarização desenvolvida pela Guerra Fria, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que antes era designada para impedir o avanço do Eixo no continente americano durante a Segunda Guerra Mundial, foi fortalecida nos EUA como instrumento de auxílio à estratégia ocidental contra a soviética (PINHEIRO, 2004). Para diversos autores¹¹², durante as décadas de 1960 e 1970, tal doutrina foi transmitida a determinados países latino-americanos, como o Brasil. Com efeito, a ideologia anticomunista e a busca por contenção do comunismo soviético, defendidas pela DSN norte-americana, tornaram-se integrantes da orientação política brasileira e de várias outras nações latino-americanas (GARCIA, 1997).

Por certo, a doutrina produzida na potência norte-americana foi propagada nas escolas militares da América Latina de tal sorte, que, seus princípios basilares, isto é, a geopolítica, a bipolaridade e a guerra total, penetraram vigorosamente no funcionamento dos aparatos estatais latino-americanos (COMBLIN, 1978). Quanto a estes princípios, Comblin (1978) afirma que a geopolítica para a DSN indicava que as nações eram constituídas exclusivamente pelo desejo de ocupação e domínio territorial. A bipolaridade, por sua vez, designava a fragmentação existente entre um bloco ocidental cristão-democrático e um comunista no cenário mundial. Em tal cenário, os países deveriam se posicionar favoráveis a um dos blocos, sempre considerando a alegada “superioridade moral” do bloco ocidental. Por fim, a guerra total dizia respeito ao combate ao comunismo internacional, que deveria ser realizado em todas as esferas da sociedade. Este último conceito remonta a política dos EUA no pós-Segunda Guerra Mundial, ou seja, a Doutrina Truman, para a qual a guerra contra os soviéticos deveria ser travada em todas as regiões do globo nas quais a influência comunista pudesse se expressar, e não somente no campo de batalha, mas também nos âmbitos cultural, econômico e social (COMBLIN, 1978).

Especificamente no caso do Brasil, a incorporação desses princípios, e da doutrina, de modo geral, ocorreu através da Escola Superior de Guerra (ESG), instituição subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas, criada em 1949 por veteranos da Força Expedicionária Brasileira (FEB) (PINHEIRO, 2003). Ressalta-se que a FEB combateu

¹¹²Comblin (1978); Coimbra (2000)

na Itália ao lado dos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial, o que produziu uma estreita vinculação entre os oficiais brasileiros e norte-americanos (ARQUIDIOCESE, 1986).

Segundo um documento¹¹³ da CIA de 1975, essa vinculação fez com que inúmeros militares brasileiros absorvessem noções norte-americanas de modernização nacional, quais sejam: a necessidade por organização, a industrialização e a tecnologia como base do desenvolvimento nacional, os benefícios do setor privado e os perigos de um nacionalismo altamente emocional quando comparado a uma avaliação objetiva dos pontos fortes e das fraquezas nacionais. Desse modo, e “insatisfeitos com a habilidade militar de desenvolver uma doutrina de segurança nacional e um corpo de profissionais competentes para executá-la e colocar o Brasil na estrada da grandeza internacional”, os oficiais brasileiros, com ajuda de uma missão norte-americana, puseram-se a construir a Escola Superior de Guerra inspirada pela *National War College*¹¹⁴ e com ela propagar as diretrizes da DSN norte-americana no Brasil (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1975, p. 20, tradução nossa¹¹⁵)

Todavia, a DSN no Brasil não se deteve a uma simples réplica da doutrina existente nos EUA. Segundo Urán (1978), ela teve inspiração também de uma doutrina francesa, a partir de ideias como as do coronel Roger Triquier, que acreditava que a guerra havia se trasladado para uma esfera de choque entre sistemas políticos, econômicos, psicológicos e militares com o objetivo de destituir o governo de uma nação, substituindo-o por outro. Diante disso, caberia utilizar de todos os tipos de instrumentos, inclusive os antidemocráticos e violadores aos direitos humanos para sobreviver a este choque (TRIQUIER *apud* URÁN, p. 177). Ainda, Urán (1978) assegura que a doutrina no Brasil contou com *insights* de grupos civis autoritários e nacionalistas de direita que cultuavam padrões tradicionais de sociedade e se opunham a qualquer tipo de transformação social ou organizacional.

¹¹³DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Central Intelligence Agency. **Research Study:** The Political Implications of Modernization: The Brazilian Case. Setembro, 1975.

¹¹⁴Com sede em Washington, a *National War College* era uma escola que treinava agentes para a luta anticomunista (FERNANDES, 2010).

¹¹⁵Texto original: "Instilled with the military ability to develop a doctrine of national security and a body of competent professionals to execute it and put Brazil on the road of international greatness" (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1975, p. 20)

No entanto, outras interpretações da literatura disponível sobre o tema, como a presente em Pinheiro (2013), defendem que, acima de tudo, a DSN brasileira recebeu também forte influência do pensamento militar brasileiro e da histórica busca do Exército por uma unidade que estruturasse a instituição e lhe conferisse hierarquia e disciplina (PINHEIRO, 2013). Nesse sentido, a DSN norte-americana recebeu nova roupagem no Brasil sobretudo com o pensamento geopolítico brasileiro, especialmente de estrategistas militares como Góes Monteiro, participante da Revolução de 1930 e Golbery do Couto e Silva, um dos ideólogos e divulgadores da ESG (GARCIA, 1997).

O pensamento geopolítico, de modo geral, concebia que ao Brasil caberia auxiliar os EUA no combate ao comunismo, recebendo, em retorno, o apoio norte-americano para operar um subimperialismo na América do Sul. Os argumentos de Monteiro, por sua vez, reconheciam, primordialmente, a importância do nacionalismo econômico e de um Estado forte que pudesse desenvolver a capacidade industrial local, o que demandaria ordem e disciplina (GARCIA, 1997). Na prática, isso se transladaria como o combate ao comunismo já que para Monteiro, que defendeu abertamente o alinhamento com a Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial, o anticomunismo era vital, mais necessário inclusive que o antifascismo (ARQUIDIOCESE, 1986). Similarmente, Golbery entendia que a segurança nacional era dependente do desenvolvimento econômico, assim, seria necessário a articulação de um modelo econômico em que o Estado aplicasse incentivos e penalidades fiscais para promoção do crescimento econômico (ALVES, 1984). Golbery ainda entendia que caso essa segurança nacional fosse ameaçada pelo materialismo comunista, far-se-ia necessário renunciar ao bem-estar da sociedade. Isso significava a limitação da liberdade, dos direitos e das garantias constitucionais dos indivíduos que integravam a oposição ao regime (ARQUIDIOCESE, 1986).

A combinação do pensamento de militares brasileiros e dos ideais contidos na DSN norte-americana acabou conferindo características próprias à vertente brasileira. Nesse sentido, e entendendo que em países em desenvolvimento como o Brasil, as frágeis estruturas políticas facilitariam a entrada e disseminação da ideologia comunista, a vertente brasileira desconsiderou conceitos de guerra tratados pela DSN norte-americana que chamavam atenção para o combate global e absoluto ao comunismo e se preocupou apenas com a guerra revolucionária. Esse tipo de guerra se referia a um movimento ideológico interno, armado ou não, que objetivava conquistar o poder nacional controlando progressivamente a nação (ALVES, 1984). Assim, a segurança nacional

dependia agora não de uma ofensiva contra eventuais ataques externos, mas de uma batalha contra o “inimigo interno” que buscava danificar as instituições do país (ARQUIDIOCESE, 1986).

Diante disso, “o esforço em prol da segurança interna, isto é, “todas as medidas (...) para fazer face, *dentro das fronteiras do país*, aos antagonismos e pressões de qualquer origem, forma ou natureza” passou a ser prioridade da doutrina de segurança nacional brasileira (ALVES, 1984) (grifo nosso). Esse esforço seria executado através da articulação de um aparato repressivo e de controle armado, bem como de uma poderosa rede de informações que fiscalizasse todos os setores econômicos e políticos da sociedade e punisse qualquer movimento ou indivíduo que o Estado de Segurança Nacional julgasse se tratar dos “antagonismos e pressões” à segurança interna (ALVES, 1984).

Uma vez que entre os conspiradores do golpe de 1964, os oficiais da ESG tiveram sucesso em se colocar em bons postos do governo e impor seu candidato ao poder (Castello Branco) (COMBLIN, 1978), todo aquele esforço mencionado foi realizado permanentemente durante os vinte e um anos em que os militares estiveram à frente do Executivo no Brasil. Assim, o Direito Público brasileiro foi subvertido, os poderes constitucionais do Legislativo foram anulados e a sociedade e as instituições político-jurídicas foram completamente subjugadas pelo aparato repressivo (ARQUIDIOCESE, 1986).

Efetivamente, a ditadura brasileira desvinculou o conceito de segurança nacional das ideias de soberania e integridade territoriais (ARQUIDIOCESE, 1986) e investiu fortemente na caçada aos “inimigos internos” admitindo que “uma ameaça subversiva de dentro era tão grande, se não maior, do que uma ameaça de fora” (SKIDMORE, 1978, p. 207). Aliás, segundo Comblin (1978), “o Brasil representou eminentemente a ideologia da segurança nacional” dado que os oficiais brasileiros puderam arquitetar sua aplicação no governo por pelo menos quinze anos até o início do regime militar e a fazê-lo de modo muito fiel “às ideias sobre as quais haviam longamente meditado quando a perspectiva de poder lhe parecia ainda bastante confusa” (COMBLIN, 1978, p. 151).

Como resultado dessa aplicação da DSN, entre 1965 e 1978, mais de 5 mil pessoas foram condenadas pelas auditorias militares, 4.877 tiveram seus mandatos políticos cassados e 10 mil foram exiladas. Ao mesmo tempo, houve intervenção em 536 sindicatos, proibição de 600 peças teatrais e de 1.000 músicas, além de 270 temas censurados pelos órgãos competentes. Ainda, a Comissão Nacional de Direitos Humanos tem um dado comprovado de 474 mortos e desaparecidos.

Contudo, devido à dificuldade de investigação desses crimes, esse número não exprime a quantidade real de vítimas fatais que fez a ditadura brasileira e sua doutrina de segurança nacional (KOWARICK, 2009).

A voracidade do regime no Brasil foi percebida inclusive nos EUA. Um documento¹¹⁶ da CIA de 1975, informava que a oposição doméstica brasileira no período, exercida tanto por grupos armados, como por estudantes, intelectuais, líderes sindicais e políticos e até membros do clero¹¹⁷, - que juntos ou separados não ofereciam perigo algum ao regime -, foi perseguida de tal modo que teve sua atuação reduzida a nada (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1975. Na prática,

“(...) até no final de 1968, (...) o regime colocou a oposição política sob controle efetivo e, em 1970, praticamente eliminara os terroristas de esquerda. Para isso, recorreu a muitas medidas repressivas, incluindo a censura à imprensa, a prisão arbitrária (...) e, em alguns casos, a tortura e o assassinato de presos políticos. ” (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1975, p. 3, tradução nossa¹¹⁸).

¹¹⁶CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **National Intelligence Estimate: The Outlook for Brazil**, 11 de julho, 1975.

¹¹⁷Segundo um relatório da CIA de 1969, membros do clero, particularmente da Ordem Dominicana, exerceram um significativo trabalho de apoio a guerrilheiros e integrantes dos grupos armados, tendo oferecido esconderijos seguros, conseguido documentos falsos como passaportes e também realizado contatos com a imprensa estrangeira. Contudo, outro relatório da CIA, este de 1971, assegura que o apoio prestado e as denúncias que realizaram contra o regime foram respondidos com apreensões e tortura de inúmeros padres, inclusive de membros da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). In: DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Central Intelligence Agency. **Central Intelligence Bulletin**. 8 de novembro de 1969; DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Weekly Summary Special Report: Brazil Under Médici**. 1971.

¹¹⁸Texto original: “(...) by the end of 1968, (...) the regime had brought the political opposition under effective control, and by 1970 had virtually eliminated the leftist terrorists. To do this, it resorted to many repressive measures, including censorship of the press, arbitrary arrest (...) and, in some cases, torture and murder of political prisoners. ”

Mas foi, segundo Skidmore (1978, p. 11), no governo Médici que o Brasil conheceu o “o estado de segurança nacional em sua forma mais pura”. Isso porque trata-se do momento de maior repressão da ditadura brasileira (FAUSTO, 1994), do “golpe dentro do golpe”, já que, como era reconhecido nos EUA, segundo um documento¹¹⁹ da CIA de 1971, Médici era derivado de um segmento militar que não permitia, sob nenhuma hipótese, algum tipo de oposição (DEPARTMENT OF STATE, 1971).

Por certo, foi naquele governo em que o terrorismo de Estado atingiu seu ápice (COIMBRA, 2001) mediante o pleno funcionamento de instituições essenciais do aparato repressivo brasileiro, como suas divisões de segurança e informações, associadas aos ministros, e seu órgão especializado, isto é, o Serviço Nacional de Informações (SNI)¹²⁰, diretamente ligado ao presidente (GASPARI, 2002). Ademais, conforme mostra um relatório¹²¹ da CIA de 1971, Médici havia sido diretor do SNI entre 1967 e 1969, o que lhe conferiu bastante familiaridade com as atribuições e competências do órgão. Assim, durante sua administração presidencial, acabou se apoiando firmemente nele a fim de promover investigações nas mais diversas áreas políticas e dar adequada sustentação a rede organizacional de repressão do regime (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1972).

Ainda, se até junho de 1969 a caçada à oposição era de responsabilidade do Departamento de Ordem Pública e Social (Dops) e da polícia civil, durante todo governo Médici, efetivos do Exército passaram a integrar a repressão por meio dos Departamentos de Operações Internas (DOIs) e dos Centros de Operação de Defesa Interna (Codis) (que antes faziam parte da Operação Bandeirantes), dos quais também participavam os equivalentes na Marinha (Cenimar) e na Aeronáutica (Cisa) (MAGALHÃES, 1997).

A estrutura de informações composta por esses órgãos foi capaz de monitorar a atuação de todas as organizações de oposição ao regime,

¹¹⁹DEPARTMENT OF STATE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **The President's Daily Brief**. Dezembro, 1971.

¹²⁰O regime militar brasileiro buscou construir uma estrutura única e coesa em termos de segurança pública por meio do SNI, criado em 1964, por Golbery. O sistema, que subordinou centros de informações das Forças Armadas, a Polícia Federal e as Polícias Estaduais, tornou-se o núcleo para coordenação das ações relacionadas ao aparato repressivo (MAGALHÃES, 1997).

¹²¹DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Weekly Summary Special Report: Brazil Under Médici**. 1971.

principalmente porque contavam com inovações tecnológicas como teletipos, ligações assistidas por satélite, telefones de longa distância assistidos por microondas, e outros. Aliás, a “sua eficiência (da estrutura de informações do país) fazia com que a estrutura de aplicação da lei norte-americana parecesse fraca e arcaica em comparação” (SKIDMORE, 1976, p. 20).

Durante o governo Médici, o funcionamento dessa estrutura ainda teve legalidade conferida pela Constituição de 1969 e pela Lei de Segurança Nacional. Tais medidas foram articuladas após o sequestro de Charles Burke, embaixador norte-americano, pela Aliança de Libertação Nacional (ALN) e pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), que compunham parte da oposição armada. Em particular, a Constituição de 1969 teve partes do AI-5 incorporadas ao seu texto e forneceu liberdades excepcionais ao Executivo para levar a cabo a política de segurança nacional (a luta contra a oposição). Por sua vez, a Lei de Segurança Nacional, que se tornou a própria base de poder do Estado, configurava-se como a aplicação prática dos pressupostos teóricos da ideologia de Segurança Nacional. Nesse sentido, a lei não só foi utilizada para formalizar a censura aos meios de comunicação e informação e proibir greves e partidos políticos específicos, como se tornou poderoso mecanismo de intimidação contra o ingresso dos indivíduos em qualquer tipo de organização de oposição (ALVES, 1984).

Contudo, a máxima salvaguarda das atividades do aparato repressivo foi fornecida pelo Ato Institucional nº 5 (ARQUIDIOCESE, 1986), decretado em 13 de dezembro de 1968 pelo General Costa e Silva (1967-1969). O kafkaniano ato, que significou “a expansão do controle da sociedade pelo Estado” (GASPARI, 2002, p. 237), dava autoridade ao Presidente da República, sem apreciação judicial, a retirar direitos civis, suspender a garantia do habeas-corpus, cassar mandatos parlamentares, intervir em estados e municípios, decretar recesso no Congresso e confiscar bens considerados ilícitos (ARAÚJO, 2018).

Foi por meio do AI-5 e das outras iniciativas repressivas legais, bem como através do aparato tecnológico e organizacional mencionado, que o governo Médici não só obteve controle sobre todo o “sistema de segurança” do país, como também sobre a atividade parlamentar e comercial (GASPARI, 2002). Como expõe um documento¹²² da CIA de 1971, os Poderes Legislativo e Judiciário foram completamente

¹²²DEPARTMENT OF STATE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **The President’s Daily Brief**. Dezembro, 1971.

subjugados pelo Executivo, no qual apenas alguns conselheiros de confiança do presidente podiam atuar. Os partidos políticos ficaram inertes, todas as organizações políticas se viram sem nenhum tipo de defesa, e até mesmo a conduta do empresariado, que sofreu um sério processo de desinstitucionalização, sujeitou-se aos limites impostos pela ditadura. Gaspari (2002, p. 241) refere-se a este processo como a “desmobilização da sociedade brasileira”, que, entre todas as instituições nacionais, somente a Igreja Católica¹²³ não foi acometida.

Nesse processo de desmobilização da sociedade, um novo¹²⁴ ciclo de cassação de mandatos, perda de direitos políticos e expurgos no funcionalismo foi inaugurado pelo AI-5 (FAUSTO, 1994) a fim de impedir a articulação de uma frente que conseguisse mobilizar uma força popular de oposição (COMBLIN, 1978). Com esse mesmo intuito, segurança nacional e segurança individual se tornaram inversamente proporcionais (ARQUIDIOCESE, 1986), já que qualquer indivíduo podia ser considerado como inimigo da nação e, em decorrência disso, ser fortemente reprimido (COMBLIN, 1978). De fato, a repressão física foi exacerbada, sendo registradas detenções em massa, espancamentos, mortes e desaparecimentos (ARQUIDIOCESE, 1986; ALVES, 1984).

Aliás, a prisão seguida de tortura e morte foi institucionalizada pelo governo como promotora de uma rede de “extração de informações” (FAUSTO, 1994). Por certo, embora o governo negasse exaustivamente, documentos¹²⁵ do Departamento de Estado norte-americano revelam que prisões de indivíduos ligados a atividades subversivas ou de idealistas políticos de oposição ao regime, foram constantes em 1972 em grandes cidades como São Paulo, e eram geralmente acompanhadas por torturas como choques elétricos (DEPARTMENT OF STATE, 1973).

Informações semelhantes podem ser obtidas em um relatório¹²⁶ da CIA de 1971 que afirma que “a tortura era fortemente usada para obter informações” (...) E, em alguns casos, espancamento e tortura

¹²³A Igreja Católica não foi submetida já que “tal instituição não precisava de remuneração terrena ou licença do governo para existir” (GASPARI, 2002, p. 241).

¹²⁴Um primeiro ciclo de cassações ocorreu logo após o golpe de 1964, quando o governo de Castello Branco buscou afastar todos os líderes políticos que constituíam a base do novo governo (COMBLIN, 1978).

¹²⁵DEPARTMENT OF STATE, “Political Arrests and Torture in São Paulo,” Confidential, May 8, 1973.

¹²⁶DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Weekly Summary Special Report: Brazil Under Médici.** 1971.

resultaram na morte dos prisioneiros” (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1971, p. 11, tradução nossa¹²⁷). Curiosamente, na sequência dessas informações, o relatório tem parte de seu conteúdo apagado, o que indica o conhecimento do governo norte-americano a respeito de maiores detalhes da repressão física que ocorria no Brasil. Todavia, essas especulações se confirmam em um telegrama¹²⁸ de 1973 do cônsul geral Clarence Boonstra enviado ao Departamento de Estado. No telegrama, Boonstra afirma que para aterrorizar e intimidar suspeitos de oposição armada, obtendo assim, o máximo de informações possíveis, métodos tradicionais de tortura como choques elétricos estavam sendo complementados por um “sofisticado e elaborado sistema psicofísico”, cujos apavorantes procedimentos Boonstra detalha em miúdos (AMCONGEN RIO DE JANEIRO, 1973)

Outro documento¹²⁹ da CIA, este de 1971, dispõe que “a repressão impiedosa de suspeitos de terrorismo (guerrilheiros e membros de grupos armados) continuou no governo Médici, embora eles fossem naquele momento apenas um pequeno constrangimento e nenhuma ameaça à estabilidade do governo. ” (THE DEPARTMENT OF STATE, 1971, p.11, tradução nossa¹³⁰).

As informações contidas nesses documentos fornecem respaldo para as análises de Comblin (1978), para o qual a repressão em todas as esferas sociais gerou uma “cultura do medo” que impeliu a participação política devido ao temor da prisão e da tortura e que isolou os cidadãos ou grupos que sofreram diretamente a repressão. Para o autor, combinados, o silêncio da população e o isolamento das organizações de oposição geraram um profundo sentimento de desesperança, isto é, a ideia de que nenhum tipo de manifestação contrária ao regime seria exitosa (COMBLIN, 1978).

¹²⁷Texto original: “torture was heavily used to obtain information. In some cases, beatings and torture resulted in the death of prisoners.” (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1971, p. 11).

¹²⁸AMCONGEN RIO DE JANEIRO. [Telegrama] 18 de abr. 1973, Rio de Janeiro [para] Departamento de Estado dos EUA, Washington. 7p. Widespread Arrests and Psychophysical Interrogation of Suspected Subversive.

¹²⁹DEPARTMENT OF STATE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **The President’s Daily Brief**. Dezembro, 1971.

¹³⁰Texto original: “The ruthless repression of terrorism suspects continued in the Medici government, although they were at the moment only a small constraint and no threat to the stability of government” (THE DEPARTMENT OF STATE, 1971, p.11)

Ainda, como foi percebido nos EUA, segundo um relatório¹³¹ da CIA de 1971, até a oposição legal, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), não só teve membros ameaçados quando buscaram denunciar publicamente os controles políticos e a tortura, como também teve sua atuação congressual forçosamente bloqueada, já que o Congresso, embora reaberto por Médici, era composto por uma maioria esmagadora de membros do partido do regime, isto é, o ARENA (Aliança Renovadora Nacional) (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1973). Com isso, praticamente todas as medidas encabeçadas pelo presidente eram aprovadas, de modo que, como mencionado, o Legislativo se tornou simples homologador das decisões do Executivo. Alves (1984), que havia compreendido esse processo, defende que a ele contribuiu também as inúmeras cassações de mandatos políticos de deputados e senadores, e dispositivos como o voto de liderança que minaram a ação dos parlamentares, já que os obrigavam a votar de acordo com a deliberação líder da bancada, sob pena de perda de mandato e de inelegibilidade (ALVES, 1984).

Concomitantemente, segundo Skidmore (1978), a censura também era empregada como importante instrumento de controle sobre a oposição, já que “controlando a mídia, os generais pensavam que podiam controlar o comportamento” (SKIDMORE, 1978, p. 218). Assim, como pontua Lima (1993), centenas de livros, periódicos, peças teatrais, letras de música, roteiros de filmes e novelas foram proibidos, e outros milhares foram submetidos à avaliação do governo (a censura prévia) (LIMA, 1993). Para Gaspari (2002), ao jornalismo, em particular, foi designada uma rotina de comunicações entre a censura e as empresas, que, caso discordassem da censura, eram submetidas à inserção de censores dentro de suas próprias redações (GASPARI, 2002). A censura era reconhecida inclusive nos EUA, como é possível concluir a partir de um relatório¹³² da CIA de 1972, no qual ainda consta que a censura no governo Médici contou também com a imposição de uma ordem nacional para que a mídia ocultasse questões relacionadas à abertura política e às instituições democráticas (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1972).

¹³¹DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Weekly Summary Special Report: Brazil Under Médici.** 1971.

¹³²DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Central Intelligence Agency. **Central Intelligence Bulletin.** 12 de setembro de 1972.

A despeito de inúmeras análises¹³³ que concorrem para impedir a classificação da ditadura brasileira como terrorismo de Estado, Cardoso (1990) assegura que esse silenciamento provocado pela censura, somado ao arbítrio, à criação de um inimigo em potencial, à disseminação do medo, à delação secreta e à impossibilidade de atuação política criaram um verdadeiro Estado de Terror capaz de calar todas as vozes populares que se opunham ao regime (CARDOSO, 1990). E, se por um lado, a oposição foi dilacerada, por outro lado, a propaganda do governo se encarregou de neutralizar uma parcela dos brasileiros que demandavam prosperidade econômica (FAUSTO, 1994).

Por meio da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), um grupo de jornalistas, psicólogos e sociólogos deliberava sobre problemáticas gerais que posteriormente eram submetidas a agências de propaganda, as quais produziam documentários e matérias de jornais elevando a credibilidade do regime. Essa atuação da AERP ficou conhecida como a “maior operação de propaganda já articulada em território brasileiro”, e foi responsável pelos slogans ufanistas e fascistas como "Você constrói esse Brasil", "Ninguém Segura Este País", “Brasil, Conte Comigo”, e “Brasil Ame-o ou Deixe-o” (BARROS, 1991, p. 60). A redação desses slogans e a propaganda do governo de modo geral, baseavam-se fundamentalmente na ocorrência do “milagre brasileiro”. Com isso, o êxito econômico foi capaz de suprimir os conflitos que ele próprio originava, tendo assim, “silenciado grandemente as ruas, as prisões e o cerceamento das liberdades individuais”, e por outro lado, “reafirmado as positivities do rigor e das arbitrariedades do estado autoritário”

Isto posto, a propaganda, bem como a repressão física e a censura eliminaram os entraves postos pela retórica marxista, pelas manifestações estudantis e pelos conchavos dos políticos na repartição de favores entre estados, regiões e grupos sociais (SKIDMORE, 1978, p.187). Por conseguinte, de acordo com Alves (1984), tais mecanismos eram importantes catalizadores de uma “estabilidade política” que pudesse garantir a execução do modelo econômico selecionado pelo governo, como já mencionado na subseção 2.2.1. Tal modelo se ligava a uma tendência denominada “produtivista” que figurava na doutrina

¹³³Segundo Fernandes (2010), a longa marcha para a abertura política no Brasil produziu um esquecimento do terror vivido na sociedade brasileira durante a ditadura, para o qual contribuiu também a Lei da Anistia (1979). Diante disso, ficou bloqueado o uso da expressão “terrorismo de Estado” para qualificar o regime no Brasil.

professada pela ESG, e sustentava que em prol do desenvolvimento econômico nacional de longo prazo, era legítimo sacrificar uma melhora súbita do padrão de vida de grande parte da população e suas necessidades básicas (ALVES, 1984).

Nesse sentido, cabe explicitar, à essa altura da análise, que o conceito de “segurança interna”, tão valorizado pela vertente brasileira da DSN, estava intrinsecamente associada ao nível de desenvolvimento econômico nacional. Entendia-se que a capacidade de acumulação e absorção de capital, a qualidade da força de trabalho, o desenvolvimento científico e tecnológico e a eficácia dos setores industriais de um país eram centrais para a segurança interna da nação (ALVES, 1984). Tendo isso em vista, o governo assumia que era necessário “criar as melhores condições possíveis para o investimento, especialmente o estrangeiro, de modo a acumular suficiente capital para promover a arrancada do desenvolvimento econômico” (COMBLIN, 1975).

Desta maneira, seria necessário tanto estimular a industrialização e desenvolver a infraestrutura produtiva como reprimir opositores ao regime (MIGUEL, 2002). Com efeito, a repressão era um mecanismo para calar as vozes contrárias aos perniciosos efeitos do modelo econômico¹³⁴ afim de promover a estabilização do cenário interno necessária à atração do investimento estrangeiro, e também um método de “disciplinar o trabalho, isto é, sujeitá-lo às necessidades de acumulação de capital” (OLIVEIRA, 1976, p. 42).

Em síntese, a repressão era utilizada “para que as condições de realização do capitalismo pudessem ocorrer de maneira mais satisfatória ao capital” (GIANNAZI, 2011, p. 143). Mas, em específico, ela “estava inserida numa visão do destino do país, que os militares julgavam fadado a se tornar uma grande potência, tanto bélica quanto econômica” (MIGUEL, 2002, p. 3). Logo, em última instância, para a “Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento” (como ficou conhecida a DSN brasileira) a segurança nacional viria a partir de um desenvolvimento econômico acelerado que ampliasse a influência brasileira na América do Sul e no mundo, e que seria melhor garantido caso a “subversão” fosse controlada (MIGUEL, 2002).

¹³⁴Essas vozes se referem a insatisfação de sindicalistas, estudantes e trabalhadores de modo geral, já que, na realidade, como revela um documento da CIA de 1975, o modelo econômico selecionado beneficiava diretamente apenas os grandes empresários e industriais brasileiros. In: CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **National Intelligence Estimate: The Outlook for Brazil**, 11 de julho, 1975.

Essa interpretação é confirmada por um documento¹³⁵ da CIA, no qual consta que,

“Um alto valor (...) foi colocado na redução da desarmonia interna e do conflito político em geral, a fim de que total atenção nacional pudesse ser dada à prioridade número um: o crescimento econômico. A segurança nacional, tradicional preocupação militar, passou a significar a maximização da produção econômica para aumentar o poder nacional no mundo externo (...) (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1975, p. 21, tradução nossa¹³⁶).

Nesse sentido, como destaca esse mesmo documento da CIA, a maior peculiaridade da DSN brasileira foi a ideia de que o Brasil estava destinado a se tornar uma potência mundial e um líder entre os Estados cristãos e anticomunistas ocidentais (concepções às quais Médici não só foi bastante fiel, como também conferiu maior ênfase). Mas, em particular, de acordo com tal documento, a DSN brasileira compreendia que o caminho para esse destino só seria alcançado caso as Forças Armadas detivessem o poder no país (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1975). Segundo Oliveira (1976), esse entendimento foi gerado porque no âmbito da ESG, desde a década de 50, proliferaram críticas contra a capacidade das instituições brasileiras de equacionar temas de desenvolvimento econômico e segurança nacional, isto é, de avançar o capitalismo brasileiro (OLIVEIRA, 1976). Nesse sentido, conforme revela o memorando da CIA supracitado, mais tarde, parte dos militares aduziram que as instituições políticas democráticas e os políticos civis brasileiros não eram só “incompetentes para encontrar soluções aceitáveis aos problemas nacionais, como também haviam fomentado o caos político e econômico existente antes de 1964”

¹³⁵DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Central Intelligence Agency. **Research Study: The Political Implications of Modernization: The Brazilian Case.** Setembro, 1975.

¹³⁶Texto original: “A high value (...) was placed on reducing internal disharmony and political conflict generally in order that full national attention could be paid to the number one priority: economic growth. National security, a traditional military concern, came to mean maximizing economic production to increase national power in the external world ... thus eliminating the fertile ground for insurrection. ” (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1975, p.21)

(DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1975, p. 22, tradução nossa¹³⁷).

Por conseguinte, a DSN brasileira defendia que a implementação do interesse coletivo (diretamente ligado a intensificação do capitalismo nacional) só seria possível por meio dos esforços de uma “contra-elite” integrante do aparato estatal, que é justamente a esfera militar (OLIVEIRA, 1976). Predominava, assim, a ideia de que:

“(…) somente um governo autoritário e bem-integrado, livre dos conflitos de interesses representados pelos políticos, pode impulsionar o Brasil das fileiras dos países subdesenvolvidos para o status de uma potência mundial” (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1975, p.11, tradução nossa¹³⁸).

Deste modo, entendendo que a trajetória do Brasil rumo à grandeza internacional só poderia ser traçada pelas Forças Armadas, manter a sobrevivência do regime militar era fundamental, tanto que, segundo um relatório¹³⁹ da CIA de 1970, durante o governo Médici, os militares brasileiros seguiram unidos na ideia de que seu dever era o de impedir o retorno dos responsáveis pelo cenário turbulento pré-golpe a qualquer custo (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1970). Foi por esse motivo que, segundo outro relatório¹⁴⁰ da agência, Médici inundou a burocracia do Estado com agentes aposentados e da ativa das Forças Armadas a fim de ampliar a força militar de seu governo e, ao mesmo tempo, aproveitou até de sua liderança do partido ARENA para selecionar candidatos comprometidos com os ideais que inspiraram o golpe para concorrerem ao governo dos estados, afastando assim todo e

¹³⁷Texto original: “(…) Incompetent to find acceptable solutions to national problems, but had also fostered the political and economic chaos that existed before 1964”. (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1975, p. 22).

¹³⁸Texto original: “(…) Only an authoritarian and well-integrated government, free from the conflicts of interests represented by politicians, can propel Brazil from the ranks of the underdeveloped countries to the status of a world power” (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1975, p.11).

¹³⁹DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Weekly Summary Special Report: The Brazilian Revolution: Stage Three.** 6 de março, 1970.

¹⁴⁰DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Weekly Summary Special Report: Brazil Under Médici.** 1971.

qualquer político ligado ao cenário pré-1964 (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1971).

Todavia, essa sobrevivência dependia muito mais da supressão das vozes de oposição, e, portanto, da promoção de estabilidade no regime, e da legitimidade que os militares fossem capazes de angariar. Se o aparato repressivo garantia o silêncio da oposição, a legitimidade, por sua vez, era dependente do próprio sucesso econômico, o qual foi buscado durante o governo Médici por um modelo econômico que, visando a rápida acumulação de capital, amparava-se na diversificação de mercados externos, como foi visto na subseção 2.2.1. Isto posto, reitera-se o argumento (e também a pertinência da hipótese de pesquisa) de que a manutenção de relações pacíficas com países sul-americanos sob a influência da esquerda era primordial para que o Brasil pudesse dar seguimento à consecução de sua ambição desenvolvimentista, a qual implicava importantes interesses econômicos na região, tal e qual será melhor compreendido na subseção 3.2.

Portanto, não é possível afirmar que, necessariamente, as relações do Brasil com seus vizinhos deveriam se pautar pelo anticomunismo autoritário do governo brasileiro. Como salienta Souto (2013), assumir que o nacional-autoritarismo interno refletiu na política externa de Médici é apenas uma simplificação e não uma explicação da conduta externa do país. Se “havia aspectos nacional-autoritários na formulação dessa política externa, havia também elementos que não o eram” (SOUTO, 2013, p. 14).

Não obstante, ficou evidente que o grande desafio para os militares que operaram a doutrina de segurança nacional era o combate ao inimigo situado dentro das fronteiras nacionais, algo que era reconhecido inclusive pelos formuladores da política externa. Araújo Castro na I Comissão da ONU, em 13 de outubro de 1969, por exemplo, afirmou: “a agressão não se manifesta por uma invasão ou cruzamento de fronteiras, mas se efetiva pela inspiração e orientação estrangeiras dentro das fronteiras dos Estados nacionais¹⁴¹”. Assim, não cabia uma ofensiva fora do território nacional, mesmo que, de acordo com Cruz (2009), muitos setores das Forças Armadas brasileiras tinham interesse em combater o comunismo também no restante da América do Sul. Aliás, esses interesses, na verdade, eram uma “resposta ao auxílio e abrigo que os insurgentes brasileiros ali recebiam” (CRUZ, 2009, p.

¹⁴¹CASTRO, João Augusto de Araújo. O Continente Americano dentro da problemática mundial. **Revista Brasileira de Política Internacional**, n. 53-54, p. 38- 39, 1971.

111), ou simplesmente se interligavam ao expansionismo econômico brasileiro, conforme será visto no próximo capítulo.

3 POLÍTICAS INCONGRUENTES OU EMPREGO DE DIFERENTES ABORDAGENS EM PROL DE UM MESMO OBJETIVO: AS RELAÇÕES DO BRASIL COM OS PAÍSES SUL-AMERICANOS DA ESQUERDA NO GOVERNO MÉDICI

3.1 AS RELAÇÕES COM AS NAÇÕES SUL-AMERICANAS DE ESQUERDA: REPRESSÃO E/OU COOPERAÇÃO?

Como foi antecipado, houve no governo Médici um posicionamento aparentemente dúbio no que diz respeito aos países vizinhos que de alguma forma manifestavam tendências revolucionárias socialistas/marxistas. Por um lado, documentos e relatos deixam claro o incontestável envolvimento brasileiro nas estratégias que culminaram na deposição do presidente Juan José Torres na Bolívia em 21 de agosto de 1971 e de Salvador Allende no Chile em 11 de setembro de 1973, assim como nos movimentos de enfraquecimento da coalizão Frente Ampla no Uruguai e em conspirações para desestabilizar o governo de Velasco Alvarado no Peru. Por outro lado, inúmeras foram as iniciativas empreendidas pelo Brasil que incentivaram um relacionamento profícuo com estes mesmos países, sendo a expressão máxima dessas iniciativas o fornecimento de linhas de crédito pelo governo Médici a todos eles. À vista disso, esse capítulo tem como objetivos relatar todos os marcos das relações do Brasil com seus vizinhos sob a influência da esquerda durante a gestão em questão, e detectar todos os elementos que contribuíram para a ocorrência desses marcos, fornecendo, por conseguinte, argumentos capazes de explicar a contradição identificada.

3.1.1 A ingerência brasileira no Cone Sul: participação em golpes de Estado e estabelecimento de contatos repressivos internacionais

Embora a política externa de Médici tenha cultivado a retórica de defesa da autodeterminação dos povos e de não-intervenção na política doméstica de outras nações (SOUTO, 2010), a prática governamental não refletiu tal retórica (RAMPINELLI, 1990). Efetivamente, auxiliado pelos Estados Unidos, o regime militar brasileiro sob a chefia de Médici realizou iniciativas de ingerência no entorno regional, e aprofundou o sistema de monitoramento de seus exilados e de fornecimento de metodologia de repressão para os países vizinhos (oferta de treinamento

e de técnicas de tortura e vigilância anti-subversão) (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1998).

Contudo, esse sistema foi documentado de modo muito tímido, “apenas nas entrelinhas dos discursos e pronunciamentos oficiais” e por meio de dados difundidos por canais extra-oficiais (PONCE, 2015, p. 109). Além disso, as informações sobre esse sistema são reduzidas devido ao sigilo mantido em arquivos no Brasil, bem como certa confidencialidade mantida em outros países latino-americanos no que diz respeito ao período ditatorial (HARMER, 2012).

Felizmente, o intervencionismo brasileiro na região pode ser investigado através de documentos disponibilizados nos Arquivos nacionais sul-americanos ou por aqueles desclassificados pelos EUA, como é o caso do documento¹⁴² da CIA que narra o encontro de Médici e Nixon em 9 de dezembro de 1971. Como foi visto, o documento expõe a troca de informações entre os dois presidentes relacionada a atuação brasileira frente à “esquerdização da América do Sul”, sobretudo na situação do Chile após a eleição de Salvador Allende, e se trata de uma das maiores provas da ingerência brasileira nos países vizinhos na década de 1970, cuja importância para a História e para essa pesquisa é tão substantiva que sua exposição na íntegra foi realizada na seção de anexos.

Em específico, o memorando revela que Nixon confidenciou a Médici a ampla disponibilidade do governo norte-americano para auxiliar esforços contra-Allende. (KISSINGER, 1971, p. 5). Na prática, segundo Moniz Bandeira (2008), o governo norte-americano já estava engajado em uma campanha contra a *Unidad Popular*, tendo instituído um bloqueio comercial não oficial ao Chile, levando as instituições financeiras internacionais suspenderem os empréstimos para o país e findando a ajuda bilateral e o fornecimento de créditos àquela nação sul-americana. Aliás, mesmo antes da eleição de Allende, o medo de sua vitória teria levado os EUA a realizar uma campanha difamatória internacional, financiar a oposição e os meios de comunicação chilenos, e treinar grupos de extrema direita locais (MONIZ BANDEIRA, 2008).

¹⁴²KISSINGER, Henry [Telegrama] 9 dez. 1971, Washington. 7p. [para] Richard Nixon, Washington. Meeting with President Emilio Garrastazu Medici of Brazil.

Todos esses argumentos são respaldados pela documentação da CIA analisada neste trabalho. Um telegrama¹⁴³ redigido 5 dias após a eleição de Allende, classificado como “top *secret/sensitive/eyesonly*” enviado por Nixon à Secretaria de Estado, à Secretaria de Defesa, ao Escritório de Emergências e ao Diretor da Central de Inteligência (o que ilustra o caráter de relevância do documento), notifica os destinatários que,

“(…) em relação ao governo de Allende, a política oficial dos EUA seria a de eliminar a assistência financeira e as garantias de investimento norte-americano ao país, de observar até que ponto seria possível reduzir as garantias e acordos financeiros estabelecidos anteriormente, de buscar influenciar as instituições financeiras internacionais a não fornecer assistência financeira àquela nação sul-americano e de alertar o capital privado norte-americano presente no Chile sobre a indisposição dos EUA ao governo local” (KISSINGER, 1970, p. 1).¹⁴⁴

Mesmo antes da eleição de Allende, o receio de sua vitória levou o governo norte-americano, na personalidade do Departamento de Estado, a apresentar na Reunião do Comitê Interagência, em 17 de outubro, um artigo denominado “Ação em apoio da postura norte-americana em relação ao Chile”, relacionado à articulação de esforços para prevenir o estabelecimento de um sistema marxista no Chile. Isso é o que revela um documento¹⁴⁵ da CIA de 21 de outubro de 1970, - redigido por David A. Phillips, chefe de operações da CIA para o hemisfério ocidental e William V. Broe, inspetor geral e chefe de

¹⁴³KISSINGER, Henry. [Correspondência] 9 de nov. 1970, Washington. [para] Nixon, Secretaria de Estado, Secretaria de Defesa, Escritório de Emergências e Diretor da Central de Inteligência. 3p. Policy Towards Chile.

¹⁴⁴Texto original: "(...) with regard to the Allende government, the official US policy would be to eliminate US financial assistance and investment guarantees to the country, to observe the extent to which it would be possible to reduce the guarantees and financial agreements established previously, to seek to influence the international financial institutions not to provide financial assistance to that South American nation and to alert the US private capital present in Chile to the US unwillingness to local government "(KISSINGER, 1970 p.1).

¹⁴⁵CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Weekly Review**. 21 de outubro, 1970.

operações de alto nível da CIA -, cuja grande parte de seu conteúdo ainda se encontra classificada. As informações desclassificadas, por seus turnos, indicam que, naquele contexto, vislumbrava-se a oferta de apoio financeiro a forças e personalidades militares anti-Allende, bem como aquisição de ativos políticos dentro da *Unidad Popular*. O documento ainda expõe que essa postura era exclusiva do Departamento de Estado, embora a própria CIA também estivesse engajada em seu projeto próprio de ação secreta para o Chile (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1970).

Contudo, para além do declarado empenho norte-americano anti-Allende¹⁴⁶, o mérito desse memorando reside no fato de que ele escancara também o compromisso brasileiro no mesmo sentido, o que o torna, segundo Silva (2010, p. 190), “uma das provas mais importantes surgidas nos últimos anos acerca do papel desempenhado pelo Brasil nas questões políticas internas de países vizinhos durante o período ditatorial”. Isso porque o documento revela que Médici realizou um intercâmbio de inúmeros oficiais brasileiros e chilenos com o objetivo específico de tratar da destituição da *Unidad Popular* e que, com o apoio norte-americano, ele estava obstinado a fornecer ajuda de toda natureza à oposição chilena que compartilhava daquele objetivo (KISSINGER, 1971, p. 5).

De fato, durante todo o tempo em que Allende e sua *Unidad Popular* estiveram à frente do Executivo no Chile, diversas iniciativas foram articuladas pelo governo brasileiro a fim de desestabilizá-los e, ao mesmo tempo, uma rede de espionagem foi criada a fim de monitorar os exilados brasileiros que se encontravam em território chileno

¹⁴⁶Petras e Morley (1975, p. 135) afirmam categoricamente: “As perspectivas comuns entre as várias agências do poder executivo revelam claramente a natureza do sistema político dos EUA: confrontados com um desafio à dominação imperial dos EUA, os liberais e conservadores, militares e civis, o Departamento de Estado e o Pentágono, uniram forças para moldar políticas e medidas (sob a direção geral do Comitê de Quarenta presidido por Henry Kissinger) para destruir o inimigo: um governo eleito no Chile (...) Nesse sentido, “o governo norte-americano teve um importante papel na operação altamente coordenada e organizada que culminou na derrubada de Allende.” (Tradução nossa). Para mais informações sobre a participação dos EUA no golpe contra a *Unidad Popular* ver mais em: PETRAS, James; Morley, Morris. **The United States and Chile: Imperialism and the Overthrow of the Allende Government.** Monthly Review Press, v.3, p. 204, 1975; MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A Fórmula para o Caos: A ascensão e queda de Salvador Allende (1970 -1973).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

(PADRÓS; SIMÕES, 2013). Nesse sentido, segundo Harmer (2012), desde o início de 1971, a ditadura brasileira não só manteve troca de informações com militares chilenos como também enviou ao Chile oficiais de inteligência brasileiros disfarçados de turistas. Aliás, quando Allende aceitou o acordo para receber 70 prisioneiros do regime no Brasil, especulou-se que pelo menos 2 deles eram agentes da inteligência brasileira (HARMER, 2012).

Antes disso, em 1970, o Chefe do EME (Estado-Maior do III Exército), general Antonio Carlos Muricy, e o Secretário-Geral do CSN, general João Baptista de Oliveira Figueiredo, mantiveram diálogos com o embaixador da Argentina no Brasil, Osiris Guillermo Villegas, acerca de uma iniciativa conjunta brasileira-argentina contra Allende. Todavia, uma vez que as relações desses dois países acabaram sendo degradadas pelo contencioso de Itaipu, a iniciativa não prosperou e o Brasil passou a agir sozinho (CRUZ, 2009).

A partir de 1971 agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI), como Sérgio Paranhos Fleury, criador dos temidos Esquadrões da Morte¹⁴⁷ e um dos repressores mais notáveis da ditadura brasileira, passaram a atuar na sociedade chilena. Ao mesmo tempo, a ditadura brasileira buscou cooperar intensamente com setores da direita civil ou das forças armadas do Chile por meio dos cursos da Escola Superior de Guerra (ESG), de conferências bilaterais e de troca de materiais, como no caso do “Dicionário de Termos e Expressões, Nomes e Siglas utilizados pelos Subversivos Terroristas¹⁴⁸” (PADRÓS; SIMÕES, 2013).

Além disso, segundo um informante¹⁴⁹ de confiança que contactou a embaixada chilena em Brasília, oficiais brasileiros analisavam mapas da região sul-americana com o intuito de identificar áreas para a atuação de guerrilhas contra Allende. Idealizava-se, efetivamente, o fornecimento de auxílio brasileiro à preparação de uma insurgência civil

¹⁴⁷Os Esquadrões da Morte eram grupos de extermínio, compostos por agentes da lei – policiais, delegados, investigadores e outros funcionários da polícia civil e/ou militar –, que atuaram entre 1950 e 1980 em vários estados da federação contra organizações de esquerda e de oposição ao regime militar (MATTOS, 2011, p. 9)

¹⁴⁸Elaborado por Edsel Magnotti – oficial de polícia brasileiro –, e encontrado no Arquivo do Terror (no Paraguai) (PADRÓS; SIMÕES, 2013, p. 240).

¹⁴⁹OFÍCIOS, Raul Rettig, [Telegrama] 23 e 30 de mar.,1971. Brasília [para] Senhor Ministro. Ofícios Conf./ Brasil/1973/ Archivo General Histórico, Ministerio de Relaciones Exteriores, Santiago, Chile.

encabeçada por civis chilenos e voluntários de outras nações do subcontinente. Simultaneamente, o próprio embaixador do Brasil no Chile deixava claro sua perspectiva anti-Allende e incitava a articulação de um plano no meio diplomático a fim destituir o presidente (HARMER, 2012).

Em março de 1973, a vitória dos candidatos da *Unidad Popular* nas eleições ao Parlamento fez com que a oposição descartasse completamente a destituição de Allende de maneira institucional, levando-os a recorrer a tentativas de golpes militares, com as quais o Brasil também buscou colaborar. Segundo Fernandes (2010), o Brasil não só posicionou navios brasileiros na costa do Pacífico para o caso de considerar necessária sua intervenção (FERNANDES, 2010), como direcionou inúmeros carregamentos camuflados de armas e munições do porto de Santos a Valparaíso entre 1972 e 1973, visando abastecer a organização *Patria y Libertad* (MONIZ BANDEIRA, 1993). Armamento também foi contrabandeado do Brasil para o Chile através do território boliviano em bases instaladas por empresários norte-americanos e brasileiros (MONIZ BANDEIRA, 2008).

Outrossim, em junho de 1973, após paramilitares da organização chilena *Patria y Libertad* fracassarem na tentativa de derrubar a *Unidad Popular*, diversos membros da organização foram asilados na Embaixada brasileira. O asilo se deu pelo Embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Antônio Castro da Câmara Canto (PADRÓS; SIMÕES, 2013), que chegou a ser conhecido como "quinto membro" da Junta que foi empossada depois do golpe de setembro, devido a sua forte relação com o novo regime (HARMER, 2012), sendo inclusive amigo muito próximo de Pinochet (1974-1990), general que viria a assumir o governo chileno no ano seguinte (RAMPINELLI, 1990). Aliás, em março de 1973, Câmara Canto havia convidado Nathaniel Davis¹⁵⁰, embaixador dos Estados Unidos em Santiago, para um plano de coordenação entre as duas embaixadas a fim de desestabilizar Allende (PADRÓS; SIMÕES, 2013).

Se não existem evidências claras da consecução desse plano, há, pelo menos, indícios transparentes da participação brasileira na articulação do golpe de setembro e do posterior esforço em estabilizar a Junta Militar instalada, bem como de certos contatos estabelecidos entre o Brasil e os EUA em termos de articulação de medidas contra Allende. Além do documento que narra a visita de Médici a Washington, a

¹⁵⁰DAVIS, Nathaniel. **Os dois últimos anos de Salvador Allende**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990. p. 374.

documentação produzida pelo Centro de Informação do Exterior (CIEX), aberta recentemente para consulta pública, deixa claro que a ditadura brasileira sabia que o golpe contra Allende ocorreria um mês antes do fatídico dia 11 de setembro de 1973 (PASSOS, 2012).

Já o “*Chilean Declassification Project*” – projeto da CIA criado em 1999 que liberou inúmeros documentos referentes a conjuntura no Chile entre 1973-1978, permitiu acesso a um memorando¹⁵¹ de novembro de 1972 que garante que a oposição de Allende recebeu assistência econômica e armamento do Brasil. Similarmente, a pesquisa realizada pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) encontrou inúmeros telegramas do Consulado-Geral em Santiago destinados a Gibson Barbosa, referentes ao período em que Allende esteve no poder, com informações a respeito da manutenção de contato brasileiro com a oposição no Chile, bem como de entrega de armas e de uma possível ação clandestina (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014). Nesse sentido, Edward Korry, precursor de Davis na embaixada norte-americana no Chile, admitiu que o apoio técnico e psicológico mais palpável ao golpe foi fornecido pelos militares brasileiros (MONIZ BANDEIRA, 1993).

Em entrevista à Folha de São Paulo, o general Paul Aussaresses forneceu mais detalhes sobre esse apoio, tendo assegurado que o Brasil enviou armas, oficiais das Forças Armadas Brasileiras e aviões do Correio Aéreo Nacional (CAN) e da Força Aérea Brasileira (FAB) aos golpistas chilenos (SWIECH, 2015). Ademais, de acordo com análises¹⁵² de um grupo interagências no Chile datadas de 8 de setembro de 1973, a proximidade com oficiais brasileiros estimulou o Exército chileno a tomar posse e gerir a nação (HARMER, 2012).

Ainda, telegramas¹⁵³ disponíveis no Arquivo Geral Histórico de Santiago, enviados por Rolando Stein, encarregado de negócios da embaixada chilena, revelam que Médici deixou claro que o Brasil se tornaria uma forte aliado chileno a partir do golpe, algo que ficou claro

¹⁵¹DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. **Chile Declassification Project**, 2-de novembro, 1972. Freedom of Information Act Reading Room, Department of State, CIA Documents.

¹⁵²CHILE CONTINGENCY PAPER. **Memorandum**: Possible Military Action, Ad Hoc Interagency Working Group on Chile. Pickering to Scowcroft, 8 September 1973, box 2196/RG59/NARA.

¹⁵³OFÍCIOS, Rolando Stein, [Telegrama] 13 de set., 1973. Brasília [para] Senhor Ministro. Ofícios Conf./ Brasil/1973/ Archivo General Histórico, Ministerio de Relaciones Exteriores, Santiago, Chile.

já que em outubro de 1973 foram entregues ao Chile 50 milhões de dólares em divisas, 50 milhões de dólares em nome da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX) para comprar bens de consumo duráveis e uma quantia não-especificada às Forças Armadas chilenas. Harmer (2012) pontua que esses créditos foram expandidos no mês seguinte, de sorte que, somando o apoio brasileiro e argentino, a Junta foi assistida com um total de 442 milhões de dólares até o fim de novembro daquele ano. Outrossim, segundo os telegramas antes mencionados, a ditadura brasileira quis abrir uma exceção à regra de esperar pela confirmação de que um novo governo estava totalmente no controle, tendo Médici, de súbito, ligado pessoalmente para declarar seu reconhecimento da Junta Militar que tomou posse em setembro de 1973. Conforme os telegramas, para provar o apoio, dois jatos da Força Aérea Brasileira carregando 20 toneladas de aparato médico decolaram na mesma noite para a capital chilena e ficaram de prontidão durante todo o dia posterior (HARMER, 2012).

Essa rapidez no reconhecimento da Junta empossada foi reafirmada a partir de revelações obtidas com o vazamento de documentos pelo WikiLeaks, que também expõem que houve provimento tanto de medicamentos como mantimentos pelo Brasil após o golpe. Além disso, nesses documentos, há menções sobre a ocorrência de uma visita não-confirmada de Gibson Barbosa ao Chile cinco dias depois do golpe e informações que garantem que a ajuda econômica fornecida pelos EUA ao novo governo chileno foi intermediada pelo Brasil (ÁVILA, 2014).

Ademais, documentos desclassificados pela CIA em 2003/2004 deixam claro a boa vontade brasileira em garantir a estabilidade do novo governo chileno. Especificamente, segundo um relatório¹⁵⁴ de outubro de 1973, a ditadura de Médici estava preparada, naquele momento, para alavancar seu programa de assistência ao país vizinho, algo que seria discutido na subsequente visita de Orlando Saenz, conselheiro econômico do Ministro das Relações Exteriores Chileno, ao Brasil (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1973). Contudo, um relatório¹⁵⁵ de janeiro de 1974 da agência alega que os investimentos estiveram abaixo do que inicialmente havia sido prometido, de modo que, apenas 50 milhões de dólares em investimentos foram enviados

¹⁵⁴DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Central Intelligence Agency. Central Intelligence Bulletin. 25 de outubro de 1973.

¹⁵⁵DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Central Intelligence Agency. Central Intelligence Bulletin. 10 de janeiro de 1974.

pelo Brasil, e não 200 milhões, como inicialmente combinado (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1974). Todavia, no mês seguinte, um telegrama¹⁵⁶ enviado de Brasília para Kissinger, garante que Médici afirmou estar comprometido com o êxito do governo de Pinochet, não medindo esforços para lhe fornecer assistência, a qual deveria ser também discutida com o governo norte-americano para evitar “duplicação” (BRASÍLIA, 1974). Similarmente, outro relatório¹⁵⁷ da CIA, este enviado em agosto de 1974, informa que o governo brasileiro teria oferecido quantidades consideráveis de assistência à Junta empossada e se mostrava muito disposto a destinar os recursos necessários para impedir que ela chegasse a fracassar (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1974).

Simultaneamente, conforme alega Harmer (2012), inúmeros especialistas¹⁵⁸ no tema apuraram que a Junta Militar empossada não só recebeu um inicial auxílio financeiro e técnico brasileiro, como também auxílio diplomático em questões de relações internacionais e apoio logístico nos “interrogatórios” de mais de 7000 pessoas que foram presas pelos líderes do golpe (HARMER, 2012). Nesse sentido, em 1973, em Paris, Antoine Blanca, Secretário de relações internacionais do Partido Socialista Francês, declarou que “uma vintena de oficiais brasileiros, especialistas em interrogatórios sobre pressão e luta anti-guerrilha continuam no Estádio Nacional”¹⁵⁹, local que acabou se tornando um “campo de concentração” provisório para detidos no golpe de novembro (SWIECH, 2015).

Não obstante, relatos de envolvidos expõem o fornecimento de vultuosos recursos financeiros por empresários brasileiros aos militares

¹⁵⁶Brasília [Telegrama] 9 de fev., 1974 [para] KISSINGER, Henry. Washington. 2p.

¹⁵⁷DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Weekly Summary Special Report: Brazil's Changing Foreign Policy.** 1974.

¹⁵⁸PEREIRA, Anthony. **Political (In) Justice: Authoritarianism and the Rule of Law in Brazil, Chile, and Argentina.** Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2005; GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003; MCSHERRY, J. Patrice. **Predatory States: Operation Condor and Covert War in Latin America.** Oxford: Rowman and Littlefield, 2005; DIGES, John, **The Condor Years: How Pinochet and His Allies Brought Terrorism to Three Continents.** New York: The New Press, 2004.

¹⁵⁹EMBAIXADA DE SANTIAGO [Telegrama] 19 de set. 1973, Santiago [para] Câmara Canto. Brasileiros no Chile. Pedidos de retransmissão de informações-secretos - Brasemb Santiago – 1970, 1971, 1972 e 1973.

chilenos. Moniz Bandeira (2008 p. 287) assinala que em reportagem do *Washington Post*, a repórter Marlise Simmons conta que Antônio Porto Sobrinho, um jornalista brasileiro, revelou ter transportado dinheiro de São Paulo para Santiago. O fato foi ainda confirmado em uma entrevista da revista *Veja* com Glycon de Paiva, engenheiro organizador do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que antes havia confessado a Simmons que, “após a ascensão de Allende ao governo, homens de negócios do Chile vieram aqui (no Brasil) e pediram conselho e eu expliquei que eles, civis, tinham de preparar o terreno para que os militares se movessem” (MONIZ BANDEIRA, 2008 p. 287).

Segundo Padrós e Simões (2013), além do apoio financeiro, o empresariado brasileiro, justamente aquele que possibilitou a queda de Goulart no Brasil, estimulou e orientou os chilenos a se colocarem contra Allende usando as mesmas estratégias que foram exitosas contra Jango. Deste modo, os empresários do Chile conheceram técnicas para fomentar caos político e econômico, difundir o medo ao comunismo, realizar um bloqueio legislativo à atuação da esquerda institucional, articular manifestações de massa, e propagar o temor ao terrorismo (PADRÓS; SIMÕES, 2013).

Todavia, anos antes, a Bolívia havia experimentado um cenário similar, de modo que militares brasileiros também auxiliaram a deposição do presidente boliviano Juan José Torres em 20 de agosto de 1971. Segundo Leicht (2013, p. 98), foi manifesto o apoio logístico fornecido pelo Brasil aos conspiradores que desejavam retirar Torres do poder devido à crise econômica vivida no país. Schilling (1978), que dedicou seu livro a analisar o expansionismo brasileiro na década de 1970, apontou que “o golpe boliviano foi planejado e financiado pelo regime militar brasileiro”, tendo contado “com o apoio direto de diplomatas e militares do Brasil”¹⁶⁰.

Alegações como as de Leicht (2013) e Schilling (1978) são confirmadas por um relatório¹⁶¹ desclassificado pela CIA em julho de 2008, redigido dois meses após o golpe, em outubro de 1971, no qual fica assegurado que o Brasil foi um dos países que abrigou bases de operação para os setores golpistas bolivianos e que posteriormente

¹⁶⁰Disponível em: <
http://www.manuelugarte.org/modulos/biblioteca/s/shilling_expansionismo_brasilenio/expansionismo_brasilenio.htm>.

¹⁶¹DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Weekly Summary Special Report: Turnabout in Bolivia.** 29 de outubro, 1971.

prestou auxílio às atividades contra Torres (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1974).

Dados mais específicos sobre a participação brasileira no golpe boliviano são encontrados em Moniz Bandeira (1993), que expõe que, entre os dias 17 e 20 de agosto, por meio da Força Aérea Brasileira (FAB), recursos militares foram descarregados em Santa Cruz de La Sierra como foi o caso do fornecimento de uma carga de armas composta por metralhadoras "INA", fabricadas no Brasil para uso exclusivo da FAB (MONIZ BANDEIRA, 1993). Todo esse apoio logístico é confirmado pelo ex-ministro de Defesa boliviano, general Luis Reque Terán, que afirma que

“Em 19 de agosto, desembarcou um Mestre do Globo da aviação militar brasileira naquela cidade. Nos dias seguintes, mais oito aviões levaram a Santa Cruz e ao aeroporto de El Alto quinze mil fuzis, 500 metralhadoras, bombas e munições diversas. ” (TERÁN, 1971 *apud* BANDEIRA, 1993).

De acordo com Needleman (1974), naquela ocasião, também foi preparado pelo Brasil um esquadrão de bombardeiros com insígnias bolivianas recém-pintadas, cidadãos armados por metralhadoras com marcações "INA" cercaram o prédio da universidade em Cochabamba (NEEDLEMAN, 1974) e as tropas do II Exército, sob o comando do general Humberto Melo, moveram-se para o Mato Grosso a fim de intervir na Bolívia. Aliás, algumas dessas tropas de fato adentraram a nação vizinha, cuja capital estava sendo tomada desde o dia 18 de agosto pelo coronel Andrés Selich (MONIZ BANDEIRA; 1993, FERNANDES, 2010).

Dias depois, Hugo Banzer, um dos grandes conspiradores contra Torres, foi condecorado à função de coronel e tomou posse da presidência da Bolívia (NEEDLEMAN, 1974). Diante disso, a Escola Superior de Guerra (ESG) articulou um plano para ou fornecer apoio logístico aos golpistas ou fomentar a organização de um governo separatista na província de Santa Cruz. Simultaneamente, Médici reconheceu de imediato o novo governo, incentivou os empresários brasileiros a investirem na Bolívia (DANS, 1975), e ainda solicitou aos EUA que ajudasse a nova administração boliviana a ganhar legitimidade internacional (BELIEIRO JÚNIOR; LOPES, 2013). De fato, foi tão grande a pressão feita pela ditadura brasileira para que os EUA

oferecessem apoio orçamentário à Banzer, que, mesmo após a disponibilização de 20 milhões de dólares ao governo boliviano pelos americanos, Médici ainda aproveitou a visita feita pelo secretário do Tesouro dos EUA, John Connally, ao Brasil em junho de 1972, para insistir que os EUA ampliassem o crédito fornecido (HARMER, 2012).

Um memorando¹⁶² da CIA de 1972 confirma esse envolvimento brasileiro no golpe e vai além, expondo que foi bastante vultuosa a própria assistência brasileira ao novo governo boliviano em termos de “treinamento e suporte contra-insurgência” (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1972), informação reiterada por outros dois memorandos¹⁶³ da agência, também de 1972. Aliás, um dos memorandos, datado 26 de maio, revela que, além do provimento de recursos e pequenas armas para o grupo que depôs Torres, posteriormente, em 4 de abril, Banzer e Médici tiveram um encontro, o que fomentou o aumento no fornecimento de apoio econômico e material bélico pela ditadura brasileira à administração de Banzer” (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1972).

Em correspondência¹⁶⁴ enviada por Médici a Nixon em 27 de abril de 1972, por exemplo, o próprio ex-presidente brasileiro revela que o Brasil estaria oferecendo à Bolívia pós-golpe auxílios de toda natureza para garantir a “tranquilidade política e social” do vizinho, já que considerava que “o caos político decorrente da a instalação de um regime marxista-leninista na Bolívia (...) acarretaria consequências para toda a América do Sul, imensamente mais graves, perigosas e explosivas do que o problema cubano” (BRASIL, 1972, p. 4).

Não se pode ignorar também que, assim como no caso do Chile, o envolvimento brasileiro com tentativas de destituição de Torres foi, desde muito cedo, bastante significativo. Tanto que a mídia no Brasil tratou de “preparar psicologicamente a população” para a necessidade e a possibilidade de uma intervenção armada no vizinho, caso os setores

¹⁶²DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum:** Some thoughts on national rivalries and increasing tensions in South America. 25 de agosto, 1972.

¹⁶³CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY; INTELLIGENCE ORGANIZATIONS OF THE DEPARTMENTS OF STATE AND DEFENSE. **National Intelligence Estimate:** The New Course in Brazil. Janeiro, 1972.; DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum:** Brazil Widens its Horizons. 26 de mai, 1972.

¹⁶⁴MÉDICI, Emílio. [Carta] 27, abril de 1972, Brasília [para] NIXON, Richard. Washington. 4f.

golpistas bolivianos não fossem exitosos (SCHILLING, 1978). Efetivamente, no ano anterior ao golpe, a Casa Militar sob a chefia de João Batista Figueiredo havia fornecido dinheiro, armas, aviões e mercenários a adversários do presidente boliviano, assim como autorização para que instalassem áreas de treinamento próximo a Campo Grande no Mato Grosso e em outros lugares da fronteira (MONIZ BANDEIRA, 1993).

Além disso, segundo o *Jornada*, jornal diário de La Paz, forças mercenárias militares e paramilitares foram treinadas no Brasil e no Paraguai para destituir Torres, objetivo que, Hugo Bethelen, ex-embaixador brasileiro na Bolívia também compartilhava (NEEDLEMAN, 1974), tendo prometido 20 milhões de dólares em investimentos ao país andino caso um golpe triunfasse (RAMPINELLI, 1990). Aliás, de acordo com Needleman (1974), em agosto de 1971, o ex-embaixador revelou à imprensa que acreditava ser necessário a criação de protetorados em países como a Bolívia e que era totalmente favorável a uma intervenção brasileira no vizinho regional (NEEDLEMAN, 1974), uma vez que acreditava se tratar de uma nação que corria o risco de sofrer uma revolução socialista (GASPARI, 2003).

Antes das revelações, em janeiro de 1971, Benthelen havia sido preso em La Paz por financiar uma tentativa de golpe em que forneceu pelo menos 60 mil dólares a conspiradores bolivianos como Hugo Banzer e Edmundo Balencia (NEEDLEMAN, 1974). Ainda naquela ocasião, não só os setores golpistas se tornaram asilados políticos em São Paulo por intervenção da Embaixada do Brasil (retornando à Bolívia clandestinamente meses depois), como também foram identificados outros brasileiros na articulação, sendo eles coronel Joffre Sampaio e o tenente-coronel Hernani Ferraz de Almeida, chefe do posto de Correio Aéreo Nacional (CAN), órgão da FAB (MONIZ BANDEIRA, 2008, p. 210).

Quando as tentativas finalmente lograram êxito e Banzer tomou posse, o Uruguai acabou se tornando o foco das atenções brasileiras. Segundo um documento¹⁶⁵ do CIEX disponibilizado pela CNV em 2014, em outubro de 1971, o jornal uruguaio *El Eco* assinalou que o Delegado brasileiro Sérgio Fleury, em companhia de dois auxiliares, “Bolinha” e “Marco”, membros do DOPS, encontravam-se Montevidéu naquela data (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014).

Meses antes dessa notícia, em um documento enviado pelo embaixador argentino no Brasil, general Osiris Villegas, ao governo de

¹⁶⁵Arquivo Nacional, CIEX/MRE: BR_DFANBSB_IE_007_003, p. 29.

seu país, Villegas recomendava a investigação de uma possível intervenção brasileira no Uruguai. Segundo o ex-embaixador, através de meios diplomáticos latino-americanos o Brasil teria manifestado interesse em promover uma invasão dependendo de como a conjuntura doméstica uruguaia se desenrolasse naquele ano de eleições em que a Frente Ampla - uma coalizão de partidos de esquerda e centro-esquerda - apresentava chances de vitória no pleito eleitoral (SCHILLING, 1978).

Tendo conhecido o conteúdo do documento, em 1971, através do Seminário uruguaio *Marcha*¹⁶⁶, Paulo Schilling, exilado no Uruguai desde a queda de João Goulart, passou a denunciar a articulação de uma operação de ingerência brasileira no país vizinho caso a Frente Ampla saísse vitoriosa nas eleições de novembro de 1971 (WEGNER, 2009). Segundo Schilling (1978) a operação teria sido denominada Operação Trinta Horas, nome que fazia menção a quantidade de horas necessárias para uma invasão que eliminasse qualquer foco de resistência minimamente organizado e que, simultaneamente, não suscitasse reações contrárias da OEA ou da ONU (SCHILLING, 1978).

Na prática, várias foram as edições do *Marcha* que discutiram a possibilidade de intervenção brasileira. Na edição de 30 de junho, especulava-se o teor expansionista de declarações de Gibson Barbosa que mencionavam a busca do Brasil por maior afinidade no subcontinente conforme as regiões de fronteira eram ocupadas pelo país. Já em 26 de novembro, o *Marcha* apontava que a exitosa participação brasileira no golpe boliviano oferecia um ímpeto para que o Brasil repetisse sua atuação no Uruguai (WEGNER, 2009).

Contudo, tendo sido derrotada a Frente Ampla e confirmado o continuísmo do Partido Colorado através de Juan Maria Bordaberry, a execução da operação não foi necessária, o que acabou refutando as denúncias do *Marcha* (WEGNER, 2009). Somente em 1985, por meio da divulgação de um depoimento¹⁶⁷ do coronel Dickson Grael, que na época servia como oficial do Estado-Maior do Quartel-General da 2ª Divisão de Cavalaria e, depois, como Comandante do 22º Grupo de Artilharia de Campanha, a articulação da invasão do Uruguai pelo III

¹⁶⁶O *Marcha* foi um semanário uruguaio fundado em 23 de junho de 1939 e publicado até 22 de novembro de 1974 em que denúncias de setores progressistas podiam ser divulgadas.

¹⁶⁷Em “Aventura, corrupção e terrorismo: À sombra da impunidade” (1985), Grael Dickson, antigo apoiador da ditadura brasileira revela sua frustração com os rumos tomados pelo regime, denunciando assim casos de abuso de poder e corrupção dos governos militares.

Exército ficou confirmada (FERNANDES, 2010). Embora Grael aponte que a tese de Schilling sobre uma “anexação do Uruguai pelo Brasil” em seu livro de 1978 fosse exagerada e fantasiosa, o ex-coronel conta que foi designado, no começo de 1971,

“(…) para efetuar um primeiro estudo das diretrizes a serem seguidas pela 2ª Divisão da Cavalaria, visando sua participação em um plano de intervenção militar no Uruguai. Tal fato deveria ocorrer caso a chamada Frente Ampla viesse a vencer as eleições a terem lugar, ainda naquele ano, no país vizinho” (DICKSON, 1985, p. 15).

Dickson (1985) revela também que o comandante do III Exército, general Breno Borges, realizou uma visita de inspeção em Uruguaiiana a fim de assistir os exercícios das unidades convocadas para a invasão. Aliás, de acordo com Dickson (1985), tais unidades estavam a postos para se deslocarem até a fronteira quando demandado conforme fosse o resultado das eleições uruguaias. Dickson (1985) ainda relata o envolvimento de oficiais da FAB, o apoio brasileiro fornecido a organizações anticomunistas uruguaias, o acompanhamento da situação no Uruguai pelo governo norte-americano por intermédio das Forças Armadas brasileiras situadas no sul do país, e as preocupações que demonstrou com a repercussão da operação na opinião pública nacional e no governo argentino.

No ano seguinte, o tenente Marco Pollo Giordani¹⁶⁸ confirmou a articulação de uma operação de ingerência assinalando que, naquele período, o Brasil buscou tomar a iniciativa de lutar contra a subversão na região. Anos depois, em 1998, o depoimento¹⁶⁹ do brigadeiro Sérgio Luiz Burger também ratificou a existência de um plano brasileiro para intervir no Uruguai se a Frente Ampla vencesse as eleições (PADRÓS, 2007).

Já em 2002, documentos desclassificados pelos EUA sobre as eleições uruguaias de 1971 solidificaram as declarações daqueles oficiais brasileiros. Em um telegrama¹⁷⁰ enviado pela Embaixada dos

¹⁶⁸ GIORDANI, Marco Pollo. **Brasil sempre**. Porto Alegre: Tchê, 1986. p. 246

¹⁶⁹ Depoimento de Sérgio L. Burger. In: CONTREIRAS, Hélio. Militares confissões. **História secreta do Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 59

¹⁷⁰ LODGE, John Davis [Telegrama] 27 de ago. 1971, Buenos Aires [para] Departamento de Estado dos EUA, Washington. 3p. Uruguyan Situation.

EUA na Argentina em 27 de agosto de 1971, admite-se a existência de várias consultas de inteligência entre os governos brasileiro e argentino a respeito de uma intervenção no Uruguai, como foi o caso de um encontro realizado em junho daquele ano entre oficiais dos dois países (LODGE, 1971). Outro telegrama¹⁷¹, este enviado da Embaixada norte-americana em Montevidéu para os EUA em novembro de 1971, o embaixador relata que o candidato presidencial da Frente Ampla, Liber Seregni, creditou um ataque contra si e contra a caravana de ônibus da Frente Ampla a uma vinculação entre os governos norte-americano e brasileiro (ADAIR, 1971).

Novas informações foram divulgadas em 2007, por Ruy de Paula Couto, agregado militar na Embaixada do Brasil em Montevidéu, de 1967 a 1969, e amigo íntimo de César Ramón Borba Tadeo, então ministro da Defesa do Uruguai e interlocutor do governo uruguaio nas articulações da Operação Trinta Horas, que revelaram que foi Pacheco Areco quem solicitou a articulação da invasão pelo Brasil, já que teria solicitado apoio militar e ajuda na reforma dos serviços de inteligência. Na prática, segundo Ruy de Paula, os governos dos dois países haviam acordado que o Exército uruguaio enviasse oficiais para serem treinados em Porto Alegre, aproximando-se assim do III Exército do Brasil para que agissem conjuntamente quando fosse necessário (FERNANDES, 2010).

Mais tarde, em 2009, a divulgação de um documento¹⁷² da CIA de maio de 1972 confirma o receio brasileiro de que uma coalizão de esquerda chegasse ao poder no Uruguai. Segundo o documento, a ditadura de Médici estava convencida de que deveria fortalecer a capacidade do governo de Pacheco Areco de garantir segurança e êxito econômico, a fim de impedir a vitória da esquerda nas eleições de novembro de 1971. O documento relata ainda que, naquela situação, o Brasil forneceu certos créditos econômicos, contudo, as informações sobre os receptores desses créditos ainda aparecem censuradas no documento, que também assegura que, em que pese a vitória de Bordaberry, o Brasil seguiria atento aos acontecimentos internos no Uruguai a fim de garantir a estabilidade daquele país (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1972).

¹⁷¹ADAIR, Charles [Telegrama] 9 de nov. 1971, Montevidéu. [para] Departamento de Estado dos EUA, Washington. 2p. Seregni, pro-Frente press link U.S to attacks on Frente candidates.

¹⁷²DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum: Brazil Widens its Horizons.** 1972.

De fato, após a derrota do Frente Ampla nas eleições, que, de acordo com Dans (1975), foram celebradas com bandeiras brasileiras desfilando ao lado de bandeiras do Partido Colorado, o Brasil continuou a colaborar ativamente com o governo uruguaio no extermínio de organizações de esquerda (MONIZ BANDEIRA, 1993). Inúmeros espões foram transferidos para a Embaixada do Brasil no Uruguai e agentes do Dops passaram atuar na Divisão de Informação e Inteligência da Polícia Uruguaia, bem como na consecução dos Esquadrões da Morte do país vizinho (FERNANDES, 2010), como fica claro na confissão de Nelson Bardesio, integrante de um dos grupos de extermínio uruguaiois:

“Estou ciente de que uma missão brasileira de alto nível visitou Montevidéu, entrevistando o chefe de polícia, coronel tal e tal diretor, com o objetivo de fortalecer as relações entre a polícia brasileira e a polícia uruguaia. A missão brasileira chegou a oferecer a instalação de uma equipe de radiocomunicação direta entre o Brasil e Montevidéu. Não sei se este projeto foi concluído. Sendo subsecretário do Ministério do Interior, Armando Acosta e Lara, o comissário tal (Hugo Campos Hermida, responsável pelas investigações da Divisão de Informação e Inteligência da Polícia Uruguaia) foi chamado ao seu escritório e recebeu instruções para entrar em contato com a embaixada brasileira em Montevidéu. Este fato foi comentado pelo próprio tal. Como resultado de seus contatos, pelo menos duas dessas autoridades viajaram para o Brasil para receber treinamento no estilo "esquadrão". (BARDESIO *apud* MCSHERRY, 2007, p. 111-134, tradução nossa¹⁷³.)

¹⁷³ Texto Original: “Estoy consciente de que una misión brasileña de alto nivel visitó Montevideo, entrevistando al jefe de policía, coronel tal y tal director, con el objetivo de fortalecer las relaciones entre la policía brasileña y la policía uruguaya. La misión brasileña llegó a ofrecer la instalación de un equipo de radiocomunicación directa entre Brasil y Montevideo. No sé si este proyecto ha finalizado. En el caso de que se produzca un accidente de tránsito en la ciudad de Buenos Aires, en el que se haya producido un accidente de tráfico, Montevideo. Este hecho fue comentado por el propio tal. Como resultado de sus contactos, al menos dos de esas autoridades viajaron a Brasil para recibir entrenamiento en el estilo "escuadrón” (BARDESIO *apud* MCSHERRY, 2007, p. 111-134).

A veracidade das afirmações de Bardesio é confirmada por um memorando¹⁷⁴ da CIA de 1972 e por um telegrama¹⁷⁵ da Embaixada norte-americana em Montevideú, enviado em 1972, ao Departamento de Estado. Segundo o memorando, não havia dúvidas de que o governo brasileiro concedeu significativo apoio a grupos paramilitares e policiais anti-subversão uruguaios (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY; INTELLIGENCE ORGANIZATIONS OF THE DEPARTMENTS OF STATE AND DEFENSE, 1972). O telegrama, por sua vez, de acordo com Aldrighi (2007, p.3), garante que houve uma “aberta assistência de Brasil e Argentina às forças policiais e militares uruguaias – incluindo milhões de dólares em armas, munições e veículos”. Ao mesmo tempo, o documento afirma que os dois países assistiram grupos ilegais uruguaios como os esquadrões da morte, todavia, enquanto a ajuda argentina foi estreita, os esforços brasileiros foram expressivos, sobretudo em termos de treinamento de oficiais das Forças Armadas e policiais do Uruguai envolvidos em grupos de extermínio (ALDRIGHI, 2007).

Outros documentos do Departamento de Estado, desclassificados pela CIA recentemente, também fornecem informações a respeito da atuação brasileira no Uruguai após as eleições, que, inclusive, contou com a participação ativa dos EUA. Em um telegrama¹⁷⁶ enviado no início de dezembro de 1971, Kissinger sugere a Nixon que questionasse a Médici, durante sua visita a Washington, acerca de iniciativas a se tomar para estabilizar o Uruguai na sequência das eleições uruguaias (KISSINGER, 1971). Aliás, no documento¹⁷⁷ que relata as discussões da visita, já mencionado aqui por diversas vezes, Kissinger afirma que “em áreas de preocupação mútua como as situações de Uruguai e Bolívia, uma cooperação próxima e aproximações paralelas podem ser muito

¹⁷⁴CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY; INTELLIGENCE ORGANIZATIONS OF THE DEPARTMENTS OF STATE AND DEFENSE. **National Intelligence Estimate: The New Course in Brazil.** Janeiro, 1972.

¹⁷⁵EMBAIXADA DOS EUA EM MONTEVIDÉU [Telegrama] 1 de dez., 1972, Montevideú [para] Departamento de Estado, Washington. Review of Uruguayan Internal Security Situation. NARA.RG59, box2662 *apud* ALDRIGHI, 2007.

¹⁷⁶KISSINGER, Henry [Telegrama] dez. 1971, Washington. 13p. [para] Richard Nixon, Washington. Your Meeting with President Emilio Garrastazu Medici of Brazil.

¹⁷⁷KISSINGER, Henry [Telegrama] 9 dez. 1971, Washington. 7p. [para] Richard Nixon, Washington. Meeting with President Emilio Garrastazu Medici of Brazil.

úteis para nossos objetivos comuns” (KISSINGER, 1971, tradução nossa¹⁷⁸). Já um outro telegrama¹⁷⁹ enviado dias depois, em 20 de dezembro, evidencia que, de fato, aquela cooperação estava sendo travada e ainda traz um importante dado sobre o Brasil e as eleições ocorridas em novembro na nação vizinha. Isso porque, naquele telegrama, Kissinger conta que em reunião entre Nixon e o Primeiro Ministro inglês, Edward Heath, o presidente norte-americano assumiu que contava com o auxílio brasileiro em suas preocupações a respeito da situação em países como o Uruguai e que o Brasil havia ajudado a fraudar as eleições uruguaias (KISSINGER, 1971).

Em relação a esta última informação, apoiado em documentos desclassificados pela CIA, pelo Departamento de Estado e pelo governo brasileiro, Leicht (2013) alega que a fraude foi escancarada, havendo a contabilização de votos de pessoas que haviam morrido há anos. Ademais, segundo o *El Popular*, não só foram enviados espíões brasileiros à Embaixada do Brasil no Uruguai no ano da campanha eleitoral, como tal campanha foi marcada pela intimidação e pelo amedrontamento de militantes e simpatizantes do *Frente Amplio* por agentes brasileiros, já que pela valise diplomática da Embaixada do Brasil no Uruguai foram recebidos armas e explosivos usados contra os Comitês de Base, sedes de partidos, igrejas e outros (FERNANDES, 2010)

Anos após o golpe, em 27 de junho de 1973, quando as Forças Armadas uruguaias colocaram fim ao sistema político democrático do país, a ditadura brasileira também colaborou com os setores golpistas fornecendo linhas de financiamento e centenas de veículos ao Exército uruguaio (MONIZ BANDEIRA, 1993).

Ademais, assim como ocorreu no Chile e na Bolívia, por meio do contato entre os agentes repressivos dos países da região, e, em especial, pelos serviços da Escola Nacional de Informações (EsNI), a ditadura uruguaia também incorporou forçosamente a metodologia de repressão utilizada pelo Brasil. A EsNI¹⁸⁰, especificamente, foi responsável por

¹⁷⁸Texto original: “(...) in areas of mutual concern such as the situations of Uruguay and Bolivia, close cooperation and parallel approaches can be very useful for our common goals” (KISSINGER, 1971)

¹⁷⁹KISSINGER, Henry [Telegrama] 20 de dez. 1971, Washington. 4p. The President's Private Meeting with British Prime Minister Edward Heath.

¹⁸⁰Trata-se de uma escola fundada em 1972 pelo SNI, que objetivava formar novos quadros das forças de segurança brasileiras e regionais (PADRÓS; SIMÕES, 2013).

ministrar aulas de segurança repressiva, línguas estrangeiras, história e ideologia política a brasileiros e outros sul-americanos. Com isso, a escola proveu metodologia de repressão não só aos órgãos de informação das Forças Armadas Brasileiras e das polícias estaduais do país, mas também a nações como Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia, o que permitiu a captura e prisão de inúmeros guerrilheiros e indivíduos ligados a setores progressistas da região (FERNANDES, 2010).

Não obstante, é importante mencionar que a interferência brasileira na política doméstica de seus vizinhos não se restringiu aos três casos tratados, tendo atingido também a presidência de Velasco Alvarado no Peru. Embora não haja informações mais claras a esse respeito, segundo Schilling (1978), a preocupação com a presidência Alvarado era expressiva, tendo feito com que o Brasil buscasse desestabilizar seu regime por meio de seus dois satélites: Chile e Bolívia. Efetivamente, o governo brasileiro tentou fomentar entendimentos entre aqueles dois países às custas do Peru, o que ocasionou, na prática, um verdadeiro clima de guerra (SCHILLING, 1978).

Outrossim, o intervencionismo brasileiro nos países do Cone Sul também se fez por intermédio de organizações articuladas dentro do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, como o Centro de Informações do Exterior (Ciex) e a Divisão de Segurança e Informações (DSI) (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014). Assim como o Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS)¹⁸¹, aquelas duas organizações realizaram um esforço de monitoramento, vigilância e captura de grupos guerrilheiros sul-americanos e exilados brasileiros que se encontravam no território de outros países da região, auxiliando, portanto, os trabalhos do Serviço Nacional de Informações (SNI) e dos órgãos de inteligência das Forças Armadas e da Polícia Federal (FERNANDES, 2010). Mais tarde, após os golpes na Bolívia, no Chile e no Uruguai, essa atuação da ditadura brasileira contra seus exilados e asilados em território estrangeiro impulsionou a construção de uma coordenação repressiva no Cone Sul, a qual, por iniciativa chilena, desembocou, em 1976, na aterrorizante

¹⁸¹Localizado em Porto Alegre, com sede no Palácio da Polícia, incorporou as diretrizes da Doutrina de Segurança nacional a partir de 1964, passando então a coletar informações e aplicar técnicas de repressão a todos os suspeitos de “subversão” apreendidos (FERNANDES, 2010)

Operação Condor¹⁸² (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014).

Em todo caso, de acordo com Rampinelli (1990), as diversas iniciativas de ingerência brasileira nos países mencionados figuravam na atuação de uma “diplomacia militar paralela” que objetivava a eliminação de governos nacionalistas e socialistas presentes no entorno regional brasileiro. Contudo, os estudos iniciais que levaram à consecução desta pesquisa indicaram que a articulação e a execução do que agora foi identificado como uma “diplomacia paralela” contrastam com o estabelecimento de iniciativas de cooperação entre o governo Médici e seus vizinhos nacionalistas/socialistas. Assim, é justamente a respeito da ocorrência desta cooperação que tratará a seção posterior, a fim de que, posteriormente, seja possível compreender as razões deste contraste.

3.1.2 As visitas oficiais, o comércio e os acordos e tratados estabelecidos entre Brasil e os países sul-americanos governados pela esquerda

A mencionada prosperidade econômica do “milagre brasileiro” e as diretrizes de política externas traçadas por Gibson Barbosa e sua equipe incentivaram a ampliação do número e o escopo das atividades diplomáticas brasileiras, incentivando inclusive um maior diálogo com a América Latina (SPEKTOR, 2009). Na realidade, um expressivo movimento de aproximação com a região foi articulado, tendo em vista a proximidade e as semelhanças compartilhadas com os países latino-americanos, como afirmou Médici em um de seus primeiros discursos¹⁸³ ao Congresso Nacional,

¹⁸²Trata-se de uma articulação multinacional que atuava contra exilados e asilados estrangeiros nos países da região por meio de uma avançada tecnologia e de grupos extremistas como os “esquadrões da morte”. Tal operação fez com que militantes considerados subversivos em países como Bolívia, Chile, Brasil, Uruguai, e, mais tarde, Argentina, passassem a não encontrar mais destinos de fuga, já que as fronteiras nacionais sul-americanas se tornaram significativamente fluídas para os agentes de repressão (FERNANDES, 2010). Para mais detalhes ver: MARIANO, Nilson Cezar. **As Garras do Condor**. Como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos. Petrópolis: Vozes, 2003. 328p.

¹⁸³BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, 1970. 84p.

“É natural que as relações com os países do Continente Americano mereçam um lugar de relevo em nossos projetos de vida internacional, por imposição da geografia e da história e, sobretudo, pela continuada reafirmação de uma vontade política.” (BRASIL, 1970, p. 71).

Aparentemente, cientes de que o país compartilhava de certas demandas com os Estados da região, a busca pelo estreitamento de laços com as nações locais passou a fazer parte das prioridades dos diplomatas do período. Isso fica claro também no discurso¹⁸⁴ de Médici ao Congresso Nacional em 1972, no qual afirma que,

“Seu objetivo (do Brasil) no Continente é, pois, somar esforços aos dos povos desta parte do mundo para realizar, com eles irmanado, seus ideais de paz e de progresso, ideal comum que impõe a presença atuante e a participação efetiva do Brasil nos foros continentais. Sem quaisquer veleidades de hegemonia, fiel, como sempre, ao princípio de respeito à soberania das demais nações, e ciente de que seus problemas são, de modo geral, os mesmos de todos os demais países latino-americanos, tem o Brasil procurado com eles empreender ação conjunta, em defesa de interesses comum.” (BRASIL, 1972, p.81).

Nesse mesmo discurso Médici já chamava atenção para a postura ativista que estava sendo empregada pelo Brasil em sua região, ao afirmar que, durante o ano de 1971, foram criados “novos mecanismos de cooperação e aperfeiçoados os já existentes”, sendo que, “estreitou-se o entendimento continental e o Brasil exerceu papel preponderante nesse processo”.

Por certo, conforme conta Barbosa na entrevista concedida ao CPDOC, até mesmo a iniciativa de expansão do mar territorial brasileiro para 200 milhas foi realizada no sentido de aproximar o país da região. Afinal, segundo o ex-ministro, uma vez que o Brasil possui tamanha costa, a não-expansão de seu mar territorial, como estava sendo feita em diversas nações latino-americanas, poderia ser interpretada como uma submissão do país aos interesses dos EUA, já que não havia outro

¹⁸⁴BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, 1972. 104 p.

motivo, senão temor dos norte-americanos, que pudesse desencorajar a iniciativa.

Esse processo de conquista de mais amplo espaço na América Latina pelo Brasil, foi observado inclusive nos EUA. Em um documento¹⁸⁵ da CIA de maio de 1972, afirma-se que ao contrário da tradicional postura brasileira de distância dos países latino-americanos, Gibson Barbosa, com o apoio de Médici, iniciou em 1970 uma campanha de expansão da influência brasileira no hemisfério. Diferentemente do que aparecia nos discursos de Médici, segundo o documento, tal campanha foi motivada pela crença de que os EUA se desengajaram da região e de que as nações locais estariam mais abertas ao Brasil como porta-voz latino-americano (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1972).

Seja como for, o programa de acercamento à América Latina passava pelas noções que Roberto Campos, ex-embaixador brasileiro em Washington, assinalou¹⁸⁶ para a política externa brasileira na América Latina. Segundo ele,

“(...) no tocante à política em relação à América Latina, temos (o governo brasileiro) que observar princípios negativos e empreender ação positiva. Os negativos são: a) evitar tentativas ocasionais de isolamento do Brasil pela formação de um bloco hispânico; b) combater as acusações de hegemonia e expansionismo. A hegemonia, como subproduto do poder econômico é acidente inevitável; como objetivo de política é irritante indispensável. [...] como ação positiva cabe ajudar os países de menor desenvolvimento relativo (por meio de): a) integração por via comercial e b) integração mediante projetos de investimento [...].” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1974, p.2)¹⁸⁷

À vista disso, o intercâmbio comercial e cultural com seus parceiros latino-americanos foi incentivado pelo Brasil a partir da abertura de linhas de crédito; acordos culturais para entrada e permanência de graduandos latino-americanos no país e concessão de

¹⁸⁵DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum**: Brazil Widens its Horizons. 1972.

¹⁸⁶ O Estado de São Paulo, 29/5/1974, p.2.

¹⁸⁷ O Estado de São Paulo, 29/5/1974, p.2.

bolsas a pós-graduados; e um programa de cooperação técnica com os Estados menos desenvolvidos da região (MARTINS, 1975). Essas informações fornecidas por Martins (1975) são inclusive confirmadas por um memorando¹⁸⁸ da CIA de agosto de 1972, o qual demonstra que os EUA tinham conhecimento sobre o desenvolvimento de um extenso programa de ajuda pelo Brasil a seus vizinhos. Segundo o documento, o conteúdo desse programa estava relacionado ao fornecimento pelo governo brasileiro de assistência econômica para 12 países latino-americanos e ajuda militar para vários deles (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1972).

Todavia, no processo de aproximação à América Latina, os países sul-americanos receberam um enfoque peculiar da diplomacia brasileira. Efetivamente, segundo o próprio ex-ministro em seu livro autobiográfico, o sucesso econômico do Brasil e sua obstinada vontade em conquistar o status de grande potência eram componentes explorados pelo governo argentino para prejudicar a imagem brasileira na América Latina. Na entrevista concedida ao CPDOC, o ex-ministro reforça tal argumento e pontua ainda que a frase dita por Nixon em ocasião da viagem de Médici à Washington em 1971: “Para onde o Brasil for, irá toda a América Latina” era recorrentemente utilizada pela Argentina como instrumento de barganha contra o Brasil nas negociações regionais. Essa percepção de Barbosa foi inclusive percebida nos EUA. Um documento¹⁸⁹ da CIA de 1973 assegura que a Argentina não só buscou se unir ao Pacto Andino¹⁹⁰ - cujo escopo de objetivos passa pela tentativa de barrar o expansionismo brasileiro - e realizar um lobby entre os países membros do pacto objetivando limitar o expansionismo brasileiro, como também se esforçou muito para fazer com que os

¹⁸⁸DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum**: Some thoughts on national rivalries and increasing tensions in South America. 25 de agosto, 1972.

¹⁸⁹CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. CIA Document Services Branch. **The Intensified Rivalry Between Brazil and Argentina**. 4 de setembro, 1973.

¹⁹⁰O Pacto Andino, assim chamado até 1996 (posteriormente denominado de Comunidade Andina de Nações) originou-se do Acordo de Cartagena, aprovado em 1969. Trata-se de um conjunto integral de dispositivos, visando à constituição de um mercado comum, para garantir uma distribuição equitativa dos benefícios e desenvolvimento com perfis próprios. Os cinco membros originais eram Bolívia, Colômbia, Chile, Equador e Peru. Em fevereiro de 1973, por meio de um instrumento adicional ao Acordo, foi acordada a entrada da Venezuela, que foi incorporada, efetivamente em 1974 (FRENCH-DAVIS, 1976, p. 1-3).

vizinhos sul-americanos acreditassem na necessidade de que países falantes da língua espanhola na região se unissem como forma de barrar o Brasil (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1973).

Diante dessa circunstância, segundo Barbosa (2002), e considerando os objetivos diplomáticos ligados ao “Projeto Brasil Potência”, era imprescindível a necessidade de criação de mecanismos para estreitar os laços com seus vizinhos sul-americanos. Por conseguinte, um intenso ativismo diplomático brasileiro na região passou a se consolidar, isto é, os países da América do Sul passaram a ser palco de diversas atividades da diplomacia brasileira. O próprio Gibson Barbosa conta em seu relato ao CPDOC que tinha planos de visitar todo o subcontinente, já que as visitas ajudariam a reduzir desconfianças e estabelecer uma imagem mais amigável do país.

Esse ativismo, por sua vez, de acordo com Spektor (2009), ampliou a influência exercida pelo Brasil no seu entorno regional de um modo pouco visto anteriormente. A percepção de Spektor (2009) é inclusive atestada por um telegrama¹⁹¹ enviado em junho de 1971 pela Embaixada norte-americana no Brasil ao Escritório de Assuntos Interamericanos do Departamento de Estado. Conforme o documento, a diplomacia brasileira adotou um desengajamento nos projetos integracionistas e efetivou um programa de promoção de contatos bilaterais com os principais líderes da região que resultou em notável elevação da importância brasileira na América Latina e em particular, no subcontinente sul-americano (EMBAIXADA EM BRASÍLIA, 1972).

A abrangência desse movimento de aproximação à América do Sul não foi limitada nem mesmo pela orientação ideológica de esquerda dos governos de algumas dessas nações. Na realidade, como destaca Souto (2010, p. 110), nenhum dos Estados da região que viviam sob a influência de tendências nacionalistas/socialistas, “foi excluído das relações diplomáticas e econômico-financeiras do Brasil”. Pelo contrário, como salienta Martins (1975), com exceção de Cuba, com a qual um relacionamento próspero poderia fomentar conflitos com os Estados Unidos, vislumbrou-se fortalecer o comércio com os vizinhos regionais a despeito de fronteiras ideológicas. Esse objetivo, aliás, foi cumprido com praticamente todos os países da região, sobretudo em termos de expansão das exportações de mercadorias manufaturadas brasileiras. Todavia, infelizmente, não é possível trazer aqui

¹⁹¹EMBAIXADA EM BRASÍLIA [Telegrama] 14 de jun., 1971, Brasília [para] Departamento de Estado dos EUA, Washington. 6p. Brazil’s Diplomatic Campaign.

informações mais claras sobre tal comércio devido ao sigilo dos documentos do regime militar, que impacta na criação de dados em inúmeras plataformas importantes. O IPEA, por exemplo, possui registros precisos sobre o comércio brasileiro com a América do Sul, com detalhes inclusive sobre os tipos de produtos comercializados, contudo, lamentavelmente, o período 1964-1985 não é coberto pela plataforma on-line do instituto.

De qualquer maneira, como explica Martins (1975), a principal mudança na política externa inaugurada por Barbosa em relação àquelas dos governos militares anteriores foi no setor denominado político-estratégico. Diferentemente da reação de rejeição que seria apresentada pelos dois primeiros governos da ditadura diante de países alinhados ideologicamente com o bloco comunista, a abordagem adotada pela diplomacia de Médici nestas circunstâncias foi a de que,

“(...) há sempre em cada país, dentro ou fora do respectivo governo, uma base real de boa vontade sobre a qual é possível edificar novos laços de compreensão, amizade e ajuda mútua, desde que sejam utilizados os instrumentos bilaterais adequados para cada caso.” (MARTINS, 1975, p. 94).

Com isso, como expõe Souto (2010), países como o Chile de Salvador Allende (1970-1973), a Bolívia de Juan José Torres (1970-1971) e o Peru de Velasco Alvarado (1968-1975) também figuraram como parceiros de cooperação comercial do Brasil e destinos para a disponibilização de linhas de créditos pelo país, tendo os dois últimos países mencionados recebido um montante de 10 milhões de dólares e o primeiro, respectivamente, uma quantia de 30 milhões de dólares.

Quanto às outras iniciativas empregadas pelo Brasil para promover o maior acercamento com seus vizinhos regionais, a Bolívia foi um dos países latino-americanos que mais se beneficiou do programa de intercâmbio cultural, o qual visava promover uma futura intensificação da cooperação técnica entre tais Estados e foi responsável por uma elevação de 444 vagas de estudo concedidas pelo Brasil em 1972 para 1600 vagas em 1974. Do mesmo modo, a Bolívia foi também uma das nações da região que mais desfrutou do programa de cooperação técnica, o qual esteve interligado a projetos de corporações estatais ou paraestatais como o BNH (Banco Nacional da Habitação) o

SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e a Eletrobrás (MARTINS, 1975).

Efetivamente, a Bolívia foi, ainda, o país amazônico com quem o Brasil conseguiu estabelecer a melhor relação de cooperação. Na prática, foi buscado pelo governo brasileiro, durante todo a gestão Torres, a manutenção um relacionamento positivo. Além da mencionada oferta de uma linha de crédito de 10 milhões de reais do Brasil para a Bolívia, realizada em 1970, um telegrama¹⁹² enviado pelo embaixador norte-americano no Brasil ao Departamento de Estado em 28 de maio de 1971 revela que existiam também tratativas para o envio de uma missão do Itamaraty a La Paz em junho daquele ano (EMBAIXADA EM BRASÍLIA, 1971).

A literatura disponível sobre o tema, por sua vez, expõe que as relações entre Brasil e Bolívia no período foram marcadas pela inauguração da Comissão Mista Brasil-Bolívia de Cooperação Econômica e Técnica em 1971, embora ela tenha tido sua primeira reunião somente após a deposição do presidente boliviano (VIZENTINI, 1998; MARTINS, 1975). Tal Comissão determinou a expansão do prazo para pagamento da dívida boliviana resultante da construção da ferrovia Corumbá-Santa Cruz de La Sierra, realizada em 1964 (CRUZ, 2009).

Contudo, de modo distinto ao que a literatura disponível apresenta, de acordo com telegrama¹⁹³ enviado em 25 de setembro de 1971 a Gibson Barbosa por Claudio Garcia De Souza, embaixador brasileiro na Bolívia, a Comissão também discutia a construção de uma ponte sobre o Rio Marmoré, entre as cidades de Guajará-Mirim (Brasil) e Puerto Sucre (Bolívia), aos moldes do disposto no Protocolo Adicional de 1966 ao Tratado sobre ligação ferroviária, de 25 de fevereiro de 1938¹⁹⁴, bem como a realização de estudos de factibilidade e, de acordo com eles, execução do projeto de engenharia da rodovia La Paz-Cobija, prevista na Ata de Rio Branco, de 29 de janeiro de 1969. Além disso, de acordo com o telegrama, a comissão também versaria sobre a construção conjunta da rodovia Riberalta - San Borja; de

¹⁹²EMBAIXADA EM BRASÍLIA [Telegrama] 14 de jun., 1971, Brasília [para] Departamento de Estado dos EUA, Washington. 6p. Brazil's Diplomatic Campaign.

¹⁹³SOUZA, Claudio Garcia de [Telegrama] 25 set. 1971, La Paz. [para] BARBOSA, Mário Gibson. Brasília. 3f. Respostas do governo boliviano a respeito das demandas brasileiras relativas aos acordos cooperativos estabelecidos previamente.

¹⁹⁴Aprovado no Brasil pelo decreto Nº 59.379, DE 12 DE OUTUBRO DE 1966.

uma ponte sobre o rio Acre, entre Brasília e Cobija; e de uma ponte sobre o Arroio Conceição, entre Porto Suarez e Corumbá.

A ocorrência de iniciativas como a Comissão levou Médici a expor, em seu discurso¹⁹⁵ final ao Congresso Nacional, o teor construtivo do relacionamento entre os dois países durante seu governo, o qual também compreendeu ao momento em que Juan José Torres chefiava o Executivo na Bolívia. Segundo ele,

“Desenvolveram-se as relações entre o Brasil e a Bolívia buscando-se criar projetos comuns, nos setores do gás natural, do petróleo, da siderurgia e das vias de comunicação, capazes de, pela justa aliança de interesses, ajudar o progresso daquele país e da parte do Brasil que lhe é lindeira.” (BRASIL, 1974, p. 186).

Nesse sentido, Gibson Barbosa em entrevista ao CPDOC garantiu que as relações com a Bolívia durante sua gestão foram excelentes, não havendo nenhuma dificuldade notável. Em termos comerciais, inclusive, ele alega que jamais observou reclamações dos bolivianos, afinal, o Brasil sempre tomou a iniciativa de incrementar o intercâmbio comercial dos dois países e com condições mutuamente vantajosas.

Já em relação ao governo nacionalista de Velasco Alvarado no Peru, a cooperação com o Brasil foi assinalada em diversos empreendimentos. Em 1971, por exemplo, a nação de Alvarado recebeu assistência técnica do Itamaraty, a qual foi responsável por um projeto de estruturação do mercado de valores peruano, no qual especialistas do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais prestaram assessoria à Comissão Nacional de Valores e ao Banco Central do Peru.

Naquele ano também, em março, Edgard Mercado Jarrin, chanceler peruano, fez uma visita ao Brasil (VIZENTINI, 1998), a qual, segundo Médici (1972, p. 80)¹⁹⁶, fez parte de um processo de abertura de “novos caminhos nas relações continentais e de fortalecimento da comunidade latino-americana e da unidade hemisférica”. Essa visita aliás, foi vista nos EUA como momento de grande cordialidade entre os

¹⁹⁵BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, 1974. 262 p.

¹⁹⁶BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, 1972. 104 p.

dois governos. Segundo um telegrama¹⁹⁷ do embaixador norte-americano ao Departamento de Estado em abril de 1971, a visita foi “muito bem-sucedida em destacar uma variedade de posições comuns dos dois países e deixou uma impressão positiva do ministro peruano em Brasília” de modo que, “as diferenças (entre Brasil e Peru) sobre Cuba e no estilo de retórica são superestimadas” (EMBAIXADA NO RIO DE JANEIRO, 1971, p.2, tradução nossa¹⁹⁸).

Na ocasião da visita, o crédito anteriormente mencionado foi ofertado pelo governo brasileiro e firmou-se a Declaração Conjunta, em 24 de março de 1971, que determinava uma posição comum dos dois países sobre o novo Direito do Mar e originava a Comissão Mista, realizada em Lima, em agosto daquele mesmo ano, e responsável por aplicar o convênio cultural de 1945 (VIZENTINI, 1998). Em relação à Declaração Conjunta e a Comissão Mista, na entrevista ao CPDOC, Gibson Barbosa menciona certos pontos importantes estabelecidos, cujo conteúdo muito se referia ao aproveitamento da região amazônica. Segundo ele, a Declaração firmou o compromisso de intercâmbio de informações entre entidades oficiais dos dois países em temas de desenvolvimento amazônico, bem como entre suas instituições científicas responsáveis pelo estudo da região; enquanto a Comissão determinou um estudo conjunto das condições de navegação dos rios amazônicos e das medidas necessárias a uma utilização mais ampla desses rios.

Além disso, também durante a visita de Jarrin, foram discutidas possibilidades de acentuar o intercâmbio comercial entre as duas nações, com ênfase na articulação de medidas para trabalho conjunto em áreas como desenvolvimento pecuário, construção de abatedouros, ampliação das marinhas mercantes e projetos de metalurgia, construção civil e frota pesqueira (RAMPINELLI, 1990).

Ademais, em abril de 1973, visando fomentar e criar bases para o incremento do comércio dos dois países por meio da ampliação da eficácia de serviços de transporte, foram acordados entre os dois países

¹⁹⁷EMBAIXADA NO RIO DE JANEIRO [Telegrama]. 2 de abr., 1971, Rio de Janeiro [para] Departamento de Estado dos EUA, Washington. 6p. Monthly Trends Report.

¹⁹⁸Texto original: “The visit was successful in highlighting a variety of common positions and the Peruvian Foreign Minister made a good impression in Brasilia. Differences over Cuba and style of political rhetoric between the two governments were downplayed”.(EMBAIXADA NO RIO DE JANEIRO, 1971, p.2)

o Convênio sobre transporte marítimo¹⁹⁹ e a Ata de Intenção sobre Transporte Fluvial, ambos designados à regulação das atividades de transporte de mercadorias entre Brasil e Peru, dissertando assim, a respeito de procedimentos do transporte de mercadorias, elaboração de um acordo de tarifas e serviços e de fundos monetários de arrecadação (NOVAK; NAMIHAS, 2013).

Da mesma maneira, um mês antes de Gibson Barbosa realizar uma visita aos peruanos, em julho de 1973, foi firmada a Declaração Conjunta e o Convênio de Intercâmbio Cultural²⁰⁰ entre Brasil e Peru, o qual objetivava a disseminação da cultura, do idioma, da arte e das ciências de cada um desses países no território do outro. Nesse sentido, o convênio visava estimular o intercâmbio de profissionais da educação por cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão; promover a oferta de bolsas e facilidades de estudo; estabelecer o reconhecimento de títulos gerados em um país, no território do outro; e fomentar trocas acadêmicas por meio de publicações e eventos (NOVAK; NAMIHAS, 2013).

Ressalta-se que todas essas iniciativas levaram Médici a argumentar, na última mensagem²⁰¹ enviada ao Congresso Nacional, em 1974, que acreditava que assim como com outros países amazônicos, os contatos políticos, o diálogo cultural, as relações econômicas e o intercâmbio comercial com o Peru foram amplamente incrementados. Ademais, Médici assinalou que,

“(...) com o Peru são numerosos os projetos de cooperação em andamento e estabelecem-se novas correntes de trocas comerciais mutuamente vantajosas. Mantém-se com o Peru, assim como com os outros países latino-americanos que sustentam as 200 milhas como limite das águas territoriais, permanente diálogo, para harmonizar e combinar a defesa desse princípio nos foros internacionais.” (BRASIL, 1974, p. 188).

¹⁹⁹Aprovado no Brasil pelo decreto legislativo nº 64, de 1973.

²⁰⁰Aprovado pelo Peru mediante o Decreto Lei 21625 de 21 de setembro de 1976 e pelo Brasil pelo Decreto Legislativo 79 de 5 de dezembro de 1973. Entrou em vigor em 5 de novembro de 1976, depois da troca de ratificações no navio peruano Ucayali.

²⁰¹BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, 1974. 262 p.

Quanto ao Uruguai, a literatura disponível sobre o tema conta que as relações com o Brasil foram marcadas por um encontro dos presidentes Médici e Pacheco Areco (1967-1972) em maio de 1970, em Chuí, dedicado à assinatura de uma Declaração Conjunta e à inauguração da interligação rodoviária entre as estradas BR-471 e nº 9 (MARTINS, 1975; VIZENTINI, 1998). Esse encontro aliás, foi notificado nos EUA em dois memorandos²⁰² da CIA, um de 1970 e um de 1972, que o relatam de modo distinto do que se apresenta pela literatura, já que ela o trata de forma muito irrisória. De acordo com os documentos, o encontro não só fomentou uma cooperação econômica mais ampla entre os dois países, como possibilitou até mesmo a venda de armamento pelo Brasil ao Uruguai (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1970; DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1972). Em seu relato ao CPDOC, Barbosa expressa justamente a grande importância do encontro entre os presidentes, assim como aparece na documentação da CIA. O ex-ministro conta que um problema secular entre os dois países foi resolvido naquele momento. Tratava-se da delimitação da fronteira, um embaraço que envolvia uma região de pesca bastante próspera e as dificuldades de uma fronteira internacional sem demarcações.

Outrossim, como apontou Médici em sua mensagem²⁰³ ao Congresso Nacional em 1971, um fato relevante do relacionamento Brasil-Uruguai em 1970 foi a criação de uma Comissão Mista Brasil – Uruguai que deu início ao aproveitamento da Bacia Lagoa Mirim. Nesse sentido, a partir da comissão, realizaram a consecução de estudos conjuntos sobre topografia, hidrologia, geologia, irrigação, infraestrutura de transportes, energia elétrica e agropecuária; bem como a articulação de relatórios abrangendo a maior parte das áreas do âmbito socioeconômico; a realização investigações específicas sobre comercialização da carne, lã, arroz, trigo, produtos hortifrutigranjeiros, comércio exterior, cooperativas, de crédito; e a execução pesquisas sociais sobre saúde, educação, habitação, problemas da família e da comunidade (BRASIL, 1971, p. 78)

²⁰²CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Uruguay Handbook**, 1 de novembro, 1970; DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Central Intelligence Agency. **Intelligence Memorandum: Failure or Foothold? Uruguay's Left assesses the Elections**. 17 de fevereiro, 1972.

²⁰³BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, 1971. 132 p.

Contudo, além dos obstáculos resultantes da influência da esquerda no país (assim como ocorreu com o Chile, o Peru e a Bolívia), o relacionamento entre Brasil e Uruguai foi prejudicado pelo episódio do sequestro do embaixador brasileiro em Montevideu, Aloisio dias Gomide, em 31 de julho de 1970 pela organização armada Tupamaros. Em seu livro autobiográfico, Barbosa (2002) conta que o episódio intrincou o relacionamento dos dois governos já que Pacheco Areco não aceitou as condições dos Tupamaros para libertar Gomide, assim como havia sido feito pela gestão Médici durante os sequestros dos embaixadores norte-americano e japonês no Brasil. A distensão que se passou durante o sequestro nas relações entre os dois países, relatada pela literatura especializada e pelo depoimento de Barbosa, foi percebida inclusive nos EUA. Um relatório²⁰⁴ da CIA de novembro de 1970 alega que, assim como com a Argentina, o relacionamento do Uruguai com o Brasil era positivo, embora tensão tenha sido gerada durante o episódio do sequestro (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1970). Aliás, vários foram os boletins informativos da CIA de 1970 que trouxeram dados sobre a situação de Gomide, e, sobretudo, de Don Mitrone, embaixador norte-americano que também havia sido sequestrado pelos Tupamaros. Este é o caso do boletim²⁰⁵ da CIA realizado um dia após o sequestro de Gomide, que já chamava atenção para o fato de que Areco não iria atender as solicitações dos sequestradores, desagradando aos brasileiros (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1970).

Todavia, tais embaraços não foram suficientes para barrar a organização de iniciativas colaborativas. Assim foi que, em 20 de novembro de 1970, o governo brasileiro permitiu o funcionamento da empresa uruguaia *Autobuses Sociedad Anônima Nacional* (O.N.D.A. do Brasil) no território brasileiro, com capital de Cr\$20.000,00 (vinte mil cruzeiros) para a filial brasileira²⁰⁶. Do mesmo modo, em 18 de dezembro de 1970 o Brasil concedeu à empresa uruguaia *Agência Latinoamericana de Informacion - Latin S. A.*, autorização para funcionar no Brasil, com o objetivo de divulgação de notícias, sendo fixado um valor de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) para as atividades

²⁰⁴CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Uruguay Handbook**. 1 de novembro, 1970.

²⁰⁵DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Central Intelligence Agency. **Central Intelligence Bulletin**. 1 de agosto de 1970.

²⁰⁶Decreto nº 67.662, de 26 de Novembro de 1970.

da filial brasileira (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019)²⁰⁷. Já em 1971, no mês de agosto, uma reunião entre delegações brasileira e uruguaia foi realizada para discutir as relações econômicas, financeiras e comerciais entre os dois países (VIZENTINI, 1998). Antes disso, no mês de maio, por meio de um telegrama²⁰⁸ enviado ao Departamento de Estado, o embaixador norte-americano no Brasil já havia notificado seu governo de que as intenções da diplomacia brasileira eram a de expandir a concessão de créditos ao Uruguai, inclusive para a compra de trigo, embora não se esperava um engajamento diplomático mais ativo do Brasil no país vizinho enquanto Pacheco Areco seguisse no poder.

Ainda, no ano seguinte, já durante a presidência de Juan Maria Bordaberry, momento em que seguia o temor brasileiro em relação à ação da esquerda no país vizinho, articularam o Projeto Jaguarão, que objetivava o desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, com vistas a conectar os sistemas de energia elétrica brasileiro e uruguaio; bem como a construção de uma hidrelétrica no Rio Jaguarão, a instalação de uma planta de fertilizantes e cimento para exploração dos depósitos de calcário no departamento de Trinta e Três e um estudo para viabilizar a instalação de uma faixa rodoviária de 62250 km entre os dois países (RAMPINELLI, 1990). Naquele ano de 1972 também, o Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares entre o Brasil e o Uruguai²⁰⁹ formulado em 1962, que visava assegurar as comunicações áreas regulares, foi finalmente colocado em execução (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019).

Neste contexto, naquela última mensagem²¹⁰ enviada ao Congresso Nacional, Médici avaliou de forma muito positiva as relações do Brasil com o vizinho durante seu governo. Segundo Médici (1974, p. 211), “ampliaram-se cada vez mais todas as formas de entendimento com o Uruguai, país que acentua o ritmo de seu desenvolvimento, dentro da sua vocação de progresso e bem-estar”.

Em relação ao Chile, durante o governo de Salvador Allende (1970-1973), embora as divergências ideológicas e políticas dos dois governos e as atividades de exilados brasileiros em território chileno

²⁰⁷Decreto nº 69.776, de 14 de Dezembro de 1971.

²⁰⁸EMBAIXADA EM BRASÍLIA [Telegrama] 14 de jun., 1971, Brasília [para] Departamento de Estado dos EUA, Washington. 6p. Brazil's Diplomatic Campaign.

²⁰⁹Decreto Nº 70.218, de 29 de Fevereiro de 1972.

²¹⁰BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, 1974. 262 p.

tenham minado uma maior aproximação entre os dois países (VIZENTINI, 1998), seu relacionamento não se desenvolveu de forma improdutiva. Como pontua Fonseca Jr. (2014), as diferentes ideologias dos governos brasileiro e chileno não foram capazes de afetar as relações entre os dois como ocorreu, por exemplo, com a Venezuela, a qual rompeu relações com o Brasil em 1964. Para o autor, as distintas ideologias impediram a expansão do relacionamento entre os dois, mas este seguiu “normal”, já que o passado de convivência profícua não pôde ser apagado (FONSECA JR, 2014).

Em entrevista ao CPDOC, Gibson Barbosa garante que, no momento em que Allende foi eleito, sua conduta foi a de tentar convencer Médici de que a única forma de tratar com o governo chileno seria a cordialidade, evitando sucumbir a provocações. Na realidade, Barbosa revela que ainda solicitou à Médici que lhe desse total autonomia para dar auxílio ao Chile no que fosse possível, e que a resposta do presidente foi positiva, já que tinha total confiança em seu ministro e lhe conferia absoluto controle sobre o Ministério das Relações Exteriores.

Assim, quando Barbosa descobriu que o Banco do Brasil, único banco estrangeiro que seguiu suas atividades em território chileno, demonstrava interesse em fechar sua sede por estar sofrendo prejuízos, o ex-ministro encontrou pessoalmente com Nestor Jost, presidente do banco, para lhe pedir que não a fechasse. Segundo Barbosa, seu anseio era de que o governo brasileiro não cometesse nenhuma atitude que pudesse ser vista como hostil à Allende, e mais, que mantivesse o Banco para que ele permanecesse como um canal de comunicação, comércio e financiamentos entre os dois países. Por conseguinte, durante o encontro com Jost, Barbosa até mesmo lhe ofereceu as dezenas de milhares de dólares que seriam necessários para impedir o prejuízo da sede em Santiago.

Ademais, na entrevista, Barbosa ainda conta que, durante um momento de escassez de mercadorias no Chile, fez questão de pedir e obter aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) para levar, de maneira gratuita, medicamentos às autoridades do país vizinho. De acordo com Barbosa, essa iniciativa gerou agradecimentos públicos de Allende, que, em seguida, fez um pedido de crédito para compra de mil ônibus da Mercedes Benz brasileira. O pedido foi atendido, sendo que não foi demandado nem mesmo a garantia de pagamento com uma entrada, de modo que, segundo Barbosa, as condições de financiamento foram vultuosamente vantajosas para o Chile. O ex-ministro revela ainda que, após a conclusão da compra, com a chegada dos ônibus à Santiago,

houve festejos promovidos por Allende, com bandeiras brasileiras. Embora essa seja somente a versão do ex-ministro sobre os fatos, e, portanto, esteja imbuída de sua visão “benevolente” a respeito das iniciativas realizadas por sua gestão, Moniz Bandeira (2008) confirma a manutenção da agência do Banco do Brasil em Santiago, bem como o fornecimento do crédito pelo Brasil para a compra dos ônibus. Esse crédito, segundo a literatura disponível foi de pelo menos 30 milhões de dólares, os quais, segundo Rampinelli (1990), teriam sido destinados, na realidade, para que fosse possível minimizar os problemas chilenos diante do embargo promovido pelos EUA ao Chile, de modo geral.

Além de todas essas iniciativas, as relações entre Brasil e Chile, no período, também foram marcadas, segundo Nedleeman (1974), por uma ampliação do intercâmbio comercial entre os dois países. Nesse sentido foi que, em 1971, Allende pronunciou:

“Nossas relações com o Brasil, povo tradicionalmente amigo do Chile no âmbito sul-americano, não se deterioraram com a campanha tendenciosa que a imprensa brasileira promove no nosso país. No plano econômico mantemos um intercâmbio comercial importante e equilibrado (...) Ademais, estamos considerando planos básicos de infraestrutura regional que permitirão melhorar as condições de comunicação ferroviária de Aryca e Antofogasta até Santos”. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO CHILE, 1971, f.02, tradução nossa²¹¹).

O próprio Médici tratou de expor, na mensagem²¹² final ao Congresso Nacional, por vezes mencionada, o fato de que as

²¹¹Texto original: “Nuestras relaciones con el Brasil, Pueblo tradicionalmente amigo de Chile em el ámbito sudamericano, no se han deteriorado pese a la tendenciosa campaña que en de nuestro país promueve cierto sector de la prensa brasileña. En el plano económico mantenemos un intercambio comercial de importancia y equilibrado (...). Además, estamos considerando planos básicos de infraestructura regional que permitirán mejorarlas condiciones de comunicación ferroviária y carretera de Arica y Antofogasta hasta Santos (MINISTÉRIO DE LAS RELACIONES EXTERIORES DE CHILE, 1971b, f.02).”

²¹²BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, 1974. 262 p.

incompatibilidades ideológicas não barraram as tentativas de relacionamento comercial e diplomático. De acordo com ele,

“Acompanhou-se de perto e com atenção o desenrolar da vida política do Chile e tratou-se de manter em constante progresso, mesmo nos momentos mais difíceis e delicados, o nosso comércio com aquela Nação, criando novos estímulos para ativá-lo.” (BRASIL, 1974, p. 187).

Não obstante, devido a créditos fornecidos pelo próprio presidente, a indústria brasileira ampliou sua atuação no mercado chileno (SWIECH, 2015). Além disso, em dezembro de 1971 foi realizada a Reunião de Consulta Aeronáutica Brasil-Chile, que determinava a concessão provisória de direitos comerciais à Lan-Chile no Brasil na rota Santiago-Buenos Aires e Europa e balizamento de dois pontos na Europa para a empresa chilena (VIZENTINI, 1998).

Ainda, a aparente cordialidade entre os governos de Brasil e Chile foi celebrada em eventos como a XI Bienal de São Paulo, em 1971, para a qual os chilenos enviaram obras de arte e a Feira Internacional de Santiago, em que os brasileiros apresentaram suas inovações agrícolas concebidas a partir da década de 1960 (BURNS, 2014).

Outrossim, um fato desconhecido pela literatura disponível e que nos EUA foi visto como sinal da ocorrência de um diálogo positivo entre os dois países é exposto na documentação da CIA aqui analisada. Um telegrama²¹³ enviado do Rio de Janeiro a Washington em 21 de março de 1971, conta que Ernesto Baeza, oficial chileno, faria uma visita ao Rio no dia seguinte, sendo recebido pelo oficial brasileiro Oswaldo Domingues. Segundo o documento essa visita mostrava que ao contrário de suspeita e desconfiança para com os chilenos, entendimento comum entre os dois países estava também em prática (DEPARTMENT OF DEFENSE, 1971).

A ocorrência de todos esses episódios cooperativos entre o Brasil e seus vizinhos regionais que sofriam a influência de tendências de esquerda foram sintetizadas no quadro abaixo:

²¹³DEPARTMENT OF DEFENSE. **Chilean Visit to Brazil**. 21 de março, 1971.

Quadro 2 - Síntese dos marcos de colaboração estabelecidas entre o governo Médici e os países sul-americanos sob a influência da esquerda.

DATA (MÊS/ANO)	MARCOS COLABORATIVOS DAS RELAÇÕES
1969 –	Articulação das novidades mercadológicas a serem inseridas nas relações regionais (abertura de linhas de crédito e programas de cooperação técnica e intercâmbio cultural);
1970 –	Solicitação de Barbosa para a manutenção da sede do Banco do Brasil no Chile;
1970 –	Abertura de linha de créditos no valor de \$10 milhões pelo Brasil à Bolívia;
05/1970 -	Encontro dos presidentes Médici e Pacheco Areco em Chuí;
05/1970 –	Assinatura da Declaração Conjunta Brasil-Uruguai;
05/1970 -	Inauguração da interligação rodoviária entre as estradas BR-471 e nº 9;
10/1970 -	Criação da Comissão Mista Brasil – Uruguai;
11/1970 –	Início da operação da empresa <i>Autobuses Sociedad Anônima Nacional</i> (O.N.D.A. do Brasil) no território brasileiro;
12/1970 –	Autorização para o funcionamento da <i>Agência Latinoamericana de Informacion - Latin S. A</i> em território brasileiro;
03/1971 –	Visita de Edgard Mercado Jarrin, chanceler peruano, ao Brasil;
03/1971 –	Abertura de linha de crédito de 10 milhões de dólares pelo Brasil ao Peru;
03/1971-	Fornecimento de assistência técnica do Itamaraty ao Peru;
03/1971 –	Assinatura da Declaração Conjunta Brasil-Peru;
03/1971 –	Criação da Comissão Mista Brasil-Peru;
03/1971 –	Visita de Ernesto Baeza, oficial chileno, ao Rio;
05/1971 -	Envio de uma missão do Itamaraty a La Paz;
08/1971 –	Realização da Reunião entre delegações brasileira e uruguaia;
08/1971 -	Inauguração da Comissão Mista Brasil-Bolívia de Cooperação Econômica e Técnica;
09/1971 a 11/1971 -	Realização da XI Bienal de São Paulo;
12/1971 -	Realização da Reunião de Consulta Aeronáutica Brasil-Chile;
02/1972 –	Início da execução do Acordo sobre

	Transportes Aéreos Regulares entre Brasil e Uruguai;
04/1972 –	Articulação do Projeto Jaguarão;
03/1973-	Assinatura do Convênio sobre transporte marítimo por Brasil e Uruguai;
03/1973 -	Assinatura da Ata de Intenção sobre Transporte Fluvial por Brasil e Uruguai;
06/1973 –	Visita de Gibson Barbosa ao Peru no mês de junho;
07/ 1973-	Assinatura da Declaração Conjunta entre Brasil e Peru;
07/1973 -	Convênio de Intercâmbio Cultural entre Brasil e Peru;
09/1973 –	Abertura de linha de créditos no valor de \$30 milhões pelo Brasil ao Chile.

Fonte: elaborado pela própria autora (2019).

Tendo em vista a ocorrência de todos esses marcos, segue a indagação a respeito dos elementos que motivaram a articulação desses episódios. Afinal, como foi visto, tratava-se de uma conjuntura em que, simultaneamente à cooperação, a ditadura brasileira articulava e participava de movimentos de deposição e instabilização dos governos de Allende, Torres e Alvarado, bem como de enfraquecimento da Frente Ampla no Uruguai. Por esse motivo, e sob à luz das conclusões obtidas no segundo capítulo a respeito dos grandes determinantes da política externa no período, o próximo subcapítulo é destinado a apresentar todos os aspectos específicos que determinaram as relações do país com os países aqui trabalhados.

3.2 OS DETERMINANTES DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E SEUS VIZINHOS SUL-AMERICANOS SOB A INFLUÊNCIA DA ESQUERDA

Como foi visto, é possível explicar as iniciativas de política externa empreendidas durante o governo Médici a partir de duas diferentes interpretações existentes na literatura disponível. Com isso, de uma forma mais específica, também a política regional do país no período pode ser enquadrada nessas mesmas duas diferentes perspectivas.

A primeira perspectiva reflete o posicionamento do Brasil no conflito Leste-Oeste, enfatizando que, durante os governos militares, sob a lógica da proteção à “segurança nacional”, havia uma profunda

necessidade de impedir a penetração do comunismo em território nacional. Assim, adotou-se uma postura ofensiva e agressiva “contra toda e qualquer ameaça real ou potencial que pudesse ser identificada no interior dos países vizinhos ou até extra-regionais” (PADRÓS, 2004, p. 92). Essa ameaça, por sua vez, poderia vir na forma de um governo de caráter socialista/nacionalista, ou de grupos guerrilheiros em atividade nos países da região (PADRÓS, 2004).

Essa perspectiva reverbera as concepções da “Teoria do Cerco”, ativa desde a Revolução Cubana (1959), porém mais difundida entre o fim da década de 1960 e os primeiros anos da década de 1970, particularmente após a Conferência Tricontinental de Havana e durante o sequestro do cônsul brasileiro Aloísio Marés Dias Gomide no Uruguai pelo grupo Tupamaros, ocorrido entre 31 de julho de 1970 e 22 de fevereiro de 1971. De acordo com os partidários da teoria, a qual ganhou força no governo Médici, - embora seus argumentos estivessem presentes nas Forças Armadas brasileiras desde a Era Vargas -, o Brasil se encontrava cercado por governos marxistas ou países em que a esquerda logo triunfaria (FERNANDES, 2010),

De fato, conforme aponta a literatura especializada, no início da década de 1970, ao menos três Estados sul-americanos eram governados por presidentes considerados socialistas. Essa circunstância, aliás, era, evidentemente, observada de perto pelo governo dos EUA. Um boletim²¹⁴ semanal da CIA de 28 de agosto de 1971, por exemplo, chamou atenção para o fato de que Chile, Peru, Uruguai e Bolívia, nessa ordem respectivamente, seriam os países latino-americanos mais importantes para a política externa cubana, devido ao alto nível de absorção de diretrizes revolucionárias nesses Estados (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1971). Em janeiro do ano seguinte, um relatório²¹⁵ da agência denunciou que Peru, Bolívia e Chile ficavam cada vez mais próximos da influência ideológica de Castro, o qual teria até mesmo oferecido ajuda humanitária ao Peru por ocasião do terremoto ocorrido em maio de 1970. Ainda segundo o documento, essa iniciativa de Castro, bem como o nacionalismo do governo peruano teriam o incitado a retomar relações com Cuba, algo que Allende havia realizado além de ter estabelecido inúmeros acordos comerciais

²¹⁴DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Central Intelligence Agency. **The President's Daily Brief**. 28 de agosto de 1971.

²¹⁵DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Weekly Summary Special Report: Cuba's Changing Relations with Latin America**. 28 de janeiro, 1972.

importantes com o revolucionário cubano, reduzindo assim o isolamento daquele país no continente (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1972).

Especificamente, desde 1968, o Peru era comandado pelo general Juan Velasco Alvarado e setores militares a ele ligados que, embora tivessem sido treinados nos EUA sob a orientação da Doutrina de Segurança Nacional, abandonaram a doutrina e o compromisso com a integração no sistema hemisférico de segurança coletiva anti-subversão e colocaram em prática diretrizes governamentais nacionalistas e desenvolvimentistas (FERNANDES, 2010). Por certo, Alvarado articulou uma radical reforma agrária no país, fomentou a organização de cooperativas, promoveu a nacionalização do petróleo e de minérios peruanos (NERCESIAN, 2013), estabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética e com alguns países socialistas, e, finalmente, esteve na eminência de romper relações com os EUA (SOUTO, 2010).

Esse nacionalismo de Alvarado foi observado pelo próprio governo norte-americano. Um documento²¹⁶ da CIA datado de 27 de agosto de 1970, comentou a proximidade peruana com os soviéticos ao anunciar que, dias antes, Moscou havia declarado a concessão de um crédito de 30 milhões de dólares ao Peru para a compra de maquinário e metais pesados soviéticos, bem como fornecimento de auxílio à indústria pesqueira peruana, levando sempre em consideração quais setores peruanos auxiliar tendo em vista a possibilidade de expansão da influência comunista no país sul-americano (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1970). Dois anos depois, um boletim²¹⁷ semanal da agência, escrito em 20 de dezembro, relatou que membros de uma delegação militar peruana de alto nível retornaram da viagem que fizeram à Cuba com bastante satisfação a respeito da atitude cubana favorável ao Peru e da qualidade dos armamentos soviéticos no inventário cubano. De acordo com o boletim, essa visita poderia indicar o acercamento dos dois países, bem como a possibilidade de que o governo peruano buscasse comprar armamento soviético, e não mais norte-americano (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1972).

Além dessa conjuntura no Peru, à frente do governo da Bolívia, a partir de 1970, encontrava-se Juan José Torres, que adotou uma série de medidas revolucionárias e nacionalistas. Torres estabeleceu a

²¹⁶DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Central Intelligence Agency. **Central Intelligence Bulletin**. 27 de agosto, 1970.

²¹⁷DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Central Intelligence Agency. **Central Intelligence Bulletin**. 20 de dezembro, 1972.

nacionalização da mina de Catavi e das áreas de petróleo ainda controladas pelo capital estrangeiro, criou o Banco do Estado (NERCESIAN, 2013), e ainda buscou isolar e neutralizar os setores conservadores do país, convocando uma Assembleia Popular dominada por sindicatos, camponeses e partidos políticos progressistas.

Esse movimento de esquerdização da Bolívia por Torres e relatado na bibliografia disponível sobre o período, foi igualmente percebido e comunicado com veemência nos EUA, como indica a recorrência com que a nação sul-americana apareceu nos boletins de informação periódicos da CIA desde o momento em que Torres tomou a presidência. Por certo, um boletim²¹⁸ da agência datado de 8 de outubro de 1970, apenas um dia após a posse de Torres, comunicou que, embora adotando um tom moderado em seu discurso, o presidente boliviano havia sido pressionado por líderes sindicais, universidades e partidos políticos pró-URSS e pró-China a remover missões militares estrangeiras do país, revogar o acordo de compensação com o Golfo, nacionalizar bancos estrangeiros e a mineradora norte-americana Matilde, estabelecer o controle da indústria privada para sindicatos e manter relações diplomáticas com todos os países socialistas (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1970). Dias depois, outro boletim²¹⁹ da agência notificou que o gabinete de Torres seria composto por políticos de esquerda-moderada, mas que elementos marxistas também foram escalados. Além disso, o boletim informou que ao discursar sobre as diretrizes de sua gestão, Torres descartou o esquerdismo extremista, mas prometeu governar de modo nacionalista e revolucionário, o que teria desagradado setores de extrema esquerda (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1970). Também em outubro, outro documento²²⁰ da CIA ressaltou que, embora estivesse decepcionando líderes da extrema esquerda, Torres estaria, de fato, estabelecendo diretrizes esquerdistas-nacionalistas, sendo a "progressiva nacionalização do capital estrangeiro" seu maior objetivo de política econômica, a qual visaria também reorganizar o sistema financeiro e promover leis que garantissem o investimento privado de um modo que os trabalhadores participassem do processo (DIRECTORATE OF

²¹⁸DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Central **Central Intelligence Bulletin**. 8 de outubro, 1970.

²¹⁹DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Central **Central Intelligence Bulletin**. 10 de outubro, 1970.

²²⁰DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Central **Central Intelligence Bulletin**. 12 de outubro, 1972.

Intelligence Agency.

Intelligence Agency.

Intelligence Agency.

INTELLIGENCE, 1970). Mais tarde, em março de 1971, logo após a composição do novo gabinete de Torres, por meio de um novo boletim²²¹, a agência novamente tratou sobre o acontecimento, afirmando que dois políticos de esquerda e um marxista declarado comporiam o governo (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1971). Já em 7 de maio de 1971, outro boletim²²² da CIA comunicou a expropriação que Torres realizou na mina de *Zinc Matilde*, anteriormente em posse dos norte-americanos, bem como a indisposição do governo boliviano em conter manifestantes de esquerda que ocuparam o centro norte-americano binacional em Cochabamba (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1971). No mês seguinte, no dia 25, mais um boletim²²³ relatou os acontecimentos no país sul-americano, esse, especificamente, mencionou inclusive a possibilidade de Torres sofrer um golpe devido a “profunda esquerdização” daquela nação, observada também no interesse de uma Assembleia Popular em “transformar a Bolívia em um Estado socialista” (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1971). Finalmente, em 16 de julho, outro boletim²²⁴ informou que o processo revolucionário na Bolívia havia sido eficazmente iniciado por Castro e que estudantes e grupos de extrema esquerda pressionavam incansavelmente o governo boliviano para retomar relações com Cuba, de modo que Torres estava apenas aguardando uma situação oportuna para demonstrar sua aprovação ao governo castrense (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1971).

Além de Torres e Alvarado, a força da esquerda na América do Sul foi ampliada em setembro de 1970, uma vez que Salvador Allende chegou à presidência chilena, sendo o primeiro governo socialista a ser eleito democraticamente no continente. Allende estabeleceu a reforma agrária, nacionalizou três grandes consórcios norte-americanos (*Anaconda*, *Kennecot* e *Cerro Corporation*), assegurou a consecução de uma política externa independente, e articulou um projeto de nacionalização de recursos chilenos como cobre, o ferro e o salitre (SOUTO, 2010).

²²¹ DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Central Central Intelligence Bulletin . 18 de março, 1971.	Intelligence Agency.
²²² DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Central Central Intelligence Bulletin . 3 de maio, 1971.	Intelligence Agency.
²²³ DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Central Central Intelligence Bulletin . 25 de junho, 1971.	Intelligence Agency.
²²⁴ DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Central Central Intelligence Bulletin . 27 de julho, 1971.	Intelligence Agency.

Assim como no caso boliviano, o governo norte-americano assistiu afoito aos acontecimentos no Chile. Isso é o que pode ser derivado da documentação aqui em análise, já que, não só foram recorrentes os relatos sobre a conjuntura chilena nos relatórios semanais e periódicos da CIA, como inúmeros documentos foram dedicados exclusivamente para discutir o que Allende representava e cada iniciativa que tomava. Antes mesmo da eleição, por exemplo, um memorando²²⁵ da agência, destinado justamente a avaliar as implicações de uma vitória de cada candidato chileno, alertou que caso Allende vencesse, ele investiria rapidamente na consecução de uma reforma marxista/socialista; nacionalizaria minas, propriedades estrangeiras, bancos e companhias a partir de compensações mínimas; aprimoraria os serviços de bem-estar social e permitiria a entrada de comunistas em todas as esferas importantes do governo (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1970). Poucos meses após a vitória, um relatório²²⁶ da agência contou que, a julgar pela realização de iniciativas como a nacionalização de companhias norte-americanas e uma política salarial expansionista, bem como pela composição do gabinete de Allende, - do qual faziam parte figuras socialistas como Jose Toha, no Ministério do Interior, e outros militantes marxistas, que preencheram ministérios importantes, como o das Relações Exteriores -, o governo Allende definitivamente possuía um caráter marxista/socialista (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1970). No ano seguinte, em maio, um memorando²²⁷ da CIA chamou atenção para o fato de que a nacionalização das minas de cobre era iniciativa prioritária para Allende, o que acarretaria prejuízos para companhias e investidores norte-americanas (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1971). No mesmo ano, em dezembro, outro memorando²²⁸ da agência relatou a visita de Fidel Castro ao Chile, afirmando que Castro prestou homenagem à Allende e o parabenizou pela via democrática ao socialismo. Segundo o

²²⁵CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **National Intelligence Estimate:** The Outlook for Chile, 4 de junho, 1970.

²²⁶DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Weekly Summary Special Report:** The Marxist Government in Chile: its evolution, realization, and prospects. 4 de dezembro, 1970.

²²⁷DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum:** "Chile: Allende's Moves to Complete the Takeover of US copper Holdings". Maio, 1971.

²²⁸DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum:** Castroism Clarified in Chile. 27 de dezembro, 1971.

documento, tal atitude deveria ser interpretada como o avanço do campo revolucionário na América Latina, uma vez que se tratava do único país latino-americano decidido a retomar relações com Cuba (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1971). Aliás, naquele mês, outro memorando²²⁹ da agência havia alertado para o fato de que Allende se aproximava cada vez mais do mundo comunista, tendo, em apenas em duas semanas, retomado relações com Cuba e, até aquele momento, firmado relações comerciais com a Coréia do Norte e mantido laços com todos os países do leste europeu, com exceção de Albânia e Alemanha Oriental, os quais o governo chileno ainda pretendia reconhecer (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1971).

Ao mesmo tempo, entre 1970 e 1971 uma violenta crise política no Uruguai decorrente da substituição, por falecimento, do presidente Oscar Gestido (1967-1967) pelo seu vice, Jorge Pacheco Areco, bem como frente a um cenário de desemprego, pauperização social, arrocho salarial, deterioração dos serviços estatais e violência policial, e, ainda, sob a atmosfera da Guerra Fria, da Revolução Cubana e da imposição de ditaduras no Brasil (1964) e na Argentina (1966), os movimentos sociais e parte da esquerda partidária se radicalizaram no Uruguai (PADRÓS, 2007). Sindicatos, estudantes e exilados comunistas passaram a interagir, enxergar seu potencial de luta, e se unirem na ideia de que suas reivindicações faziam parte de uma luta mais ampla do que simplesmente a busca para soluções a problemas imediatos (PADRÓS, 2014). Nesse contexto, tornou-se real a possibilidade de que as eleições de 1971 terminassem com a vitória do general reformado, Líber Seregni, da coalizão Frente Ampla. A coalizão era semelhante à chilena *Unidad Popular*, da qual Allende pertencia, e era composta por partidos de esquerda, centro-esquerda e dissidências reformistas dos partidos tradicionais. A frente ainda contava com forte apoio de intelectuais, trabalhadores, estudantes e alguns militares constitucionalistas, já que utilizava um modo inovador de fazer política e atrair apoiadores, o que angariava a simpatia de jovens e setores populares da sociedade uruguaia (PADRÓS, 2004)

Como ocorreu com Bolívia, Chile e Peru, a eminência da esquerda no Uruguai foi igualmente atestada e monitorada pelos EUA.

²²⁹DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Update of Chile Handbook**. 1 de dezembro, 1971.

Segundo um relatório especial²³⁰ da CIA de 12 de novembro de 1971, dedicado a fornecer prospecções sobre as eleições uruguaias daquele ano, o General Líber Seregni, aposentado das Forças Armadas devido aos rumores de seus ideais comunistas, concorreria à presidência pela Frente Ampla, formada por comunistas, socialistas, democratas-cristãos e membros do movimento revolucionário do Uruguai. De acordo com o documento, Seregni era partidário da busca por anistia a todos os presos políticos, da nacionalização de empresas estrangeiras, da retomada de relações com Cuba e da reforma do sistema político e eleitoral local. Conforme o relatório, caso a Frente Ampla de Seregni fosse capaz de ultrapassar os votos que obteve nas eleições de 1966, ela se mostraria como sério desafio tendo em vista a natural divisão dos votos entre o Partido Blanco e o Partido Colorado (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1971). Após as eleições, um memorando²³¹ da agência argumentou que a vitória de Bordaberry representava, acima de qualquer outro aspecto, a derrota do avanço da esquerda no Uruguai. Contudo, de acordo com o documento, o Frente Amplo, que teria sido um produto da polarização política resultante da administração de Areco e da crise econômica vivenciada no período anterior, não seria dissolvido com a derrota em 1971, sendo, na verdade, um grande concorrente nas eleições que viriam posteriormente, já que a esquerda havia ampliado sua posição eleitoral geral antes e durante a campanha (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1972).

Essa grande mobilização da esquerda no Uruguai, assim como as presidências de Torres, Alvarado e Allende levaram os estudiosos da Teoria do Cerco a assumirem que o equilíbrio da região e a própria segurança nacional brasileira estavam em risco (FERNANDES, 2010). Isso porque, de acordo com o pensamento proposto pela Teoria do Cerco, esses governos de esquerda poderiam atacar militarmente o território brasileiro, forçando-o a se defender por si só, ou mesmo fornecer apoio e recursos aos guerrilheiros no Brasil, tornando ainda maior o desafio dos militares brasileiros em combater a subversão (CRUZ, 2009).

²³⁰DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Weekly Summary Special Report**: Uruguay's Elections: Tradition vs. The Left. 12 de novembro, 1971.

²³¹DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum**: Failure or Foothold? Uruguay's Left Assesses the Elections" 17 de fevereiro, 1972.

Diante de tal circunstância, caberia à ditadura tarefa de “romper o cerco que se fechava sobre o País e em seguida reverter a maré montante da subversão internacional que se espraiava pelo Cone Sul” (MELLO, 1996, p. 124). Em outras palavras, conforme a Teoria do Cerco, a mesma guerra travada contra o inimigo interno deveria ser aplicada ao inimigo que se encontrava além das fronteiras nacionais, algo que demandaria a reforma dos órgãos de inteligência (CRUZ, 2009) e, como apontado por Schilling (1976), um trabalho da chancelaria brasileira para evitar que essas tendências inimigas ampliassem sua influência na região e que as populações vizinhas incorporassem, de algum modo, a forma de pensar dos “subversivos” brasileiros.

Teria sido justamente nesse contexto da Teoria do Cerco, que, de 25 de junho a 7 de julho de 1970, no I Período Extraordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA, o governo brasileiro propôs a delimitação de um compromisso dos países do continente com a negativa de asilo a indivíduos ligados a sequestros de aviões e ações armadas contra seus governos. A proposta era, ao fim e ao cabo, direcionada ao Chile e ao México, os maiores receptores dos perseguidos pela ditadura brasileira, bem como outros países latino-americanos governados pela esquerda. Contudo, ela não foi incorporada em sua totalidade, já que segundo o próprio Barbosa (2002), os governos chileno, colombiano e venezuelano não simpatizavam com o Brasil. De qualquer modo, segundo os arautos da Teoria do Cerco, várias foram as ocasiões em que a diplomacia brasileira agiu buscando evitar o “cerco” que poderia sitiar o país. O embaixador Araújo Castro, Chefe da Missão Permanente do Brasil junto à ONU em Nova York, por exemplo, buscou denunciar a “subversão” latino-americana durante sua palestra no Colégio Interamericano de Defesa em 11 de dezembro de 1970, e mais cedo, durante Comissão da ONU, em 13 de outubro de 1969 (CRUZ, 2009).

Todavia, de acordo com a Teoria do Cerco, diante do fracasso da proposta na OEA e do sequestro de Dias Gomide, a ditadura brasileira percebeu que deveria trabalhar de forma unilateral (CRUZ, 2009), tendo mobilizado esforços particulares contra governos como o de Velasco Alvarado, no Peru; de Torres, na Bolívia; e de Allende, no Chile, e também contra a coalizão Frente Ampla, cujo desempenho nas pesquisas da eleição à presidência no Uruguai em 1971 igualmente preocupavam a ditadura brasileira (CRUZ, 2009). Esses esforços, como foi visto na subseção 3.1.1, envolviam o monitoramento da política doméstica dos vizinhos, a negociação e a definição de pactos entre o Brasil e os grupos internos de oposição aos governos desses países, o

que alimentava a consecução de “conexões repressivas”, e, finalmente, o apoio financeiro e logístico aos golpes de Estado que destituíram Torres em 1971 e Allende em 1973, bem como o auxílio econômico e diplomático fornecido às ditaduras instaladas com a deposição desses presidentes (PADRÓS, 2004).

Nesse sentido, autores como Gonçalves e Miyamoto (1998), referem-se a política regional de Médici como aquela em que imperou o combate ao comunismo motivado pela estrutura da *détente*. Os autores defendem, por exemplo, que os militares brasileiros receberam com insatisfação a vitória de Allende ao Poder Executivo chileno em 1971, já que entendiam a instalação de governos marxistas como um êxito da estratégia expansionista soviética. Assim, o governo brasileiro teria buscado evitar que outras nações sul-americanas tomassem a experiência chilena como inspiração, tendo participado do golpe que derrubou a *Unidad Popular*. Miyamoto (2014) reitera tal perspectiva. O autor afirma que o anticomunismo foi aplicado nas esferas interna e externa durante tal gestão, de forma que nações consideradas como ameaças à soberania nacional (isto é, aquelas que não compactuavam com as ideias do mundo ocidental, principalmente os países fronteiriços) foram vítimas de uma política de neutralização por parte do governo brasileiro (MIYAMOTO, 2014).

De fato, em consonância com essa primeira perspectiva, inúmeros militares brasileiros acreditavam que a segurança nacional só poderia ser garantida caso impedissem o avanço da ofensiva comunista colocada em marcha por Cuba no hemisfério, a qual, para eles, derrotaria todas as forças conservadoras latino-americanas seja por meio de golpes de Estado, seja pela via eleitoral (HARMER, 2012).

Em contrapartida, existe uma segunda perspectiva capaz de explicar a política regional do Brasil no período cujo conteúdo trata da conexão entre política externa e o projeto de desenvolvimento nacional, e fornece um panorama mais abrangente sobre os interesses brasileiros na região do que é possível supor a partir de uma análise que se apoie exclusivamente no compromisso do país com a ideologia ocidental do contexto da Guerra Fria.

Se há fortes indícios sobre a existência do esforço anticomunista estadunidense na deposição de Allende, como foi visto, a participação brasileira nesse movimento e também na deposição de Torres na Bolívia, bem como na articulação da Operação Trinta Horas não podem ser explicadas somente sob a ótica de um pacto ideológico ou de subserviência à luz do conflito Leste-Oeste.

Primeiramente, interessava à ditadura brasileira combater

governos que abrigavam os militantes que deixaram o Brasil em busca de exílio. Tanto que, como aponta Penna Filho (2009), o mencionado Centro de Informações do Exterior (CIEEX) tratava de exercer atividades muito mais ligadas ao monitoramento dos exilados brasileiros do que de intervenção nos assuntos internos dos países sul-americanos, especificamente. Esse interesse brasileiro em combater o exílio ocorria já que nas nações que o concediam, havia liberdade e recursos para que os exilados exercessem atividades de oposição à ditadura no Brasil, as quais eram impraticáveis no território brasileiro devido à repressão. De fato, como descreve Padrós (2014, p. 97), no caso do Uruguai, por exemplo, “os perseguidos políticos brasileiros (...) se depararam com uma vivência de liberdade que lhes permitia desenvolver níveis de atuação, ação e contatos”, sendo que, “parte da sociedade uruguaia acolheu muito bem o exílio brasileiro; até mesmo núcleos democráticos de perfil liberal ou conservador se mostravam receptivos” (PADRÓS, 2014, p. 97).

Com efeito, os exilados não só tentavam seguir normalmente suas vidas no exílio, como, por meio de canais de comunicação de amplo alcance, a exemplo do Seminário *Marcha* do Uruguai, denunciavam as atrocidades cometidas no Brasil, esperançosos de que a opinião pública desses países se sensibilizasse com a conjuntura brasileira, obtendo assim apoio à luta que travavam e atenção internacional para as violações aos direitos humanos pelos militares brasileiros (ARAÚJO; TEIXEIRA, 2015). Por conseguinte, o exílio se configurava como um instrumento perturbador para a ditadura no Brasil, afinal, comprometia a imagem internacional do golpe de 1964 como “intervenção salvadora, em defesa da democracia e da civilização cristã” (REIS FILHO, 2004, p.39), e, “em curto prazo, a atuação do exílio podia gerar enorme desgaste para o regime, e muitas vezes, superar os ganhos de certa estabilidade interna obtida” (PADRÓS, 2007, p. 93). Desse modo, a derrubada de governos que salvaguardavam os exilados era deveras conveniente à Médici, tanto que, após o golpe chileno, viajaram ao Chile inúmeros militares brasileiros para levar de volta ao Brasil seus exilados (NEEDLEMAN, 1974), o fim da concessão de exílio aos brasileiros perseguidos no Brasil foi concedido, e o governo brasileiro ainda teve acesso a informações sobre o paradeiro de centenas de opositores, o que, mais tarde, permitiu que a perseguição aos mesmos continuasse (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2019).

Todavia, como pontua Moniz Bandeira (2003, p. 428), o autoritarismo do regime militar brasileiro combinado ao êxito na economia, fortaleceu o nacionalismo em seu sentido ofensivo e

imperialista. Nesse sentido, acima de tudo, “o Brasil colaborou com os golpes de Estado na Bolívia (1971), no Uruguai (1973) e no Chile (1973) de acordo com seus próprios interesses e objetivos “ligados ao logro do status de grande potência e de uma posição de maior influência na América do Sul” (MONIZ BANDEIRA, 2003, p. 428), de sorte que após tais golpes, estes países foram destinos de inúmeros investimentos e empreendimentos brasileiros, tornando-os submissos às pretensões hegemônicas brasileiras (PADRÓS; SIMÕES, 2013).

Especificamente, com a chegada de Juan Maria Bordaberry ao poder no Uruguai – um governo favorável à ditadura brasileira, o Brasil obteve maior parcela do mercado uruguaio, bem como melhor acesso ao território do vizinho por meio da construção de uma malha rodoviária estratégica composta por diversas estradas que confluíam sobre os passos de fronteira (PADRÓS, 2014). Além disso, a simpatia do governo de Bordaberry com a ditadura brasileira também possibilitou a consolidação de um projeto que o Brasil há muito se mostrava desejoso: o desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, responsável por garantir acesso brasileiro a importantes depósitos de ferro e urânio uruguaio, indispensáveis para a industrialização brasileira (DANS, 1975). Em suma, no governo Bordaberry houve espaço para que o Brasil iniciasse um processo de vultuosa ocupação econômico-financeira e física-geográfica no território do Uruguai. Afinal, mais tarde, cidadãos brasileiros ainda compraram campos uruguaio, o Banco do Brasil estabeleceu controle financeiro cada vez mais amplo no país vizinho, a Petrobrás avançou no controle do subsolo uruguaio, o litoral daquele país foi tomado por pesqueiros do Brasil e indústrias uruguaioas foram compradas por brasileiros (SCHILLING, 1976).

Significado semelhante teve a entrada de Hugo Banzer na presidência boliviana. Como aponta Rampinelli (1990), o governo Médici participou da derrocada de Torres já que um governo nacionalista como o dele: daria estímulos à oposição brasileira (...) a fortalecer sua luta contra a ditadura brasileira; e representaria uma ameaça à hegemonia brasileira no país vizinho (RAMPINELLI, 1990). Isso porque eram grandes os interesses brasileiros na Bolívia, como é o caso do anseio em explorar a região boliviana de Mutún, portadora da maior mina de ferro e manganês latino-americana, com quase 40.000 milhões de toneladas de minério. O controle sobre Mutún provocaria efeitos importantes em todos os países que de alguma forma dependiam de seus recursos (NEEDLEMAN, 1974). Não obstante, controlar a região também permitiria ao Brasil obter acesso a todo hidrocarboneto necessário para seu processo de industrialização (FRANÇA, 2014).

Foi nesse sentido que, em 5 de agosto de 1971, uma pequena delegação de empresários brasileiros viajou à Bolívia determinada a obter concessões sobre a exploração e o desenvolvimento das minas de Mutún e negociar acordos comerciais (NEEDLEMAN, 1974). Contudo, Torres não só recusou as investidas brasileiras no projeto (RAMPINELLI, 1990), como anunciou o recebimento de um crédito de 200 milhões de dólares ofertados pela União Soviética dedicados para a construção de uma planta de processamento metalúrgico na região de Mutún (NEEDLEMAN, 1974), o que pode ter estimulado o Brasil a participar da organização do golpe contra aquele nacionalista presidente boliviano.

Aliás, as ambições políticas-estratégicas do substituto de Torres, Hugo Banzer, em desenvolver o Oriente da Bolívia iam ao encontro dos interesses brasileiros (FRANÇA, 2014). Com isso, em agosto de 1972, o Ministério de Minas e Energia foi instado por Mário Gibson Barboza a dar “prosseguimento formal” a nova etapa de entendimentos sobre a região de fronteira com Puerto Suárez, bem como sobre a construção de um gasoduto ligando Santa Cruz de la Sierra a São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. A construção do gasoduto, que teve suas negociações avançadas com o encontro presidencial Médici-Banzer, em 4 de abril de 1972, bem como o conseqüente aproveitamento do gás boliviano eram igualmente de imensa importância para o projeto desenvolvimentista brasileiro, sobretudo tendo em vista a crise do petróleo de 1973 que reduziu o abastecimento de energia necessário à promoção da industrialização nacional, acarretando uma séria necessidade de diversificação da matriz energética brasileira (FRANÇA, 2015). O próprio Barbosa admite, em seu livro autobiográfico, que visitou a Bolívia obstinado a negociar a construção do polo industrial dos dois lados da fronteira que pudesse garantir a implantação do gasoduto no Brasil (BARBOSA, 2002).

Ainda, após o golpe, proliferaram as filiais do Banco do Brasil em território boliviano, créditos foram concedidos com facilidade e criaram a Câmara Brasileira de Integração de Empresas Privadas da Bolívia (CIBRABOL), para operar empresas localizadas na Bolívia, cuja direção ficou a encargo de Hugo Bethelen, o mesmo embaixador que participou ativamente do golpe (NEEDLEMAN, 1974). Da mesma forma, bancos brasileiros forneceram créditos hipotecários a camponeses bolivianos para que comprassem terras que não seriam capazes de custear no longo prazo, sendo necessário a venda de tais propriedades para colonos brasileiros. Desse modo, facilitou-se a entrada no território da Bolívia de brasileiros que buscavam terras

menos exploradas e custosas (RAMPINELLI, 1990). Além disso, inúmeros empréstimos foram concedidos à Bolívia para que ela importasse máquinas e equipamentos pesados brasileiros destinados à construção de rodovias e de uma linha férrea entre Corumbá (Brasil) e Santa Cruz (Bolívia). Finalmente, os acordos firmados estabeleceram um fluxo contínuo de produtos petrolíferos, como gasolina, óleo diesel, querosene, óleo combustível, gás natural, nitratos de amônio e derivados de borracha, da Bolívia para o Brasil (NEEDLEMAN, 1974). Tudo isso, assim como as reuniões entre delegações brasileiras e bolivianas de alto nível, ocorridas em novembro de 1973, e dedicadas a dar prosseguimento a acordos de complementação industrial em esferas como hidrocarbonetos e siderurgia (VIZENTINI, 1998), acentuavam ainda mais a dependência econômica e geopolítica da Bolívia em relação ao Brasil e firmavam o expansionismo brasileiro na região, imprescindível ao projeto de desenvolvimento em vigor na época.

O mesmo pode ser dito da participação brasileira no golpe que depôs Allende já que a instalação de um governo favorável à ditadura brasileira no Chile possibilitaria a obtenção de outras inúmeras vantagens econômicas por parte do Brasil, o que auxiliaria a consolidação da influência brasileira no subcontinente e o cumprimento dos objetivos do projeto de desenvolvimento nacional. Nesse sentido, por exemplo, vários empresários brasileiros se restabeleceram no Brasil durante o governo da *Unidad Popular*, sendo que, com seu possível retorno ao Chile caso o governo Allende fosse derrubado, bem como com a afinidade que seria possível firmar entre dois governos autoritários, a ditadura brasileira enxergava a possibilidade de serem realizados negócios muito mais amplos do que aqueles que se obteria com Allende (SWIECH, 2015).

Não somente negócios mais vigorosos seriam possíveis de serem estabelecidos, mas também outros interesses brasileiros específicos no Chile seriam mais facilmente desenrolados. Segundo Rampinelli (1990), a construção do plano viário interoceânico que conectaria Santos a Arica, projeto muito desejado pelos militares, tornou-se factível com a entrada do ditador Augusto Pinochet, assim como a instalação de uma empresa binacional que exploraria depósitos de cobre chilenos (RAMPINELLI, 1990). Ao mesmo tempo, como revela um memorando²³², da CIA de 1973, contido na documentação aqui em

²³²DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum**: Latin America – The Aftermath of Chilean Coup. 15 de novembro, 1973.

análise, o golpe contra Allende também possibilitou ao Brasil a retomada de um aliado na costa do Pacífico e um intermediário no Grupo Andino, formado inclusive para servir de contrapeso econômico à crescente influência do Brasil. Com isso, “a mudança de governo no Chile teria avançado materialmente a crescente importância do Brasil na América do Sul” (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1973, p. 4).

Nesse sentido, Harmer (2012) identificou também que esperavam que, com um governo aliado no Chile, seria possível negociar apoio na disputa travada pelo Brasil com a Argentina na ONU acerca dos recursos naturais compartilhados internacionalmente na Bacia do Prata. Tratava-se de uma disputa importante para o Brasil, diante da influência geopolítica que ela possibilitaria na região, e na qual cada voto a favor era relevante, já que 37 países africanos e a maior parte das nações asiáticas votaram contra, Chile e Peru haviam apoiado totalmente a posição argentina, e outros 41 países se abstiveram. O próprio Barbosa insistiu²³³ com a Junta empossada após o golpe no Chile que o fornecimento desse apoio iria definir a forma como o governo brasileiro assistiria o governo golpista (HARMER, 2012). Esse entendimento de Harmer (2012) também é confirmado na documentação aqui em estudo. Um documento²³⁴ da CIA de 1974 revela que um dos motivos para o Brasil ter fornecido uma assistência muito aquém da que foi prometida à Junta que tomou o poder após o golpe, foi o fracasso chileno em endossar a postura de oposição do Brasil em relação à proposta feita pela Argentina na ONU. Este mesmo documento revela ainda que o crédito de 50 milhões fornecidos à Junta era destinado para a compra de serviços e bens brasileiros (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1973).

Similarmente, o enfraquecimento de um governo nacionalista e contrário a ingerências externas no Peru era atraente ao Brasil, uma vez que isso facilitaria a realização dos interesses brasileiros no país andino. Afinal, como expõe Rampinelli (1990), os geopolíticos brasileiros tinham interesse no Peru em função de sua localização na costa do Pacífico, suas riquezas naturais, como o petróleo fronteiriço, e a adoção de um modelo de desenvolvimento diferente daquele estabelecido no Brasil. Tanto foi assim que um dos objetivos do projeto da

²³³Gravação de Conversa, Gibson Barboza and Hernán Cubillos, 7 de dezembro, 1973, in Ofício, Cubillos para Senhor Ministro, 7 de dezembro de 1973, Ofícios Conf./Brasil/1973/AMRE *apud* Harmer, 2012.

²³⁴DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Central Intelligence Agency. **Central Intelligence Bulletin**. 10 de janeiro, 1970.

Transamazônica, além de possibilitar uma entrada mais fácil do capital brasileiro na região, era o de conectar o sistema rodoviário brasileiro ao peruano para lograr um acesso ao Pacífico (RAMPINELLI, 1990).

Diante de tudo isso, como observaram Padrós e Simões (2013, p. 230), fica claro que, em relação à América do Sul (e América Latina), foi adotado uma “perspectiva de agressiva pretensão hegemônica, embora sempre *mascarada* com posturas defensivas inseridas na lógica maior das diretrizes gerais da Guerra Fria” (grifo nosso). Ao fim e ao cabo, conforme argumenta Ponce (2015), efetivamente, as intervenções do “Brasil Potência” na América do Sul objetivaram “promover a desestabilização de governos – hostis ou não à regência brasileira”, bem como possibilitar “a instauração de modelos afinados com o padrão local ou dele tributários” (PONCE, 2015, p 109).

Esses argumentos apontados pela literatura sobre o tema encontram respaldo na documentação aqui em estudo. De acordo com um documento²³⁵ da CIA de maio de 1972, Chile, Bolívia e Uruguai estavam entre os países sul-americanos que a ditadura brasileira possuía interesse central, devido às dificuldades que eles poderiam apresentar para que o Brasil realizasse suas pretensões de liderança. No mesmo documento, aliás, é alegado que o Chile, em particular, era preocupante ao Brasil por ser um potencial rival na corrida por influência entre os países em desenvolvimento (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1972). De modo semelhante, segundo uma nota documental²³⁶ da CIA de 25 de março de 1975, historicamente, os brasileiros buscaram barrar iniciativas sul-americanas que pudessem desafiar a preponderância geopolítica brasileira. De acordo com o documento, a percepção do Brasil sobre a conquista da presidência por Allende no Chile e por Torres na Bolívia -dois governos nacionalistas- foi justamente a de ameaças à primazia brasileira, as quais deveriam ser combatidas (BUREAU OF INTELLIGENCE AND RESEARCH, 1971).

Tendo isso em vista, um pouco distante daquilo que sugere a primeira interpretação da literatura especializada, acredita-se que, como sinaliza a segunda interpretação, é possível afirmar que a colaboração e os esforços brasileiros em prol da contenção de governos de esquerda na região muito serviam aos procedimentos necessários para o logro dos grandes objetivos do projeto nacional de desenvolvimento articulado

²³⁵DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum**: Brazil Widens its Horizons. 1972.

²³⁶BUREAU OF INTELLIGENCE AND RESEARCH. Department of State. **Brazil**: A Latin American Diplomatic Offensive. 25 de março, 1971.

pelo governo. Esses objetivos eram justamente aqueles do Projeto Brasil Potência, e, inevitavelmente, passavam pela conquista de uma posição de primazia na América do Sul, já que, como sintetiza Ponce (2015, p. 108), o subcontinente era “o espaço de manobra das aspirações brasileiras e ambiente vital do país”. Portanto, como sintetizou Rampinelli (1990),

“A participação ideológica e logística na derrocada de Torres na Bolívia (...) o assalto às reservas de ferro mutún e gás boliviano (...); os créditos investidos e concedidos pelo Banco do Brasil ao ditador boliviano; os preparativos militares e estratégicos para invadir o Uruguai (...), bem como a pretensão da Petrobrás de assumir seu subsolo; a exportação de capitais brasileiros, principalmente através do Estado, em alguns casos associados a grupos financeiros estrangeiros, com o objetivo de explorar as riquezas de outros países; a participação antes, durante e depois da queda de Salvador Allende e, finalmente, a criação da zona de segurança pelos países do cone sul, sendo o Brasil na frente (...) são alguns dos fatos que indicam que a política externa brasileira trabalha (...) para ampliar os mercados de seus produtos manufaturados, controlar as fontes de matérias-primas, exportar o capital e distribuir áreas de influência na região” (RAMPINELLI, 1990, p. 14-15, tradução nossa²³⁷).

²³⁷Texto original: "La participación ideológica y logística en el derrocamiento de Torres en Bolivia (...) el asalto a las reservas de hierro de Mutún y al gas boliviano (...); los créditos invertidos y concedidos por el Banco do Brasil al nuevo dictador boliviano; los preparativos militares y estratégicos para invadir Uruguay (...), así como la pretensión de Petrobras de adueñarse de su subsuelo; la exportación de capitales brasileños, principalmente a través del Estado, en algunos casos asociados a grupos financieros extranjeros, con el objetivo de explotar las riquezas de otros países; la participación antes, durante y después de la caída de Salvador Allende y, por último, la creación de la zona de seguridad por los países del cono sur, estando Brasil a la cabeza (...) son algunos de los hechos que indican que la política exterior brasileña trabaja (...) com el fin de ampliar los mercados de sus productos manufaturados, controlar las fuentes de materias primas, exportar el capital y distribuir áreas de influencia en la región" (RAMPINELLI, 1990, p. 14-15).

Nesse sentido, Moniz Bandeira (2010, p-174-175) pontua,

“(...) ao contribuir para que os militares se apossassem do poder (na Bolívia e no Uruguai), aproveitou (a ditadura brasileira) a oportunidade e firmou, em seguida, importantes acordos econômicos e comerciais, a fim de assegurar-se do suprimento de matérias-primas e fornecer-lhes manufaturados e capitais. (MONIZ BANDEIRA, 2010, p. 174-175).

Por certo, como sinaliza os estudiosos que adotam a segunda perspectiva para explicar as relações externas do país no período, no sentido de seguir a expansão da economia brasileira, a ditadura interviu nos países sul-americanos a fim de garantir fácil acesso a matérias-primas, recursos energéticos e mercados para o escoamento da produção manufatureira do país, bem como oportunidades de investimento para empresas brasileiras na região, as quais também contavam com o capital norte-americano (SILVA, 2010). A justificativa para isso, conforme foi visto na subseção 2.2.1, era a de que o país necessitava obter vasta disponibilidade de matérias-primas, recursos energéticos e reservas internacionais para dar seguimento ao seu processo de industrialização.

Por conseguinte, como argumenta Silva (2010, p. 191), “o envolvimento direto do Brasil nos assuntos internos desses países não pode ser entendido se não for levado em consideração a crescente importância econômica do país no cenário latino-americano no período” (SILVA, 2010, p. 191). Além disso, há de ser considerado que, naquela época, o mercado consumidor brasileiro não era capaz de absorver o que era produzido com as novas infraestruturas criadas em território nacional (VIZENTINI, 1998), além de que Nixon havia determinado a redução das importações de manufaturados brasileiros e estabelecido a imposição de barreiras tarifárias em função da crise no balanço de pagamentos norte-americano (NEEDLEMAN, 1974). Frente a estes elementos, de acordo com Vizentini (1998), cabia à política externa de Médici buscar criar novos canais internacionais em termos de mercado, e, através deles, fomentar o desenvolvimento. Para Schilling (1978), esta tática estava inserida na estratégia oficial do Itamaraty desde o golpe de 1964, que, para o autor, teria sido a prática do subimperialismo, isto é, ser conivente com a dominação norte-americana e dominar, por sua vez,

os mercados dos países vizinhos. Aliás, no primeiro artigo²³⁸ em que utiliza o conceito de subimperialismo, Ruy Mauro Marini atrela o fenômeno a uma busca pelo status de hegemonia regional, a qual seria necessária para fomentar a reprodução do capital da burguesia dos países subdesenvolvidos, como no caso do Brasil.

Evidentemente que, como já visto, a diplomacia do período buscou negar as acusações de estabelecimento de uma hegemonia no subcontinente. Um telegrama²³⁹ enviado da embaixada norte-americana no Brasil para o Departamento de Estado, por exemplo, notificou ao governo dos EUA que Gibson Barbosa admitiu, em um discurso no Itamaraty, que o país estava destinado ao sucesso e que o crescimento econômico brasileiro estava ligado ao desenvolvimento dos países vizinhos. Todavia, de acordo com o telegrama, assim como fez Médici na “Mensagem²⁴⁰ ao Congresso Nacional, enviada em 1972, Barbosa foi incisivo ao manifestar a total despreensão do governo brasileiro em conquistar liderança ou hegemonia. (EMBAIXADA EM BRASÍLIA, 1972).

Mesmo assim, - embora não haja espaço nesse trabalho para adentrar mais profundamente na discussão sobre subimperialismo e sobre a obra de Marini -, considera-se que o fenômeno, e, sobretudo a consequente busca por hegemonia regional, ajudam a explicar as relações regionais brasileiras durante o governo Médici.

Isso porque, segundo Schilling (1978), o expansionismo imperialista pode ter como objetivos a conquista territorial, o controle de fontes de matéria-prima indispensáveis ao desenvolvimento interno, o combate a ideologias distintas e a abertura de novos mercados. A busca pelo logro de todos esses objetivos foi, em menor ou maior grau, colocada em curso pelo Brasil na América do Sul durante o período aqui analisado, seja por iniciativa governamental ou privada. No caso do território, por exemplo, embora o próprio Golbery (1978, p. 174) negasse a necessidade de conquista de espaços além-fronteiras pelo Brasil, tendo em vista sua dimensão continental, é possível citar a compra de terras bolivianas e uruguaias por cidadãos brasileiros, assim

²³⁸MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. **Cuadernos Políticos**, México D. F., n. 12, 1977.

²³⁹EMBAIXADA EM BRASÍLIA [Telegrama] 6 de jan. 1972, Brasília [para] Departamento de Estado dos EUA, Washington. 3p. Brazilian Leaders Publicly Downplay Brazil's Alleged Desire for Hegemony.

²⁴⁰BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, 1973. 104 p.

como a construção da Transamazônica e os diversos outros acordos de infraestrutura regional. Ao mesmo tempo, eventos como a ofensiva brasileira em prol da exploração do Mutún indicam o esforço brasileiro em garantir acesso a matérias-primas. Além disso, como ficou claro na subseção 2.2.2.1, pela análise das correspondências trocadas entre Médici e Nixon, o governo brasileiro, evidentemente, incomodava-se com o caráter socialista dos governos dos países ao seu redor. Todavia, acima de tudo, há de se escancarar que ambições desenvolvimentistas da ditadura brasileira só poderiam se concretizar caso fossem consolidados os mercados para escoamento da produção manufatureira do país e também para o acesso a reservas internacionais (SCHILLING, 1978).

Esse último aspecto foi, de modo geral, a conclusão retirada da seção 2.2.1 e que foi visualizada também no desenvolvimento das outras seções. À vista disso, é justamente nesse patamar em que devem ser inseridas as relações com os países sul-americanos, isto é, o relacionamento do Brasil com seus vizinhos obedeceu a uma lógica de captação de mercados e de expansionismo predatório voltado a conquista do status de grande potência. Tanto que, conforme expõe Moniz Bandeira (2008), o comércio do Brasil com as nações sul-americanas do Pacífico saltou de US\$ 173 milhões, em 1972, para US\$ 2,3 bilhões em 1982 e, como revela uma nota documental²⁴¹ da CIA de 25 de março de 1975, só entre 1963 e 1969 o mercado latino-americano passou a ser responsável pela captação de 37% de todo comércio manufatureiro brasileiro. Não à toa, o jornal *The New York Times* afirmou em 1974: “A América do Sul está sendo gradualmente unificada sobre a influência econômica brasileira”. Aliás, o próprio Barbosa, admitiu, em seu livro autobiográfico, que um de seus objetivos ao realizar visitas a inúmeros países sul-americanos entre 1971 e 1973, dentre os quais Bolívia e Uruguai, era justamente o de incentivar, através de acordos negociados antes e assinados durante a visita, as trocas comerciais do Brasil com seus vizinhos (BARBOSA, 2002).

Essa perspectiva tem respaldo inclusive na documentação em análise neste trabalho. Segundo um memorando²⁴² da CIA de 1972, “a América do Sul se tornou um mercado crescentemente importante para

²⁴¹BUREAU OF INTELLIGENCE AND RESEARCH. Department of State. **Brazil: A Latin American Diplomatic Offensive.** 25 de março, 1971.

²⁴²DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum:** Some thoughts on national rivalries and increasing tensions in South America. 25 de agosto, 1972.

os bens manufaturados brasileiros” (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1972, p. 8). Já um relatório²⁴³ semanal da agência, datado 23 de agosto de 1974, informa que a ajuda fornecida pelo Brasil à Junta Militar que assumiu o poder no Chile após o golpe, esteve muito abaixo dos níveis prometidos e, sobretudo, *em parâmetros que somente favorecem o incremento das exportações brasileiras* (grifo nosso) (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1973).

Diante disso, é possível entender por quê simultaneamente a uma postura de oposição e contenção aos países sul-americanos sob a influência da esquerda, cooperação também foi registrada. Evidentemente, era muito mais fácil obter acordos comerciais vantajosos com governos favoráveis à ditadura brasileira, pois como aponta um memorando²⁴⁴ da CIA de 1972, "governos militares em um país tendem a sentir uma certa afinidade com governos militares em outros países, e desconfiar de governos civis", e vice-versa (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1972, p. 8), – o que, como foi visto, essencialmente explica a participação do Brasil nos golpes mencionados. Contudo, independentemente do tipo de regime que liderasse os países vizinhos, a manutenção de laços era vital em função das demandas que o projeto de desenvolvimento nacional brasileiro colocava ao entorno regional do país, particularmente em termos de aprimorar a capacidade importadora nacional. Como foi visto, a capacidade importadora era um aspecto central do modelo agrícola-exportador, selecionado pelo governo para promover o desenvolvimento econômico brasileiro, e, por conseguinte, garantir a sobrevivência do regime – objetivo primordial do golpe de 1964, como foi visto na subseções 2.2.1 e 2.2.2.2.

Nesse sentido, é importante elucidar que, como também nos mostrou a subseção 2.2.2.2, os responsáveis pelo golpe de 1964 haviam incorporado o ufanismo da geopolítica brasileira. Isso imbuíu o golpe de ideais nacionalistas, de modo que à cada governo da ditadura militar, cabia a consecução de uma etapa do projeto de desenvolvimento nacional que haviam articulado. Desse modo, como destaca o próprio Médici no corpo do texto do I PND, nesse processo, primeiramente,

²⁴³DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Weekly Summary Special Report:** Brazil's Changing Foreign Policy. 23 de agosto, 1974.

²⁴⁴DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum:** Some thoughts on national rivalries and increasing tensions in South America. 25 de agosto, 1972.

Castello Branco buscou reconstruir a economia a partir da redução da inflação e do aprimoramento da infraestrutura do país. Costa e Silva, por sua vez, tentou expandir a economia através de reformas na administração e criação de mecanismos financeiros para setores como educação, tecnologia e agricultura. Ao terceiro governo do regime (ou seja, Médici) restou a tarefa de elevar o Brasil a categoria de países de alto nível de desempenho em todos os setores, com taxas altas de crescimento e expansão industrial, aumento de exportações, - principalmente de manufaturados -, e obtenção de vastas quantidades de reservas internacionais e extraordinária vitalidade no mercado de capitais (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1971).

Essa imprescindibilidade da elevação das exportações, sobretudo da produção manufatureira brasileira, bem como a necessidade de captação de reservas internacionais são elementos que ajudam a explicar a tentativa de acercamento da diplomacia brasileira com seus vizinhos sob a influência da esquerda. O crédito concedido ao Chile de Allende, por exemplo, segundo Rampinelli (1990, p.165), era justamente uma forma de “buscar aumentar a exportação de manufaturas para aquele país”, e, para Harmer (2012, p, 14), “deveria ser visto em termos dos interesses brasileiros em expandir influência econômica na América Latina durante o mesmo período”. Considera-se que o mesmo pode ser dito acerca das linhas de crédito fornecidas aos outros países do subcontinente sob a influência da esquerda, já que, na documentação em estudo neste trabalho, um relatório²⁴⁵ semanal da CIA, de 23 de agosto de 1974, garante que a ajuda econômica, assim como logística (militar e securitária) fornecida a países como Bolívia, Paraguai e Uruguai “abriu o caminho para benefícios econômicos substanciais para o Brasil” (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1974).

Esse mesmo documento ainda contém informações que corroboram com a ideia de que a busca por mercados de exportação foi determinante para que a ditadura brasileira cooperasse com seus vizinhos nacionalistas/comunistas. O relatório revela que, buscando “afirmar a independência brasileira em assuntos externos e seu desejo de emergir como uma nação com interesses globais”, mas, sobretudo, “em um esforço para expandir o comércio, o Brasil abaixou drasticamente suas fronteiras ideológicas, bem como suas suspeitas com nações comunistas” (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1974, p. 8),

²⁴⁵DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Weekly Summary Special Report: Brazil's Changing Foreign Policy.** 23 de agosto, 1974.

levando o governo brasileiro a se posicionar cada vez menos resistente às propostas desses países. Fica evidente, por conseguinte, que a importância de acessar também os mercados sul-americanos fez com que a ditadura brasileira adotasse uma postura de tolerância quanto aos elementos ideológicos de seus governos.

Contudo, além do acesso a mercados para escoamento da produção manufatureira brasileira, especificamente, outros aspectos particulares, que também aparecem no diagnóstico obtido com a subseção 2.2.1 e nos objetivos que Schilling (1978) elenca sobre o imperialismo expansionista – sobretudo as questões da obtenção de matéria-prima, recursos energéticos e expansão territorial –, além de incentivarem a intervenção brasileira em seus vizinhos sob a influência da esquerda, também confluíram para que a cooperação da ditadura brasileira com governos ideologicamente opostos ocorresse.

Nesse sentido, uma política de aproximação com a Bolívia, mesmo que ela estivesse sob a gestão de um nacionalista, fazia-se importante, uma vez que, segundo Dans (1975), o controle de seus minérios como gás e ferro daria sustento para o desenvolvimento do triângulo industrial brasileiro (Rio-São Paulo-Belo Horizonte), zona que era a base do projeto de integração nacional voltado aos objetivos desenvolvimentistas do regime militar (DANS, 1975). A propósito, a autenticidade desse argumento é confirmada pelo último relatório da CIA aqui mencionado, que assinala que amplo acesso ao gás boliviano era visado para garantir o contínuo desenvolvimento do complexo industrial de São Paulo (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1974).

Ademais, para Needleman (1974), buscar cooperar com Torres era fundamental devido à localização geoestratégica central da Bolívia na América do Sul. Trata-se de um país que possibilitaria o acesso brasileiro às nações da costa do Pacífico, ao Rio Amazonas pelo Sul, ao Rio da Prata pelo norte e também aos mercados de Chile e Peru, o que havia sido dificultado pelo Pacto Andino de 1971, e pelo nacionalismo dos governos desses dois países naquela altura. Nesse sentido, acreditava o governo brasileiro que a busca por liderança brasileira no subcontinente, iniciar-se-ia pelo logro de influência em território boliviano (NEEDLEMAN, 1994). Afinal, como argumentava²⁴⁶ Mário Travassos, “o pai da geopolítica brasileira”, “quem dominasse o

²⁴⁶TRAVASSOS, Mário. **Projeção continental do Brasil**, Edição Brasileira, 1938 (trad. mexicana: *Proyección continental del Brasil*, El Cid, México 1978, 103 p.); id., *Introdução à geografia das comunicações brasileiras*, José Olympio, Rio de Janeiro 1942.

triângulo Santa Cruz de La Sierra – Cochamba – Sucre, poderia aspirar o controle de todo subcontinente” (TRAVASSOS, 1938 *apud* SCHILLING, 1978, tradução nossa).²⁴⁷

De forma semelhante, para Dans (1975), diálogos profícuos com o governo uruguaio eram de suma relevância, uma vez que além do vizinho ser uma saída estratégica brasileira para o Rio da Prata, o país era ainda detentor de reservas alimentares de carne e grãos de particular interesse da indústria frigorífica da região do Rio Grande e de São Paulo (DANS, 1975). Além disso, como aponta Schilling (1978), tratava-se de um país que servia como uma zona-tampão entre Brasil e Argentina - argumento que tem sua veracidade comprovada pela documentação aqui em análise. Isso porque um relatório²⁴⁸ semanal da CIA, datado em 23 de agosto de 1974, assegura que o Uruguai recebia auxílio econômico e político brasileiro, mas, em contrapartida, servia como um espaço de contenção das incertezas e turbulências da Argentina (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1974).

Não somente a análise do caso do Uruguai proveniente da literatura especializada encontra respaldo na documentação em estudo. A avaliação geral da literatura no que diz respeito à relação entre cooperação e necessidade de garantir matéria-prima e expansão territorial também tem sua pertinência atestada em alguns documentos da CIA. Um relatório²⁴⁹ semanal da agência, datado em 23 de agosto de 1974, afirma que para sustentar a expansão econômica apresentada pelo Brasil era imprescindível a obtenção de matérias-primas e recursos energéticos, fomentando assim a consecução de empreendimentos brasileiros em seu entorno regional, o que contribuía para as acusações de país imperialista (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1974). Aliás, o próprio Barbosa, em sua entrevista ao CPDOC, admite que o relacionamento com os países vizinhos era imprescindível diante da possibilidade de acesso aos recursos naturais neles presentes e de suas posições geográficas. Especificamente, segundo o ex-ministro, havia

²⁴⁷Texto original: “(...) quienes dominen el triángulo Santa Cruz de laSierra - Cochabamba - Sucre, podrán aspirar al control de todo el sub continente”. (SCHILLING, 1978)

²⁴⁸DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Weekly Summary Special Report: Brazil’s Changing Foreign Policy.** 1974.

²⁴⁹DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Weekly Summary Special Report: Brazil’s Changing Foreign Policy.** 1974.

inúmeros assuntos relevantes a serem tratados entre o Brasil e tais nações, como, por exemplo, o gasoduto e a fábrica de asfalto com a Bolívia e a construção de uma estrada do Acre até Boqueirão da Esperança, com o Peru, a qual conectaria o Brasil com o Pacífico.

Ainda, de acordo com Moniz Bandeira (2008), a própria necessidade de expandir o mercado brasileiro para exportação de suas manufaturas demandava o desenvolvimento da região Amazônica, o que, por sua vez, requeria a cooperação com os países vizinhos. Isso porque sete das dez fronteiras internacionais do Brasil estavam localizadas de forma quase que integral na região – um total de 12.114 km, isto é, 80% da totalidade da fronteira terrestre brasileira (MONIZ BANDEIRA, 2008).

Além disso, de acordo com Fonseca Jr. (2014), no que diz respeito às relações entre os governos Médici e Allende, especificamente, mecanismos institucionais de integração acabaram forçando o diálogo entre as duas nações, ao mesmo tempo, os interesses políticos e o equilíbrio de poder da região, isto é, a não-ocorrência de contendas, fomentaram a manutenção das relações diplomáticas (FONSECA JR, 2014).

Ademais, a partir da literatura especializada, apreende-se também que a cooperação entre a ditadura de Médici e os governos de países sul-americanos sob a influência da esquerda também se justifica pela importância geopolítico-estratégica da Bacia do Prata e da consequente disputa entre Brasil e Argentina pelo controle e liderança da região. Trata-se do segundo maior território sul-americano depois da Amazônia, o qual abarca os rios Paraná, Paraguai e Uruguai, outros 28 rios secundários, e, na época, 15 mil quilômetros de rotas de navegação, 80 milhões de habitantes, o maior depósito de ferro potencialmente explorável no mundo, terras favoráveis para agricultura e pecuária, depósitos de petróleo e carvão, e uma ampla quantidade de minerais, como urânio, tório e vanórium, além de que mais de 60 milhões de quilowatts-hora poderiam ser produzidos para as cinco nações incluídas na região (DANS, 1975). Esses recursos levaram os geopolíticos brasileiros a crerem que o país que a controlasse, “poderia dominar a sub-região e emergir como uma grande potência em todo o hemisfério” – justamente o objetivo central do projeto de desenvolvimento nacional da ditadura de Médici (DANS, 1975, p. 6). Tendo isso em vista, segundo Swiech (2015), a diplomacia brasileira tratou de adotar um comportamento amistoso ao governo de Allende, dado que a Argentina, principal concorrente do Brasil no controle da Bacia do Prata, já havia demonstrado larga cordialidade com a *Unidad Popular* (SWIECH,

2015). Similarmente, de acordo com Araújo e Teixeira (2015), o acercamento com o governo boliviano era importante, já que o acesso ao ferro da Bolívia garantiria a continuidade da industrialização brasileira, tornando o país uma potência industrial, à frente da Argentina, essencialmente agrária (ARAÚJO, TEIXEIRA, 2015). Nesse sentido, a Argentina, ao contrário do Brasil, não era autossuficiente em disponibilidade de ferro, o que a tornava dependente da importação de metais brasileiros. Na visão de Needleman (1974), caso os argentinos obtivessem domínio sobre o ferro boliviano, sua dependência dos metais brasileiros se reduziria (NEEDLEMAN, 1974). Ao mesmo tempo, nesse contexto, conforme Araújo e Teixeira (2015), a aproximação às demais nações sul-americanas governadas pela esquerda também se fazia fundamental, sobretudo para que fosse possível o estabelecimento de acordos de integração física. Afinal, realizando a conexão física com seus vizinhos, o Brasil não só facilitava seu acesso aos mercados da região, como os afastava de Buenos Aires (ARAÚJO, TEIXEIRA, 2015). Aliás, o estabelecimento da integração física (...) tornaria inevitável o surgimento da integração econômica como pontua Schilling (1978).

Aspectos desse olhar da literatura são atestados na documentação aqui em análise. Um documento da CIA²⁵⁰ de 1970 assegura que os brasileiros viram, por exemplo, a chegada de Allende ao poder com receio, pois acreditaram que seu governo automaticamente ampliaria a cooperação com a Argentina, principal rival sul-americana do Brasil, o que reduziria o poder de barganha brasileiro na região (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1970). Nesse sentido, um outro documento²⁵¹ da agência, este de 1973, que relata como reagiram os países latino-americanos após o golpe contra Allende, afirma que o Brasil recebeu de forma positiva o acontecimento, já que a Argentina ficou isolada com a chegada de um novo governo conservador ao subcontinente (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1970). Já de modo mais geral,

²⁵⁰DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum:** Reactions in Latin America to Allende's Victory in Chile. 17 de setembro de 1970.

²⁵¹DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum:** Latin America – The Aftermath of Chilean Coup. 15 de novembro de 1973.

um memorando²⁵² da CIA de 1972 assegura que a busca brasileira por incremento dos contatos bilaterais regionais, materializada nas visitas diplomáticas oficiais, no fornecimento de assistência econômica e militar, bem como na articulação de empreendimentos de infraestrutura, seria produto de uma tentativa de angariar apoio e exercer a liderança da região (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY; INTELLIGENCE ORGANIZATIONS OF THE DEPARTMENTS OF STATE AND DEFENSE, 1972). De forma semelhante, uma nota documental²⁵³ da CIA de 25 de março de 1975 indica que ao perceber o baixo engajamento norte-americano na América do Sul à época, o governo brasileiro, sob a tutela da imprensa local, havia decidido se engajar em sua própria adaptação regional de “*power politics*”²⁵⁴, investindo na conquista da liderança do subcontinente, a qual “deveria ter sido sempre sua por direito natural” (BUREAU OF INTELLIGENCE AND RESEARCH, 1975, p.2, tradução nossa²⁵⁵).

Este último documento citado também apresenta certos aspectos que não foram percebidos pela literatura especializada. Segundo a nota, o ativismo da diplomacia de Barbosa na América do Sul estava ligado também a uma tentativa de construir uma “identidade de políticas” com os países da região, a fim de aplicá-la em questões como obtenção de apoio para a reivindicação brasileira de expansão de suas águas

²⁵²CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY; INTELLIGENCE ORGANIZATIONS OF THE DEPARTMENTS OF STATE AND DEFENSE. **National Intelligence Estimate: The New Course in Brazil.** Janeiro, 1972. ²⁵³BUREAU OF INTELLIGENCE AND RESEARCH. Department of State. **Brazil: A Latin American Diplomatic Offensive.** 25 de março, 1971.

²⁵⁴*Power Politics* é um conceito usado nas teorias de Relações Internacionais para argumentar que a distribuição de poder e interesses internacionais implica na manutenção ou quebra do equilíbrio de poder do sistema de nações. Nesse cenário, os Estados buscam salvaguardar seus interesses nacionais, o que os levam a competir individualmente pelos recursos limitados do sistema, o que pode provocar o uso de ameaça mútua de agressão militar, econômica ou política. No caso do Brasil, o governo estaria empenhado em utilizar os meios necessários para promover sua área de influência na América do Sul. Para detalhes sobre *Power Politics*, ver: MORGENTHAU, Hans J., **Scientific Man vs. Power Politics.** Chicago: The University of Chicago Press, 1946; MORGENTHAU, Hans J. **Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace.** New York NY: Alfred A. Knopf, 1948; MEARSHEIMER, John. **The Tragedy of Great Power Politics.** New York: W.W. Norton & Company, 2001.

²⁵⁵Texto original: “it should have always been his by natural right” (BUREAU OF INTELLIGENCE AND RESEARCH, 1975, p.2)

territoriais (o que, em última instância, fazia parte do objetivo diplomático central, isto é, o logro do status de grande potência). Segundo o documento, a visita do Ministro peruano Mercado Jarri ao Brasil, em 22 de março de 1971, a convite de Gibson Barbosa, foi um momento em que a questão de apoio à ampliação do mar territorial foi discutida com grande ímpeto BUREAU OF INTELLIGENCE AND RESEARCH, 1975). Essa percepção sobre a necessidade de respaldo internacional para o assunto das milhas é reforçada em um memorando²⁵⁶ da agência de 1972, que vai além e expõe que a busca pelo estreitamento de laços com os vizinhos sul-americanos era igualmente resultante de um anseio da ditadura brasileira em angariar adeptos à oposição que pretendiam realizar contra a medida de limitar importações estabelecida pelas nações industrializadas (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1972). Diante destas informações, é possível conceber que na busca por endosso internacional de suas posições, convinha ao governo Médici criar um ambiente amigável com os vizinhos, a despeito da ideologia que seus governos adotassem.

Um outro aspecto importante na tentativa de explicar a dinâmica das relações regionais brasileiras durante o governo Médici, e que aparece pouco na literatura especializada e que deve ser exposto é a importância que Gibson Barbosa teve no governo. O próprio Barbosa confidenciou ao CPDOC que Médici lhe conferiu absoluta autonomia na gestão dos assuntos internacionais. Em seu livro autobiográfico, o ex-ministro afirma que naquele governo, “havia uma nítida divisão de competências”, de sorte que, a área de política externa e atuação diplomática, sobre a qual possuía controle, “foi sempre respeitada, assegurando-lhe o Presidente integral independência e liberdade de movimentos” (BARBOSA, 2002, p. 273). Barbosa vai além e conta que a autonomia de que desfrutou não se limitou nem mesmo ao planejamento e execução da política externa, mas cobriu também particularidades administrativas, “chegando o Presidente, no momento das promoções no Itamaraty (...), a assinar decretos em branco” a fim de que Barbosa preenchesse com nomes daqueles profissionais que achasse adequados (BARBOSA, 2002, p. 184). Isso é atestado inclusive pela

²⁵⁶DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum**: Brazil Widens its Horizons. 1972.

perspectiva norte-americana sobre o Brasil, já que em um telegrama²⁵⁷ da embaixada dos EUA na nação sul-americana enviado ao Departamento de Estado em 14 de junho de 1971, por exemplo, afirmava-se que entre os vários os motivos que levaram a diplomacia de Médici a buscar ampliar a influência brasileira no continente, um bastante significativo foi a existência do próprio Barbosa – um diplomata experiente e hábil que, interessado em se fortalecer dentro do gabinete de Médici, delegou a si e a seu Ministério a função de militantes dos interesses brasileiros (EMBAIXADA EM BRASÍLIA, 1971).

Essa importância que Barbosa detinha dentro do governo é, sem dúvidas, um elemento categórico no sentido de responder à pergunta levantada nesta pesquisa, pois evidencia que, de modo geral, as crenças do ex-ministro moldaram a conduta internacional do país. As entrevistas de Barbosa ao CPDOC, bem como seu livro biográfico, por seus turnos, expõem um pouco dessas crenças, revelando o caráter desenvolvimentista, globalista e meticuloso das impressões de Barbosa a respeito de como devem ser conduzidas as relações externas do país.

Durante a entrevista, o ex-ministro defende que elementos éticos e ideológicos jamais deveriam ser suficientes para definir as relações internacionais do Brasil e muito menos critérios plausíveis para justificar o boicote a algum país. Foi nesse sentido que, durante sua gestão à frente do Itamaraty, mesmo sendo bastante criticado, buscou manter relações com a África do Sul em pleno *apharteid*, com o Paraguai durante a longa e sanguinária ditadura de Stroessner (1954 - 1989) e com o Vietnã, tendo buscado até reatar relações com a China Comunista. Aliás, ele não achava que o Brasil devesse cortar relações nem mesmo com a União Soviética, especialmente se como determinante para isto fosse somente o fato de que o regime no Brasil possuía uma ideologia distinta a dos soviéticos. Barbosa conta ainda que o único país ideologicamente distinto ao Brasil com quem não possuía interesse em se aproximar era Cuba, em função do custo político internacional que isso lhe traria tendo em vista as intervenções que a nação de Fidel promoveu no continente.

Para defender tal postura, o ex-ministro se apoia nos princípios de autodeterminação dos povos e não-ingerência. De acordo com ele, não havendo uma constituição ou lei universal para regularizar as relações

²⁵⁷EMBAIXADA EM BRASÍLIA [Telegrama] 14 de jun., 1971, Brasília [para] Departamento de Estado dos EUA, Washington. 6p. Brazil's Diplomatic Campaign.

internacionais, não se pode julgar com veemência aquilo que é certo ou não em matéria de condução da política doméstica das diferentes nações. Logo, faz-se necessário que o Brasil se sujeite aos dois princípios mencionados, tendo a consciência de que retirar um país de seu círculo de relações normais em virtude da conduta interna daquele governo ou do tipo de regime ideológico adotado, configuraria, de imediato, uma intervenção brasileira nos assuntos domésticos do país em questão.

Todavia, acima de tudo, segundo Barbosa, essa postura de se aproximar a países ideologicamente distintos ou em crises político-sociais era produto de sua crença na necessidade de que a diplomacia buscasse ampliar cada vez mais o raio de amizades do país, tomando o cuidado necessário para nunca restringir seu alcance em âmbito global. Isso porque, para ele, a atividade diplomática das nações tem como função à proteção da soberania do Estado. Em um país como os EUA, historicamente detentor de uma posição de evidência única no sistema internacional, à diplomacia cabe lidar com ameaças externas constantes. Todavia, de acordo com Barbosa, devido à sua história e posição geográfica, o mesmo não podia ser dito sobre o Brasil, isto é, a segurança nacional nunca esteve ameaçada internacionalmente, nem mesmo durante a Guerra Fria. Para ele, a única ameaça vivida pelo Brasil na Guerra Fria possuía um caráter doméstico, de modo que as forças policiais e paramilitares dela se encarregaram. Neste caso, a única maneira de proteger a soberania brasileira seria revertendo a estagnação econômica e o desarranjo social vividos no país. Por conseguinte, conforme Barbosa, a grande missão da diplomacia brasileira deveria ser a de buscar o desenvolvimento nacional, o que implicaria ampliar a projeção internacional brasileira, ocupar espaços e abrir as fronteiras incansavelmente.

Esse olhar pragmático de Barbosa, que valorizava, acima de tudo, a busca pelo desenvolvimento nacional, e, por conseguinte, a tentativa de criar laços profícuos com o maior número possível de nações, foi percebido até mesmo pelos norte-americanos. Um memorando²⁵⁸ da CIA redigido em 1972, alertava que “os brasileiros estavam extremamente atentos para qualquer coisa que pudesse ser considerada uma infração potencial à sua soberania”, dado que os dois princípios em que se baseavam Barbosa e seus conselheiros eram a busca pela proteção de todos os aspectos da soberania nacional e a promoção do

²⁵⁸DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum: Brazil Widens its Horizons.** 1972.

desenvolvimento econômico nacional (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1972).

Tendo conhecimento deste olhar de Gibson Barbosa, sabendo de seu controle quase que absoluto sobre a conduta internacional do país e considerando que o governo Médici foi aquele que melhor incorporou os princípios da Doutrina de Segurança Nacional, sobretudo na questão do binômio segurança-desenvolvimento -, uma conclusão importante pode ser obtida. Isto é, acredita-se ser possível afirmar que, durante o governo Médici, houve pouco espaço na formulação da política externa para que o anticomunismo do regime se sobrepujasse aos interesses tangíveis e expressivos que a diplomacia do período, a serviço do projeto de desenvolvimento nacional, detinha sobre seus países vizinhos sob a influência da esquerda. Esses interesses, como foi visto, tratavam-se do acesso a fonte de matérias-primas e recursos energéticos, o endosso das posições brasileiras internacionalmente, e, sobretudo, a disponibilidade de mercados para o escoamento da produção de manufaturados brasileiros a fim de aprimorar a capacidade importadora do país e, assim, promover o desenvolvimento necessário à conquista do status de grande potência.

Embora sem detalhes, outros relatos do testemunho de Barbosa corroboram com a lógica deste nosso argumento. Isso porque, o ex-ministro garante que diferente do que se passou com Castello Branco, cujo governo auxiliou os EUA na intervenção na República Dominicana em um evidente ato de fidelidade à causa anticomunista, os ideais de subserviência ao Ocidente não foram aplicados na esfera internacional durante o governo Médici. Nesse sentido, Barbosa conta que, conforme os anos iam avançando durante o regime, o desenho da política externa brasileira foi sendo realizado de um modo mais equilibrado e em compatibilidade com os interesses nacionais e com a busca por autonomia e projeção internacionais. Para ele, o fato de que o Itamaraty tivesse conseguido se manter isento e extremamente profissional foi determinante nesse reajustamento²⁵⁹ (BARBOSA, 2002, p. 229), visto

²⁵⁹Cheibub (1985), especialista em política externa e instituições democráticas, tratou sobre os processos de profissionalização e ampliação de autonomia do Itamaraty na década de 1970. Segundo ele, a partir de 1964, acentuou-se um processo de aumento da participação da instituição na articulação da postura internacional brasileira. Para o autor, isso ocorreu pois as carreiras militar e diplomática possuíam perfis semelhantes e os militares enxergavam o nível de profissionalismo dos diplomatas como um atributo adequado para a participação do Itamaraty no processo político brasileiro. Ademais, Cheibub (1986, p. 129)

que com isso, contingências internas, que estão em constante transformação em um país como o Brasil, não se colocaram como determinantes sob às atividades diplomáticas.

Essa mudança no comportamento externo do país em relação à guerra ideológica entre o bloco ocidental e o comunista, da qual Barbosa versa, foi percebida pelo analista de política externa Matias Spektor (2011, p. 234). Segundo ele, “(...) o Brasil aprendeu a viver com a Guerra Fria de maneiras que seus líderes pensavam atender bem seus interesses”. Assim, em que pese os dogmas anticomunistas e autoritários-conservadores da ditadura brasileira, como foi visto, na esfera externa, valorizava-se muito mais um comportamento de autonomia e as regras dominantes do ocidente também foram questionadas. Deste modo, até mesmo as propostas norte-americanas para o Brasil se comportar como um “xerife” na América do Sul foram meticulosamente recusadas (SPEKTOR, 2011).

Nesse sentido, como salienta Harmer (2012), é preciso chamar atenção para o fato de que as relações estabelecidas na região se articularam de maneira bastante dinâmica, diferentemente do que pode sugerir uma interpretação que considere o comportamento latino-americano um produto da divisão da Guerra Fria. Na realidade, segundo a autora,

“Os líderes brasileiros e chilenos (o que também vale para as lideranças boliviana, uruguaia e peruana) desempenharam suas próprias partes autônomas da maneira como a história se desenrolou na América Latina. Eles estavam no controle dos relacionamentos que eles forjaram, assim como da maneira como esses relacionamentos foram conduzidos, e de quais impressões eles formaram um do outro ao longo do caminho. ” (HARMER, 2012, p. 6, tradução nossa²⁶⁰).

explica que, como forma de “neutralizar a heterogeneização crescente dos seus quadros e manter um alto grau de coesão e um *esprit de corps* bem desenvolvido entre seus membros”, a rigorosa formação de diplomatas no Instituto Rio Branco foi complementada, a partir da década de 1970, por outros dois cursos, quais sejam: o Curso de Aperfeiçoamento e o Curso de Altos Estudos. (CHEIBUB, 1986).

²⁶⁰Texto original: “Brazilian and Chilean leaders played their own autonomous parts in the way that history unfolded in Latin America. They were in control of

A pertinência dessa análise é sinalizada por relatório²⁶¹ da CIA de 1970 contido na documentação aqui em estudo. O documento mostra que, no caso do Brasil, a visão de especialistas de política externa brasileira durante o governo Médici era a de que o tipo de ordem internacional (bipolar ou multipolar) era um critério secundário a ser considerado. O aspecto realmente importante para a diplomacia do país era o caminho a ser percorrido pelo país para se projetar internacionalmente (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1972).

Não se pretende desconsiderar o peso do anticomunismo do regime. Ao contrário, reconhece-se a aversão com a qual a ditadura de Médici tratou assuntos que, de alguma maneira, estivessem relacionados à ideologia comunista. Essa visão, aliás, é confirmada pelos documentos analisados durante a pesquisa. Um de relatório especial²⁶² da CIA de março de 1971, por exemplo, afirma que “o Brasil estava cada vez mais preocupado com a direção esquerdista tomada por vários de seus vizinhos”, de sorte que, acompanharia cuidadosamente o desenrolar de eventos nesses países, sobretudo em termos de potencial de assistência à subversão no Brasil (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1971). Outro documento²⁶³ da agência daquele mesmo ano, revela que Médici estava utilizando a influência brasileira no subcontinente como meio de impedir o crescimento da força política da esquerda nos países vizinhos, e se manteve invariavelmente contra a readmissão de Cuba na OEA e contra a manutenção de relações diplomáticas da América Latina com o país de Castro (DEPARTMENT OF STATE, 1971). Finalmente, um relatório²⁶⁴ da agência, este realizado no ano seguinte, assegura que o Chile, particularmente, era visto pela ditadura brasileira como uma perigosa tendência política que poderia se espalhar por toda a América Latina (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1972).

the relationships they forged, how those relationships were conducted, and what impressions they formed of each other along the way.”(HARMER, 2012, p. 16).

²⁶¹DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Weekly Summary Special Report: The Brazilian Revolution: Stage Three.** 6 de março, 1970.

²⁶²DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Weekly Summary Special Report: Brazil Under Médici.** 1971.

²⁶³DEPARTMENT OF STATE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **The President’s Daily Brief.** Dezembro, 1971.

²⁶⁴DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum: Brazil Widens its Horizons.** 1972.

Todavia, a partir das conclusões derivadas da subseção 2.2, bem como dos argumentos expostos nesta subseção 3.2, os quais inclusive foram construídos também com a ajuda do relato de Barbosa - uma fonte de extrema relevância-, identificou-se que, durante o governo Médici, a coexistência de aversão ao comunismo e flexibilidade com países que com ele flertavam era possível na medida em que a política externa foi utilizada como elemento essencial do projeto de desenvolvimento nacional em curso. Projeto este que foi concebido no cerne do pensamento militar estruturador do golpe de 1964, e que vislumbrava o gigantismo internacional do Brasil - “seu destino manifesto”-, objetivo que, para os setores militares, só seria realizado caso permanecessem à frente do governo.

Especificamente, o tratamento que Médici conferiu para que a execução do projeto de nação dos militares brasileiros tivesse sequência, era dependente de uma política externa que, “evitando os extremos da prepotência e da subserviência” (MARTINS, 1975, p. 85), fosse capaz de firmar laços comerciais e realizar interesses materiais em todas as partes do mundo, e, por conseguinte, que fosse mais ativa e autônoma, e mais distante dos conceitos ocidentais relacionados a bipolaridade, Guerra Fria e détente. Como consta no corpo do texto do Plano de Metas e Bases para a Ação do Governo, ao Brasil cabia “aprimorar sua capacidade de manobra para estabelecer (...) o volume, a forma e a oportunidade” das colaborações internacionais tradicionais (em outras palavras, da colaboração com o Ocidente liderado pelos norte-americanos). Nesse sentido, uma vez que os objetivos do “Brasil Potência” foram estabelecidos, “a diplomacia do interesse nacional” fez uso de todos os meios para atingi-los. Um desses meios foi a “maior tolerância” no âmbito das relações externas com a ideologia divergente a do bloco ocidental adotada por governos de várias nações, inclusive aquelas do entorno regional brasileiro, pois nelas residiam interesses fundamentais à conquista da tão almejada grandeza internacional do Brasil. Com isso, é possível afirmar que a ideia central contida na hipótese inicialmente levantada foi confirmada por nossos estudos, visto que, segundo tal hipótese, a flexibilidade brasileira para com seus vizinhos sob a influência da esquerda teria sido resultado das prioridades desenvolvimentistas e pragmáticas da política econômica e da política externa daquele governo militar.

4 CONCLUSÃO

Essa pesquisa se originou do questionamento sobre uma possível contradição existente no governo militar de Emílio Médici. Trata-se da aparente política dúbia que empregou seu governo para o tratamento das relações com países sul-americanos em que tendências socialistas/marxistas haviam emergido. Por um lado, observou-se o envolvimento da gestão Médici com movimentos e conspirações contra os presidentes Salvador Allende do Chile e Juan José Torres da Bolívia, bem como exercícios em prol do enfraquecimento da coalizão progressista Frente Ampla do Uruguai e da administração de Velasco Alvarado no Peru (FERNANDES, 2010). Por outro lado, registrou-se o estabelecimento de empreendimentos cooperativos com todos os países mencionados, como acordos de infraestrutura, abertura de linhas de crédito regulamentação de questões fronteiriças e incremento do intercâmbio comercial (MARTINS, 1975; VIZENTINI, 1998)

Buscando compreender a existência desta aparente incongruência diplomática, por meio do estudo das diretrizes e principais iniciativas da política externa do governo em questão, identificou-se a existência de duas grandes interpretações acerca dos determinantes das relações externas de Médici que podem ser derivadas da literatura disponível. Enquanto a primeira delas associa a política externa do período aos pormenores da estrutura bipolar da Guerra Fria, a outra entende que as iniciativas empregadas internacionalmente pela diplomacia do período serviam aos propósitos do projeto de desenvolvimento econômico.

O estudo dessas duas interpretações nas subseções 2.2.1 e 2.2.2 possibilitou sinalizar a maior pertinência da segunda delas, respectivamente, para o equacionamento da aparente contradição antes identificada, o que indica, portanto, a confirmação da ideia principal contida na hipótese levantada inicialmente como resposta da pergunta de pesquisa, isto é, a de que o Brasil teve uma abordagem bastante flexível com os países sul-americanos acometidos por tendências nacionalistas/progressistas devido a seus pragmáticos e desenvolvimentistas objetivos de estratégia econômica e de política externa. Tudo isso foi constatado já que foi visto que com o golpe de 1964, uma vez que inúmeros oficiais da Escola Superior de Guerra tiveram sucesso em se colocar em bons postos do governo e impor seu candidato ao poder, a doutrina de segurança nacional que articularam passou a compor o funcionamento da administração federal do país. A

origem dessa doutrina remonta à Doutrina de Segurança Nacional (DSN) dos EUA, na qual se baseou a política de contenção norte-americana do avanço soviético na América Latina (COMBLIN,1978). Todavia, embora tivesse absorvido aspectos da doutrina norte-americana -como seu anticomunismo -, a vertente brasileira da DSN esteve imbuída de características dos pensamentos militar e geopolítico brasileiros tradicionais (ALVES, 1984), adquirindo, assim, conteúdo próprio, cuja maior peculiaridade era a ideia de que a segurança nacional seria garantida a partir de um desenvolvimento econômico acelerado que alavancasse a influência brasileira no globo.

Uma vez incorporada à gestão do Estado brasileiro, a vertente brasileira da DSN fez com que, durante todo o período que compreende a ditadura militar no Brasil, a condução da política doméstica e externa nacionais se sujeitasse ao projeto de desenvolvimento ufanista (e conservador) que vislumbra. Esse projeto, por sua vez, baseava-se na ideia de que ao Brasil caberia um destino de grandeza - uma posição junto às grandes potências globais (MIGUEL, 2002). Todavia, de acordo com os partidários da doutrina, este projeto só seria bem executado caso as Forças Armadas detivessem o poder no país, visto que, por se constituírem de conflitos de interesses, as instituições democráticas não seriam capazes de resolver problemáticas ligadas ao desenvolvimento econômico e à segurança nacional (OLIVEIRA, 1976).

Por conseguinte, os oficiais brasileiros tomavam a sobrevivência e a manutenção do regime militar como condições primordiais da consecução de seu projeto desenvolvimentista. Configurando uma dinâmica cíclica, esses dois aspectos (a sobrevivência e a manutenção do regime militar), por seus turnos, também requeriam a própria necessidade de desenvolvimento para qual serviam ao fim e ao cabo, dado que a legitimidade da ditadura estava totalmente atrelada à sua capacidade de criação de um ambiente de prosperidade econômica para a população, e, sobretudo, de vantagens financeiras para as elites industriais (MARINELLI, 2017).

No entanto, os governos militares consideravam que a geração desse ambiente só seria possível com uma repressão a qualquer movimento de oposição. Isso porque a repressão tornava possível tanto sujeitar os trabalhadores a condições de trabalho voltadas a uma rápida acumulação de capital, como também silenciava as manifestações que escancaravam as consequências espúrias dessas condições e outras mazelas do regime militar, algo que permitia a criação de estabilidade interna atraente ao investimento estrangeiro (OLIVEIRA, 1976; MIGUEL, 2002). Desse modo, empregou-se a censura aos meios de

comunicação e uma satisfatória propaganda do regime. Além disso, por meio de prisões, torturas e assassinatos, um aparato repressivo e de controle armado e uma rede de informações fiscalizadora de todas as esferas da sociedade brasileira passaram a agir contra qualquer indivíduo que pudesse ser associado à oposição (ALVES, 1984).

Contudo, a repressão não era suficiente para criar as condições de reprodução e aprimoramento do capitalismo expansionista brasileiro, e, por conseguinte, possibilitar a realização do projeto desenvolvimentista conservador da DSN em última instância. Era necessário também desenvolver a infraestrutura produtiva do país e equacionar os gargalos apresentados pela economia (MIGUEL, 2002). Nesse sentido, o primeiro governo da ditadura teria dado o passo inicial do projeto: a reconstrução da economia do país. O segundo, por sua vez, teria avançado outro estágio no projeto, isto é, retomado o progresso nacional em bases estáveis. Quanto ao terceiro governo militar, e, portanto, Médici, coube a etapa de conduzir o Brasil à categoria de países de alto nível de desempenho em todos os setores (MENEZES, 2007), já que contava com grande legitimidade e confiança, visto que ao início de seu mandato a economia apresentava índices satisfatórios, e, naquela altura, as divisões internas ao regime haviam sido contidas (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1998).

Assim, Médici definiu como meta central para seu governo a obtenção do pleno desenvolvimento econômico, o que deu vazão à consecução do “Projeto Brasil Potência”. O projeto objetivava, essencialmente, elevar o país da posição de nona para oitava economia do mundo ocidental (GREMAUD; PIRES, 2010), e se pautou nos diagnósticos a respeito das principais barreiras ao desenvolvimento brasileiro e das linhas de ação a serem perseguidas a partir das conquistas dos governos militares anteriores (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1970).

O Projeto teve suas diretrizes apresentadas em dois documentos, o Programa de Metas e Base e o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), lançados entre 1970 e 1971, os quais se voltaram para a modificação do tradicional modelo de desenvolvimento brasileiro dependente da substituição de importações e do aprimoramento do setor industrial. O mesmo pode ser dito do modelo selecionado para guiar a política econômica: o modelo agrícola-exportador. Concebido pelo Ministro da Fazenda Delfim Netto - responsável por liderar o processo de coordenação das decisões de política econômica -, o modelo foi idealizado a partir da ideia de que, uma vez que dois dos três elementos limitadores do desenvolvimento econômico (disponibilidade de mão de

obra e capacidade de poupança) não seriam problemas no caso brasileiro, o terceiro elemento, qual seja: a capacidade de importar, deveria ser aprimorada. Isso porque existia um déficit no balanço de pagamentos que não poderia ser tratado pela diminuição das importações tendo em vista a dependência da industrialização brasileira de bens de capital estrangeiros. Para cobrir este déficit e, ao mesmo tempo, obter reservas internacionais que pudessem manter em alta as importações de bens de capital, e, portanto, dar sustento ao crescimento econômico, era imprescindível elevar as exportações brasileiras. Esse aumento também se fazia necessário considerando a incapacidade que tinha o mercado interno do país de absorver a produção gerada com a industrialização recente e da política de restrições a importações de manufaturados brasileiros colocada em prática nos EUA por Nixon (MARINELI, 2017).

Com efeito, demandas importantes foram atribuídas ao setor externo, e, por conseguinte, à política externa do país, quais sejam: o aumento da competitividade dos produtos brasileiros em geral; a diversificação das exportações, sobretudo de manufaturados; e a diversificação e expansão dos mercados externos (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1970). Ainda, a atuação internacional do governo deveria igualmente cuidar para que fossem articulados contatos externos que conferissem o acesso brasileiro a matérias-primas e recursos energéticos imprescindíveis à industrialização do país. Efetivamente, de modo sintético, caberia à política externa a tarefa de coordenar a cooperação externa (bilateral e multilateralmente) de forma que ela servisse à função de aceleração do desenvolvimento brasileiro. Desta maneira, como evidenciou a subseção 2.1, uma postura internacional proativa, autônoma e dinâmica, caracterizada até mesmo por um certo “oportunismo” (VIZENTINI, 1998), foi adotada. Efetivamente, a fim de estimular a expansão econômica, e, assim, o desenvolvimento, a “diplomacia do exclusivo interesse nacional” passou a desfrutar de todas as brechas das estruturais relações assimétricas de dominação e exploração, sem jamais intentar sucumbi-las, mas sim encontrar uma posição mais benéfica para o Brasil em meio a elas (MARTINS, 1975; VIZENTINI, 1998). Se, por um lado, houve engajamento na aproximação com os países do Terceiro Mundo e foram criticadas as regras de comércio internacional e mecanismos de manutenção da distância que separava os mundos desenvolvido e em desenvolvimento - “o congelamento de poder”; por outro lado, elementos de afinidade com os Estados Unidos e outras nações desenvolvidas foram exaltados e

demarcou-se a convicção daquele governo no capitalismo ocidental, na democracia e na importância do capital estrangeiro (MARTINS, 1975).

Nesse sentido, buscou-se alargar a quantidade de contatos internacionais do Brasil em todas as partes do mundo, incluindo as nações do bloco socialista. Especificamente em relação a este bloco, se o anticomunismo do regime e o desengajamento do país com as nações do Terceiro Mundo tratava de distanciá-lo do Brasil, o pragmatismo diplomático brasileiro empregado no sentido de expandir os laços comerciais do país em favor do modelo econômico adotado se posicionava como elemento de aproximação (BLUMENHAGEN, 2016). Aliás, a promoção de relações rentáveis com as nações comunistas ainda possibilitava que o governo brasileiro afirmasse sua independência nos assuntos internacionais e seu anseio em emergir como nação de interesses globais e específicos.

Essa estratégia, desfavorável ao maior aliado tradicional do país, isto é, os Estados Unidos, assim como todo o posicionamento de maior autonomia do país, não foram, todavia, fontes de significativo atrito entre as duas nações. Isso porque tendo promovido uma política de desengajamento das iniciativas anticomunistas globais, o governo norte-americano dependia da vassalagem brasileira no combate ao comunismo hemisférico (VIZENTINI, 1998; SPEKTOR, 2009). Contudo, diferente do que se passou com Castello Branco, cujo governo enviou suporte aos norte-americanos na intervenção na República Dominicana em uma clara demonstração de fidelidade à causa ocidental anti-soviética, essa tarefa - a “delegação” -, foi recusada pela ditadura brasileira, que rejeitava a ideia de coordenar políticas ou estabelecer algum tipo de alinhamento com os EUA, mesmo que fosse para derrotar movimentos subversivos no continente (BARBOSA, 2002). Isso não significava, todavia, que as tendências comunistas presentes no entorno brasileiro não preocupavam o governo Médici, pelo contrário, esforços não foram poupados para combater essas tendências. Assim foi que, como expôs a subseção 3.1.1, o governo brasileiro manteve a política interna dos vizinhos sob monitoramento, forneceu apoio financeiro e logístico às manifestações de desestabilização da Frente Ampla no Uruguai e de Velasco Alvarado no Peru, bem como aos golpes de Estado que destituíram Torres em 1971 e Allende em 1973, e envio auxílio econômico e diplomático às ditaduras instaladas com a deposição desses presidentes (FERNANDES, 2010). Contudo, a justificativa desses esforços residia muito mais nos riscos que representavam os movimentos de esquerda sul-americanos para o projeto de desenvolvimento nacional em vigor (MONIZ BANDEIRA, 2003) do

que a ameaça que poderiam se configurar para a segurança hemisférica em termos do conflito da Guerra Fria.

Primeiramente, a existência de governos marxistas na região perturbava os oficiais brasileiros que temiam que o exílio concedido naqueles países aos brasileiros perseguidos pela ditadura pudesse prejudicar a imagem internacional do regime e, enfraquecê-lo, em última instância (PADRÓS, 2014). Mas, sobretudo, a força da esquerda nos países vizinhos dificultava a conquista dos interesses econômicos expansionistas brasileiros na região, os quais eram aspectos fundamentais à candidatura brasileira ao status de grande potência global, e, portanto, à consecução do “Projeto Brasil Potência”. Tais interesses se tratavam da busca por endosso das posições brasileiras no plano internacional e do acesso a fontes de matérias-primas, a recursos energéticos e a mercados que pudessem absorver sua produção manufatureira nacional (RAMPINELLI, 1990) afim de lhe proverem com reservas internacionais (MARINI 1977).

Contudo, antes dos golpes e movimentos de contenção mencionados, o caminho para a realização dos referidos interesses brasileiros no subcontinente já estava sendo preparado, como fica claro na subseção 3.1.2. Não à toa, mesmo quando Bolívia, Peru e Chile ainda estavam sob o poder de governo nacionalistas/socialistas, Gibson Barbosa percorreu todo o subcontinente e conferiu enfoque diplomático nunca antes registrado ao entorno brasileiro, ainda que, em todos os casos, sempre sob bases bilaterais. Assim, as inúmeras iniciativas de colaboração com os vizinhos do Brasil que estavam sob a influência da esquerda (o fornecimento de linhas de crédito pelo Brasil, as tratativas para construção de grandes obras de engenharia, os diálogos de articulação de comissões para regularização de questões fronteiriças, e, sobretudo, as negociações para aprimorar o intercâmbio comercial), devem ser compreendidas a partir das motivações daquela empreitada diplomática brasileira de aproximação à América do Sul. Como foi visto, tal empreitada era destinada a suprir as demandas colocadas pelo Projeto Brasil Potência ao setor externo, isto é, ampliar os contatos comerciais do país a fim de auxiliar no aprimoramento da capacidade importadora nacional e em seu abastecimento de matérias-primas e recursos energéticos. Tal finalidade foi interpretada sob a lógica do subimperialismo, uma vez que o fenômeno, descrito por Marini (1977), designava a busca de uma economia média, como o Brasil, por mercados de nações em desenvolvimento ou subdesenvolvidas, como dos países sul-americanos, que pudessem lhe fornecer recursos energéticos e matérias-primas para redução de custos operacionais das

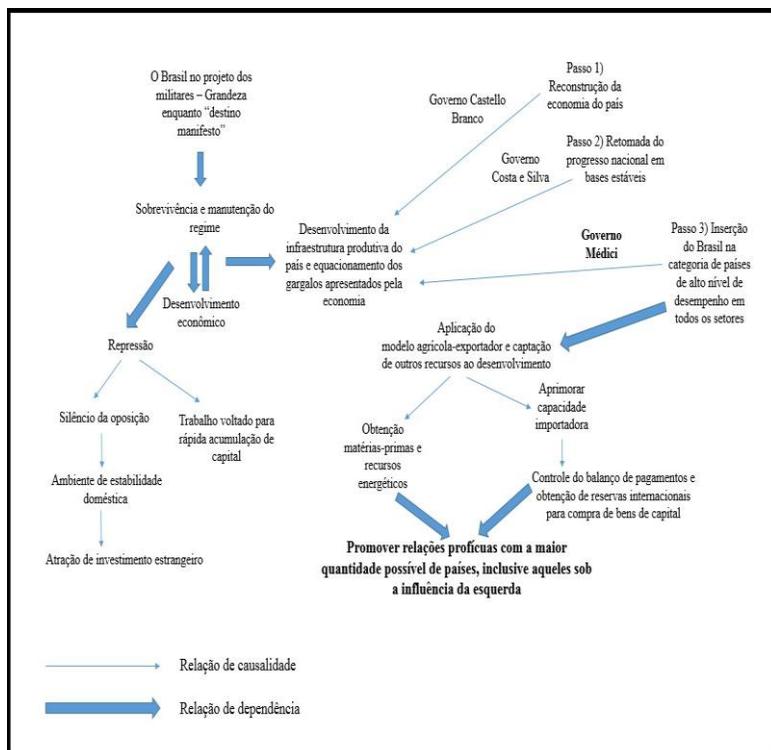
indústrias nacionais e que captassem a produção de manufaturas que não encontraram demanda interna naquela economia média.

Assim, em resumo, concluímos que os elementos que conferiam à diplomacia do país a tarefa de multiplicar os contatos internacionais do Brasil, isto é: a) a imprescindibilidade da elevação das exportações, sobretudo da produção manufatureira brasileira, ligada à necessidade de captação de reservas internacionais; e b) o interesse em obter acesso a fontes de matérias-primas e recursos energéticos, são aspectos, que se sobrepunham à lealdade anticomunista que o regime acreditava ser necessária frente aos EUA dentro da circunstância de embate ideológico internacional da época. Por conseguinte, tratam-se de elementos que, de modo geral, explicam a tentativa de acercamento da diplomacia brasileira com seus vizinhos sob a influência da esquerda, e que, na realidade, justificam todo o desenho das relações regionais brasileiras durante o governo Médici.

Em consequência, o objetivo central dessa pesquisa, isto é, o de desvendar uma aparente contradição referente às relações regionais brasileiras durante o governo Médici - os motivos que levaram sua diplomacia a buscar promover laços com os vizinhos sul-americanos ligados à esquerda, ainda que buscando desestabilizá-los -, é alcançado tendo em vista que, ao fim e ao cabo, não se tratava de uma contradição. Havia, na realidade, a adoção de diferentes ações à medida em que a conjuntura local se modificava, porém, todas elas dentro do mesmo processo de consolidação da influência brasileira no mundo. Concluímos, por conseguinte, que a ingerência brasileira nos rumos das políticas domésticas de seus vizinhos e o fomento da cooperação na região, eram, em última instância, o emprego de meios distintos pela pragmática “diplomacia do exclusivo interesse nacional” em prol da consolidação do mesmo fim: a conquista do sustento do desenvolvimento brasileiro rumo ao logro do status de “grande potência”, ou, em outras palavras, em direção ao avanço do capitalismo brasileiro.

Toda essa lógica pode ser observada na figura a seguir.

Figura 1 - O processo de expansão das relações internacionais do Brasil no governo Médici e o projeto de desenvolvimento dos militares.



Fonte: elaborada pela própria autora (2019).

Vale destacar, finalmente, que esse fim só não foi obtido pela ditadura de Médici, como a grande parte dos instrumentos utilizados para o atingir deixaram sequelas na economia brasileira e, sobretudo, nas sociedades brasileira e sul-americana de modo geral. A herança que deixou o governo Médici foi, na realidade, a ampliação da desigualdade social e a pauperização da população brasileira, bem como o início de uma era de endividamento externo e inflação no país.

Especificamente, como pontua Macarini (2015), o crescimento impressionante registrado no período se transfigurou em uma crise de superacumulação de capital já que, a partir de 1972, a plena utilização de capacidade em quase toda a indústria de transformação acabou provocando escassez - de matérias-primas, de insumos, de mão-de-obra

-, que crescia em si mesma a partir de um movimento especulativo (MACARINI, 2015). Esse processo de reversão do crescimento foi ainda intensificado com a crise do petróleo de 1973, dado que o país simultaneamente acabou perdendo uma parte importante de seu mercado externo e não pôde promover uma redução em suas importações uma vez que a estratégia de desenvolvimento brasileira era dependente do insumo em crise (LIMA, 1993). Ademais, a facilidade das condições de prazos e taxas de empréstimos internacionais que impulsionou a tomada de crédito pelo Brasil gerou um sério endividamento externo de sorte que o montante da dívida externa brasileira saltou de 3.9 bilhões de dólares em 1968 para 12.5 bilhões em 1973 (ARAÚJO, 2018). Além disso, a tentativa desenfreada de avançar o capitalismo brasileiro promoveu uma profunda concentração de renda e prejuízos alarmantes foram observados nas áreas de educação, saúde e habitação mediante a redução dos programas sociais (FAUSTO, 1994). Como relatou a CIA em um memorando²⁶⁵ de 1972, “na busca pelo objetivo central de crescimento e desenvolvimento econômico, o regime (brasileiro) sentia pouca pressão para fazer mais pelo homem trabalhador” (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY; INTELLIGENCE ORGANIZATIONS OF THE DEPARTMENTS OF STATE AND DEFENSE, 1972, p. 6, tradução nossa²⁶⁶). Segundo outro memorando²⁶⁷ da agência, este de 1975, o desenvolvimento promovido ainda se fez desigual e concentrado em áreas altamente urbanas como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, enquanto regiões como o Nordeste se mantiveram subdesenvolvidas (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 1975).

Por fim, uma vez que o crescimento econômico era prioridade, a contenção dos efeitos deletérios da inflação se restringiu a mecanismos como correção monetária, minidesvalorizações cambiais, liberação da taxa de juros e política salarial (MACARINI, 2015). Todavia, esses mecanismos não se fizeram suficientes tal e qual previa o relatório anual do FMI de 1970, que não via com bons olhos a dependência brasileira

²⁶⁵CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY; INTELLIGENCE ORGANIZATIONS OF THE DEPARTMENTS OF STATE AND DEFENSE. **National Intelligence Estimate: The New Course in Brazil.** Janeiro, 1972.

²⁶⁶Texto original: “(...)in pursuing its primary goal of growth and economic development, the regime feels under little pressure to do more for the working man (...).” (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY; INTELLIGENCE ORGANIZATIONS OF THE DEPARTMENTS OF STATE AND DEFENSE, 1972, p. 6.)

²⁶⁷CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **National Intelligence Estimate: The Outlook for Brazil,** 11 de julho, 1975.

da indexação e das minidesvalorizações cambiais, já que, conquanto elas permitiam uma exequível convivência com a inflação no presente, dificultavam a sua supressão no futuro (SKIDMORE, 1978). Nesse sentido, taxas significativas de inflação²⁶⁸ começaram a incomodar na segunda metade do governo Médici, sendo que a alta de preços foi identificada sobretudo nos produtos alimentícios, como aponta revela um relatório²⁶⁹ da CIA de março de 1974 (DIRECTORATE OF INTELLIGENCE, 1974).

Para além de todos esses infortúnios econômicos e sociais, o legado da gestão Médici deve ser definido a partir de uma expressão: o terror social. Inúmeras famílias brasileiras foram dilaceradas pelo desaparecimento e assassinato de seus familiares e amigos, sendo que, aqueles que sobreviveram, jamais foram capazes de apagar as lembranças espúrias de um tempo em que se manifestar ou desejar o progresso social era ser condenado a uma vida de perseguição. Mas a gestão Médici ainda foi além, exportando todo esse martírio social aos países vizinhos, como nos mostrou a subseção 3.1.1. Dito isso, convido outros pesquisadores a buscar destrinchar os ocorridos durante tal governo, tratando de questões que aqui não apareceram em detalhes, revelando assim os métodos de “controle social” na política doméstica daquele governo e os efeitos nocivos provocados pelas conexões repressivas internacionais que fomentou. É preciso escancarar cada faceta autoritária, não só de Médici, mas de todo tipo de tirania ou abuso de poder, *“para que nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça”*²⁷⁰.

²⁶⁸De acordo com um memorando²⁶⁸ de 1971, o próprio Médici se mostrava preocupado com níveis mais altos de inflação, tanto que em 1972 assumiu metas específicas para o processo a serem cumpridas naquele ano e no próximo. A preocupação era tão evidente que, segundo o memorando, a substituição de Delfim Netto se tornou uma possibilidade viável entre 1971 e 1972, a qual, todavia, não se concretizou, pois o ex-ministro desfrutava de significativa confiança no mercado internacional, indispensável à continuidade dos objetivos do governo.

²⁶⁹DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Weekly Summary Special Report: Geisel Takes Over.** Março, 1974.

²⁷⁰Mote da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

REFERÊNCIAS

ADAIR, Charles [Telegrama] 9 de nov. 1971, Montevidéo. [para] Departamento de Estado dos EUA, Washington. 2p. Seregni, pro-Frente press link U.S to attacks on frente candidates. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB71/doc6.pdf>. Acesso em: 22/10/2018.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica. In: GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz. **Planejamento e orçamento governamental**. Brasília: ENAP, 2006.

ALDRIGHI, Clara. **La intervención de Estados Unidos en Uruguay (1965-1973)** - El Caso Mitrone. Montevidéo: Trilce, 2007.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984.

AMCONGEN RIO DE JANEIRO. [Telegrama] 18 de abr. 1973, Rio de Janeiro [para] Departamento de Estado dos EUA, Washington. 7p. Widespread Arrests and Psychophysical Interrogation of Suspected Subversive. Disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB478/docs/doc1.pdf>>. Acesso em: 10/04/2018.

AMCONSUL [Telegrama] 31 de ago., 1973, Porto Alegre [para] Departamento de Estado dos EUA, Washington. 6p. Activities and views of Former Agriculture Minister Luiz Fernando Cirne Lime. Disponível em: <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:374561/>>. Acesso em: 10/04/2018.

ARAUJO, Victor Leonardo de. A macroeconomia do governo Médici (1969-1974): uma contribuição ao debate sobre as causas do milagre econômico. **Economia Ensaios**, 2018.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Um Relato para a História: Brasil nunca mais**. 12.^a edição. Petrópolis: Vozes, 1986.

ÁVILA, Carlos Federico, O golpe no Chile e a política internacional (1973): ensaio de interpretação. **História**, São Paulo, v.3, n.1 p. 290 - 316, 2014.

BARBOSA, Marco Antônio Rodrigues. Memória, verdade e educação em Direitos Humanos. In: **Educação em Direitos: Fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, p. 157-167, 2007.

BARBOSA, Mario Gibson. **Na diplomacia, o traço todo da vida**. Rio de Janeiro: Record, 1992.

BARBOSA, Mario Gibson. **Entrevista ao CDPOC-FGV**. Rio de Janeiro, 28 de março a 11 de julho de 1989. Entrevista concedida a Letícia Pinheiro, Zairo Cheibub e Alexandra de Mello Silva.

BARROS, Edgard Luiz de. **Os governos militares**. São Paulo: Contexto, 1991.

BLUMENHAGEN JR., Frederico. As Relações Brasil/Alemanha Oriental: o universalismo, os comunistas e as Alemanhas. In: **XXVIII Simpósio Nacional de História**, 2015, Florianópolis. Anais Eletrônicos da Anpuh, 2015.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda** - razões e significados de uma distinção política. 3ª edição/tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo; Editora UNESP, 2011.

BREDA DOS SANTOS, Norma. “O Brasil e a questão israelense nas Nações Unidas: da criação do Estado de Israel ao pós-sionismo”, In: BREDA DOS SANTOS, Norma. **Brasil e Israel: diplomacia e sociedades**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, p. 20 e 21.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Documentos de Política Externa**, v. IV. 1970. Brasília.

BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **A Justificada Confiança**. Brasília, 1 de março. 1974. 25p. Disponível em: Acesso em: 10/05/2018.

BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **A Sociedade a Construir**. Rio de Janeiro, 10 de março. 1970. 25p. Disponível em:

<biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970/07/view>. Acesso em: 10/05/2018.

BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **Diálogo Fraternal**. Washington, dezembro de 1971. Disponível em: <biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970/10/view>. Acesso em: 10/05/2018.

BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **Diplomacia para o desenvolvimento**. Brasília, 20 de abril. 1970. Disponível em: <biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970/10/view>. Acesso em: 10/05/2018.

BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, 1970. 84p. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/mensagens-ao-congresso/mensagem-ao-congresso-nacional-de-1970>. Acesso em: 05/07/2018.

BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, 1971. 132 p. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/mensagens-ao-congresso/mensagem-ao-congresso-nacional-de-1971>.

BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, 1972. 104 p. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/mensagens-ao-congresso/mensagem-ao-congresso-nacional-1972>> Acesso em: 10/05/2018.

BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasília, 1974. 262 p. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/mensagens-ao-congresso/mensagem-nacional-de-1974>. Acesso em: 05/07/2018.

BRASIL. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974: Médici). **Mundo sem fronteiras** - Discurso de posse Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1969. 11 p. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex->

presidentes/emilio-medici/discursos/1969/04.pdf/view>. Acesso em: 10/05/2018.

BRASÍLIA [Telegrama] 9 de fev., 1974 [para] KISSINGER, Henry. Washington. 2p. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/LOC-HAK-284-11-3-1.pdf>>. Acesso em: 18/10/2018.

BUREAU OF INTELLIGENCE AND RESEARCH. **Department of State**. Brazil: A Latin American Biplomatic Offensive. 25 de março, 1971. Disponível em: <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:374998/>>. Acesso em: 10/04/2018.

BURNS, Mila. Ditadura tipo exportação: a diplomacia brasileira e a queda de Salvador Allende. **História e Cultura**, v. 5, n. 3, p. 175-198, 2016.

CARDOSO, Irene. Memória de 68: terror e interdição do passado. **Tempo Social**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 101-112, 1990.

CARVALHO, Thiago Severiano Paiva de Almeida. **Do lirismo ao pragmatismo**: A dimensão multilateral das relações Luso-Brasileiras (1974 – 1976). 2008. Dissertação (Mestrado) - ISCTE, Lisboa, 2008.

CASTRO, João Augusto de Araújo. O congelamento de poder mundial. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n. 33, p. 7-30, jan. 1972. Disponível em: <senado.leg.br/bdsf/handle/id/180480>. Acesso em: 15/06/2018.

CASTRO, João Augusto de Araújo. O Continente Americano dentro da problemática mundial. **Revista Brasileira de Política Internacional**, n.º 53-54, março-junho/1971, pp. 38- 39.

CASTRO, João Augusto de Araújo. **Organização e notas de Rodrigo Amado**, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 212.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Editora da Universidade de Brasília, ed. 4, 2002.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Action in support of US policy towards Chile.** 21 de outubro de 1970. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/DOC_0000452735.pdf>. Acesso em: 28/01/2019.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. CIA Document Services Branch. **The Intensified Rivalry Between Brazil and Argentina.** 4 de setembro, 1973. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R002000120044-5.pdf>>. Acesso em: 28/12/2018.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Economic Intelligence Weekly.** 17 de maio de 1973. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R001500140014-2.pdf>>. Acesso em: 19/05/2018.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Memorandum: Soviet Trade with Latin America.** Fevereiro, 1974. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R001900010188-0.pdf>>. Acesso em: 27/08/2018.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **National Intelligence Estimate: The Outlook for Brazil,** 11 de julho, 1975. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/LOC-HAK-105-11-8-4.pdf>>. Acesso em: 18/07/2018.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **National Intelligence Estimate: The Outlook for Chile,** 4 de junho, 1970. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/DOC_0000215217.pdf>. Acesso em: 28/01/2019.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Uruguay Handbook,** Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79-00891A000700030001-3.pdf>>. Acesso em: 23/12/2018.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Weekly Review.** 1974. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R001000060002-9.pdf>>. Acesso em: 13/05/2018.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY; INTELLIGENCE ORGANIZATIONS OF THE DEPARTMENTS OF STATE AND

DEFENSE. **National Intelligence Estimate: The New Course in Brazil.** Janeiro, 1972. Disponível em:
<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/DOC_0000753960.pdf>
. Acesso em: 18/07/2018.

CHEIBUB, Zairo. **A carreira diplomática no Brasil:** o processo de burocratização do Itamarati. Revista de Administração Pública, v. 23, n. 2, p. 97-128, 1989.

CHEIBUB, Zairo. **Diplomacia e Construção Institucional:** o Itamaraty em perspectiva histórica". Dados, v. 28, n. 1, 1985.

CHILE CONTINGENCY PAPER: **Memorandum:** Possible Military Action', Ad Hoc Interagency Working Group on Chile, Pickering to Scowcroft, 8 de setembro, 1973, box 2196/RG59/NARA.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Doutrinas de Segurança Nacional: Banalizando a violência. **Psicologia em Estudo**, v. 5, n. 2, p. 1-22, 2000.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional:** o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. RELATÓRIO DA CNV: VOLUME I: Capítulo 5 – **A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior.** Brasília: Centro de Referência Memórias Reveladas, 2014.

CONTREIRAS, Hélio. **Militares confissões.** História secreta do Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

COX, Robert. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. In: GILL, Stephen (org). **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais.** Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2007.

CYSNE, Rubens Penha. A Economia Brasileira no Período Militar. **Est. Econ.**, v. 23, n. 2, p. 185 - 226, 1993.

CRUZ, Eduardo Lucas de Vasconcelos. **A Política Externa Brasileira no período 1964-1979:** O papel do Itamaraty, das Forças Armadas e do Ministério da Fazenda. 2009. 532 f. Tese (Doutorado) - Curso de

História, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

CRUZ, Paulo Roberto Davidoff. **Dívida externa e política econômica:** a experiência brasileira nos anos setenta. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DANS, Gustavo V. **Brasil a la ofensiva:** la estrategia continental del imperialismo. Lima: Editora DIPSAs, 1975.

DEL VECCHIO, Angelo. Política de potência no regime militar brasileiro. **Projeto História (PUCSP)**, São Paulo, v. 29, n.1, p. 169-196, 2004.

DEPARTMENT OF DEFENSE. **Chilean Visit to Brazil.** 21 de março, 1971. Disponível em: <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:799896/>>. Acesso em: 05/01/2018

DEPARTMENT OF STATE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **The President’s Daily Brief.** Dezembro, 1971. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/DOC_0005993014.pdf>. Acesso em: 10/09/2018.

DIGES, John. **The Condor Years:** How Pinochet and His Allies Brought Terrorism to Three Continents. New York: The New Press, 2004.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Central Intelligence Bulletin.** 10 de janeiro de 1970. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79T00975A026000040001-8.pdf>>. Acesso em: 12/06/2018.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Central Intelligence Agency. **Central Intelligence Bulletin.** 14 de janeiro de 1970. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79T00975A015300130001-6.pdf>>. Acesso em: 12/06/2018.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Central Intelligence Bulletin.** 1 de agosto de 1970. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/DOC_0005977600.pdf>. Acesso em: 12/06/2018

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Central Intelligence Bulletin**. 27 de agosto de 1970.

Disponível em:

<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/DOC_0005977647.pdf>

. Acesso em: 12/06/2018.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Central Intelligence Bulletin**. 8 de novembro de 1969.

Disponível em: <[https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-](https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79T00975A014900070001-9.pdf)

RDP79T00975A014900070001-9.pdf>. Acesso em: 12/06/2018.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Central Intelligence Bulletin**. 8 de outubro de 1970.

Disponível em: <[https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-](https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79T00975A017300070001-2.pdf)

RDP79T00975A017300070001-2.pdf>. Acesso em: 12/06/2018.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Central Intelligence Bulletin**. 10 de outubro de 1970.

Disponível em: <[https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-](https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79T00975A017300090001-0.pdf)

RDP79T00975A017300090001-0.pdf>. Acesso em: 12/06/2018.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Central Intelligence Bulletin**. 18 de março de 1971.

Disponível em: <[https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-](https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79T00975A018500090001-7.pdf)

RDP79T00975A018500090001-7.pdf>. Acesso em: 12/06/2018.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Central Intelligence Bulletin**. 3 de maio de 1971. Disponível

em: <[https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-](https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79T00975A018900080001-4.pdf)

RDP79T00975A018900080001-4.pdf>. Acesso em: 12/06/2018.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Central Intelligence Bulletin**. 25 de junho de 1971.

Disponível em: <[https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-](https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79T00975A019400020001-4.pdf)

RDP79T00975A019400020001-4.pdf>. Acesso em: 12/06/2018.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Central Intelligence Bulletin**. 16 de julho de 1971.

Disponível em: <[https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-](https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79T00975A019500080001-7.pdf)

RDP79T00975A019500080001-7.pdf>. Acesso em: 12/06/2018.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Central Intelligence Bulletin**. Junho de 1972. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79T00975A022200040001-0.pdf>>. Acesso em: 13/05/2018.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Central Intelligence Bulletin**. 22 de setembro de 1972. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79T00975A022800070001-1.pdf>>. Acesso em: 12/06/2018.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Central Intelligence Bulletin**. 12 de outubro de 1972. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79T00975A017300100001-8.pdf>>. Acesso em: 12/06/2018.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Central Intelligence Bulletin**. 20 de dezembro, 1972. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79T00975A023400080001-3.pdf>>. Acesso em: 29/01/2019.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Central Intelligence Bulletin**. 25 de outubro de 1973. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79T00975A025500020002-5.pdf>>. Acesso em: 12/10/2018.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Central Intelligence Bulletin**. 10 de janeiro de 1974. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79T00975A026000040001-8.pdf>>. Acesso em: 15/10/2018.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Chile Declassification Project**, 2-de novembro de 1972. Freedom of Information Act Reading Room, Department of State, CIA Documents. Disponível em: <<http://foia.state.gov/SearchColls/CIA.asp>>. Acesso em: 23/10/2018.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Economic Intelligence Weekly**. Maio, 1973. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R001500140015-1.pdf>>. Acesso em: 13/05/2018.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Economic Intelligence Weekly**. Setembro, 1973. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R001500140030-4.pdf>>. Acesso em: 13/05/2018.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum: Brazil Widens its Horizons**. 1972. Disponível em: <[cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R001100130081-3.pdf](https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R001100130081-3.pdf)>. Acesso em: 13/05/2018.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum: Brazil: The Politics of Economic Priorities**. Junho, 1972. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R001100130083-1.pdf>>. Acesso em: 18/05/2018.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum: Castroism Clarified in Chile**. 27 de dezembro, 1971. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R001100100142-8.pdf>>. Acesso em: 13/01/2019.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum: Chile: Allende's Moves to Complete the Takeover of US copper Holdings**. Maio, 1971. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R001700010037-9.pdf>>. Acesso em: 13/01/2019.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum: Failure or Foothold? Uruguay's Left assesses the Elections**. 17 de fevereiro, 1972. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R001100130034-5.pdf>>. Acesso em: 09/11/2018.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum: Latin America – The Aftermath of Chilean Coup**. 15 de novembro, 1973. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R001100160083-8.pdf>>. Acesso em: 13/05/2018.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum:** Reactions in Latin America to Allende's Victory in Chile. 17 de setembro de 1970. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R001100090044-9.pdf>>. Acesso em: 13/01/2019.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum:** Some thoughts on national rivalries and increasing tensions in South America. 25 de agosto, 1972. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R002000120010-1.pdf>>. Acesso em: 13/10/2018.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. Research Study: **The Political Implications of Modernization** - The Brazilian Case. 1975. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP86T00608R000600170034-2.pdf>>. Acesso em: 14/07/2018.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **The President's Daily Brief.** 28 de agosto de 1971. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/DOC_0005992829.pdf>. Acesso em: 12/06/2018.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Weekly Summary Special Report:** Brazil's Changing Foreign Policy. 1974. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R001500060015-0.pdf>>. Acesso em: 10/04/2018.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Intelligence Memorandum:** Brazil: The Politics of Economic Priorities. Junho, 1972. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R001100130083-1.pdf>>. Acesso em: 18/05/2018.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Weekly Summary Special Report:** Brazil Under Médici. 1971. Disponível em: <[cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R001500030010-8.pdf](https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R001500030010-8.pdf)>. Acesso em: 13/05/2018.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Weekly Summary Special Report: Cuba's Changing Relations with Latin America.** 28 de janeiro de 1972. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R001500040004-4.pdf>>. Acesso em: 13/01/2019.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Weekly Summary Special Report: Geisel Takes Over.** Março, 1974. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R001500060005-1.pdf>>. Acesso em: 02/12/2018.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Weekly Summary Special Report: The Brazilian Revolution: Stage Three.** 6 de março, 1970. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R001500020013-6.pdf>>. Acesso em: 02/12/2018.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Weekly Summary Special Report: The Marxist Government in Chile: its evolution, realization, and prospects.** 4 de dezembro, 1970. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R001500020058-7.pdf>>. Acesso em: 13/01/2019.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Weekly Summary Special Report: Turnabout in Bolivia.** 29 de outubro, 1971. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79-00927A009200020003-8.pdf>>. Acesso em: 13/11/2018.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Weekly Summary Special Report: Uruguay's Elections: Tradition vs. The Left.** 12 de novembro, 1971. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R001500030041-4.pdf>>. Acesso em: 21/01/2019.

DIRECTORATE OF INTELLIGENCE. Agência Central de Inteligência dos EUA. **Update of Chile Handbook,** 1 de dezembro, 1971. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP79-00891A000700050001-1.pdf>>. Acesso em: 13/01/2019.

DEPARTMENT OF STATE, **Political Arrests and Torture in São Paulo**, Confidential, May 8, 1973. Disponível em:
<<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB478/docs/doc2.pdf>>.
Acesso em: 10/09/2018.

EMBAIXADA DE SANTIAGO [Telegrama] 19 de set. 1973, Santiago [para] Câmara Canto. Brasileiros no Chile. Pedidos de retransmissão de informações- secretos - Brasemb Santiago – 1970, 1971, 1972 e 1973.

EMBAIXADA EM BRASÍLIA [Telegrama] 28 de abr., 1971, Brasília [para] Secretaria de Estado dos EUA, Washington. 3p. Brazil Emphasizes Personal Diplomacy. Disponível em:
<repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:375217/>. Acesso em: 13/04/2018.

EMBAIXADA EM BRASÍLIA [Telegrama] 28 de set., 1970, Brasília [para] Departamento de Estado dos EUA, Washington. 1p. Note on Brazil-Soviet Relations. Disponível em:
<<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:375793/>>. Acesso em: 10/04/2018.

EMBAIXADA EM BRASÍLIA [Telegrama] 14 de jun., 1971, Brasília [para] Departamento de Estado dos EUA, Washington. 6p. Brazil's Diplomatic Campaign. Disponível em:
<repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:377425/>. Acesso em: 10/04/2018.

EMBAIXADA EM BRASÍLIA [Telegrama] 6 de jan. 1972, Brasília [para] Departamento de Estado dos EUA, Washington. 3p. Brazilian Leaders Publicly Downplay Brazil's Alleged Desire for Hegemony. Disponível em: <
<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:374803/>>. Acesso em: 13/01/2019.

EMBAIXADA EM BRASÍLIA [Telegrama] mar, 1972, Brasília [para] Secretaria de Estado dos EUA, Washington. 2p. Dispute Between Foreign and Finance Ministries. Disponível em:
<<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:376277/>>. Acesso em: 10/04/2018.

EMBAIXADA EM BRASÍLIA [Telegrama] out., 1972, Brasília [para] Secretaria de Estado dos EUA, Washington. 2p. Presidential President Medici's Desire That President Nixon Visit Brazil. Disponível em: <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:375686/>>. Acesso em: 10/04/2018.

EMBAIXADA EM BRASÍLIA [Telegrama] 1 de out., 1972, Brasília [para] Secretaria de Estado dos EUA, Washington 1p. Presidential Correspondence - Letter to Medici. Disponível em: <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:376186/>>. Acesso em: 10/04/2018.

EMBAIXADA DOS EUA EM MONTEVIDÉU [Telegrama] 1 de dez., 1972, Montevidéo [para] Departamento de Estado, Washington. Review of Uruguayan Internal Security Situation. NARA.RG59, box2662 *apud* ALDRIGHI, 2007.

EMBAIXADA NO RIO DE JANEIRO [Telegrama] 9 de dez. 1969, Rio de Janeiro. [para] Departamento de Estado dos EUA, Washington. 9p. Assessment of Character and Attitudes of Medici Government. Disponível em: <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:363929/>>. Acesso em: 14/04/2018.

EMBAIXADA NO RIO DE JANEIRO [Telegrama] 3 de dez., 1970, Rio de Janeiro. [para] Departamento de Estado dos EUA, Washington. 2p. Conversations with Ministers of Finance and Planning. Disponível em: <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:375678/>>. Acesso em: 10/04/2018.

EMBAIXADA NO RIO DE JANEIRO [Telegrama] 2 de abr., 1971, Rio de Janeiro [para] Departamento de Estado dos EUA, Washington. 6p. Monthly Trends Report Disponível em: <<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:374730/>>. Acesso em: 13/04/2018.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da USP. 1994. 666 p.

FERNANDES, Ananda Simões. A política externa da ditadura brasileira durante os "anos de chumbo" (1968-1974): as intervenções do "Brasil

Potência" na América Latina. **Revista História Social**, v. 18, p. 157-176, 2010.

FERNANDES, Ananda Simões. **Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: As conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)**. 2009. 275 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FERREIRA, Olvieiros. S. Política externa a serviço de uma idéia messiânica. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 31 mar. 1974, p. 3.

FICO, Carlos. **O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FONSECA JR., Gelson. Brasil y Chile: anotaciones sobre cuarenta años de relaciones bilaterales (1966-2006). **Estudios Internacionales**, ano 39, n. 154, Número especial I: Conmemoración del 40º Aniversario del Insituto de Estudios Internacionales (JULIO - SEPTIEMBRE 2006), p. 117-138.

FRANÇA, Carlos Alberto Franco. **Integração elétrica Brasil-Bolívia: o encontro no rio Madeira / Carlos Alberto Franco França**. – Brasília: FUNAG, 2015.

FRENCH-DAVIS, Ricardo. El Pacto Andino: un modelo original de integración. **El trimestre Económico**, v. 43, n. 170, pp. 297-320, 1976.

FURUGUEM, Alberto. Políticas estratégicas de longo prazo: reflexões e sugestões. **Revista Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 8, p. 44-47, ago. 2011.

GALVÃO, Thiago Gehre. Brasil - Venezuela: uma parceria relutante? **Mural Internacional**, v.2, n.2, p. 17-22, 2011.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil**. São Paulo/Brasília: Editora Alfa-Ômega/Fundação Alexandre de Gusmão/FUNAG, 2000, 222 p.

- GARCIA, Eugênio Vargas. O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989). **Rev. bras. Polít. int.**, v.40, n.1, p.18-40, 1997.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada: As Ilusões Armadas**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GEHRE, Thiago. A política externa brasileira durante os governos militares: ideias, práticas e imagens (1964 - 1984). **Revista de Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima**, n. 15, p. 113 – 125, 2008.
- GIANNAZI, Carlos. **A doutrina da segurança nacional e “milagre econômico” (1969/1973)**. São Paulo: Cortez Editora, 2016.
- GIORDANI, Marco Pollo. **Brasil sempre**. Porto Alegre: Tchê, 1986. p. 246
- GOBO, Karla Lisandra. **Decáda de de 70: a política externa e o papel do Itamaraty**. 2007. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. **Estudos Históricos**, v.6, n.12, p. 211-246, 1998.
- GRAEL, Dickson M. **Aventura, Corrupção e Terrorismo - À Sombra da Impunidade**. Rio de Janeiro, Vozes, 1985, 142 p.
- GREMAUD, Amaury Patrick; PIRES, Julio Manuel. “‘Metas e Bases’ e I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND (1970-1974)”. In: KON, Anita (org.) **Planejamento no Brasil II**. São Paulo: Perspectiva, 1999, p. 41-66.
- HARMER, Tanya. Allende’s Chile and the Inter-American Cold War. Chapel Hill: **University of North Carolina Press**, 2011, p. 1.

HERMANN, J. Reformas, Endividamento Externo e o “Milagre” Econômico (1964-1973). In: GIAMBIAGGI, Fabio. et all. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro – Editora Campus Elsevier. 2005.

IPEADATA. **Capacidade de importar** (média 2006 = 100). 2018. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 02/05/2018.

KANPP, Andrew; WRIGHT, Vicent. **The Government and Politics of France**. [S.l.]: Routledge, 2006.

KOWARICK, Lúcio. **A luta armada e a violência das ditaduras**. 25. ed. Le Monde Diplomatique: [s. n.], 5 ago. 2009. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-luta-armada-e-a-violencia-das-ditaduras/>. Acesso em: 23 maio 2018.

LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. A retomada do crescimento e as distorções do “milagre”. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 233-294.

LEICHT, Federico. **Orden y progreso: el influjo de Brasil en el camino al golpe de estado**. Montevideo: Ediciones de la Plaza, 2013.

LESSA, Antônio Carlos. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, jul. 1998. Edição Especial.

LIMA FILHO, P. A. **A economia política do complexo industrial-militar: o caso do Brasil**. Tese de doutorado em Ciências Sociais apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1993.

LOPES, Tiago Alves da Silva; BELIEIRO JUNIOR, José Carlos Martines. **A Ditadura Brasileira e o Golpe no Chile de 1973**. 2013. 34 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

LUCE, Mathias Seibel. **A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini**: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital: a história de uma categoria. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. 2011.

MAGALHAES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, p.203-220, 1997.

MACARINI, José Pedro. A política econômica do governo Médici: 1970-1973. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 53-92, 2005.

MARTINS, Carlos Estevam. A evolução da política externa brasileira na década 64/74. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 12, 1975.

MARINELLI, Felipe. **O pensamento de Antônio Delfim Netto e o milagre econômico brasileiro (1968-73)**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Curso de História Econômica, Universidade de São Paulo, 2017.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. **Cuadernos Políticos**, México D. F., n. 12, 1977.

MATTOS, Vanessa. **O Estado contra o povo: a atuação dos esquadrões da morte em São Paulo (1968-1972)**. 2011. Dissertação (Mestrado) - Curso de História. PUC, São Paulo, 2011.

MCSHERRY, J. Patrice. Escuadrones de la muerte como fuerzas paralelas: Uruguay, Operación Condor y los Estados Unidos. **Cuadernos de la historia reciente**. Uruguay: 1968 – 1973. Montevideo: Banda Oriental, 2007, n.3.

MEDICI, Emílio Garrastazu. **O jogo da verdade**. Brasília: Imprensa Nacional, 1970.

MELO, V. Planos Nacionais de Desenvolvimento: experiência brasileira e lições para o futuro. In: CARDOSO JÚNIOR, J. C. (Org.). **A reinvenção do planejamento governamental no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011. v.4. p. 239-286

MENEZES, Fernando Dominience. **Enunciados sobre o futuro: ditadura militar, Transamazônica e a construção do “Brasil grande”**. 2007. 147 f. Dissertação (Mestrado) – Curso em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MIGUEL, Luis Felipe. Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil. **Dialogos Latinoamericanos**, Aarhus (Dinamarca), v. 5, p. 40-56, 2002.

MILZA, P. Política interna e política externa. In: REMOND, R. (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Do discurso triunfalista ao pragmatismo ecumênico** (geopolítica e política externa no Brasil pós-64). Tese (Doutorado) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985. 2 t.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A Fórmula para o Caos: A ascensão e queda de Salvador Allende (1970 -1973)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul, 1870-2003)**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)**. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1993.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Geopolítica e política exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul**. 2. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. 121p.

MOOTA, Deborah Estri. A repressão extranacional na ditadura militar brasileira: a vigilância do Deops paulista sobre o Chile (1970-1973). **Projeto História**, v. 29, n.1, p. 251-256, 2004.

NEEDLEMAN, R. Bolivia: Brazil's geopolitical prisoner. **NACLA'S Latin America & Empire Report**, v. 8, n.2 p. 24-26, feb. 1974.

NERCESIAN, Inés. El cerco de las dictaduras del Cono Sur: Brasil, Uruguay y Chile. **Outros Tempos**, v.10, n.16, 2013.

NETTO, Delfim. Experiência Nova no Brasil. **Revista de Finanças Públicas**. Jan/mar, 1971.

NETTO, Antonio Delfim; IKEDA, Akihiro. Estratégias de Desenvolvimento. In: SICSU, João; CASTELAR, Armando. **Sociedade e Economia: Estratégias de Crescimento e Desenvolvimento**. Ipea: Brasília, 2009, p.33-44.

NETTO, Antonio Delfim. Realidade na Taxa Cambial. In: BRASIL, Ministério da Fazenda, Secretaria Geral, Subsecretaria de Economia e Finanças. **Revista de Finanças Públicas**. Rio de Janeiro: [s.n], ano XXVIII, n.267, p.2-3, jan. 1968a.

NOVAK, Fabián; NAMIHAS, Sandra. **As relações entre Peru e Brasil, 1826-2012**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2013.

OLIVEIRA, E. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis: Vozes, 1976.

PADRÓS, Enrique Serra; SIMÕES, Sílvia. A Ditadura brasileira e o golpe de Estado chileno. **Outros Tempos**, v. 10, n. 16, p. 229-255, 2013.

PADRÓS, Enrique Serra. A Ditadura Uruguia de Segurança Nacional. **Adverso**, Porto Alegre, p. 12 - 12, 2004.

PADRÓS, Enrique Serra. O Uruguai como alvo da ditadura brasileira de segurança nacional. **Maracanan**, v. 0, p. 91-110, 2014.

PADRÓS, Enrique Serra. Uruguai na mira. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 19, abril 2007.

PASSOS, Najla. **Ditadura brasileira soube do golpe contra Allende um mês antes**. 17 de julho, 2012. Disponível em: <
<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2012/07/ditadura->

brasileira-soube-do-golpe-contra-allende-um-mes-antes>. Acesso em: 11/08/2018.

PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional** v.52, n.2, p.43-62, 2009.

PEREIRA, Anthony. **Political (In) Justice: Authoritarianism and the Rule of Law in Brazil, Chile, and Argentina**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2005.

PETRAS, James. Morley, Morris. The United States and Chile: Imperialism and the Overthrow of the Allende Government. **Monthly Review Press**, v.3, p. 204, 1975.

PINHEIRO, Leticia de Abreu. **Foreign policy decision-making under the Geisel government: the President, the military and the foreign ministry**. 1994. 353 f. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, London School Of Economics And Political Science, Londres, 1994.

PINHEIRO, Leticia de Abreu. Traídos pelo Desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 305-335, 2000.

PINHEIRO, Leticia de Abreu. **Política Externa Brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002

RUSSEL, Roberto. Política Exterior Y Toma de Decisiones em América Latina: Aspectos Comparativos Y Consideraciones Teóricas. In: RUSSEL, Roberto (org.) **Política Exterior Y Toma de Decisiones en América Latina**. Buenos Ayres. Grupo Editor Latinoamericano, 1990.

PONCE, André Luiz Godoy. **Florão da América: o projeto do Brasil Grande, a política externa e a diplomacia presidencial durante o regime**

militar (1964-1973). 2015. Dissertação (Mestrado) – Curso de História Social, Universidade de São Paulo, 2015.

RAMPINELLI, Waldir José. **Análisis de la política exterior brasileña hacia América Latina**: Período: 1964/1985. 1990. 249 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Política Internacional, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, 1990.

REZENDE, Fernando. Planejamento no Brasil: auge, declínio e caminhos para a reconstrução. In: CARDOSO JÚNIOR, José Celso. **A reinvenção do planejamento governamental no Brasil**. Brasília: IPEA. 2011. v.4. 517p.

SADER, Emir. Contexto Histórico e educação em direitos humanos no Brasil: da ditadura à atualidade. In: **Educação em Direitos**: Fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, p.75-83. 2007.

SANTANA, Ivo de. Relações Econômicas Brasil-África: A Câmara de Comércio Afro-Brasileira e a Intermediação de Negócios no Mercado Africano. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 25, n. 3, p. 517-555, 2003.

SCHILLING, Paulo R. **O expansionismo brasileiro**: a geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamaraty. São Paulo: Global, 1981.

SILVA, Alexandra de Mello e. “O Brasil no Continente e no Mundo: Atores e Imagens na Política Externa Brasileira Contemporânea”. **Estudos Históricos**, v. 8, n. 15, 1995.

SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1967.

SILVA, Heloisa Conceição Machado da. Deterioração dos termos de intercâmbio, substituição de importações, industrialização e substituição de exportações: a política de comércio exterior brasileira de 1945 a 1979. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 46, n. 1, p. 39-65, 2003.

SILVA, Vicente Gil da. O papel intervencionista da ditadura civil-militar brasileira na América do Sul. **História Social** (UNICAMP), v. 18, p. 203-221, 2010.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo 1964 - 1985**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SPEKTOR, Matias. Brazilian Assessments of the End of the Cold War. In: Artemy M. Kalinovsky; Sergey Radchenko. (Org.). **The End of the Cold War and The Third World: New Perspectives on Regional Conflict** (Cold War History): Routledge, 2011, v. 1.

SPEKTOR, Matias. **Kissinger e o Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009. v. 1. 234p

SWIECH, Gregório. **A interação entre a política doméstica do regime militar brasileiro e a atuação do Itamaraty no golpe militar do Chile em 1973**. 2015. 82 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SOUTO, Cíntia Vieira. **A diplomacia do interesse nacional: a política externa do governo Médici**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

STÉDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TRAVASSOS, Mário. **Projeção continental do Brasil**. Edição Brasileira, 1938 (trad. mexicana: Proyección continental del Brasil, El Cid, México 1978, 103 p.); id., Introdução à geografia das comunicações brasileiras, José Olympio, Rio de Janeiro, 1942.

WEGNER, Felipe Henrique. Os mistérios da operação 30 horas: fantasia ou intervencionismo brasileiro no Uruguai? In: IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 2009, Maringá. **Anais....** Maringá: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. p. 1339 - 1352.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. **Revista Brasileira de Economia**, v.62, n.2, pp.221-246, 2008.

VIGEVANI, Tullo. **Terceiro Mundo** (Conceito e História). São Paulo: Editora Ática, 1990.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro**: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985). Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil**: de Vargas à Lula. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais e Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1995.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Projeção Internacional do Brasil (1930-2012)**: diplomacia, segurança e inserção na economia mundial. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

URÁN, Ana María Bidegain de – **Nacionalismo, militarismo e dominação na América Latina**. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1987. Tradução de José Saramago.

KISSINGER, Henry. [Telegrama] 9 de nov. 1970, Washington. [para] Richard Nixon, Secretaria de Estado, Secretaria de Defesa, Escritório de Emergências e Diretor da Central de Inteligência. 3p. Policy Towards Chile. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/LOC-HAK-533-3-2-4.pdf>>. Acesso em: 20/01/2019.

KISSINGER, Henry [Telegrama] 20 de dez. 1971, Washington. 4p. The President's Private Meeting with British Prime Minister Edward Heath. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB71/doc15.pdf>. Acesso em: 20/10/2018.

KISSINGER, Henry [Telegrama] dez. 1971, Washington. 13p. [para] Richard Nixon, Washington. Your Meeting with President Emilio Grrastazu Medici of Brazil. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB71/doc9.pdf>. Acesso em: 22/10/2018.

LODGE, John Davis [Telegrama] 27 de ago. 1971, Buenos Aires [para] Departamento de Estado dos EUA, Washington. 3p. Uruguyan Situation. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB71/doc4.pdf>. Acesso em: 20/10/2018.

MÉDICI, Emílio. [Carta] 27, abril de 1972, Brasília [para] Richard Nixon. Washington. 4p.

KISSINGER, Henry [Telegrama] 9 dez. 1971, Washington. 7p. [para] Richard Nixon, Washington. Meeting with President Emilio Garrastazu Medici of Brazil . Disponível em < <https://nsarchive2.gwu.edu//NSAEBB/NSAEBB282/Document%20143%2012.9.71.pdf> >. Acesso em: 21/06/2018.

NATIONAL INTELLIGENCE SURVEY. Agência Central de Inteligência dos EUA e Agência de Inteligência de Defesa dos EUA. **Government and Politics:** Brazil. Abril de 1973. Disponível em: < <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP01-00707R000200080017-9.pdf>>. Acesso em: 10/06/2018.

OFICIOS, Raul Rettig, [Telegrama] 23 e 30 de mar.,1971. Brasília [para] Senhor Ministro. Oficios Conf./ Brasil/1973/ Archivo General Histórico, Ministerio de Relaciones Exteriores, Santiago, Chile.

OFICIOS, Rolando Stein, [Telegrama] 13 de set.,1973. Brasília [para] Senhor Ministro. Oficios Conf./ Brasil/1973/ Archivo General Histórico, Ministerio de Relaciones Exteriores, Santiago, Chile.

SOUZA, Claudio Garcia de [Telegrama] 25 set. 1971, La Paz. [para] BARBOSA, Mário Gibson. Brasília. 3p. Respostas do governo boliviano a respeito das demandas brasileiras relativas aos acordos cooperativos estabelecidos previamente.

WHITE HOUSE [Telegrama] 30 de nov., 1972, Mr. Vallimaescu [para], Brasília. 1p. President Médici's Invitation to President Nixon. Disponível em: < <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:375671//>>. Acesso em: 10/04/2018.